

Análise do Discurso: Passado, Presente e Futuro

A Interdisciplinaridade em Questão



Organizadores:

Rony Petterson Gomes do Vale
Mônica Santos de Souza Melo
Cristiane Cataldi dos Santos Paes
Ana Carolina Gonçalves Reis
Mariana Ramalho Procópio

 editora
PATHOS

Análise do Discurso: Passado, Presente e Futuro

A Interdisciplinaridade em Questão

Organizadores:

Rony Petterson Gomes do Vale
Mônica Santos de Souza Melo
Cristiane Cataldi dos Santos Paes
Ana Carolina Gonçalves Reis
Mariana Ramalho Procópio

Teresina, 2024

Copyright © do autor

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos do autor.

FICHA CATALOGRÁFICA

V149a VALE, Rony Petterson Gomes do
Análise do Discurso: Passado, Presente e Futuro - A Interdisciplinaridade em
Questão / organizadores: Rony Petterson Gomes do Vale, Mônica Santos de Souza
Melo, Cristiane Cataldi dos Santos Paes, Ana Carolina Gonçalves Reis, Mariana
Ramalho Procópio. Volume 2. Teresina: Editora Pathos, 2024.
221p.
ISBN 978-65-85696-04-3.
1. Análise do Discurso. 2. Linguística. 3. Imaginários Sociodiscursivos. 4. Teoria
Semiolinguística. 5. Recontextualização.

CDD 400

Revisão Linguística:

Anna Clara Arcanjo Fonseca

Diagramação, capa e projeto gráfico:

Vinicius Alves

Conselho Editorial:

Argus Romero Abreu de Moraes (UFSJ); Bruna Toso Tavares (UEMG); Carlos Ângelo de Meneses Sousa (UCB); Edmilson José de Sá (UPE); Ida Lúcia Machado (UFMG); João Benvindo de Moura (UFPI); Ivanete Bernardino Soares (UFOP); Márcio Rogério de Oliveira Cano (UFLA); Max Silva da Rocha (UNEAL); Rony Petterson Gomes do Vale (UFV); Rosane Monnerat (UFF).

Sumário

6 Agradecimentos

7 Prólogo

8 Apresentação

12 Do jornalismo ao ativismo frente ao digital: nuances da catástrofe sociopolítica e ambiental no Rio Grande do Sul

Antônio Augusto BRAIGHI

Marco Túlio Pena CÂMARA

37 Memória mítica patriarcal e legitimação da violência contra a mulher no projeto de lei 1.904/2024

Amanda Reis de CASTRO

Argus Romero Abreu de MORAIS

62 A Retórica do Domínio: estratégias argumentativas na fala de Michelle Bolsonaro no ato da Avenida Paulista

Mônica Santos de Souza MELO

79 O *ethos* em jogos de interpelação da crônica jornalística

Caroline Lourenço MONTEIRO

Patricia Ferreira Neves RIBEIRO

103 Estratégias discursivas utilizadas na comunicação clínica do Manual Telessaúde Covid da UFV

Cristiane CATALDI dos Santos Paes

115 Por uma caracterização genérica das biografias: reflexões à luz da abordagem semiolinguística do discurso

Mariana Ramalho PROCÓPIO

131 Imaginários sociodiscursivos construídos sobre as secretárias em Mad Men: um estudo das personagens Joan Holloway e Peggy Olson

Ana Carolina Gonçalves REIS

154 Retórica digital: uma análise das estratégias argumentativas no discurso do pastor Silas Malafaia

Max Silva da ROCHA

João Benvindo de MOURA

Deywid Wagner de MELO

178 Entre palavras e sinais: o discurso de Michelle Bolsonaro na posse presidencial

Ana Francisca SOUSA

Lidiane Rodrigues BRITO

Maria Clara Maciel de Araújo RIBEIRO

193 Fofoca em foco: uma análise discursiva da conversa afiada

Rony Petterson Gomes do VALE

215 Sobre os autores

Agradecimentos

Este trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 – por meio de recursos do PDPG Emergencial CAPES- PPGLETRAS- UFV.

Aproveitamos para agradecer também a todos os autores que contribuíram com seus textos e a todos os envolvidos na preparação, revisão e editoração deste livro.

Prólogo

*Quem controla o passado controla o futuro;
quem controla o presente controla o passado.*

Utopias à parte, o lema do Partido, em 1984, atenta para a preocupação com o desenrolar do tempo e com o poder das formas de retrospecção e prospecção que nós, seres humanos e sujeitos da linguagem, desenvolvemos por meio do “discurso”: elemento fundamental não somente para a fixação das memórias passadas, mas também para as deliberações imediatas e para as projeções futuras. Diante disso, não nos surpreende o fato de que uma disciplina da Linguística como a Análise do Discurso se apresente, ao mesmo tempo, assim como Janus, com uma das suas faces voltada para trás (para o seu passado recente) e outra para frente (para os seus desdobramentos futuros). Porém, diferentemente do antigo deus, a Análise do Discurso mantém seus olhos, ouvidos e, porque não, boca(s) atentos ao que acontece aqui e agora (ou à ilusão que se possa ter dessa questão). Com isso, não queremos dizer que a Análise do Discurso é pancrônica, mas sim que ela está atenta às tramas dos discursos do passado e do presente, de modo a fazer com que o *olhar-leigo* (“olhar-leitor”, em Pêcheux) se torne apto a desvelar certos efeitos de sentido, oriundos desses discursos, no futuro.

Desse modo, surgiu nossa proposta de escritura deste livro que parte de um objetivo geral vislumbrado já há algum tempo de organizar uma publicação que nos possibilitasse reunir pesquisadores que adotam diferentes perspectivas e temáticas em Análise do Discurso. Com isso, pretendemos criar oportunidades de diálogos que propiciem não só identificar uma coesão, no conjunto de abordagens teóricas e metodológicas diversas, mas também refletir sobre o papel da Análise do Discurso frente aos múltiplos desafios que os tempos passados e atuais nos impuseram/impõem. Em termos específicos, intenta-se: 1) resgatar a história da linha de pesquisa *Estudos Discursivos* no PPGLETRAS/UFV, que em 2024 completa 15 anos, por meio da difusão de trabalhos desenvolvidos por docentes e egressos (ex-orientandos); e 2) apresentar um panorama do que vem sendo desenvolvido atualmente no campo dos Estudos Discursivos por grupos de pesquisa e docentes de outras instituições parceiras da Linha, a fim de se identificarem perspectivas para a prospecção dos Estudos Discursivos em termos de interdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento.

Os organizadores
Viçosa-MG, outubro de 2024.

1 - ORWELL, G. 1984. 36 reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 47.

Apresentação

E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando².

Nessa coletânea, as PALAVRAS serão colocadas EM MOVIMENTO em um percurso no tempo que revelará a forma como a linguagem foi sendo constituída como nosso objeto de trabalho, de ensino, de pesquisa e de parcerias acadêmicas... E, nesse percurso Linguístico, a Análise do Discurso foi nos estimulando a perceber todo o potencial comunicativo da linguagem. Como ressalta de forma brilhante Helena Calsamiglia, uma grande referência em AD: “o estudo do discurso desvela os ruídos e as entrelinhas, as luzes e as sombras, o bom entendimento e os mal-entendidos, a interpretação adequada ou a manipulada, enfim, o poder que tem a palavra na formação de marcos de interpretação da realidade, a partir do exercício comunicativo onipresente em todos os âmbitos da vida social”³.

Os capítulos que MOVIMENTAM essa coletânea, intitulada **Análise do Discurso: Passado, Presente e Futuro**, resultam tanto de trabalhos de pesquisa desenvolvidos no âmbito do Núcleo de Estudos Discursivos (NED), vinculado à linha de pesquisa Estudos Discursivos do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGLET) da UFV, como também apresenta os resultados de pesquisas desenvolvidas por alguns parceiros acadêmicos, no Brasil, na área da Análise do Discurso. Portanto, essa obra, organizada em dois volumes (vol. 1: 15 Anos dos Estudos Discursivos no PPGLET e vol. 2: A *Interdisciplinaridade* em Questão), faz um resgate das pesquisas realizadas no decorrer dos 15 anos do PPGLET e projeta os trabalhos que serão desenvolvidos em parcerias futuras com estudiosos do discurso. A justificativa para a publicação do vol. 2 ancora-se na necessidade de se fomentarem interações significativas entre pesquisadores brasileiros para que se propicie a criação de redes de interlocução que fortaleçam a *Interdisciplinaridade* entre os parceiros discursivos. A seguir, apresentaremos uma síntese dos trabalhos que compõem esse segundo volume.

No primeiro capítulo, Antônio Augusto Braighi e Marco Túlio Pena Câmara analisam a forma como os media digitais e veículos de comunicação abordaram a tragédia social, política e ambiental ocorrida no estado do Rio Grande do Sul em maio de 2024. Os autores tratam de alguns efeitos desse evento na sistemática da mídia hegemônica, bem como na dinâmica da midiaticizada sociedade em rede, a fim de perceber as implicações recíprocas no comportamento de tais instâncias e como essas apontam por mudanças

2 - ORLANDI, E. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2005, p. 15.

3 - CALSAMIGLIA, H. Falemos de ciência com suas palavras: um gênero da interação oral: a entrevista televisiva. In: GOMES, M. C. A.; CATALDI, C.; MELO, M. S. de S. (org.). *Estudos discursivos em foco: práticas de pesquisa sob múltiplos olhares*. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2011. p. 41-42.

nas duas frentes. Convocam, para tanto, aspectos da Teoria Semiolinguística e de outras frentes teórico-metodológicas. Tal reflexão permite perceber que, ocasionalmente, lidamos com problemas antigos, apenas reatualizados em razão da efervescência frente a um evento de grande comoção e imprevisibilidade, enquanto ele insiste em de nós escapar.

No segundo capítulo, Amanda Reis Castro e Argus Romero Abreu de Moraes avaliam o modo pelo qual o Projeto de Lei 1.904/2024, considerado como acontecimento discursivo (Foucault, 2008; Pêcheux, 2002), ancora-se na memória mítica (Pêcheux, 1999) do patriarcado sobre o corpo feminino como forma de revisar preceitos constitucionais a respeito do direito de aborto às mulheres. Para isso, os autores a princípio discutem a relação entre o PL 1.904/2024 e o estupro como arma de guerra, física e simbólica. Em seguida, resgatam a formação histórica do patriarcado como modelo de sociedade, retornando às narrativas míticas do neolítico para compreenderem a fundação e reprodução dos moldes e valores principais dessa estrutura social. Por fim, investigam como a montagem da sociedade patriarcal está relacionada à transição do mito da deusa predadora para o mito do herói guerreiro, memória que continua a produzir sentidos no campo político-social brasileiro contemporâneo. Ao final, os autores concluem que o PL 1.904/2024 aprofunda a “virada moral” do discurso político da extrema direita brasileira (Moraes & Moita Lopes, 2024), a qual legitima a violência institucional contra as mulheres – e subalternos, de maneira geral – pelo entrelaçamento dos imaginários do sagrado, da guerra e da masculinidade.

No terceiro capítulo, Mônica Santos de Souza Melo analisa, a partir do aporte teórico-metodológico da Teoria Semiolinguística do Discurso, de Patrick Charaudeau, uma fala proferida pela ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro num evento de natureza política e religiosa, ocorrido na Avenida Paulista, em 25 de fevereiro de 2024. Esse discurso se insere num contexto de proliferação de manifestações de políticos de extrema direita inspiradas pela Teologia do Domínio, orientação teológica propagada por representantes de algumas denominações evangélicas segundo a qual os cristãos devem dominar todos os espaços, inclusive os de governança. A partir da descrição e análise da organização discursiva do pronunciamento em questão, a autora identifica procedimentos argumentativos que visam em última instância promover o engajamento de parte da população na defesa de uma proposta de anistia a condenados por crimes contra o Estado Democrático de Direito.

No quarto capítulo, Caroline Lourenço Monteiro e Patrícia Ferreira Neves Ribeiro investigam, a partir da Teoria Semiolinguística do Discurso, de Patrick Charaudeau, e de estudos oriundos de Amossy, Machado, Maingueneau, e outros, a construção de um *ethos discursivo*, oriundo de *jogos de interpelação* estabelecidos entre enunciador e destinatário, projetado em crônicas jornalísticas de temática política assinadas por Gregório Duvivier e publicadas na *Folha de São Paulo* entre os anos de 2020 e 2022. Com a exposição da análise de um dos exemplares do *corpus*, as autoras evidenciam

a projeção, por parte do cronista, de um duplo *ethos*: *de inteligência e progressista*. Tal imagem projetada é percebida, metodologicamente, a partir do exame de *jogos de interpelação* que exigem do sujeito destinatário, em atividade de leitura crítica – pela ativação de sofisticadas inferências calcadas em fatos noticiados por veículos de comunicação brasileiros – o necessário reconhecimento do emprego, por parte do enunciador, de enunciados irônicos. Esses enunciados, segundo as autoras, assinalam ideais característicos de uma *matriz ideológica de esquerda*.

No quinto capítulo, Cristiane Cataldi dos Santos Paes recorre ao aporte teórico-metodológico da Análise do Discurso da Divulgação Científica, a fim de verificar o tratamento linguístico-discursivo conferido às informações apresentadas na primeira versão, atualizada em 28 de maio de 2020, do Manual Telessaúde Covid, elaborado numa parceria entre o Departamento de Medicina e Enfermagem da Universidade Federal de Viçosa e a Secretaria Municipal de Saúde de Viçosa. Em relação à análise discursiva, a autora considera os procedimentos linguístico-discursivos e as estratégias divulgativas que caracterizam o processo de recontextualização (Cassany, López e Martí, 2000; Cataldi, 2003, 2007a, 2016; Van Dijk, 2011) do conhecimento científico em divulgativo. Após analisar as informações que evidenciam a relação do conhecimento científico com as questões de interesse social relacionadas à pandemia da Covid-19, Cataldi conclui que as informações referentes à comunicação clínica dessa doença apresentam uma linguagem formal, mesclando procedimentos e estratégias discursivas com traços da escrita acadêmica do âmbito da medicina/enfermagem, sem que isso comprometa o caráter divulgativo do conhecimento enfocado.

No sexto capítulo, Mariana Ramalho Procópio mapeia regularidades discursivas que são auxiliares no processo de identificação de um discurso enquanto biografia. Para isso, parte da caracterização de gênero considerando três elementos: o contrato de comunicação, as atividades languageiras e os dados paratextuais, conforme contribuições teóricas de Charaudeau. Como resultados principais, percebe que o gênero biografia é marcado por elementos situacionais e discursivos estabelecidos em um contrato comunicacional entre as instâncias de produção e recepção do ato de linguagem. Esses elementos, mesmo não sendo exclusivos do gênero analisado, são capazes de promover a sua identificação e reprodução.

No sétimo capítulo, Ana Carolina Gonçalves Reis apresenta um trabalho derivado de sua tese de Doutorado, que teve como objetivo analisar os imaginários sociodiscursivos construídos em torno da profissão secretarial na série televisiva *Mad Men*. No presente trabalho, a autora investiga, especificamente, as personagens Joan Holloway e Peggy Olson, buscando: i) delinear os sujeitos nas situações comunicativas exploradas (Charaudeau, 2009); ii) examinar os elementos verbais, não verbais e paraverbais (Kerbrat-Orecchioni, 1996) das cenas elencadas; e iii) identificar, por meio de eixos temáticos, os imaginários mobilizados na série. Como pressupostos metodológicos, recorre às abordagens de Mendes (2013) e de Lima (2001) para levantamento dos estratos

verbo-icônicos e verbo-vocais, respectivamente. Por meio da análise empreendida, constata uma fratura na representação das secretárias em *Mad Men* e uma complexidade concernente aos imaginários, tendo em vista um imbricamento entre: os imaginários relacionados ao contexto que a série retrata (anos de 1960); os decorrentes das conquistas dos movimentos sociais, como do movimento feminista; os imaginários contemporâneos dos produtores da série; e os vigentes do Tui de *Mad Men*. Dessa forma, identifica-se a retomada de construções cristalizadas acerca da figura secretarial paralelamente à projeção de representações que questionam as naturalizadas, apontando para o estabelecimento de determinados valores que se buscam enaltecer.

No oitavo capítulo, Max Silva da Rocha, João Benvido de Moura e Deywid Wagner de Melo estudam as técnicas argumentativas utilizadas pelo pastor Silas Malafaia durante o seu pronunciamento na 17ª edição da Marcha para Jesus, realizada no Rio de Janeiro, em 2024, que foi publicado nas redes sociais desse orador sacro. No discurso, o pastor Malafaia denuncia a liminar concedida pelo ministro Alexandre de Moraes a favor do PSOL tratando da liberação do aborto em caso de estupro. Para a compreensão dos procedimentos persuasivos manifestados no discurso, adotam as teorizações da retórica clássica, da nova retórica e da retórica digital a partir da triade *ethos*, *logos* e *pathos*, além dos gêneros retóricos. A análise evidencia que o discurso do pastor Silas Malafaia se apresenta como agressivo, autoritário, fugindo de uma prática discursiva que poderia estar centrada na pacificação.

No nono capítulo, Ana Francisca Sousa, Lidiane Rodrigues Brito e Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro analisam o discurso da ex-primeira-dama, Michelle Bolsonaro, na ocasião da posse do Presidente Bolsonaro, focalizando as estratégias de construção do *ethos* discursivo e os modos como tal *ethos* se estende ou não à imagem do então Presidente. Para tanto, no campo da Análise do Discurso, partem das contribuições de Charaudeau (2004, 2006, 2011) e Maingueneau (1997, 2004, 2008, 2015). Os resultados apontam a mobilização do *pathos* para a construção de um *ethos* de mulher solidária, religiosa e engajada nas causas da inclusão. Em relação às eventuais repercussões do *ethos* de Michelle no *ethos* pré-discursivo do Presidente, evidenciou-se a tentativa, sem sucesso, de desconstruir imagens prévias de homem machista e intolerante.

No décimo capítulo, Rony Petterson Gomes do Vale desenvolve uma reflexão teórico-analítica sobre a *fofoca*, a partir de conceitos e categorias da Análise do Discurso. Na primeira parte, apresenta um panorama sobre a compreensão da *fofoca* em diferentes áreas de conhecimento como a psicologia, a filosofia, o direito e a história, ressaltando, principalmente, as questões discursivas dessas propostas. Na segunda parte, propõe duas linhas de raciocínio diferentes, mas não excludentes, para uma análise discursiva da *fofoca*, a saber: i) admiti-la como um gênero do discurso, nos moldes de Bakhtin; e ii) ver nela um ato de comunicação com fins estratégicos, com base em Charaudeau. Nos dois casos, segundo o autor, a *fofoca* se nos mostra, por um lado, como um fenômeno complexo que não se deixa apreender facilmente; por outro, como uma forma discursiva quantitativamente relevante para a transmissão de informações na nossa sociedade.

Do jornalismo ao ativismo frente ao digital: nuances da catástrofe sociopolítica e ambiental no Rio Grande do Sul

Antônio Augusto BRAIGHI⁴

Marco Túlio Pena CÂMARA⁵

Ponto de Partida

Centenas de pessoas mortas, milhares desabrigadas e cidades submersas. O que, ao ler, parece uma sinopse de filme de terror ou ficção científica catastrófica, ou ainda um suposto cenário de guerra, é a realidade do Rio Grande do Sul (doravante RS) após o desastre sociopolítica e ambiental que ocorreu nos últimos meses do primeiro semestre de 2024. A chuva que inundou o estado no final de abril continuou causando destruição e perdas por onde passou, quase dois meses depois.

Mais do que um desastre anunciado por ambientalistas que alertam sobre os perigos da mudança climática, é importante destacar cada palavra aqui escolhida para retratar tal acontecimento: desastre, catástrofe, tragédia, seja social, político/a e/ou ambiental. Ainda que tenha sido causada, *a priori*, por um desastre considerado natural, é no mínimo leviano ignorar a ação do homem na aceleração desse processo trágico. A destruição vista em diversas cidades do RS, além de ter sido passível de prevenção, tem causas ancoradas em resoluções (não)ambientais aprovadas e incentivadas pelas políticas locais, regionais e nacionais, que ignoram o impacto social que calamidades como a que fazemos referência podem causar. Mas o cidadão sabe disso? Fontes como os veículos de comunicação de massa têm ofertado informações que oportunizam ao cidadão pautar-se e agir? As questões retóricas ficam sem resposta por ora, a fim de nos direcionarmos ao acontecimento em discussão e refletir se ele, além de ser apresentado pelos *media*, também pode ter servido de arquétipo reflexivo, como propulsor dos campos problemáticos correlatos.

4 - Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens (Posling) do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: antonioaugusto@cefetmg.br

5 - Docente do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM) da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Doutor em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Integrante do Grupo de Pesquisa em Mídia, Discurso, Tecnologia e Sociedade (MIDITeS/Unicamp), do Grupo de Estudos sobre Discurso, Interseccionalidade e Subjetividade (GEDIS-UFRJ) e do Grupo de Pesquisa Aplicada em Jornalismo (PAJor/UFT). E-mail: marco.camara@mail.uft.edu.br

Isso porque, em meio a tanta destruição no RS, o jornalismo que poderíamos chamar de sério cumpre o papel de informar a sociedade sobre o que se passa no local, buscando ser o retrato, o mais fidedigno possível, dos fatos e esclarecedor das razões. Todavia, nem sempre o consegue, em razão de diversos fatores, alguns ligados à sua própria lógica de funcionamento, como pretendemos mostrar a seguir. Na contramão, uma avalanche desinformacional também se instaurou acerca das doações, destinação de verbas pelos poderes públicos, trabalhos de jornalistas, entre outros temas que circundavam a catástrofe gaúcha; ação perpetrada ora, paradoxalmente, por quem se dizia mantenedor da verdade, alguns (pseudo)ativistas em prol da manutenção de imaginários sociodiscursivos, ora por quem, de fato, queria mesmo se aproveitar da situação por motivos diversos.

De um lado, enquanto veículos jornalísticos sérios apuravam, divulgavam e faziam valer seu papel social, do outro, ataques que colocavam em xeque a credibilidade de tal trabalho, vindos de vozes propagadas no espaço-*web* a propalar o contrassenso, quase botaram tudo a perder, causando sensações de insegurança e incerteza, quando não desacreditando as pessoas sobre o que se ouve/ouviu, até fazendo-as crer no que não houve.

Nesse contexto, é preciso refletir sobre como os veículos de comunicação deveriam se portar em coberturas de eventos como a tragédia aqui referenciada, valendo-se, por exemplo, de valores comungados pelo Jornalismo Ambiental. Da mesma maneira, cabem proposições diante do cenário *web*, o qual exerce forte influência em situações como a aqui destacada, sobre qual é o papel do cidadão e o que significa, de fato, se portar (e postar) como ativista em tal seara.

Dessa maneira, o objetivo geral deste capítulo é, um tanto ensaisticamente, o de refletir sobre alguns efeitos que a tragédia de 2024 no RS gerou na sistemática da mídia hegemônica, bem como na dinâmica da midiaticizada sociedade em rede (Castells, 1999), a fim de perceber as implicações recíprocas no comportamento de tais instâncias e como essas apontam por mudanças nas duas frentes. Assim, como objetivos específicos, temos como proposta apresentar um recorte do cenário de caos trazido pela tragédia ocorrida em 2024 no RS, destacando aspectos discursivos relacionados aos relatos produzidos sobre ela. Dessa forma, dividimos este trabalho em duas seções, convocando, tanto quanto possível, aspectos da Teoria Semiolinguística (Charaudeau, 2008, 2018, 2019) e de outras perspectivas teórico-metodológicas que nos ajudem a refletir sobre os dilemas que se impõem, de um lado, diante da cobertura midiática tradicional de um evento de tamanha magnitude e, de outro, ante o comportamento de muitos indivíduos que, no uso das redes sociais digitais, chancelam-se com diversas nomenclaturas, como ativistas, influenciadores, militantes, entre outras, para também midiaticizarem o evento em curso.

Nossa liberdade em relação à Semiolinguística, a fazer um quase-ensaio, se dá em razão do suporte em que este capítulo está inserido e de seus objetivos como uma obra que visa a olhar para o passado, o presente e o futuro da Análise do Discurso. Refletir acerca das questões aqui apresentadas, à luz do mencionado campo da Linguística,

permite talvez perceber que, ocasionalmente, lidamos com problemas antigos, apenas reatualizados em razão da efervescência, diante de um evento de grande comoção e imprevisibilidade, assim como das peculiaridades do ambiente digital e de sujeitos que ainda lutam por compreender o evento em curso – enquanto ele insiste em de nós escapar.

O que houve e o que se ouve: o papel do jornalismo ambiental

Eu já tinha visto imagens impressionantes, horríveis da tragédia, pela TV, por vídeos em redes sociais, mas o vídeo jamais reproduz a dimensão da realidade. Olhar aquele rio imenso, como o Guaíba, um mar de água doce invadindo avenidas e bairros, é impactante! O povo mais atingido está assustado, desorientado, esgotado, e ao mesmo tempo alerta, porque precisa sobreviver e seguir em frente.

O relato da epígrafe desta seção é do jornalista Fábio Vitor, repórter da Folha de S.Paulo enviado ao RS, veiculado no *podcast* Café da Manhã, do mesmo grupo jornalístico. Tal testemunho nos serve de parâmetro para alguns temas abordados neste texto: o jornalista como fonte testemunhal de um acontecimento, a cobertura jornalística como registro e demarcação da memória coletiva e a visibilidade nacional da tragédia a partir do jornalismo. Mais do que registro do fato, o jornalismo também se firma como fundamental na constituição dos imaginários sociais (Charaudeau, 2017), bem como na preservação e construção da memória do futuro (Mariani, 2007). A partir do que se é construído como memória coletiva, vividos pela coletividade, uma nova percepção temporal se instaura (Pollak, 1992). Ao mesmo tempo em que o tempo parece ter parado, a vida de quem permanece deve seguir, como apontado pelo jornalista na epígrafe desta seção. É, também, nesse desafio que o jornalismo sério opera, indicando caminhos a partir do ponto de partida visando às reticências de tudo o que virá a ser memória.

Nesse contexto, sob o aspecto discursivo, o desastre continua em curso, em uma perspectiva construcionista e evolutiva do acontecimento (Quéré, 2005). A cobertura jornalística, sobretudo especial(izada), firma-se como um lugar de memória (Nora, 1993), uma vez que o acontecimento pode ser repensado como componente dessa memória coletiva (Dosse, 2013). Tal construção se dá a partir da linguagem e da narrativa, sendo acontecimento a partir de sua nomeação (Charaudeau, 2019) e detectável a partir de seus vestígios discursivos. Assim, os relatos jornalísticos e dos meios de comunicação operam na produção de sentidos e de interpretações a partir da semantização do real (Ribeiro; Brasiense, 2007).

Além do jornalismo factual, preocupado em cobrir os acontecimentos quase que em tempo real e baseado no que é urgente, exige-se mais a necessidade de uma boa prática do jornalismo especializado, área na qual o jornalismo ambiental, por exemplo, está inserido. A cobertura nesses casos deve ser aprofundada, afastando-se do critério de objetividade atribuído ao jornalismo tradicional. A essa característica, soma-se a ideia da construção do acontecimento, uma vez que este, principalmente quando midiático,

está em eterna construção a partir das narrativas que o formam e engendram, forjando novas situações e realidades (Charaudeau, 2019; Dosse, 2013; Quéré, 2005). Ainda nesse sentido, ancorando-se no mito da imparcialidade jornalística, é importante demarcar a ideologia arraigada em cada discurso, em uma concepção dialógica e de poder (Foucault, 1997).

Ancorados na classificação do jornalismo a partir de sua função social (Genro Filho, 1987) e no papel que jornalistas exercem em coberturas ambientais, Holanda, Kääpä e Costa (2022) classificam o jornalismo com base em três pontos: facilitador, colaborativo e radical⁶. O jornalismo facilitador é aquele que interpreta o acontecimento e o relata de maneira mais simplificada, de modo a melhorar a compreensão do público. Tal definição se aproxima, ainda, de outro fazer jornalístico ao qual se compara o jornalismo ambiental: a divulgação científica (Bueno, 2010). Essa proximidade de termos e características não é em vão. Bueno (2007) identifica elementos e modos de produção similares entre o jornalismo ambiental e o jornalismo de divulgação científica. Seja amparada nas fontes especializadas ou nos temas acadêmico-científicos, essa classificação nos ajuda a identificar similaridades de produção e discursivas de ambas as práticas.

Já o jornalismo colaborativo é aquele que exprime a relação entre mídia e sociedade, aproximando-se, também, do jornalismo comunitário (Peruzzo, 2007). Para além dos espaços de produção, essa característica se apega mais à função social do jornalismo do que em seu modo de distribuição ou (não)capitalização. Nesse sentido, em um paralelo às frentes apresentadas no Midiativismo, por exemplo, tal função se assemelha ao que denominamos presença e defesa, uma vez que a mídia se faz presente nas pautas de cunho social, objetivando a garantia desses direitos ali retratados (Braighi; Câmara, 2018).

Por fim, o jornalismo radical se firma como aquele que promove e incentiva mudanças sociais, o principal pilar do Ativismo, como discutiremos na seção a seguir. Tais transformações visam a “combater desigualdades e injustiças por meio da participação pública” (Holanda; Kääpä; Costa, 2022, p.6), o que exige maior profundidade na cobertura jornalística, como forma de impulsionamento de adaptações dessa prática contemporânea.

É esse aprofundamento em sua cobertura que Loose e Girardi (2017) pregam como a primeira conduta do jornalismo ambiental. Também defendendo o papel social do jornalismo a partir das informações precisas, de qualidade e confiáveis que deve veicular, as autoras elencam seis pressupostos principais com fundamento em uma revisão sistemática da literatura: i) ênfase na contextualização; ii) pluralidade de vozes; iii) assimilação do saber ambiental; iv) cobertura sistêmica e próxima à realidade do leitor; v) comprometimento com a qualificação da informação; vi) responsabilidade com a mudança de pensamento. Sobre esses itens, atentamo-nos, por ora, aos dois primeiros, com exemplos atuais de práticas jornalísticas que aprofundam (ou não) tais elementos.

6 - Aproveitamos o ensejo para mencionar que acreditamos que tais classificações se aproximam de determinados elementos anteriormente elencados por nós em relação ao Midiativismo, condensados em cinco principais frentes: conhecimento, informação, defesa, presença e resistência (Braighi; Câmara, 2018).

Afastando-se do princípio da objetividade jornalística e assumindo seu caráter e produção subjetivos, o jornalismo com tendência ao ambiental deve ser aprofundado e crítico, a partir de uma contextualização ampla dos acontecimentos sobre os quais reporta. Ainda que se trate de cobertura de eventos climáticos, ou conhecido como factual, na linguagem jornalística, um jornalismo (com compromisso) ambiental deve trazer dados e elementos que forneçam, a fim de gerar conhecimento, mais informações, histórico e profundidade na temática, principalmente com as mudanças climáticas em curso e sua relação com decisões e posicionamentos político-econômicos, como observamos no Brasil.

Em certa medida, nesse sentido, podemos dizer que os meios de comunicação de massa, ao apresentarem informações parciais, ora superficiais, diríamos até incompletas, contribuem também para a desinformação – não os nivelando aos produtores de *fake news*, mas pontuando que, em situações como estas, não apresentam a verdade (Charaudeau, 2022). No entanto, tal incompletude constantemente é sentida pelos jornalistas, os/as quais se sentem na obrigação de dar respostas rápidas, muitas vezes atabalhoadas, a intensificar o contexto em discussão⁷, sobretudo diante de acontecimentos e da demanda de apresentação de notícias nos produtos com veiculação programada (quais sejam: impressos, televisivos, radiofônicos etc.).

Em nossa concepção, exemplo do jornalismo aprofundado é o *podcast* “O Assunto”, do portal de notícias G1, apresentado pela jornalista Natuza Nery, o qual tomaremos como ferramenta para uma digressão, a partir da qual pretendemos trazer alguma reflexão, para mostrar que até um produto como esse pode também cometer os seus deslizes. Tomamos esse recorte na seara midiática como amostra de práticas observadas durante a tragédia no RS. Vale dizer que, desde o início das enchentes que assolaram o RS, o programa realizou uma cobertura intensa do tema, trazendo convidados envolvidos na tragédia e especialistas para analisar o histórico, contexto e projeções futuras.

Destacamos os dois primeiros episódios. O primeiro referente ao tema, “A catástrofe climática no Rio Grande do Sul” (O Assunto [...], 2024a), foi veiculado no dia 3 de maio (sexta-feira), quatro dias após o início das enchentes. Com a participação de um repórter de uma afiliada do Grupo Globo no estado e um meteorologista da Climatempo, o episódio de 26 minutos dedica a maior parte do tempo ao depoimento do repórter que cobriu a tragédia desde o início, o qual relata o drama vivido pela população. Em uma considerada metanarrativa da cobertura (Câmara, 2018), o jornalista deixa de ser repórter para ser fonte, o que age diretamente no *ethos* de quem se apresenta (Maingueneau, 2020). Naquela posição, fala em nome de milhares de desabrigados e atingidos pela enchente. Porém, nas palavras dele, “a dor é das outras pessoas, eu estou de observador” (O Assunto [...], 2024a, 14 min 46 seg). Esse distanciamento pela demarcação espacial é de suma importância para a interpretação dos acontecimentos e a construção midiática, de modo a identificar como estão sendo retratadas as pessoas atingidas pelo desastre e como tais vozes chegam ao público.

7 - Foi o que parece ter ocorrido com o debatido caso da apropriação incorreta de um dado da Universidade de São Paulo (USP) pela Globo News a respeito de mensagens na internet acerca da catástrofe no RS (Andrade, 2024).

Ratificamos: essa estratégia de valer-se dos repórteres *in loco* na tragédia e pedir a eles/elas que digam “o que sentem” diante do que estão “vendo” (diríamos experimentando) foi replicada por diversos *mass media*. No *podcast* em questão, contudo, essa opção é mais sintomática, pois é central. Se, por um lado, é latente a (falta de) escolha empreendida pelo produto midiático ao adotar esse tipo fonte (posição que também poderia ser tomada como uma limitação do próprio fazer jornalístico), por outro, em certa medida, embaralha o contrato comunicativo, na medida em que a instância de produção se mostra humanizada; com isso, não perde a sua legitimidade, mas talvez até a intensifique (Charaudeau, 2019). Trabalhando fortemente com as emoções, apela ao patêmico em detrimento do *logos* e atende a uma demanda da consternação pública. Contudo e por fim, vale dizer que, conforme nos mostram Otón, Aizpuru e Esteban (2022), os *podcasts*, especialmente os de notícias, são caracterizados pela narração, a qual desempenha um papel crucial no envolvimento dos ouvintes. O “contador” em questão, ou “sujeito narrante” (Charaudeau, 2018), é uma testemunha ocular dos fatos, o mais credenciado conjecturalmente a apresentar as cenas da tragédia. Todavia, muitas vezes nos esquecemos que só nos apresenta um “universo narrado”. De todo modo, isso basta? Caberia, talvez, uma fala mais habilitada cientificamente, ou politicamente, para que conseguíssemos compreender o que e por que acontece, como preconiza o jornalismo com característica ambiental, como área de estudo e de prática.

Os últimos quatro minutos do episódio foram dedicados ao meteorologista da Climatempo, uma das principais agências de meteorologia do Brasil. O convidado, por sua vez, discorre sobre as condições climáticas geográficas do local, explicando os motivos das recorrentes chuvas naquela região, relembrando o recente desastre de setembro de 2023. Tal abordagem, no entanto, se aproxima da naturalização do acontecimento (Quéré, 2005), uma vez que atribui a tragédia a fenômenos naturais, como a chuva e mudanças climáticas em curso, sem, ainda, problematizar tais alterações e suas relações antrópicas.

Essas observações nos levam ao segundo ponto levantado por Loose e Girardi (2017): a pluralidade (ou não?) de vozes. A esse tópico, somamos os estudos discursivos de gestão de fontes (Charaudeau, 2019) e de gestão de pontos de vista (Koch; Cortez, 2015; Rabatel, 2013). No episódio supracitado, percebemos o uso exacerbado da fonte interna à mídia, conforme classifica Charaudeau (2019), na figura de um repórter do mesmo conglomerado midiático, que relata o que viu e reportou, sem ouvir, no entanto, as fontes primárias para tal, que seriam as vítimas do desastre.

Maingueneau (2010) faz uma relação da gestão de fontes com o enquadramento e os pontos de vista, baseado no conceito de aforização. O autor chama a atenção para os fragmentos destacados de um discurso, acreditando que, ao fazer tal recorte, o enunciado sofre uma alteração. Ainda que não seja esse o caso específico das fontes aqui relatadas, o destaque que se dá a esses posicionamentos e a escolha de recorte feita para se inserir no produto audiofônico merecem nossa atenção. A aforização prevê o receptor universal, ou seja, institui uma cena de fala onde não há interação entre dois protagonistas colocados no mesmo plano. É fundamentalmente monologal, tendo como efeito centrar a enunciação

no locutor, como é o caso de um *podcast*, uma vez que não há interação com a instância receptora, tampouco, nesse caso, com as fontes primárias das informações, pois “enquanto locutor, o jornalista orienta a interpretação dos discursos relatados” (Rabatel, 2013, p. 54).

Nesse sentido, a escolha das fontes indica a interpretação que pode ser feita sobre aquele acontecimento ali retratado. Ao dar espaço e voz a fontes internas e fazer o recorte do tema visando a sua naturalização, o programa jornalístico escolhe silenciar outras vozes que poderiam ganhar espaço naquele momento de cobertura factual, em que se observou uma exploração dos desastres decorrentes das enchentes em detrimento à abordagem sobre suas causas antrópicas e não naturalizadas. Nesse contexto, o sentido de um enunciado passa a ser os encadeamentos discursivos que ele evoca, não somente a informação que ele traz a partir dessas escolhas e dos enquadramentos utilizados.

Assim, as fontes e temáticas abordadas ditam o enquadramento que aquele produto midiático aborda. O linguista Wander Emediato (2013) classifica o enquadramento em quatro tipos: i) por tematização, quando se produz efeito a partir da memória, agindo sobre a representação do outro, com a construção de pontos de vista; ii) por designação, em que se manifestam as tomadas de posição, enquadrando um ser em uma classe na qual deve agir de acordo com o que se espera; iii) o enquadramento do dizer do outro, que trata dos verbos utilizados, que podem expressar pontos de vista; e iv) o enquadramento pelo questionamento, que incita o receptor à problematização a partir de uma visada incitativa. Com base nessa dimensão argumentativa, o enunciador busca prender a atenção do receptor, fazendo com que ele consuma os fatos e ditos relatados por meio da perspectiva daquele tipo de enquadramento. O enquadramento é, portanto, o que determina o desenvolvimento da reportagem, como forma de orientação do ponto de vista e desejo de formação de opinião. Em relação ao episódio do *podcast* em destaque, o questionamento é esvaziado, focalizando em aspectos mais gerais, diríamos superficiais, que atendem à tematização (falar, literalmente, sobre o acontecimento).

Para além desses aspectos discursivos, Bueno (2007, p. 37) aponta, como uma das características do jornalismo ambiental, a “lattelização das fontes”, que é o espaço dado a especialistas acadêmico-científicos que discorrem sobre as causas e consequências com base em seu currículo e conhecimento acadêmico, excluindo saberes populares – e, no episódio em destaque, o direcionamento é para as empresas que creditam as fontes, sobretudo a Climatempo. Ainda sobre os elementos problemáticos do jornalismo ambiental, o autor destaca duas outras síndromes que percebemos no episódio aqui analisado: a do *zoom*, em que se fecha a cobertura no foco do evento específico; e a do muro alto, que despolitiza o debate ambiental, excluindo cidadãos comuns do debate (Bueno, 2007).

O pesquisador também chama atenção para outra síndrome, a da “baleia enalhada” (Bueno, 2007, p. 38). Ele classifica a cobertura de eventos trágicos a partir de sua espetacularização, em uma tentativa de retratar o inusitado, sem o aprofundamento e a investigação do que originou tal fenômeno. Ainda que, de fato, o primeiro episódio de “O Assunto” tenha seguido essa síndrome, não foi o mesmo observado no episódio

seguinte: exclusivo sobre as enchentes no RS e publicado no dia 7 de maio de 2024 (O Assunto [...], 2024b). Intitulado “O descaso da política com a crise climática”, o exemplar de 42 minutos segue a recomendação de Bueno (2007) acerca da incorporação de perspectiva política para a cobertura de um desastre ambiental. Apesar de ser um material combativo, investigativo e que aponta responsáveis e relações causais entre a Política e a tragédia, o nome do episódio não apresenta nenhuma palavra-chave que remeta ao acontecimento, como RS, Porto Alegre, Sul, entre outras, o que dificulta a procura e a indexação temática.

Nesse episódio, apresenta-se a conjuntura política atual (de negligência) que desencadeou tragédias como essa e outras, causadas pelas mudanças climáticas e sua relação política. Os convidados são uma urbanista coordenadora de políticas públicas no Observatório do Clima, que contextualiza as votações da bancada parlamentar do estado quando o assunto é proteção ambiental, e o diretor-presidente da associação Contas Abertas, que aponta para a necessidade de integração, não somente episódica, entre os governos em todas as esferas.

Conforme Charaudeau (2019, p. 177) nos lembra, “a visada informativa de fazer-saber engloba, ao mesmo tempo, a existência dos fatos e a sua razão de ser. Não é possível informar se não se pode, ao mesmo tempo, dar garantias sobre a veracidade das informações transmitidas”. Dessa maneira, é preciso “comentar” o acontecimento nas mídias e, para tanto, quanto mais os veículos se aproximarem da tríade problematização-elucidação-avaliação, valendo-se de fontes variadas (não apenas *experts* nas respectivas áreas de conhecimento, mas os interessados e afetados pelo tema em destaque), melhor informam a instância de recepção. Essa dinâmica, contudo, só parece ter sido compreendida pelos *mass media* ao logo do processo de cobertura da tragédia (Charaudeau, 2019).

Essa abordagem, além de ser característica fundante e necessária do/ao jornalismo ambiental, também abarca a definição de Meio Ambiente, uma vez que deve incluir “interações sociais, cultura e expressões/manifestações que garantem a sobrevivência da natureza humana” (Bueno, 2007, p. 35). Tal percepção deve guiar as coberturas jornalísticas de temática ambiental, uma vez que não se trata de uma divisão espacial, mas sim de integração. É nesse sentido que caminham as funções do jornalismo ambiental. O autor elenca três principais: i) função informativa; ii) função pedagógica; e iii) função política.

A informativa se baseia na cobertura factual, registrando o impacto local, com abordagem causal pontual, em análises feitas no afã do momento, como pudemos observar no primeiro episódio de “O Assunto”. Já a pedagógica visa a formar o conhecimento, aproximando-se do que o jornalismo de divulgação científica realiza, como exercício de jornalismo especializado, incentivando, ainda, a participação cidadã. A função política é a que mais nos interessa neste estudo. Ela se relaciona com a mobilização social diante das mudanças climáticas, incluindo a crítica a empresas e setores que exploram o ambiente para favorecer os próprios negócios e interesses, como é comumente visto em empresas minerais e energéticas no Brasil. Ademais, o jornalismo dito sério, nesse caso, exerce o papel de vigilância social, cumprindo suas funções à serviço da sociedade, questionando os poderes políticos atrelados à destruição ambiental. Compreender e mostrar como

a questão ambiental é trabalhada nos poderes, via projetos de lei que favorecem determinadas empresas em detrimento ao Meio Ambiente, é uma das funções e papéis do jornalismo em si, especialmente, portanto, do ambiental.

Assim, o jornalismo ambiental não pode ser refém de ações empresariais e de interesses políticos que se voltam somente à elite, em um apagamento social daqueles que estão à margem, mas deve assumir o compromisso de interesse público com a democratização do conhecimento e ampliação do debate socioambiental, valorizando a diversidade e o pluralismo. Tal abrangência deve resvalar nas fontes ouvidas em cada material midiático, garantindo que aqueles que estão mais diretamente envolvidos sejam protagonistas das histórias que se contam sobre eles, não apenas como objeto de representação, mas sujeitos dos acontecimentos que os cercam. É nesse sentido que um novo *ethos* do jornalismo, a assumir um caráter efetivamente ambiental quando essa for a temática, deve ser construído e pautado, sem desconsiderar aspectos sociais, políticos e econômicos.

O que, porém, a mídia hegemônica não parece perceber é que esse comprometimento já deveria ter sido assumido há muito tempo, correndo o risco de perder (hoje) o lugar de fonte primária de informação, caso se apresente (ou continue se apresentando) sem os critérios que estruturam o tal jornalismo sério do qual falamos aqui. Na contramão desses preceitos jornalísticos de retratar fatos e aprofundar análises e interpretações, emergem as críticas e posicionamentos daqueles que descredibilizam o poder da apuração jornalística e o papel socioeducativo empreendido pelo jornalismo como ofício e prática subjetiva na busca da divulgação daquilo que se considera como verdade, em uma discussão discursiva. Como representação desse outro lado opinativo que se traveste de informação, estão os que se consideram ativistas – contra os quais imprimimos nossos questionamentos, baseados nas definições práticas e discursivas do que é, ou não, o Ativismo, conforme ver-se-á a seguir.

Sobre o que não é Ativismo

Patrícia Poeta, Jornalista: “[...]Eu acho que, seu eu não compartilhar essa informação, eu não estou fazendo o meu trabalho cem por cento, porque eu acho que é uma informação muito importante [...]”.

Gabriel, Voluntário: “[...] A gente viu que foram dispensadas ajudas internacionais, inclusive do Uruguai”.

A cena em epígrafe, recortada de uma entrevista ao vivo exibida pela Rede Globo de Televisão⁸, apresentou (ou pode representar) desinformação, na medida em que evidenciou uma meia-verdade que, tomada como dado factual pelo telespectador, o apascentaria com elementos que parecem ser reais, quando, de fato, retirariam dele a possibilidade de conhecer a verdade. E, registramos, a responsabilidade sobre isso é do veículo e não da fonte⁹.

8 - Até o dia 17 de maio, mais de uma semana após, disponível no Globo Play (Gabriel [...], [2024]).

9 - Quando anteriormente tratamos da gestão das fontes, queríamos salientar que uma análise de quem (e como) será ouvido pelos veículos de comunicação deve sempre ser empreendida. É preciso ouvir a sociedade, mas que fragmento dela será evidenciado e em que condições.

Portando um *smartphone*, o homem em destaque leu o que seriam pedidos advindos (em aplicativo *web* como o WhatsApp) de um grupo de cidadãos envolvidos com as atividades de resgate e apoio às vítimas da tragédia no RS. Gabriel, em que pese o trabalho beneficente que conjecturavelmente prestou, repercutiu dado que, há pelo menos 24 horas, já havia sido explicado pelo Executivo Federal (Brasil, 2024), ao contradizer, inclusive, uma nota dada¹⁰ pela Folha de S.Paulo de que o governo Lula havia rejeitado auxílio do mencionado país vizinho.

No entanto, o que o homem disse parece gerar intenso “efeito de verdade” (Charaudeau, 2019), pois o enunciado carrega também traços de “valor de verdade” – uma vez que, ainda que omita certos elementos, inclui outros que têm evidência. Tal excerto é veiculado na estrutura de uma mídia hegemônica e, mais importante, é enunciado por aquele que, na trilha dos acontecimentos em tela, enquadra-se em um *ethos* de grande apelo, um imaginário corporificado (Charaudeau, 2018) em um sujeito comum (tal e qual o telespectador) que atua em benefício do próximo sem (aparentemente) querer nada em troca; um voluntário, como foi qualificado pela entrevistadora.

Obviamente, a participação popular nas variadas ações de auxílio a quem foi vitimado pela tragédia foi fundamental para que a desgraça não fosse ainda maior (Globo Repórter, 2024). Contudo, Gabriel parece ser o arquétipo de uma máxima com tons de aforismo que foi fortemente veiculada na redes sociais *on-line*, “o povo pelo povo”¹¹, entre outras variações, o que, ao passo que parece querer destacar a valorosa ajuda da sociedade civil no contexto, também, ou mais ainda, evidencia uma espécie de inoperância, eufemismo à parte, do(s) governo(s), o Estadual, mas principalmente o Federal, diante da tragédia em tela. Adicionado à cerquilha, o bordão supramencionado promoveu-se com um *hiperlink* na contextura *web*, projetando vozes variadas, amalgamadas e, por vezes, escondidas.

Gera-se um efeito *slogan* comum no discurso político: conciso, carrega simplificação, esta manifestada na singularização e na essencialização (solidificadas, sobretudo, pelo anaforismo de uma ideia tão clara e tão vaga: povo). Não sem motivos, conseguiu produzir em uma parte da sociedade uma espécie de “adesão passional mascarada por uma ilusão racional, pois o sentido veiculado está impregnado de uma razão emocional que excede largamente o que é dito explicitamente” (Charaudeau, 2008, p.100). O povo (cidadão não afetado pela enchente) pelo povo (cidadão afetado pela enchente) encerra parcialmente uma realidade vista/vivida no RS. É verdade, mas não é em totalidade; um risco da simplificação.

10 - E, aqui, destaca-se outro problema na dinâmica dos veículos de comunicação diante dos acontecimentos. No afã de posicionarem-se politicamente, contribuindo para uma cobrança às autoridades, acabam cometendo erros que parecem atender aos anseios dos imaginários sociodiscursivos, posicionando-se mais partidariamente do que socialmente (Folha de S.Paulo, 2024).

11 - Quando não este, um outro de também forte apelo patêmico: “civil salva civil” – o qual, aliás, parece colocar em questão a falta de atuação das Forças Armadas, evidenciando um melindre da extremadireita com o fato de os militares não terem aderido à tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023.

Um dos principais propulsores do lema, um comediante¹² com milhões de seguidores no Instagram e que se envolveu nas ações de assistência às vítimas do caos no Sul, se disse apartidário, mas pareceu não (querer) perceber a forma como a verdade veio sendo bem manipulada por um conjunto de apoiadores de políticos alinhados ao espectro da direita e como esses mesmos homens públicos, que, mascarados (Charaudeau, 2008), apropriaram-se do “o povo pelo povo” e variações para, em publicações na internet, simultaneamente: promoverem-se e ainda assentarem (direta ou indiretamente) a ideia de que a Administração Pública nada faz em benefício da sociedade ou mesmo atrapalha quem está a tentar ajudar. Contudo, esses são, em boa parte dos *posts*, apenas substratos em enunciados que, a partir de variadas formas de enunciação, parecem querer mais destacar a ação cívico-social em prol dos atingidos pelas chuvas no RS.

Quando dissemos que a verdade veio sendo bem manipulada, apoiamo-nos na ideia de que esse processo é “impulsionado por duas molas: a oposição aos fatos e aos saberes estabelecidos (contraverdade) e o desejo de divulgar e de impor essas contraverdades” (Charaudeau, 2022, p.171), muitas vezes empreendido por sujeitos que têm o intuito de fazer valer e atestar o que é apenas uma crença intrinsecamente ligada ao imaginário do grupo social do qual fazem parte. Por exemplo, inferimos que, quem teve interesse político-partidário na tragédia, valeu-se de estratégias que têm dado certo no Brasil (sobretudo com a extremadireita, tantas vezes também nominalizada como bolsonarismo), tais como (dizer-se) *anti-establishment* e desacreditar instituições tradicionais, uma vez que setores da sociedade creem cada vez mais em ideias como “a política do/no Brasil atravanca a nação”, “nenhum político presta”, “a Justiça não funciona no país” etc. Nomeadamente, essas táticas manejam comportamentos apolíticos e fazem figuras políticas assumirem contornos triviais.

Então, ocorre que, em situações como a da tragédia no RS, a militância se vê chancelada, diríamos dissimulada, como ativista. Para nós, enquanto o primeiro termo¹³ apresenta um comprometimento ideológico, em geral político-partidário, e interessado em capitalizar de diferentes formas (Bourdieu, 1986), o segundo refere-se ao sujeito que se compreende como parte de um todo (e não fragmento de *uma* parte) e reconhece o valor do próprio atrelamento em determinada ação para alterar alguma situação de contexto que, ao ser modificada, traz benefícios ao coletivo. O faz mantendo uma “vida ativa”, que é “ao mesmo tempo pública e secreta” (Malini; Antoun, 2013, p.143), figurando como “livre adepto(a) da ação”, “defensor(a) de uma causa, tendo-a como uma verdadeira ocupação (em meio a outras), ofício para o qual não visa obter capital qualquer a não ser a defesa e progresso positivo do que defende”, vinculando-se “por prazer, por querer” (Braigghi, 2022, p.84).

12 - Vide perfil no Instagram de Nego Di: <https://www.instagram.com/negodioficial>. Acesso em: 16 set. 2024.

13 - E ainda como grupo de “pessoas dissociadas da (de uma determinada) realidade, desvinculadas (por si) das várias práticas da dinâmica social, sem outra(s) ocupações, buscando a intervenção a todo custo e como único norte de vida” (Braigghi, 2022, p. 84).

A diferenciação supracitada ganha particularidades outras quando consideramos que as ideias de militante e ativista podem ser compreendidas como chaves *ethóicas*. A imagem discursiva do locutor ajudaria a acessar (ou bloquear) um determinado universo de sentidos não necessariamente construído por ele, mas do qual faz parte. Coloca-se em xeque os *ethé* de credibilidade de um militante, em razão de seus vínculos e ideologias, mas não os de um ativista; ao passo que se elevam os valores de um ativista, em razão dos *ethé* de identificação que emergem (caráter, humanidade e solidariedade), em detrimento do militante. Qualificar alguém nesses lugares (ainda que nem precise assim verbalizar) significa, discursivamente, tragar a este uma representação sociodiscursivamente construída, que funciona, na interação entre locutor e destinatário, como mecanismo de influência.

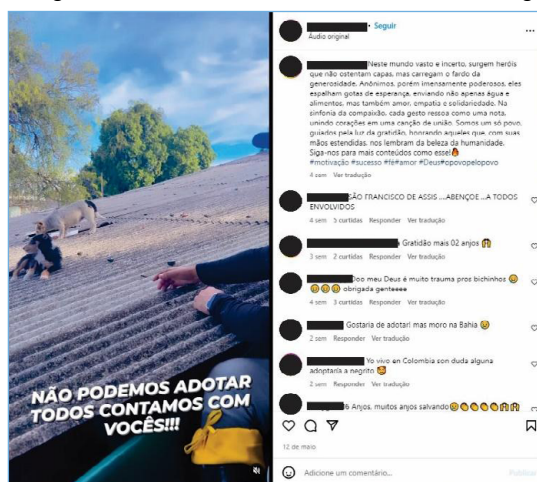
Gabriel incorpora-se como um ativista; assim talvez possa ser lido pelo telespectador-destinatário. O que ele diz se vê afiançado pelo corpo em ação, o corpo como porta-voz primeira (Maingueneau, 2020), autenticação do lugar de fala, pois fala do lugar de ação. Parece, assim, inexequível questionar o *ethos* ativista, uma vez que ele semelha assumir a “função ofusante que oculta o *logos* por seu jeito de evidência que não se discute” (Charaudeau, 2008, p.180). Ainda mais um ativista em atividade, pois é nesta que ele se faz. Em entrevista, veicula-se em rede nacional de televisão como depoente, testemunha ocular da realidade e, numa dimensão experiencial, parece recobrir uma caracterização sociopsicológica estereotípica daquele que cobra a ação das autoridades e da sociedade, em razão da luta que empreende ao lado dos seus. Uma conjecturável dimensão ideológica (de extremadireita ou, no mínimo, antipetista) aqui, por sua vez, parece sobreposta por estratos *ethóicos* que falam mais alto; gritam diante da tragédia. Vale dizer, porém, que essa sobreposição ocorre na apropriação do destinatário, que incorpora o *ethos* ativista, uma vez que é tomado por uma combinação de fatores de uma complexa cena de enunciação.

Não precisaríamos repisar as peculiaridades de acontecimentos (Quéré, 2005) como o que aqui nos serve ao exame. Tem a catástrofe gaúcha qualquer coisa de extraordinária, a modificar o estado do mundo fenomênico, que, somada à forma como os *mass media* a significaram, impactou os sujeitos de modo a se envolverem com ela. É o que pode ter também levado diversos cidadãos a participarem de ações caritativas *in loco* ou mesmo a distância; efetivamente, ou de forma mediada, a pautarem a calamidade em questão nas redes sociais *on-line*, por exemplo, principalmente ante a percepção do sofrimento humano em causa (Zagefka, 2021). Vale dizer que alguns estudos (Khan *et al.*, 2022; Kopacheva, 2021) destacam a interação dinâmica entre plataformas *on-line* e ocorrências no mundo real, sugerindo que, em situações em que as pessoas são diretamente impactadas por eventos significativos, ficam elas mais inclinadas a se engajarem em formas que poderíamos chamar de ativismo rarefeito na/da internet: o engajamento com cliques, comentários e até um tempo maior de exposição de tela de registros sobre o acontecimento.

É esse um abrandamento da ideia do ativismo do clique, um pouco menos hostil que a perspectiva de *slacktivism*, quase tocando a linha tênue da disfunção narcotizante: clicar e se informar dando a sensação de fazer algo a respeito (Wolf, 1999). De toda forma, há resultados positivos desse tipo de empreitada, ao passo que poderíamos falar também de uma inocência e superficialidade de consciência política daqueles que com esta se envolvem (Halupka, 2017).

De toda forma, quando falamos de uma das maiores catástrofes climáticas do país, proporcionalmente teríamos acentuada parcela da população também se inserindo na arena pública de debates da *web*¹⁴. Valer-se das denominadas *hashtags*, nesse espaço, por sua vez, é uma forma de efetivamente demonstrar inclusão em tal ambiência, dado o seu valor de afordância (Paveau, 2022). Aplicá-las no rodapé de publicações é, ainda, um mecanismo para expressar solidariedade, admitamos, mas é simultaneamente uma augurada ferramenta de autoexpressão que pode servir não apenas para construção de uma comunidade temática, mas fortalecimento das que já existem (Fitzpatrick, 2022). Em maio de 2024, no Brasil, utilizar *#opovopelopovo* semelhava, então, dizer: “estou compadecido com o que está ocorrendo no RS, vou ajudar e creio que você, leitor da minha publicação, também deveria (ajudar e se compadecer)”. Essa é a camada mais visível das postagens alusivas.

Figura 1: Página no Instagram destaca o trabalho de voluntários no resgate de animais no RS



Fonte: Print de postagem no Instagram

Nessa dimensão, por assim dizer, postar qualquer imagem alusiva ao caos gaúcho e/ou veicular qualquer texto (reflexão, comentário, poema etc.) remissivo à tragédia são formas simbólicas de inserir-se no acontecimento. Como endosso final, utilizar a supracitada *hashtag*-bordão (e suas variantes) é, também, se dizer e se configurar

14 - Se por um lado parece positiva tal adesão, por outro, conforme sugere estudo do Laboratório de estudos sobre Imagem e Ciberultura (Labic) da Ufes, paradoxalmente “a desordem informacional pode afetar [...] [até] a solidariedade com o povo gaúcho” (MALINI, 2024, n.p.).

como povo (daquela parte que opera em benefício da outra: o povo em situação de vulnerabilidade com a catástrofe). Assim, a noção de povo, já tão amplamente discutida (Lima; Botelho, 2020), parece querer reivindicar, ao menos discursivamente, uma outra, a de cidadão, sobretudo o de um utópico papel deste na contemporaneidade (Santos, 2003): engajado, crítico, cooperativo e ativo. Em certa medida, coloca em questão a perspectiva da pleonástica construção cidadão de bem, daquele que age positivamente para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária – ao menos, em nossa concepção, era isso que o termo deveria carregar como sentido preciso¹⁵.

O problema é quando essa ideia simbólico-representacional é reterritorializada sem aviso-prévio: i) Houve quem tenha capitalizado com a desgraça, a fazer, por exemplo, o chamado turismo de tragédia (Biran; Hyde, 2013) e, claro, não deixar de registrar a viagem nos respectivos perfis em mídias sociais. Poderíamos destacar alegoricamente o lugar de alguns *influencers*, que empreenderem a presença *VIP* em catástrofe. É um tanto questionável¹⁶ a necessidade de (pessoalmente, compreendam o pleonismo) deslocar-se até o *front* e, lá, fazer novos registros (alargando o conjunto já excessivo que já havia da desgraça). Todavia, reconhecemos que a função dispositivo (Charaudeau, 2018) influencia na forma como o destinatário consumirá a informação: quando se fala da catástrofe nela estando, tem-se, principalmente, o simulacro da autenticidade, afetando positivamente a credibilidade, bem como o engajamento emocional, fazendo o *pathos* sobrepor-se ao *logos* (Charaudeau, 2019).

Geolocalizado na tragédia, o influenciador digital consegue, por algum tempo, deixar o lugar de proeminência *web* para ser só mais um em meio a nós no mundo real (o que de fato são). É o que vimos, também, no *podcast* em análise. Com o *influencer*, temos alguém que, imageticamente, mesmo sem se valer da já citada *hashtag*, se assinala como parte do povo e que atua por toda a gente, sem necessariamente ter de verbalizar isso. Há uma (re)virada representativa, galgando ao *ethos* desse sujeito marcas que fazem parte da positividade atrelada ao ativista/cidadão (de bem). São eles, então, discursivamente, mais um Gabriel.

ii) *Mutatis mutandis*, nessa mesma esteira, talvez aproveitando-se do juízo de que povo é uma noção totalizante e genérica, que incluiria todos aqueles que de um determinado país são habitantes, políticos (que não fazem parte da base de governo do atual presidente da república) exploraram variações do já mencionado enunciado nas redes sociais *on-line*. Entre os exemplos que poderíamos observar, destacamos a publicação no Instagram de um deputado federal.

Em uma publicação como a Figura 2, o filho de Jair Bolsonaro, ex-presidente, desloca-se do papel político-partidário e assinala-se, a reivindicar aqui não só as chancelas de ativista-cidadão-povo, mas a de patriota, como (mais um) brasileiro. Vale-se, para tanto, de uma outra espécie de *slogan*, uma frase atribuída a Câmara-Cascudo que,

15 - É relevante observar, então, como a linha é tênue com o conceito que outrora aqui desenvolvemos de ativista.

16 - Obviamente, mais uma vez, não se pode deixar de destacar a valorosa contribuição que (alguns) tiveram para diminuir a dor daqueles que passaram pela catástrofe, mobilizando recursos de toda sorte para serem transportados ao RS.

inclusive, já fora utilizada como chavão de governo por ninguém menos que o próprio presidente Lula em 2004: “o melhor do Brasil é o brasileiro” (Lula [...], 2004). A enunciação é direta e não traz qualquer problematização do campo político. O vídeo, à esquerda, evidencia o sujeito com “a mão na massa”. Inserida em um amplo e complexo contexto discursivo, a postagem, então, mobiliza os aspectos *ethóicos* que evidenciamos aqui antes. Eduardo é como Gabriel.

Politicamente letrado (ou bem assessorado) nas tramas midiáticas, Eduardo sabe jogar com o conjunto de públicos com os quais se relaciona. Como deputado pelo estado de São Paulo, reconhece que utilizar a #opovopelopovo seria descreditar o valioso trabalho prestado pelo Corpo de Bombeiros de sua região na tragédia em curso. Ao mesmo tempo, encontra uma estratégia para mobilizar os recursos que operam em envilecimento da atuação governamental, a qual está em oposição à ação voluntária dos concidadãos.

Figura 2: Deputado Federal Eduardo Bolsonaro no Instagram



Fonte: Post no perfil de Eduardo Bolsonaro no Instagram

iii) Engana-se, então, quem crê que o uso dos enunciados ligados ao lugar dos civis em benefício de seus iguais não fosse eleitoreiro. Não demorou muito, aliás, para que a ressignificação (ou a significação previamente pretendida) ficasse explícita; o mês de maio passou, junho chegou e, com ele, a convocação na internet para uma manifestação na Avenida Paulista em São Paulo: “O povo pelo povo contra Lula e Alexandre de Moraes”. Quando dissemos, então, que utilizar a cerquilha poderia servir não apenas para a construção de uma comunidade temática, mas para fortalecimento das que já existem, queríamos destacar que #opovopelopovo se assoma a máximas e motes como #Supremoéopovo e #Brasilnasruas, entre tantas outras, vistas não só nas redes, bem como em manifestações pró-Direita, nas quais os media, especialmente a Globo, também são postos como rivais (Braigih; Lessa, 2022).

Esse processo, no entanto, parece orgânico, natural. “Que mal haveria em protestar em benefício de melhorias para a sociedade?”, “é só o povo pelo povo”, agora nas ruas da maior cidade do país, poderia dizer alguém mais politicamente imaculado. São, nas ruas, paulistanos como Gabriel. Patriotas como Eduardo. Esconde-se, porém, que fora construída uma narrativa no ambiente digital, a acompanhar o desenrolar evenemenial (dando significado a ele), que não se encerra com o fim do acontecimento ao qual pretensamente se relaciona.

Figura 3: Deputado Federal Marcel van Hattem convoca para manifestação



Fonte: Post no perfil de Marcel van Hattem na rede social X

iv) Por fim, em toda essa seara de tentativa de significação, inserção e apropriação no/do acontecimento, as notícias falsas – ou ao menos as meias-verdades, como a que dá abertura a esta seção – têm terreno fértil para se propagar. Durante a tragédia, na web, elas circularam milhões de vezes (Chiodi et. al., 2024)¹⁷. De fato, ao final, vimos uma disputa pela pretensa verdade nas redes que chegou até a ser superior ao tema que fomentou o debate¹⁸ – uma vez que, tentar atestar a realidade, qual seja, também semelha ser um exercício ativista. Isso porque, no contexto, absurdos vieram sendo ditos. Um relatório técnico do Laboratório de Estudos de Internet e Redes Sociais (NetLab)¹⁹ da Universidade Federal do Rio de Janeiro apontou, após um mapeamento de “narrativas

17 - É o que mostram estudos do Instituto Democracia em Xequê. Vide: <https://institutodx.org/publicacoes/>.

18 - É o que mostrou um levantamento de FGV acerca dos debates sobre o impacto da tragédia no RS. (Gaspar, 2024).

19 - Vide mais em: <https://netlab.eco.ufrj.br>.

de desinformação multiplataforma”, que, além do que aqui já exploramos, as postagens *on-line* buscaram empreender fraudes diversas, mas também “negar a relação entre os eventos e as mudanças climáticas” e até “inserir a tragédia nas pautas morais e em teorias da conspiração” (Salles e Santini, 2024, p.5).

O que percebemos é a emersão (ou mesmo a emergência) dos saberes de crença (Charaudeau, 2017) para esclarecer, serenar e até mobilizar diante da catástrofe, pois tem-se um cenário em que ou o científico parece não conseguir explicar o excêntrico-inesperado, ou suas justificativas parecem afastadas e dispare de tudo o que a sociedade vê (ou melhor, sente, impactada pateticamente pela desgraça). Os *mass media*, por sua vez, além de já virem descreditados por narrativas daqueles que se apropriam de momentos como esses para se venderem (ou fazerem valer as noções que sustentam as ideias compartilhadas nos grupos dos quais fazem parte), também se veem perdidos, tentando dar conta das ocorrências. Nesse lugar, a verdade transcendental é, além de um filtro axiológico, uma fonte de segurança. Recorre-se, então, às doutrinas e, num país majoritariamente cristão, ao saber de revelação das Escrituras, nomeadamente o velho testamento, donde o castigo divino é a razão²⁰.

Mas, vale dizer que, na lógica do saber de crença, a fonte da verdade é emitida não necessariamente por qualquer texto sagrado, mas por um “[...] ‘alguém-verdadeiro’, que internaliza o saber e, ao mesmo tempo, deseja que ele seja partilhado [...]” (Charaudeau, 2022, p.31), “[...] emanando, na maior parte das vezes, de uma figura carismática” (Charaudeau, 2017, p.583). Os pseudoprofetis contemporâneos que já compreenderam isso manipulam essa verdade doutrinal, verbalizando-a e trazendo-a ao campo político (com figuras como Jair Bolsonaro e filhos²¹) ou econômico (o caso de *influencers* como Pablo Marçal²² e Leandro Ruschel²³), inebriando as barreiras entre o social e o religioso, deixando tênue a linha entre variados domínios de práticas sociais. Pavimenta-se com a fala deles, assim, um caminho de solidificação de imaginários, cristalizando representações sociais, preenchendo os universos de pensamento, nos quais se constituem as verdades para determinados grupos (Charaudeau, 2017). Essa figura profética faz parte de um “nós-verdadeiro”, convertido ao longo de toda essa discussão na ideia de povo (do cidadão, do ativista, do brasileiro), opondo tal grupo ao outro (o governo, a mídia, o judiciário, o militante [aquele que pensa diferente, pois estaria amparado pela ideologia]). Nesse contexto, o que é dito pelo revelador efeito de verdade ganha, ainda que, muitas vezes, não se encontrem bases para sustentá-lo.

20 - Como uma influenciadora digital que foi processada pelo Ministério Público por associar a tragédia a religiões de matriz africana (G1 Minas, 2024).

21 - Como esta postagem no Instagram do Senador Flávio Bolsonaro na qual faz remissão ao já mencionado *slogan* O Povo pelo Povo e ainda condiciona passagem bíblica: <https://www.instagram.com/p/C6xPtOEueVG/>. Acesso em:

22 - Vide perfil no Instagram em: <https://www.instagram.com/pablomarcal/>.

23 - Vide perfil no Instagram em: <https://www.instagram.com/leandroruschel>.

Reticências

Tomando como premissa as discussões empreendidas sobre as características e funções sociais do jornalismo ambiental (Bueno, 2007), bem como as frentes anteriormente elencadas do que consideramos Ativismo, podemos traçar, a partir do que fora discutido aqui, alguns caminhos possíveis para um jornalismo que, diante de tragédias como a vista no RS, assuma uma posição crítico-analítica e uma postura ativista, afastando-se e fazendo contraponto ora aos oportunistas midiático-político-partidários, ora aos veículos de comunicação que, ante a pressa pelo furo e determinação de sentidos aos acontecimentos, mais parecem desinformar – ambos sem a preocupação real com a mudança social, gênese dos termos que fomentam este parágrafo.

Por ambiente devemos entender mais do que o verde das matas e o azul das águas que nos cercam; está no âmbito social que nos circunda. Como partes desse meio ambiente, é obrigação nossa (os autores aqui se incluem), na condição de cidadãos, adotarmos uma conduta perscrutadora diante dos dados aos quais temos acesso para formação de uma postura elucidativa e verdadeiramente cidadã.

Nesse contexto, se, de um lado, o jornalismo com apelo efetivamente ambiental visa a amplificar conhecimento, atuando/colaborando no processo de construção de subjetividades políticas (em sentido amplo) (Pasquinelli, 2002) da instância receptora, de outro, o ativista só assim pode ser considerado na medida em que já conseguiu desenvolver conhecimento, adquirir consciência crítica da realidade social, e atuar efetivamente na mudança social. Formar-se-ia, então, uma dinâmica cíclica, na medida em que essa mesma “consciência cidadã” (Charaudeau, 2008) posicionar-se-ia de modo cada vez mais diverso e analítico diante das informações às quais teria acesso por meio dos *mass media* – e da *web* de modo geral. Essa não é uma posição crendeira (e reconhecemos uma série de limitações no contexto), pois sabemos da penetração dos *media* na vida das pessoas e o poder de mobilização de imaginários deles, seiva que pode, sim, trazer contribuições positivas.

Contudo, não queremos qualificar, com esse processo circular, o jornalismo (quando assumindo perspectivas do jornalismo ambiental) de ativista. Assim nem o poderia ser, pois, do contrário, estaríamos contradizendo os conceitos que ora apresentamos. Mas, ainda que jornalistas estejam inseridos em uma maquinaria midiática (Charaudeau, 2019) que tem de equilibrar o intuito informativo com o captador, este com fins econômicos, não deixa ele/ela de ser sujeito, cidadão inserido no meio, que poderia assumir uma postura coerente a esta última condição, a influenciar mudanças de postura em seu empregador. A nossa reflexão não é ingênua, pois temos noção dos entraves. Todavia, a mudança é feita por pessoas. Além disso, o conjunto de movimentos midiáticos na *web*, da mediação de si nas redes sociais *on-line*, das novas e variadas formas de consumo das informações e tomada delas de modo unilateral, sem trabalho crítico, sem problematização, com posturas alienantes, fortemente influenciadas pela saciação de imaginários sociodiscursivos estruturados em saberes de crença, são motes suficientes para uma nova tomada de posição dos veículos de comunicação de massa.

É preciso ao jornalismo questionar a dita verdade e, pedagogicamente, demonstrar à instância receptora-cidadã como fazer isso também – em que pese esta última poder, com isso, questionar os próprios veículos de comunicação. Esse parece ser um meio de corromper o processo de descrença nas instituições tradicionais, entre as quais a mídia se inclui, demonstrando que não há o que esconder. Talvez, assim, os *media*, representados pelo jornalismo sério, passem a ser vistos novamente como esse “alguém-verdadeiro”.

É necessário à mídia alinhar-se cada vez mais aos fatos, mas reconhecer que deles só temos acesso pelos relatos e que há variados modos de conformá-los, valendo-se dos enunciados mais dilatados (contra a simplificação *web*) e da enunciação mais variada possível (Charaudeau, 2018, 2019). Isso, pois, mais do que o objetivo-fim de toda prática jornalística, a informação se firma como o principal meio de preservação do ambiente e da conscientização a partir da contextualização de acontecimentos trágicos como o que aqui retratamos. Para tanto, é fundamental atentar aos enquadramentos dados e às fontes ouvidas. O silenciamento pode apontar rasuras e oferecer vestígios sobre posicionamentos e defesas implícitas aos quais veículos midiáticos, inseridos na lógica mercadológico-capitalista, podem se entrelaçar. Por outro lado, projetar vozes despreparadas, afetadas emocionalmente e sem o crivo da razão, ou mesmo militantes, pode inverter a dinâmica e contribuir ainda mais para o processo de desinformação e descrédito dos *media*.

Contudo, assim como todo rio corre para o mar, o jornalismo deve ir aonde o povo – e a informação – está. É preciso ao jornalismo buscar a justa medida entre aprofundar-se e falar não apenas para o povo, mas com o povo e pelo povo. Incorporar também esse *ethos* ao descer do supedâneo. Assim, ainda que, conceitualmente, não acreditemos que a mídia hegemônica possa ser tomada como ativista, desse modo, ela pode ser vista pelo seu destinatário, o que pode ofertar mecanismo de influência para a tomada de consciência.

É fundamental avançar cada vez mais na demanda do jornalismo colaborativo, a tocar o radical. Valer-se da função pedagógica, mas não menosprezar *a gente*, compreendendo-a como parte do movimento político. Mais do que se fazer presente na obrigação e disputa pelo furo jornalístico, o Jornalismo (este, com letra maiúscula, indicando área de pesquisa e a seriedade do veículo) deve se fazer presente como defensor da vera democracia e do bem-estar social. Cumprir com a agenda pública de interesse público não deve ser somente uma diretriz de promessa de formatura, mas, sim, lembrete diário na rotina prática que o consome. Fazer-se presente em tragédias ambientais é colocar o jornalismo (ambiental) a serviço de quem mais lhe interessa e deve: o povo.

Vale dizer que, quando o dito jornalismo sério não se faz presente, outras formas de presença o farão, sempre, a registrar e mediar o que é preciso (Braighe, 2018). Nesse contexto, conforme nos lembra o cancionero popular, “quem mente antes diz a verdade” – e, de modo exemplar, foi o que ocorreu no RS. A redes ocuparam um espaço

que os *media* deixaram em vacância. Muito mais complexo, então, é para o jornalismo alocar-se nesse lugar e ainda contradizer o que já vinha sendo construído, principalmente manejando formas diferentes de abordagem aos fatos.

Isso porque olhar para as tendências da *web* e fazer contraponto discursivo a elas não significa ter de ser totalmente diferente. É válido que o jornalismo, no anseio do questionamento das verdades, se aproprie das linguagens e (re)assine seu contrato comunicativo estabelecendo novas cláusulas, nomeadamente aquelas que tratam dos modos de organização do discurso, a valer-se de perspectivas de enunciação que se alinhem, por exemplo, a estratégias patêmicas²⁴ (Charaudeau, 2018, 2019). Se a razão emocional em coberturas como as que aqui tratamos é um norte, que os veículos a tomem de assalto, sem com isso perder a convergência para o saber de conhecimento.

Essas práticas, contudo, devem se firmar engajadas; política, social e culturalmente. Política, sim, porque, se ainda não ficou claro, Meio Ambiente é política/o. Os impactos sociais de tais acontecimentos são sobressaltadamente superiores para quem vive à margem – do rio, da mata, da vida. Esses desastres podem excluir culturas, matar costumes, apagar memórias (não só pela ausência de registro da mídia ou da *web*, mas até em razão do enquadramento dado por eles). Por isso, fazer Jornalismo Ambiental, de letra maiúscula e ciente do seu tamanho, é ser resistência. É nadar contra a corrente, correr contra o vento, ir na contramão do que as grandes empresas e economias pregam – e sobreviver.

Com a intersecção desses elementos, o jornalismo sério vai se colocar no *front*, mas não sozinho. É a partir dessa relação consciente e ciente do seu papel militante (sim, pois não nos enganemos, também quer algo em troca para si) que se firma como defesa do seu lugar, da democracia, do Meio Ambiente, da sociedade. Não se curvar ao imenso jogo de interesses e de cartas marcadas que rodeia a prática é se defender no seu âmago.

Contudo, saímos deste texto com a sensação de que lidamos com problemas antigos. Se nos baseamos na Semiolinguística como um ferramental analítico, não podemos desconsiderar que vários trabalhos acadêmicos que investigam o comportamento dos *media* e dos sujeitos nas redes sociais *on-line*, principalmente no Brasil, têm chegado a considerações análogas às nossas. Em certa medida, é o passado caído de presente, legando, como o poeta percebeu, a dor ao ver que, apesar de termos feito tudo o que fizemos, a sociedade e a mídia ainda são as mesmas. O que parece dar outras nuances aqui, porém, é a efervescência ante a um evento de grande comoção e imprevisibilidade. Da mesma forma, peculiaridades do ambiente digital, influenciado por interesses diversos, vão moldando narrativas que tentam dar conta, enquadrar e significar o evento em curso.

E o futuro? Não se contrapõe ao já exposto, que nos faz ingressar nessa corrente que visa a trazer contribuições outras e que demonstre por que é preciso e como é

24 - Nesse contexto, por exemplo, vale a leitura do trabalho de Lindemann e Schuster (2024) sobre a tiktokização como estratégia de combate à desinformação.

possível mudar a dinâmica discursiva em prol do conhecimento e tomada de consciência cidadã. Dai emerge o papel social não só do jornalismo, mas também dos estudos discursivos. Mais do que práticas sociais sobre as quais se debruça, a Análise do Discurso presume, ainda, a função social de seus desdobramentos que vislumbra impactar.

Assim, cremos ter mostrado que outros caminhos são concebíveis. De intersecção, de encontro, de luta – que não apresenta um ponto final. Tal qual o motivo maior desta publicação, à qual nos vinculamos, uma vez que celebrar a pluralidade de um programa de pós-graduação é viver a democracia. Essa que o jornalismo sério deve defender, bem como o cidadão de bem, compreendido como ativista ou não. Aliar fonte de conscientização ao jornalismo tradicional é provar que a infinitude do ambiente que nos cerca pode estar com os dias contados se nada for feito. A diversidade que vemos à nossa volta deve estar, também e principalmente, nos produtos midiáticos que consumimos; para, então, construirmos outros conhecimentos, populares e acadêmicos, que se convergem em eternas reticências – porque o ambiente, ora, não merece nenhum ponto final.

Referências

- ANDRADE, T. Entenda caso da pesquisadora que acusa Daniela Lima e Janja: Michele Prado aceitou convite para depor na Câmara. *Pleno.news*, [s. l.], 15 maio 2024. Política Nacional. Disponível em: <https://pleno.news/brasil/politica-nacional/entenda-caso-da-pesquisadora-que-acusa-daniela-lima-e-janja.html>. Acesso em: 2 set. 2024.
- BIRAN, A.; HYDE, K.F. New perspectives on dark tourism. *International Journal of Culture, Tourism and Hospitality Research*, [s. l.], v. 7, n. 3, p. 191-198, 2013.
- BOURDIEU, P. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. (ed.). *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. New York: Greenwood, 1986. p.241-258.
- BRAIGHI, A. A. Ativismo contra a corrupção em hackathons no Brasil. *Revista Fronteiras: estudos midiáticos*, v. 24, n. 2, p. 82-94, maio/ago. 2022.
- BRAIGHI, A. A. *Midiativismo em questão: um modelo de análise baseado no Mídia Ninja*. 1. ed. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2018.
- BRAIGHI, A.A.; CÂMARA, M.T. O que é Midiativismo? Uma proposta conceitual. In: BRAIGHI, A. A.; LESSA, C. H.; CÂMARA, M. T. (org.). *Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática*. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2018. p. 25-42.
- BRAIGHI, A.A.; LESSA, C. H. Das blusas amarelas às panelas: Memórias, imaginários e polêmicas nos protestos em tempos de pandemia. In: BRAIGHI, A. A.; LESSA, C. H.; AZEREDO, L. A. S. de (org.). *Vozes na pandemia*. [Belo Horizonte]: LED, 2022. p. 201-226.
- BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. Governo não recusou ajuda do Uruguai: helicóptero do país ajuda nas operações de resgate do RS. *Secretaria de Comunicação Social*, [s. l.], 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/>

[noticias/2024/05/governo-nao-recusou-ajuda-do-uruguai-helicoptero-do-pais-ajuda-nas-operacoes-de-resgate-do-rs](#). Acesso em: 15 ago. 2024.

BUENO, W. C. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. *Inf. Inf.*, Londrina, v.15, p. 1-12, 2010. Número especial.

BUENO, W. C. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, [s. l.], n. 15, p. 33-44, jan./jun. 2007.

CÂMARA, M. T. *Para nunca esquecer*: uma análise discursiva de coberturas midiáticas impressas sobre o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHARAUDEAU, P. *A manipulação da verdade*: Do triunfo da negação às sombras da pós-verdade. São Paulo: Contexto, 2022.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2019.

CHARAUDEAU, P. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso*: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2018.

CHARAUDEAU, P. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. Tradução: André Luiz Silva, Rafael Magalhães Angrisano. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 7, p. 571-591, jan./jun. 2017.

CHIODI, A.; CAPONE, L.; COSTA, A.; MANNHEIMER, V.; HOMMA, L.; PECORARO, C.; BORGES, T.; ABRANTES, N. *Narrativa e desinformação no contexto da crise climática do Rio Grande do Sul #2*. 22 mai. 2024. Instituto Democracia em Xeque, 2024.

DOSSE, F. *Renascimento do acontecimento*: um desafio para o historiador: entre esfinge e Fênix. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

EMEDIATO, W. A construção da opinião na mídia: argumentação e dimensão argumentativa. In: EMEDIATO, W. (org.) *A construção da opinião na mídia*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2013, p. 69 - 103

FITZPATRICK, C. Claiming collectivity: the socio-political affects of hashtagging “us”. *International Feminist Journal of Politics*, [s. l.], v. 25, n. 2, p. 288-309, 2022.

FOLHA DE S.PAULO. Governo mente ao afirmar que não dispensou oferta de ajuda do Uruguai ao RS. Nota da Secom omite lanchas e drones colocados à disposição ao país vizinho. 8 mai. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/05/governo-mente-ao-afirmar-que-nao-dispensou-oferta-de-ajuda-do-uruguai-ao-rs.shtml>. Acesso em: 7 set. 2024.

FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

GASPAR, M. Chuvas no RS: Debate de fake news ultrapassa posts sobre tragédia e domina discussão nas redes. *Jornal O Globo*. 20 mai. 2024. Disponível em: <https://>

oglobo.globo.com/blogs/malu-gaspar/post/2024/05/chuvas-no-rs-debate-de-fake-news-ultrapassa-posts-sobre-tragedia-e-domina-debate-nas-redes.ghhtml. Acesso em: 7 set. 2024.

GENRO FILHO, A. *O segredo da pirâmide*: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GABRIEL conta que voluntários estão recebendo pedido de retirada de corpos em Canoas. *Globoplay*, [s. l.], [2024]. Encontro com Patrícia Poeta. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12582719/>. Acesso em: 7 set. 2024.

GLOBO REPÓRTER. O Brasil e a solidariedade: a impressionante capacidade de mobilização de brasileiros diante de tragédias como a do RS. *Globo Repórter*, [s. l.], 17 maio 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2024/05/17/o-brasil-e-a-solidariedade-a-impressionante-capacidade-de-mobilizacao-de-brasileiros-diante-de-tragedias-como-a-do-rs.ghhtml>. Acesso em: 15 ago. 2024.

G1 MINAS. Influenciadora que associou tragédia climática no Rio Grande do Sul a religiões de matriz africana é denunciada pelo MP. *G1 Minas Gerais*, [s. l.], 18 maio 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2024/05/18/influenciadora-tragedia-rio-grande-do-sul-religoes-matriz-africana-denunciada-pelo-mp.ghhtml>. Acesso em: 15 ago. 2024.

HALUPKA, M. The legitimisation of clicktivism. *Australian Journal of Political Science*, [s. l.], v. 53, n. 1, p. 130-141, 2017.

HOLANDA, J. S. P. de; KÄÄPÄ, P.; COSTA, L. M. Jornalismo ambiental: características e interfaces de um campo em construção. *Intercom:Revista Brasileira de Ciência da Comunicação*, São Paulo, v.45, p. e2022109, 2022.

KHAN, Y.; THAKUR, S.; OBIYEMI, O.; ADETIBA, E. Exploring Links between Online Activism and Real-World Events: A Case Study of the #FeesMustFall. *Scientific Programming*, [s. l.], v. 4, p. 1-10, 2022.

KOCH, I. G. V.; CORTEZ, S. L. A construção heterodialógica dos objetos de discurso por formas nominais referenciais. *ReVEL*, [s. l.], v. 13, n. 25, p. 29-49, 2015.

KOPACHEVA, E. How the Internet has changed participation: Exploring distinctive preconditions of online activism. *Communication & Society*, [s. l.], v. 34, n. 2, p. 67-85, 2021.

LIMA, L. B. B. de.; BOTELHO, M. C. Sobre o povo: do debate Kelsen-Schmitt a Agamben, Freud e Laclau. *Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas*, [s. l.], v. 36, n. 2, p. 339-362, jul./dez. 2020.

LOOSE, E.; GIRARDI, I. O Jornalismo Ambiental sob a ótica dos riscos climáticos. *Interin*, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 154-172, jul./dez. 2017.

LINDEMANN, C.; SCHUSTER, P. R. A tiktokização como estratégia de combate à desinformação. *Lumina*, [Juiz de Fora], v. 18, n. 1, p. 110-127, jan./abr. 2024.

LULA lança campanha para brasileiro recuperar autoestima. *Consultor Jurídico*, [s. l.], 20 jul. 2004. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2004-jul-20/lula_lanca_campanha_brasileiro_recuperar_auto-estima/. Acesso em: 15 ago. 2024.

MAINGUENEAU, D. *Variações sobre o ethos*. São Paulo: Parábola, 2020.

MALINI, F. As narrativas do desastre climático no Rio Grande do Sul. *Site do Labic*. 10 mai. 2024. Disponível em: <https://www.labic.net/cartografia/as-narrativas-do-desastre/>. Acesso em: 15 ago. 2024.

MALINI, F.; ANTOUN, H. *A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MARIANI, B. Imprensa, produção de sentido e ética. In: RIBEIRO, A. P.; FERREIRA, L. M. (org.). *Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 199 – 218.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, jul./dez.1993.

O ASSUNTO: A catástrofe climática no Rio Grande do Sul. [S. l.]: G1, 3 maio 2024a. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/4mosuthACfE9VQdTgdzNFI?si=62bf814f615d4e4d>. Acesso em: 15 ago. 2024.

O ASSUNTO: O descaso da política com a crise climática. [S. l.]: G1, 7 maio 2024b. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/1cjL0w5au79YIKFq9eBc1O?si=e7015b98723c4a46>. Acesso em: 15 ago. 2024.

OTÓN, M.; AIZPURU, A.; ESTEBAN, L. Los podcasts informativos diários em España: Evolución de la oferta y aportaciones narrativas del formato. *AustralComunicación*, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 1-27, 2022.

PASQUINELLI, M. (ed.). *MediaActivism: Strategie e pratchedellacomunicazioneindipendente*. Rome: Derive Approdi, 2002.

PAVEAU, M.-A. *Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas*. Campinas: Pontes Editores, 2022.

PERUZZO, C. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. *Lumina*, [Juiz de Fora], v. 1, n. 1, p. 1-29, jun. 2007.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, [s.l.], v.5, n.10, p. 200-212, 1992.

QUÉRÉ, L. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. *Trajectos: revista da comunicação, cultura e educação*, [s. l.], v. 6, p. 59-74, 2005.

RABATEL, A. O papel do enunciador na construção interacionais dos pontos de vista. Tradução: Wander Emediato. In: EMEDIATO, W. (org.). *A construção da opinião na mídia*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFGM, 2013, p. 19-61.

- RIBEIRO, A. P.; BRASILIENSE, D. Memória e narrativa jornalística. In: RIBEIRO, A. P.; FERREIRA, L. M. (org.). *Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 219-235.
- SALLES, D; SANTINI, R. M. *Enchentes no Rio Grande do Sul: uma análise da desinformação multiplataforma sobre o desastre climático*. NetLab. UFRJ. 2024.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- WOLF, M. *Teorias da comunicação*. 5. ed. Lisboa: Presença, 1999.
- ZAGEFKA, H. Perceived human and material costs of disasters as drivers of donations. *Journal of Applied Social Psychology*, [s. l.], v. 51, n. 5, p. 495-501, 2021.

Memória mítica patriarcal e legitimação da violência contra a mulher no projeto de lei 1.904/2024

Amanda Reis de CASTRO²⁵
Argus Romero Abreu de MORAIS²⁶

Considerações iniciais

No presente texto, temos por intuito refletir sobre uma das faces atuais da violência institucional contra o gênero feminino no Brasil, o ataque aos seus direitos reprodutivos, expressão sintomática de uma ofensiva que transforma seu corpo em campo de batalha ideológico com fins de manutenção das assimetrias estruturais das relações de poder. Para tanto, avaliaremos o projeto de lei (PL) 1.904/2024, o qual se inscreve no que chamaremos de memória mítica patriarcal, como forma de revisar preceitos constitucionais a respeito do direito de aborto às mulheres, retrocedendo a um estágio normativo pré-1940.

Discutir o PL 1.904/2024 a partir do debate da memória mítica e das práticas de reprodução da ordem patriarcal nos permitirá considerar a formação das estruturas proto-patriarcais ainda no período do neolítico. Tamanha digressão temporal se justifica pela sua compreensão como um acontecimento discursivo nos termos de Pêcheux (2002), para quem o acontecimento discursivo funciona como o ponto de encontro entre uma memória e uma atualidade. Ademais, ancorando-nos em Pêcheux (1999, p. 49-50), ressaltamos que a “[m]emória deve ser entendida aqui não no sentido psicologista da ‘memória individual’, mas nos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador”. Curiosamente, a categoria de memória mítica tem sido pouco utilizada no campo da Análise do Discurso para explicar o recrudescimento da intolerância no espaço público no país, privilegiando-se, em geral, a memória social e a memória do historiador.

Foucault (2008, p. 53) propõe que o analista do discurso tem o desafio metodológico de “[...] estabelecer as séries diversas, entrecruzadas, divergentes muitas vezes, mas não autônomas, que permitem circunscrever o ‘lugar’ do acontecimento, as margens de suas contingências, as condições de sua aparição”. Isso significa que

25 - Mestre em Letras com ênfase em Discurso e Representação Social pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), pesquisadora dos feminismos e professora de Inglês. E-mail: amandacastroletras@gmail.com

26 - Professor e pesquisador visitante da Faculdade de Artes, Letras e Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e investigador pós-doutoral na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires (UBA). E-mail: argusromero@yahoo.com.br

o pesquisador deve avaliar as “condições (mecanismos, processos...) nas quais um acontecimento histórico (um elemento histórico descontinuo e exterior) é suscetível de vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória” (Foucault, 2008, p. 56).

Nesse viés, alinhamo-nos à proposta de Moraes e Moita Lopes (2024) a respeito da “virada moral” da extrema direita brasileira em 2011, com os debates sobre o *Kit Escola Sem Homofobia*, o reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal da união estável homoafetiva e a instauração da Comissão da Verdade²⁷. Apesar dos avanços desses autores na compreensão da fusão entre ultraconservadorismo militar e fundamentalismo religioso no discurso político da extrema direita brasileira atual, ainda é necessário esclarecer melhor o funcionamento dos sentidos míticos na organização desse discurso, isto é, a composição de sua gramática moral, impulsionando-nos a seguir um caminho investigativo de tendência trans-histórica, dada a sua longuíssima duração, associada à formação de uma espécie de inconsciente coletivo transcultural. Nossa empreitada historiciza seus arquétipos, restituindo-lhes a opacidade.

Almejando dar conta dessa memória – a qual, por vezes, se confunde com o próprio processo de constituição das sociedades humanas, a ponto de funcionar como pedra angular do efeito ideológico de naturalização da hierarquia do masculino em relação ao feminino, como se se tratasse de uma distinção biológica, a-histórica, pois supostamente derivada da natureza humana –, realizaremos um trabalho de escritura discursiva muito próximo ao do fazer historiográfico. Nesse intuito, mobilizaremos um conjunto de leituras interdisciplinares que nos permitem seguir os rastros simbólicos de fundação dos efeitos de evidência do masculino como corpo violento e do feminino como corpo passivo e submisso ao controle, ordem do discurso que atravessa milhares de anos. Uma vez mais, ressaltamos que o nosso propósito é desconstruir a transparência dos seus sentidos, priorizando, em vista disso, a análise das narrativas míticas.

O PL 1.904/2024 institui em seu texto, de maneira inédita no Brasil, o entrelaçamento entre estupro e negativa de direitos reprodutivos, marcando uma ruptura com o senso comum que até então conseguia conceber sem maiores conflitos o aborto em situações excepcionais, sendo o estupro a mais repudiada delas. Ou seja, com o PL, busca-se alçar o aborto a uma prática mais “monstruosa” do que a do próprio estupro. Logo, quando os grupos de extrema direita organizados no Congresso Nacional brasileiro assumem nesse texto que mesmo em casos de estupro os direitos reprodutivos das mulheres não serão assegurados, temos a expressão do entrelaçamento entre estupro e controle do corpo feminino que funda o patriarcado. O PL 1.904/2024 é, então, um retorno rudimentar às bases produtoras e reprodutoras do patriarcado que serão trabalhadas ao longo das seções deste estudo.

Dito isso, nosso capítulo está estruturado do seguinte modo: em um primeiro momento, discutiremos a relação entre o PL 1.904/2024 e o estupro como arma de guerra. Em seguida, recuaremos até o neolítico para debater a formação do patriarcado

27 - A esse respeito, ver também Alonso (2018).

como modelo de sociedade, almejando compreender a fundação dos moldes e valores principais desse modo de organização social que atravessa as mais diferentes comunidades ao longo da história. Por fim, investigaremos como a emergência histórica da sociedade patriarcal está relacionada à transição imaginária do mito da deusa predadora para o mito do herói guerreiro, o qual associa a guerra à masculinidade e continua a produzir sentidos no campo político-social milhares de anos depois.

O corpo como território: estupro como estratégia bélico-política de dominação

De acordo com Verenicz (2022), em análise da prática do estupro como arma de guerra, esse tipo de violência é, fundamentalmente, direcionado a indivíduos tidos como inferiores em razão da sua etnia, nacionalidade, gênero ou religião. Como motivação, o estupro de guerra ancora-se em distintas motivações, tais como purificação étnica, espólio de guerra e genocídio, tendo por objetivo fundamental promover a desonra à vítima, à sua família e à sua sociedade. Esse tipo de violência acarreta efeitos intergeracionais, ou seja, atravessa distintas gerações. O debate sobre a violação sistemática do corpo feminino tem-se fortalecido no contexto geopolítico recente com a invasão russa do território ucraniano e com as acusações de que seus militares se utilizam do estupro para submeter e humilhar o povo conquistado.

Não obstante, destaca Verenicz (2022), tal tipo de violência é comumente utilizado como tática de guerra, estando presente em vários outros conflitos em distintos momentos da história. Entre os mais recentes, ressalta a jornalista, pôde-se notar o seu uso em Ruanda (1990-1994), na Bósnia (1992-1995), no Congo (1998-2003), no Tigré (2020-202-) e na Nigéria (2021), chegando a milhões de mulheres afetadas. “[O] estupro não é, de forma alguma, uma prática moderna, quer ele em contextos privados ou públicos, como em situações de guerra”, ao contrário, afirma Aguiar (*apud* Verenicz, 2022, p. 2), “[...] é uma demonstração de força, autoridade e imposição de vontade, majoritariamente de homens contra mulheres, fato que reflete a estrutura social patriarcal na qual estamos todos inseridos”.

Nesse sentido, o corpo feminino tem funcionado historicamente como “instrumento político de manifestação de vontades” (Aguiar *apud* Verenicz, 2022, p. 2), aspecto potencializado com o colonialismo, quando os invasores europeus passaram a naturalizar a violação das mulheres nativas no “Novo Mundo” como forma de implementar e reproduzir a nova hierarquia social. Ainda de acordo com Aguiar (*apud* Verenicz, 2022), devemos ao contexto pós-Segunda Guerra Mundial a ressignificação do uso do estupro como estratégia bélica. Em Ruanda e na antiga Iugoslávia, por exemplo, a violação sistemática dos corpos femininos possuía o propósito primordial de fomentar o genocídio de grupos étnicos rivais. “Para tanto, as mulheres eram o alvo, tanto como forma de desmoralizar o inimigo, como também para imprimir a criação de toda uma geração nascitura sem os traços étnicos daqueles tidos como rivais”, destaca Aguiar (*apud* Verenicz, 2022, p. 2).

Na Bósnia e Herzegovina, chegou-se mesmo a montar “campos de concentração” destinados à prática do estupro, nos quais a gravidez forçada deveria promover o nascimento de crianças sérvias e, com isso, promover a humilhação e intimidação intergeracional. Com esse propósito, emerge um novo *modus operandi* para o estupro, uma vez que, segundo Aguiar (*apud* Verenicz, 2022, p. 2), as “[...]violações sexuais frequentemente aconteciam na frente de outras pessoas, que podiam ser parentes da vítima, – principalmente do sexo masculino – ou membros do grupo estuprador, buscando reforçar a humilhação da mulher violada”.

Em última instância, o corpo feminino é um corpo político, disputado como se fosse literalmente um campo de batalha (Aguiar *apud* Verenicz, 2022). Juridicamente, de acordo com Kallas (2024, p. 2), “[a] violência sexual, em todas as suas formas, foi somente tipificada como crime contra a humanidade com a assinatura do Estatuto de Roma, em 1998. O Tribunal Penal Internacional passou a identificar estupro também como crime de guerra em 2016”. Além disso, no seu dizer, “[o] estupro é o crime menos denunciado de todos – e o estupro em conflitos é ainda menos” (Kallas, 2024, p. 2).

No contexto brasileiro recente, em 12 de junho de 2024, foi aprovado em regime de urgência na Câmara dos Deputados um projeto de lei que tem por objetivo principal criar meios legais para que as mulheres que realizem aborto após o período de 22 semanas de gestação possam ser punidas com até 20 anos de prisão. Nesse caso, a pena igualaria a punição ao aborto em caso de viabilidade fetal à pena para crimes hediondos, como o homicídio (Sales, 2024). Embora organizada na esfera simbólica do campo político, tal ação também se ancora em uma estratégia bélica contra o corpo feminino, propondo-se a acrescentar um outro nível de humilhação e controle às mulheres violentadas, pautado na legitimação institucional/constitucional dessa violência em uma sociedade formalmente democrática.

O autor do projeto, o Deputado Federal Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), argumenta que está agindo em prol da proteção do direito à vida e à dignidade humana dos nascituros²⁸. No seu dizer, o Código Penal brasileiro não estabelece um limite gestacional para o aborto nos casos em que a gravidez seja decorrente do estupro. Segundo o projeto de lei, “[s]e a gravidez resulta de estupro e houver viabilidade fetal, presumida em gestações acima de 22 semanas, não se aplicará a excludente de punibilidade prevista neste artigo”²⁹ (Sales, 2024, p. 1).

28 - Em 23 de junho de 2022, o então Presidente Jair Bolsonaro publica em seu perfil na rede social Twitter (atual X): “Um bebê de SETE MESES de gestação, não se discute a forma que ele foi gerado [estupro de uma criança de 11 anos], se está amparada ou não pela lei. É inadmissível falar em tirar a vida desse ser indefeso!” (Barretto Jr., 2022, p. 643).

29 - O aborto tem sido uma temática fundamental não apenas no âmbito das instituições parlamentares, mas também na esfera da própria medicina e de suas associações representativas, como é o caso do Conselho Federal de Medicina. Isso tem levado a um embate jurídico em todas as suas instâncias. Ainda de acordo com Sales (2024, p. 2): “O PL 1904/24, apresentado em maio deste ano, vai contra o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF). No último mês, o ministro Alexandre de Moraes suspendeu uma resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) que proibia a realização do aborto legal em casos de gravidez por estupro depois de 22 semanas. Publicada em 21 de março de 2024, a resolução do Conselho proíbe a ‘assistolia fetal’ em gestações acima de 22 semanas. A assistolia é necessária para a realização do aborto e parte do procedimento nos casos que a lei permite a interrupção da gravidez, como gestações resultantes de estupros. Segundo o Ministério Público Federal (MPF), não há prazo para a solicitação do aborto legal na lei. O direito de requisição é legal e a resolução do CFM [...] impossibilita a realização do que manda a lei em todo o Brasil”.

Consoante Becker (2024), de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apenas em 2022, foram registrados aproximadamente 75 mil estupros, dos quais 76% das vítimas eram menores de 14 anos (52 mil casos). Considerando esse recorte etário, 10% são crianças de 0 a 4 anos e 18%, de 5 a 9 anos. Esses dados apontam para “7.500 bebês estuprados, 13.500 crianças pequenas – mas que já podem engravidar, a partir de seus 9 ou 10 anos muitas vezes. E esses são apenas os casos registrados. Estima-se que a situação real seja muito pior” (Becker, 2024, p. 1). Isso significa que o crime de estupro ocorre majoritariamente no espaço intradomiciliar, totalizando aproximadamente 70% dos casos registrados, de modo que os bebês e crianças no Brasil possuem como principais agressores sexuais os seus próprios familiares: “86% dos abusadores são conhecidos e 64% são familiares” (Becker, 2024, p. 1).

Ainda segundo o pediatra, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) afirma que as cifras apresentadas acima podem representar somente 10% dos números reais. Para o médico, “os deputados proponentes dessa violência são os mesmos que defendem o armamentismo, as milícias, a violência policial, a anistia para golpistas, a não regulamentação das redes sociais [...], a liberação de disseminação maciça de fake news” (Becker, 2024, p. 2), os quais veem no controle e punição – físico/a e moral – do corpo feminino os alicerces do seu modelo de sociedade. O apoio desses grupos ao PL 1.904/2024 torna-se ainda mais curioso pelo fato de terem sido responsáveis por impedir em 2022 a tramitação urgente do projeto de lei que buscava transformar a pedofilia em crime hediondo (Becker, 2024).

A nosso ver, a análise discursiva do projeto de lei 1.904/2024 permite não apenas investigar os efeitos de sentido tendencialmente hegemônicos para a produção de adesão política no campo (ultra)conservador no país hoje, expressando o tipo de sociedade que buscam construir e sua ideia de bem comum, mas igualmente demonstrar como tais saberes se inscrevem em e reconstróem – em harmonia com outros projetos legislativos da extrema direita – “memórias imemoriais” com o fito de legitimar a violência contra grupos marginalizados. Tendo isso por pressuposto, passemos ao debate sobre o patriarcado.

O patriarcado como ordem social

Partimos da tese de que a ordem social patriarcal se funda e se reproduz ao longo da história baseando-se na necessidade de controlar as questões reprodutivas das mulheres. Dessa forma, as reflexões e elaborações que compõem esta seção são uma tentativa de imersão teórica em três problemas, quais sejam: (a) O que é o patriarcado? (b) Como se funda o patriarcado? (c) Como o patriarcado se reproduz?

Para tentar responder à primeira pergunta, temos nos dedicado a leituras e pesquisas a respeito do marco temporal da pré-história até o século XIX. Essa delimitação temporal se baseia na definição estrita de patriarcado, segundo a qual o patriarcado se iniciaria na Antiguidade Clássica, com o estabelecimento de um aparato jurídico que

dava ao homem o poder sobre as mulheres e crianças de sua família, e se encerraria no Iluminismo Europeu do século XVIII, com a promulgação dos direitos da mulher (Lerner, 2019 [1986]). Com isso, recuamos à pré-história a fim de mapear processos anteriores à formalização do patriarcado na Antiguidade Clássica e que poderiam nos apontar respostas possíveis para a segunda questão.

A partir desse movimento, sistematizamos algumas práticas seminais para o que nomeamos estruturas proto-patriarcais, ou seja, práticas associadas ao estabelecimento de estruturas sociais que mais tarde consolidaram o patriarcado, quais sejam: a *caça*, a *guerra* e o *estupro*. A bibliografia acerca dessas três práticas já está bastante sólida, contudo, observamos alguns pontos importantes de congruência a serem ainda explorados.

Em *A guerra não tem rosto de mulher*, de Svetlana Alexijevich, a jornalista ucraniana narra, por meio de relatos pessoais, a guerra. O projeto de Alexijevich (2016 [1985]) se destaca ao narrativizar a guerra a partir de relatos de mulheres. Em especial, a obra abarca a Segunda Guerra Mundial narrada pela memória de mulheres que foram soldadas soviéticas. A autora se propõe a registrar as impressões e sensações “femininas” da experiência bélica, a fim de sanar um incômodo pessoal. Como mulher criada em uma sociedade profundamente marcada pela guerra e suas consequências, Alexijevich (2016 [1985], p. 11) afirma que nunca ouviu a guerra pelas palavras de sua avó ou mãe:

Tudo o que sabemos da guerra conhecemos por uma ‘voz masculina’. Somos todos prisioneiros de representações e sensações ‘masculinas’ da guerra. Das palavras ‘masculinas’. Já as mulheres estão caladas. Ninguém, além de mim, fazia perguntas para minha avó. Para minha mãe. Até as que estiveram no *front* estão caladas. Se de repente começam a lembrar, contam não a guerra ‘feminina’, mas a ‘masculina’.

Na apresentação do livro, a escritora desconstrói a percepção de que as mulheres participaram da guerra de forma passiva, restringindo-se aos cuidados da casa e dos feridos, bem como assistindo aos seus maridos e filhos irem ao *front*. A narrativa clássica. Tendo por objetivo deslocar essa perspectiva, Alexijevich (2016 [1985], p. 11) entrevista mulheres que foram franco-atiradoras, comandantes de canhão antiaéreo, atiradoras de metralhadora. Ao narrar seu contato com as mulheres entrevistadas, a jornalista explicita a constante mediação masculina: as mulheres não respondiam às perguntas sozinhas, eram frequentemente interrompidas por maridos, pais e patrões, que julgavam suas narrativas pouco precisas – a narrativa sobre o que elas mesmas viveram.

Entre suas questões estavam: Sabem as mulheres narrar a matança? A morte? A esse respeito, pondera: “no centro, sempre o fato de não querer e não aguentar morrer. E é ainda mais insuportável e angustiante matar, porque a mulher dá a vida. Presenteia. Carrega-a por muito tempo dentro de si, cria. Entendi que para as mulheres é mais difícil matar” (Alexijevich, 2016 [1985], p. 19). A elaboração narrativa de Alexijevich nos provoca a investigar possíveis explicações para a dissociação das mulheres em relação às práticas violentas. Para isso, precisamos nos dedicar ao estudo sobre a guerra.

Na obra *Ritos de Sangue*, Bárbara Ehrenreich (1997) aponta debates, indícios e interpretações possíveis sobre a origem da guerra. O primeiro ponto importante é entendermos por que os seres humanos sacralizam a guerra, a violência, ou seja, por que atribuem aos atos de sacrifício, combate e assassinato uma espécie de ritualização. A hipótese mais difundida na bibliografia tradicional é a do grande caçador. Os homens – não mulheres – pré-históricos, ao se tornarem grandes caçadores de presas, ritualizavam o ato de matar o animal, em cerimônias de sacrifício, pois se sentiam *culpados* por matar.

Ehrenreich (1997) se opõe ao que define como mito do grande caçador e apresenta uma outra via de interpretação dos dados arqueológicos e antropológicos do período paleolítico e mesolítico, ambos parte da chamada Pré-História. O período conhecido como Pré-História se inicia com o início do uso da pedra como ferramenta pelos hominídeos e se encerra com a invenção da escrita. Dessa forma, esse período data de 3 milhões de anos a.C. a 3.500 a.C. Em termos históricos, a pré-história se divide em três principais períodos: o paleolítico, o mesolítico e o neolítico.

Para a investigadora, o grande impulso motivador da sacralização da violência ainda no paleolítico é o *trauma*. Antes de desenvolvermos tecnologias que nos permitiram criar armas e acessórios para enfrentar presas, os humanos foram, por um considerável período, eles mesmos as presas. Dessa maneira, a hipótese antropológica do grande caçador – que se trata de uma imagem bastante vinculada à figura do homem forte, viril e herói – vem sendo cada vez mais substituída pela *hipótese da defesa*. Isso significa que “até a grande conquista humana – a linguagem – pode ter sua origem em simples gritos de alarme como aqueles que os animais fazem para avisar seus companheiros da aproximação de um predador” (Ehrenreich, 1997, p. 59).

Seguindo a lógica de interpretação que a *hipótese da defesa* nos impõe, podemos considerar alguns fatores que marcaram as primeiras divisões sexuais do trabalho na pré-história e as prováveis causas para a dissociação da mulher das práticas de combate, uma de nossas preocupações centrais. Se os grupos se organizavam pelas tentativas de se protegerem de um potencial predador, o cuidado das crianças era um fator fundamental. O tempo de gestação e principalmente de amamentação vinculam a mulher ao cuidado das crianças por um tempo considerável, o que as distanciam das práticas de defesa que precisam acontecer distante das crianças. Segundo Ehrenreich (1997, p. 44), “os papéis sexuais foram estabelecidos devido à impossibilidade de levar bebês ou crianças para a caça”. Dialogando com essa hipótese, Greda Lerner (2019 [1986], p. 93) afirma que a

primeira divisão sexual do trabalho, pela qual homens caçavam grandes animais e mulheres e crianças caçavam pequenos animais e coletavam alimentos, parece ter se originado de diferenças biológicas entre os sexos. Não se trata de diferenças de força ou resistência, mas unicamente reprodutivas – em especial, a capacidade de amamentar bebês.

Contudo, explicitamos que a mulher não está desvinculada das práticas que eram fundamentais para a manutenção da sobrevivência dos grupos humanos para além dos fatores de gestação e amamentação. Isso porque “se queremos que nossas teorias

da cultura humana tenham uma base concreta na necessidade material, seria melhor começarmos pela ‘mulher-coletora’ do que pelo ‘homem caçador’” (Enrenreich, 1997, p. 46). Conforme explicita Enrenreich (1997), as mulheres eram responsáveis pela coleta de vegetais e raízes que garantiam em grande medida a subsistência dos humanos.

De acordo com Torres (*apud* Criado, 2020), a arqueologia contemporânea busca revisitar os dados e indícios pré-históricos e tem como objetivo não somente contestar as teses que afirmam ter existido uma divisão sexual de tarefas na pré-história, já que esse fato não é um problema em si. Antes, buscam problematizar os estereótipos que consideram a coleta e a caça de presas pequenas como um trabalho menor quando comparados com a caça de presas grandes. Esses estereótipos corroboram a visão do paleoantropólogo Juan Luis Arsuga (*apud* Criado, 2020), para quem “a pré-história tem sido representada em termos heroicos, masculinos, sempre com homens jovens, de forma distorcida”.

O debate sobre a divisão sexual do trabalho na pré-história não é consensual; diferentes pesquisas tentam concluir como de fato se organizavam os grupos no Paleolítico e se essa organização se baseava em diferenças entre mulheres e homens. A descoberta nos Andes americanos dos restos mortais de uma mulher datados de 8 mil anos a.C. iniciou um amplo debate a esse respeito. Para o antropólogo Davis Randy Hass (*apud* Criado, 2020), os restos mortais encontrados pertenciam a uma mulher que morreu com cerca de dezessete ou dezenove anos. O fato de essa mulher ter sido enterrada com equipamentos de caça, como lanças de ponta de pedra, ritual típico dos enterros dos caçadores desse período, levou-o a concluir que se tratava de uma caçadora de animais de grande porte.

Segundo Haas (*apud* Criado, 2020), “há algumas evidências de que a divisão sexual do trabalho também foi muito menos pronunciada ou esteve ausente no Paleolítico Médio europeu”. Hass (*apud* Criado, 2020) dialoga com a tese de Steve Kuhn (*apud* Criado, 2020), que afirma que “a divisão de trabalho por gênero é mais um produto das normas sociais do que da biologia ou psicologia”. Sobre isso, Torres (*apud* Criado, 2020) explicita que a caça é uma atividade que não envolve apenas músculos, mas também o cérebro humano, por ser uma atividade que requer estratégia e planejamento. Dessa forma, a caça seria uma atividade planejada e executada em *grupo* e, por mais que algumas etapas dessa atividade fossem executadas por homens devido a algumas características físicas, isso não significa que a atividade como um todo fosse atribuição exclusiva masculina. Para Torres (*apud* Criado, 2020), “a divisão de papéis no trabalho tem sido comum ao longo da história do ser humano, mas não necessariamente em função do gênero”.

Esses debates nos revelam que é preciso (re)pensar a organização desses grupos sociais a partir de uma dinâmica coletiva. Em consonância com Lerner (2019 [1986]), sustentamos que inicialmente as especificidades reprodutivas das mulheres, principalmente os fatores gestação e amamentação, atribuíram a elas funções ligadas à garantia da sobrevivência das crianças. Porém, essa especialização não representava um

rebaixamento do *status* da mulher dentro dos grupos, ao contrário, “durante milênios a sobrevivência do grupo dependeu disso e não havia alternativa” (Lerner, 2019 [1986], p. 91).

Ao defendermos a hipótese de Lerner (2019 [1986]) sobre o impacto das diferenças biológicas entre mulheres e homens na divisão sexual do trabalho, não estamos afirmando que esse fator biológico justifica processos posteriores de distinção. Essa hipótese, segundo Lerner (2019 [1986]), diz respeito à divisão *inicial* do trabalho, em um estágio bastante embrionário do desenvolvimento humano. O que nos interessa dessa hipótese é justamente o aspecto da reprodução, uma vez que o grande ponto de nossa elaboração é apontar como os grupos sociais lidaram com a questão reprodutiva da mulher em diferentes momentos e como isso marca o desenvolvimento da ordem patriarcal. Se toda a organização social desses grupos era baseada na tentativa de sobreviverem aos ataques dos grandes predadores, a sacralização da violência está justamente em uma espécie de rito que celebra e rememora a transformação do ser humano de presa em predador:

[...] se procurarmos por um trauma original, que justifique a reação humana à violência, não precisamos usar alguma culpa primal em relação a caçar e matar. O trauma original – claro que não no sentido de um único evento, mas de uma série de condições duradoras – foi o trauma de ser caçado e comido pelos animais. É mais provável que esteja aí a origem de nosso hábito humano de sacralização da violência: no pavor causado pela besta devoradora e nas poderosas emoções, associadas à coragem e ao altruísmo, exigidas para defender o grupo (Ehrenreich, 1997, p. 53).

A chave para o principal debate de Ehrenreich (1997) com relação às ligações do feminino e da guerra é a associação entre o animal predador e a mulher. A autora explicita que deusas idolatradas em diferentes culturas e tempos históricos desestabilizam a ordem moral que tem como pressuposto a violência masculina e a delicadeza feminina. Figuras femininas adoradas como deusas não eram representadas como mães ou esposas, mas apareciam com animais predadores ao lado, podendo simbolizar a própria personificação desses animais predadores. A deusa Ártemis, do panteão grego e que possui diversas versões em outras ordens mitológicas, como na cultura sumeriana, por exemplo, é considerada a senhora dos animais e caçadora. Segundo a narrativa mitológica, “quando Acteão, um caçador, viu por acaso Ártemis tomando banho nua, ela o transformou num corcel e ordenou a seus cães que o estraçalhassem. Ártemis exigia sacrifícios sangrentos e cruéis” (Ehrenreich, 1997, p. 105).

Ehrenreich (1997) também discute a adoração à grande deusa, representada pelas diversas esculturas pré-históricas chamadas de “Vênus”. Os arquivos indicam que cerca de duzentas estatuetas de Vênus foram encontradas em diferentes partes do mundo. A nomeação desses artefatos como Estatuetas de Vênus é uma referência à deusa Vênus, que, conforme a mitologia romana, seria a deusa da beleza. Essa associação segue a tradição de nomeação da primeira estatueta encontrada representando uma figura feminina. A chamada Vênus Impudica foi localizada em 1864 no sudoeste da França e

possui 16 mil anos. Foi nomeada dessa forma como referência às esculturas romanas da deusa Vênus, que sempre aparecem cobrindo a vulva e os seios, as chamadas Vênus Pudicas. Logo, a estatueta pré-histórica em que a vulva é representada explicitamente é nomeada impudica, demonstrando como a gerência sobre o corpo traduz o modo como a sociedade opera nos processos de nomeação.

Ehrenreich (1997) considera que a constante associação de Vênus à agricultura e à fertilidade é uma interpretação equivocada, visto que as esculturas datam do paleolítico, período anterior à revolução agrícola. Assim, para a estudiosa, é mais coerente afirmar que a adoração a Vênus esteja vinculada a questões ligadas à caça. As interpretações tradicionais que a vinculam exclusivamente à questão da agricultura seguem um pressuposto de que a “violência é uma característica exclusivamente masculina e a ideia de uma deusa predadora só pode ser um oxímoro cultural” (Ehrenreich, 1997, p. 108).

O aspecto central para Ehrenreich (1997) na associação entre mulheres e animais predadores está na questão do *sangramento*. As mulheres sangram em três momentos ligados à reprodução – a menarca, a defloração e o parto. Além disso, as mulheres têm sangramentos mensais, inclusive com uma frequência maior do que outras fêmeas mamíferas, e sincronizam seus ciclos quando convivem constantemente entre si. Outro fator significativo é a correspondência dos ciclos menstruais, sangramentos mensais, com os ciclos lunares, ainda pouco explicada pela ciência.

A estudiosa reflete sobre a importância dos ciclos lunares para os grupos pré-históricos que viviam subjugados pela escuridão completa da noite. Para esses humanos, que viviam constantemente se defendendo do ataque de grandes predadores, a noite completamente escura devia ser bastante temida, enquanto as noites de lua cheia poderiam propiciar um certo conforto e possibilidade de realização de algumas tarefas. O fato é que a lua, bem como o ciclo lunar, provavelmente possuía grande importância para esses grupos. Logo, “como é provável que a lua tivesse importância capital na vida dos povos pré-históricos, não é de surpreender que a grande deusa acompanhasse, da Mesoamérica ao Mediterrâneo, o calendário lunar” (Ehrenreich, 1997, p. 110).

Não é possível afirmar qual significado os povos pré-históricos atribuíam à menstruação, contudo, “parece provável que a sincronia de menstruação entre mulheres e a sincronia mais ampla com o ciclo lunar já bastaria para fazer da menstruação um acontecimento de algum significado público, se não justificativa para um ritual” (Ehrenreich, 1997, p. 111). É interessante especular sobre as ligações que eram estabelecidas entre esses dois fatores e realizar um exercício para imaginar se acreditavam que as mulheres controlavam os ciclos lunares ou se as mulheres eram controladas por eles. A pesquisadora explicita que não só o fato cíclico da menstruação possui grande importância, mas também a questão do *sangue*. A menstruação é uma forma de sangramento, podendo ser associada a práticas de matança e caça. Em *Historia Animalium*, Aristóteles, ao tratar da menstruação, afirma: “o sangue flui como um animal que acaba de ser atingido em sacrifício” (Aristóteles *apud* Ehrenreich, 1997, p. 111).

Ehrenreich (1997) retoma as contribuições da antropóloga Camilla Power, que constata que, em sociedades africanas de caçadores-coletores contemporâneas, a primeira menstruação – menarca – é metaforizada como uma violência cometida pela própria mulher. Nessas sociedades, quando uma mulher menstrua pela primeira vez é dito que ela “atirou em sua primeira zebra” (Power, 1997 *apud* Ehrenreich, 1997, p. 111). A centralidade do sangramento da menstruação pode ser constatada na ligação desse evento com outros rituais de sangramento, posto que há, em diferentes comunidades, rituais de autossangramento que tentam reproduzir a menstruação feminina:

[...] na Papua-Nova Guiné, os rituais autoprovocados de sangramento nasal são considerados semelhantes à menstruação. Os aborígenes australianos que dão um corte no pênis reabrem os ferimentos a períodos regulares para, dizem eles, imitar a menstruação. A guerra como uma espécie de sangramento ritual é ligada à menstruação nos mitos dos povos ndembu da África. Na mitologia dos índios das planícies, estudados por Claude Lévi-Strauss, há uma ligação entre a mulher menstruada, isto é, manchada de sangue na parte inferior do corpo, e o homem escalpelado, manchado de sangue na parte de cima do corpo (Ehrenreich, 1997, p. 112).

Um outro aspecto importante a respeito do sangramento é a simbologia da vagina. Segundo Ehrenreich (1997), a vagina pode ter sido o primeiro órgão a ser associado à violência e à força, antes mesmo de o pênis ser considerado uma espécie de arma. A vagina pode ser representada como uma *vagina dentada*, sendo uma espécie de boca que, quando sangra devido à menstruação, pode ser considerada uma boca suja de sangue, como a de um predador – mais uma associação possível entre as mulheres, principalmente em momentos de menstruação, e os animais predadores. Segundo Ehrenreich (1997, p. 112),

As imagens tradicionais e folclóricas às vezes associam o sangue a uma boca de mulher: Kali é representada com sangue saindo da boca – às vezes, de uma forma estilizada, como num triângulo com seu vértice sob o lábio inferior. Os maoris e algumas mulheres ameríndias tatuavam linhas paralelas que iam da boca ao queixo, sugerindo um sangramento que às vezes chamavam de linhas que pingam.

Um exemplo contemporâneo apontado por Ehrenreich (1997) é o costume das mulheres modernas de usarem batom na boca. Em síntese, a centralidade da menstruação em diferentes culturas e regiões marca o suposto dom das mulheres de sangrarem todos os meses sem morrer, ligados à ciclicidade dos céus. Esse sangramento permitia uma associação da figura das mulheres aos animais predadores. Judy Grahn, de acordo com Ehrenreich (1997, p. 113), afirma que a centralidade da menstruação era tão significativa que há “ligações linguísticas entre menstruação e palavras rituais nas línguas indo-europeias e sugere que a menstruação pode ter sido anterior e base de todos os rituais”. Ou seja, associar as mulheres à fragilidade não decorre de uma conexão necessária ancorada na sua natureza, algo considerado atemporal e universal. Ao contrário, a transformação das sociedades é que acaba por ressignificar o feminino como símbolo da não violência, carente da proteção masculina, expressão do dever do herói guerreiro.

Da deusa predadora ao herói guerreiro

Se há todos esses indícios arqueológicos e mitológicos que associam a mulher a questões ligadas à violência, principalmente no período paleolítico, como o patriarcado se sustenta sobre uma base dogmática que relaciona a masculinidade à violência e a feminilidade à não violência? Para Ehrenreich (1997), isso se justifica pela substituição da imagem da *deusa predadora* pela do *herói guerreiro*. É importante explicitar que esses acontecimentos marcam desvios e transformações que alteram os percursos possíveis para os efeitos de sentido dentro da ordem do discurso (Foucault, 2008). Nesse viés, se contemporaneamente a ideologia patriarcal interpela os homens em relações de agência violenta e as mulheres em posições passivas de violência, é porque processos sociodiscursivos ocorreram para sustentar tais efeitos imaginários e materiais.

Historicamente, a chamada revolução das armas ocorre no período mesolítico pré- histórico, entre aproximadamente 10.000 a.C. e 6000 a.C., em que as estratégias de caça se alteraram profundamente devido à diminuição do número de grandes animais disponíveis. Dessa forma, a prática da caça, que antes consistia na condução e cercamento de animais para áreas controladas e acontecia em grupo, passa a ser substituída pela perseguição individual de animais, que eram mortos separadamente com armas e acessórios. Essa nova prática demanda silêncio e estratégias que não podiam envolver a presença de crianças, o que contribui para a consolidação da imagem do grande caçador-guerreiro homem. Logo,

provavelmente, a mudança para uma estratégia de caça exclusivamente masculina fez com que a violência em geral comesse a ser encarada como privilégio do homem. Como escreveu a antropóloga Nancy Jay, na era patriarcal o sangramento dos homens num sacrifício ou numa guerra era poderoso e redentor, enquanto o sangue das mulheres tornava-se perigosamente profanador (Ehrenreich, 1997, p. 116).

A associação da figura feminina ao animal predador se torna um argumento para o controle das mulheres, que não podem se aproximar das florestas para não serem incitadas à selvageria. Há também a vinculação da figura da mulher solteira a um animal predador que precisaria ser domado e controlado, como nas representações da deusa Ártemis nas artes gregas antigas, que a apresentavam como um animal selvagem. Se, para Ehrenreich (1997), a guerra é uma encenação da transformação do ser humano – antes presa – em predador, ou seja, da transformação da caça em caçador, o apagamento da associação entre a mulher e o animal predador é uma forma de possibilitar que apenas os homens tenham o privilégio de reencenar essa transformação. Por conseguinte, a mulher tinha de “sangrar na menstruação, na defloração e no parto como parte de sua obrigação de reprodutora da sociedade, mas não devia provocar sangue. Só um homem podia fazer isso, na guerra e no sacrifício” (King, 1987 *apud* Ehrenreich, 1997, p. 119).

A mitologia grega possui narrativas que relacionam as mulheres à guerra, contudo, essa conexão possui especificidades que nos apontam mais uma vez para dissociação da figura feminina dos processos de violência. Um exemplo importante são as guerreiras Amazonas. Segundo essa mitologia, as Amazonas correspondiam a um grupo de mulheres que viviam isoladas em uma espécie de reino independente, governado por uma rainha. Elas conviviam apenas com mulheres, tendo contato com os homens apenas para fins reprodutivos. Ao darem à luz a meninos, deixavam-nos fora da localidade do reino, uma vez que só criavam meninas. Eram, ainda, consideradas exímias guerreiras e montadoras de cavalo.

Todavia, há no mito das Amazonas um fator importante e central que marca a problematização que propomos. Em algumas interpretações etimológicas, o nome Amazonas significa “sem seio”, isso porque o mito narra o fato de as mulheres Amazonas mutilarem seus próprios seios para potencializarem suas performances com o arco e flecha. Esse aparente detalhe nessa narrativa mitológica nos aponta para a constante associação da guerra à questão masculina: só são consideradas grandes guerreiras porque mutilam um órgão tipicamente feminino para conseguir que seus corpos lutem em batalha. É uma afirmação de que o corpo feminino é incapacitado para a guerra. Quando mulheres são guerreiras, são aproximadas de uma suposta estética masculina.

É possível traçar paralelos contemporâneos com essa questão. A militância contra a ditadura militar brasileira foi marcada em grande medida por processos de violência sexista dentro dos grupos de resistência. As mulheres que integravam os grupos eram obrigadas a adotar cabelos curtos e roupas masculinas e impedidas de se envolver sexualmente (Ire; Silva; Lenzi, 2019). Esse aspecto, inclusive, está vinculado à resistência à Presidência de Dilma Rousseff a partir de 2011, uma vez que, além de ser ex-guerrilheira contra a Ditadura Militar brasileira (1964 a 1985), tinha sua imagem política continuamente atacada e desacreditada pelos grupos conservadores por supostamente possuir um corpo masculinizado (Morais; Moita Lopes, 2024).

Com essa comparação, é possível evidenciarmos a historicidade das condições de produção que constituem as materialidades discursivas com as quais trabalhamos em nossas investigações sobre a extrema direita brasileira na atualidade. Logo, esse gesto de recuo temporal extenso nos permite perceber as reivindicações dos grupos feministas de hoje projetados e articulados aos movimentos de produção e reprodução de diferentes processos históricos que estruturam a ordem patriarcal no estado contemporâneo em que se apresenta. É basilar considerar as materialidades discursivas estudadas não como representações de um “real” que aconteceu, mas como parte constitutiva dos próprios processos. Se, nos termos de Orlandi (2009), a preocupação com a circunstância de um discurso, ou seja, com suas condições de produção, é o que torna possível o trabalho com sua materialidade, os paralelos que buscamos estabelecer aqui tratam justamente de uma tentativa de nos localizarmos nesse imbricamento entre história e língua. No discurso, enfim. Em especial, interessa-nos a compreensão que o PL 1904/2024 possui sobre o corpo feminino, alçando-o a território simbólico de uma batalha ideológica que busca reproduzir via memórias míticas as assimetrias de poder em relação ao gênero.

Voltando à nossa incursão historiográfica sobre a formação do patriarcado como modelo de organização social que se reproduz, por distintos meios, até os tempos atuais, uma segunda revolução na Pré-História interessa ao nosso debate: a chamada Revolução Neolítica, momento de inflexão para o surgimento de estruturas *proto-patriarcais*. Esse período dentro do macropериodo da Pré-História data de 10 mil a 4 mil a.C. O ponto central da Revolução Neolítica é o fator sedentarização. Logo, os grupos, antes nômades, passam a se estabelecer em localidades fixas e a introduzirem a prática da agricultura, responsável por alterar drasticamente a forma de obtenção de alimentos.

A partir de estudos paleontológicos sobre a alteração dos ossos dos braços das mulheres neolíticas se estabelece a hipótese de que a divisão de trabalho por gênero se consolida no neolítico. A expansão da sedentarização favorece o aumento demográfico e impulsiona a criação de vilarejos. Além disso, a dinâmica de vida sedentária possibilita o surgimento do excedente. A acumulação de bens é a grande novidade desse período. “[A] acumulação de bens – quase inexistente nas sociedades paleolíticas –, favorecida pelo sedentarismo e pela domesticação de plantas e animais, teria ocasionado o surgimento de uma nova atividade, a de protegê-los, função [...] atribuída aos homens”, afirma Marylène Patou-Mathis (2020, p. 32). Dessa forma, é no neolítico que as primeiras noções de propriedade aparecem, seja via excedente da agricultura, seja em termos de moradia, uma vez que os grupos se estabelecem em espécies de vilarejos.

Surgem, então, dois conceitos centrais para o que se assume como estruturação proto-patriarcal no neolítico: a *patrilinearidade* e a *patrilocalidade*, que substituíram os padrões de *matrilinearidade* e *matrilocalidade*. A matrilinearidade é o sistema de filiação baseado na figura da mulher, sendo a matrilocalidade um sistema de habitação organizado a partir da localização da mulher como referência. Esses dois sistemas teriam sido predominantes na fase pré-neolítica, uma vez que o caráter nômade dos grupos dificultava associações de filiação e localização dissociadas da mulher, na medida em que a intensa mobilidade dos grupos não beneficiava relações que possibilitariam a associação entre crianças e homens. Em outras palavras, a categoria *pai* não se aplica a uma dinâmica não sedentária. Logo, a sedentarização neolítica marca o nascimento da categoria *pai* e, com a consolidação dessa categoria, o desenvolvimento das estruturas proto-patriarcais. Para que seja possível a consolidação da noção de *pai*, portanto, tornou-se necessário o estabelecimento de mecanismos de controle da figura *mãe*.

Se no Paleolítico o sistema de filiação se baseava na figura materna, no Neolítico observa-se uma alteração: o pai passa a ser a referência. Segundo Claude Lévi-Strauss (2020 [1949]), a generalização do direito paternal aparece nos grupos socialmente organizados. Dessa forma, a matrilinearidade, típica das comunidades nômades, é substituída pela patrilinearidade e patrilocalidade em sociedades sedentarizadas. A partir de então, os sistemas de filiação e habitação passam a ter como referência o homem. Friedrich Engels (2019 [1884]), em seus estudos sobre a origem da propriedade privada e da família, aponta a mudança da *matrilinearidade* para a *patrilinearidade* como um dos fatores de

rebaixamento do *status* social da mulher. As interpretações sobre a origem do patriarcado que seguem a perspectiva de Engels (2019 [1884]) se organizam por meio da seguinte lógica: ao se consolidar a propriedade privada, as mulheres passaram a ser subjugadas pelos homens, uma vez que não geriam o excedente e deixaram de possuir centralidade na organização dos grupos – a chamada “grande derrota das mulheres”, segundo o autor.

Embora a reflexão de Engels (2019 [1884]) tenha grande relevância e importância ao buscar indicar possíveis entrelaçamentos das origens das questões de gênero vinculadas aos processos econômicos seculares, é preciso problematizar alguns aspectos da sua elaboração. Focaremos em duas questões levantadas por Gerner (2019 [1986]). A primeira diz respeito à suposição de Engels (2019 [1884]) de que antes do rebaixamento do *status* social da mulher houvesse um primado do *matriarcado*. A segunda diz respeito à ordem em que Engels (2019 [1884]) organiza duas questões: o início da subjugação feminina e o estabelecimento da propriedade privada.

Sobre o primeiro ponto, é preciso explicitar que o fato de o Paleolítico ser marcado pelo sistema *matrilinear* e *matrilocal* não indica a existência de uma espécie de matriarcado. Lerner (2019 [1986]), ao evidenciar a importância da reflexão de Engels (2019 [1884]) sobre a transição da *matrilinearidade* para *patrilinearidade*, aponta que não é sustentável inicialmente o pensamento do teórico alemão de que a matrilinearidade indicava uma espécie de matriarcado que foi substituído pelo patriarcado após surgimento da propriedade privada. Dessa forma, Lerner (2019 [1986], p. 75) se dedica a explicar achados que se relacionam com uma noção de dominância feminina, sistematizando suas conclusões em quatro pontos:

(1) A maioria das evidências de igualdade entre os sexos nas sociedades deriva de sociedades matrilineares e matrilocais, que são historicamente temporárias e estão desaparecendo. (2) Embora a matrilinearidade e a matrilocalidade confirmem certos direitos e privilégios às mulheres, o poder de decisão dentro das relações de parentesco é dos homens mais velhos. (3) Origem patrilinear não implica subjugação de mulheres, tampouco origem matrilinear indica matriarcado. (4) Observadas ao longo do tempo, as sociedades matrilineares não conseguiram se adaptar a sistemas competitivos, exploradores e técnico-econômicos, sendo substituídas por sociedades patrilineares.

Portanto, Lerner (2019 [1986], p. 76) define matriarcado como um sistema em que mulheres, organizadas em grupo, exerceriam poder sobre os homens, estabelecendo “valores e sistemas explicativos da sociedade, bem como a definição e o controle do comportamento sexual masculino”. Nas suas palavras: “pode-se observar que defino matriarcado como imagem refletida do patriarcado. Segundo essa definição, eu concluiria que nunca existiu uma sociedade matriarcal” (Lerner, 2019 [1986], p. 76). Dessa forma, não é sustentável afirmar que o patriarcado foi uma substituição de um modelo matriarcal de organização social prévio, como afirma Engels (2019 [1884]), uma vez que não há, segundo Lerner (2019 [1986]), indícios de que grupos organizados de mulheres exerceram *poder* e *controle* sobre homens de forma sistemática e organizada, embora os grupos se organizassem de maneira matrifocada.

A respeito do segundo ponto, Lerner (2019 [1986]) nos apresenta elaborações que colocam a subjugação da mulher como um fator anterior e determinante para o estabelecimento da propriedade privada, movimento inverso ao de Engels (2019 [1884]). A discussão da autora se baseia nos estudos do filósofo Claude Meillassoux, que, em consonância com as teses de Lévi-Strauss, defende que “o controle sobre a reprodução (sexualidade feminina) precede a obtenção de propriedade privada” (Lerner, 2019 [1986], p. 104). Portanto, não se trata de rejeitar a elaboração de Engels (2019 [1884]) sobre as ligações entre a subjugação feminina e a origem da propriedade privada, mas, sim, de inverter e assim subverter a ordem dos fatores.

Essa inversão, aparentemente simples, altera todo o processo interpretativo da problemática. O grande ponto dessa virada está na teorização a respeito da prática do comércio de mulheres. Conforme nos explicita Lerner (2019 [1986]), Meillassoux defende que a transição do modelo de alimentação baseado na caça e coleta para a agricultura possui um estágio intermediário e importante, a alimentação baseada na horticultura. Se na dinâmica dos caçadores-coletores, mulheres, homens e crianças comiam o que obtinham do processo de caça e coleta, na horticultura surge a necessidade de gestão dos recursos, o que implica uma preocupação com aspectos demográficos, isso porque

A colheita com base em raízes e mudas é instável e sujeita a variações climáticas. A incapacidade de manter a colheita ao longo de vários anos faz com que as pessoas dependam de caça, pesca e coleta como complemento alimentar. Nesse período, quando abundam os sistemas matrilineares e matrilocais, a sobrevivência do grupo exige o equilíbrio demográfico de homens e mulheres. Meillassoux argumenta que a vulnerabilidade biológica das mulheres no parto fez as tribos buscarem mais mulheres de outros grupos, e que essa tendência ao roubo de mulheres levou a constantes conflitos intertribais (Lerner, 2019 [1986], p. 104).

Há, assim, um entrelaçamento entre a necessidade de controle reprodutivo e a questão da guerra. As práticas de controle da sexualidade das mulheres estão imbricadas e relacionadas à consolidação de diversas outras estruturas importantes, como a guerra, a família e os processos econômicos. Portanto, a demanda de manter o chamado equilíbrio demográfico, além de ter estimulado conflitos intertribais, também fomentou a prática de comércio de mulheres, central para a subjugação feminina, por ser uma maneira de posicionar a mulher como um bem, uma coisa. Lerner (2019 [1986]) afirma que, segundo os autores, o comércio de mulheres se sustentou por meio de dois grandes tabus: o do incesto e o da exogamia, ou seja, uma vez que o cruzamento entre indivíduos do mesmo núcleo familiar era rechaçado, as tribos precisariam de estratégias para conseguirem mulheres de outros núcleos familiares de modo a garantir a continuidade do clã. As pesquisas antropológicas de Lévi-Strauss (2020 [1949]) o fazem sustentar que o tabu do incesto é um universal comum a diferentes culturas. Sendo assim, a “troca de mulheres é a primeira forma de comércio, na qual mulheres são transformadas em mercadoria e coisificadas, ou seja, consideradas mais coisas do que seres humanos” (Lerner, 2019 [1986], p. 65). Ademais, “[a] troca de mulheres, de acordo com Lévi-Strauss, marca o começo da subordinação das mulheres”, complementa Lerner (2019 [1986], p. 65).

A repulsa às relações incestuosas favorece a prática da exogamia, que é o cruzamento de indivíduos sem relação parental próxima, o que contribui para a troca, roubo e comércio de mulheres, ou seja, para práticas de trânsito de mulheres. Esse é o ponto central do nó que nos propomos a sistematizar: a gestão do deslocamento de mulheres entre tribos, motivada pela necessidade de controle reprodutivo das mulheres, seja pela troca, roubo ou comércio destas, institui a caça, a guerra e o estupro como práticas coercitivas que garantem a manutenção desse trânsito de mulheres via violência. Essas práticas garantem a consolidação dos processos proto-patriarcais.

Destarte, homens guerreiam entre si para conquistarem as mulheres das outras tribos e homens estupram, segundo Lerner (2019 [1986]), para as coagirem a se submeterem ao processo comercial à força. O que nos leva à importante conclusão de Meillassoux, explicitada por Lerner (1986, p. 106), de que “não é a mulher que é reificada, mas sim sua capacidade reprodutiva”. Posicionamo-nos de forma semelhante a Meillassoux e consideramos que, ao fazer isso, estamos dando historicidade ao patriarcado, rejeitando interpretações que dão aos processos seminais dessa ordem social um caráter religioso e não material, como se a categoria gênero e os conflitos dela consequentes fossem elementos já dados, postos a-historicamente desde o início dos tempos, como uma espécie de infinito da origem.

Se nosso objetivo é buscar compreender como a reprodução da ordem patriarcal ocorre ainda contemporaneamente, sustentada por processos violentos, precisamos olhar para os processos seminais e buscar compreender os diferentes fatores que, conforme Lerner (2019 [1986]), nos apontam para *necessidades* dos grupos sociais em determinados contextos históricos de estabelecimento de determinadas práticas, as quais são deslocadas, reproduzidas e aperfeiçoadas por estratégias bélico-políticas contemporâneas.

A questão da reprodução feminina nos parece um aspecto central ainda na atualidade. Caso contrário, nos encontraríamos em posições que explicam essa ordem social baseada numa espécie de ódio originário, supostamente natural, de homens contra mulheres, essencializado na narrativa de guerra eterna entre os sexos. Não se trata, portanto, de apontar para um único motivo fundador, mas de apontar fatores, práticas e contingências que, em tensão, se imbricam e lançam aspectos que explicam as condições de produção dos discursos patriarcais que, historicamente, se revezam na ordem do discurso.

Logo, a partir das reflexões de Lerner (2019 [1986]), pode-se entender que o debate sobre a consolidação da patrilinearidade e patrilocidade não pressupõe o patriarcado como uma ordem já estabelecida. Ao contrário, esses sistemas de divisão sexual do trabalho e de deslocamentos simbólicos, embora continuem a legitimar a dominação masculina, foram construídos anteriormente ao próprio patriarcado, podendo nos indicar os caminhos históricos pelos quais o sistema se estabeleceu posteriormente. Nessa perspectiva, a compreensão dos processos históricos permite, a um só tempo, avançar no entendimento das forças e das fraquezas do modelo patriarcal de sociedade, uma vez que nos ajuda a questionar seus efeitos ideológicos.

Retomando nossa reflexão inicial sobre a obra de Alexiyeich (2016 [1985]), pode-se dizer que é a essencialização por meio da linguagem que liga os homens à violência e as mulheres à passividade, funcionando como o fator estruturante do patriarcado, visto que contribui para o cercamento do feminino por meio da construção de um imaginário violento do masculino, pedra angular da essencialização dos gêneros.

Na tentativa de responder à pergunta sobre o porquê de a guerra não ter rosto de mulher, podemos concluir que o patriarcado mascara de forma sistemática e histórica o envolvimento feminino nas práticas de guerra e violência, o que rejeita uma ancestralidade em que esses fatores não eram especializados e divididos conforme o gênero. Na verdade, essa essencialização faz parte de todo um arsenal de construções que torna possível as divisões e o próprio conceito de gênero. Ainda seguindo esse raciocínio, o processo de essencialização nega à mulher sua relação ancestral com a violência, tornando-a algo exclusivamente masculino. Nessa ótica, o que resta à mulher com relação à violência é a posição de vítima, convertendo-a na própria presa a ser caçada. Uma dessas práticas de violência que garante o controle das mulheres é o estupro.

Voltando à temática do estupro, Virginie Despantes (2016, p. 42) afirma: “o estupro, ele é próprio do homem; não a guerra, a caça, o desejo cru, a violência ou a barbárie, mas justamente, essa coisa da qual – até o momento – as mulheres nunca se apropriam”. Logo, se a caça e a guerra foram progressivamente dissociadas das mulheres, conforme explicitamos, tornando-se práticas masculinas, o estupro parece uma prática tipicamente dos homens. Despantes (2016) narra o estupro sofrido aos dezessete anos em uma viagem entre Londres e Paris com duas amigas. Ao pegarem uma carona com um grupo de jovens homens, Despantes (2016, p. 28) narra que pouco tempo após entrarem no carro perceberam que estavam correndo perigo:

Essa proximidade, afinal, ficará como uma dessas coisas que não se apagam: corpos de homem dentro de um lugar confinado, em que estamos presas, junto a eles. Nunca iguais, com nossos corpos de mulheres. Nunca em segurança, nunca como eles. Nós somos o sexo do medo, da humilhação, o sexo estrangeiro.

As três jovens foram estupradas pelos homens, que ainda as espancaram. Os jovens, aliás, também portavam espingardas dentro do carro. Estupradas, mas vivas. Essa é a grande questão na elaboração de Despantes (2016) sobre o estupro. Segundo a autora, o estuprador não se considera, não se enxerga como um violador. Na perspectiva do violador, a lógica que organiza esse processo é: se saíram do ato vivas, é porque o ato não causou tanta repugnância a elas; se em algum momento elas pararam de se debater, é porque estavam gostando. Não foi um estupro. Não somos estupradores. Essa lógica explica o paradoxo de conhecermos muitas vítimas de estupro, mas nenhum estuprador. O estupro é um “ato aglutinador, que conecta todas as classes sociais, idades, corpos e personalidades” (Despantes, 2016, p. 29), porém, mesmo assim, a nomeação da violência passa por uma série de eufemismos de mulheres que evitam nomear dessa forma a agressão que viveram³⁰.

30 - A esse respeito, ver também Abdulali (2019).

Segundo Despantes (2016), o estupro funciona como uma ferida de guerra, da qual você nunca se desvencilha. Assumir que foi estuprada e que sobreviveu é se submeter a uma série de interrogatórios que desembocam na seguinte racionalidade: se fosse de fato uma pessoa de respeito, preferiria ter sido morta a estuprada, de modo que a violência simbólica se une à estratégia bélica da qual tratamos na primeira seção do nosso texto. A ação física se reproduz pela maneira como é legitimada moralmente, de modo que mesmo mulheres grávidas em decorrência do estupro perdem o direito reprodutivo do aborto, sendo deslocadas não apenas de vítimas para algozes, mas para agentes de um crime ainda mais grave que o homicídio ou o estupro. Despantes (2016) conta, por exemplo, que até os vinte anos de idade nunca havia encontrado nenhuma literatura que tratava do estupro, até ter contato com a obra da feminista italo-americana Camille Paglia. Em um dos trechos do livro, Paglia (1992 *apud* Despantes, 2016, p. 34) afirma:

Trata-se de um risco inevitável, um risco que as mulheres devem levar em conta e aceitar correr se desejam sair de casa e circular livremente. Se isso acontecer com você, levante a cabeça, *dust yourself* e dê a volta por cima. E se isso te amedrontar demais é melhor ficar na casa do papai e da mamãe fazendo as unhas.

Despantes (2016) narra o choque de ter lido essa declaração de Paglia, ao mesmo tempo em que, pela primeira vez, deslocou-se da posição vítima/culpada e passou a enxergar o estupro como um ato constitutivo da própria condição feminina. O estupro é um destino da mulher na sociedade organizada pelo patriarcado. Ainda comentando sobre o impacto da obra, Despantes (2016, p. 36) afirma:

Ela foi a primeira a tirar o estupro do horror absoluto, do não dito, disso que sobretudo não deveria jamais acontecer. Ela fez do estupro uma circunstância política, algo que deveríamos aprender a encarar. Paglia transformava tudo: não se tratava de negar, nem de sucumbir, se tratava de viver com.

É importante explicitar que não se trata de naturalizar o estupro, aceitá-lo de maneira resignada, mas de reafirmar a posição central e organizadora do estupro na base de nossas sexualidades, contestar o caráter de excepcionalidade desse ato de violência e reconhecer que ele é a regra, não a exceção, desde pelo menos o neolítico pré-histórico. Logo, o estupro é um

[...] rito central de sacrifício, desde a Antiguidade ele é onipresente nas artes, é representado nos textos, nas estátuas, nas pinturas; é uma constante através dos séculos. Tanto nos jardins de Paris quanto nos museus, representações de homens que forcem mulheres. Em *Metamorfoses* de Ovídio, parece que os deuses matam o tempo tentando agarrar mulheres que não os desejam, a obter o que querem pela força. Fácil, para eles que são deuses (Despantes, 2016, p. 41).

Acerca do debate sobre a prática do estupro na mitologia grega, uma narrativa é especialmente importante para as discussões sobre o estupro: o mito de Medusa. De acordo com a versão do mito nas *Metamorfoses*, de Ovídio, Medusa seria filha de uma relação incestuosa entre o deus Fórcis e a deusa Ceto, que deu origem a três belas mulheres, Esteno, Euriale e Medusa. A deusa Atena escolhe Medusa para ser sua guardiã, o que impõe a ela a necessidade de manter sua virgindade e pureza para poder exercer a função de sacerdotisa da deusa. Contudo, segundo o mito, a beleza de Medusa atraía deuses e homens mortais, principalmente o deus Poseidon, que constantemente tentava seduzi-la. Ao não aceitar as constantes rejeições de Medusa, Poseidon a violenta de forma brutal, retirando sua virgindade. Atena, ao encontrar Medusa após a violação, fica “indignada e usa seus poderes olímpicos para destituir Medusa de sua beleza e da condição de deusa imortal, transformando a sacerdotisa em uma figura horrenda, uma górgona” (Hilgert, 2020, p. 42). A górgona, então, passa a transformar os homens que a miravam em pedra, apenas com o seu olhar. Medusa foi caçada e assassinada por Perseu, que tem a missão de levar a cabeça da górgona como um presente de casamento. De acordo com Ovídio, Medusa se torna “uma vítima, no mínimo, triplamente supliciada: pela violação do deus Poseidon, pelo injusto castigo imputado por Atena e pelo assassinato cometido por Perseu por motivos fúteis e ignóbeis” (Hilgert, 2020, p. 47).

Consoante Hilgert (2020), as representações³¹ de Medusa ao longo da história variam entre a exploração dos aspectos sedutores dessa personagem e da monstruosidade da górgona. Logo, a autora propõe uma hipótese para que compreendamos as mudanças nas representações de Medusa. Segundo ela, ambas as formas como Medusa é representada “são maneiras de oprimir e subjugar a mulher, mas se concretizam de maneiras distintas: pela monstruosidade e pela beleza” (Hilgert, 2020, p. 47). Sobre a representação monstruosa de Medusa, Hilbert (2020) considera que se relaciona com a própria associação do feminino como uma natureza de ordem rebaixada e repugnante. Dessa forma, “Hesíodo escreve que a ascendência de todas as mulheres remonta à Pandora, a enviada por Zeus para entregar a Prometeu a Caixa contendo todos os males da humanidade” (Hilgert, 2020, p. 50).

É possível estabelecermos um paralelo com a mitologia cristã, que relaciona todas as mulheres à figura de Eva, a grande pecadora original e origem dos males terrenos. Logo, as mulheres, na mitologia grega e cristã, são representadas “como herdeiras não só dos feitiços sedutores e da graça funesta de Pandora e de Eva, mensageiras do mal e portadoras dos encantos capazes de arruinar a humanidade” (Hilbert, 2020, p. 50). A mulher, então, pode ser considerada como o monstro original, digna de violência, punição e medidas de controle que a impeçam de executar suas faculdades de destruição e corrupção do mundo.

31 - Compreendemos como representação o procedimento de integração e mediação entre a ideologia e as formações ideológicas (Gomes, 2015).

É importante salientar que não apenas as mitologias são responsáveis por essa construção depreciada do feminino, mas também a própria filosofia possui papel significativo nesse processo de associação do feminino a aspectos degradantes e inferiorizados. Na obra *Timeu*, Platão (*apud* Hilbert, 2020, p. 51) disserta sobre a origem do mundo e da natureza humana. Segundo a reflexão platônica,

A primeira gênese da alma humana é criada diretamente pelas mãos do Demiurgo, conhece a natureza do universo e as leis, não sofre nenhuma depreciação e se concretiza como ser vivo na exclusiva figura do macho, ou seja, as mãos do deus artesão criador do mundo fez diretamente apenas uma alma: a dos homens.

Assim, os homens que vivem uma vida plena passam, após a morte, a habitar uma espécie de paraíso, enquanto os homens que se desviaram durante a vida são condenados a renascer como mulheres. Logo, “entre os que foram gerados machos, todos os que são covardes e levaram a vida de forma injusta, de acordo com o discurso verosímil, renascem mulheres na segunda geração” (Platão *apud* Hilbert, 2020, p. 51). Aristóteles (*apud* Beauvoir, 1980 [1949], p. 10), por sua vez, ao refletir acerca da condição feminina, afirma que “a fêmea é fêmea em virtude de certa carência de qualidades [...], devemos considerar o caráter das mulheres como sofrendo de certa deficiência natural”. Logo, os efeitos essencializadores, que estabelecem ontologias da natureza masculina e feminina, transitam entre o âmbito mitológico, filosófico e científico. A elaboração platônica a respeito da gênese do homem e da mulher é um exemplo desse processo. Portanto, a representação de Medusa pela imagem monstruosa da górgona se baseia nessa racionalidade de rebaixamento ontológico, que posiciona a mulher como uma instância distinta do humano, do que é próprio ao homem, aproximando-a de aspectos animalescos e bestiais.

Sobre a representação bela e sedutora de Medusa, Hilbert (2020) argumenta que essa questão remete a um processo histórico importante de transferência da representação feminina ligada a aspectos bestiais para a questão da beleza. A feminilidade passa a ser definida pelo enquadramento das mulheres em um padrão estético considerado belo. Portanto, a definição de mulher não se baseia mais no afastamento da condição masculina e consequente aproximação aos seres não humanos, animais, mas, sim, na questão da beleza. A mulher deve ser bela; “se, antes, a subjugação acontecia por conta da concepção de natureza inferior e monstruosa da mulher e da Medusa, agora, acontece pela determinação da mulher e da Medusa como objeto de desejo e de conquista” (Hilbert, 2020, p. 52). Dessa forma, ser bela e por isso se apresentar como objeto a ser desejado e conquistado é o que nos permite retornar ao clímax da narrativa mitológica de Medusa que nos interessa: o estupro e seu julgamento moral e legal a partir de uma sociedade patriarcal.

Medusa é estuprada por ser demasiadamente bela e incitar o desejo de Poseidon, ou seja, sua beleza é a culpada. Atena pune Medusa após a violação, julgando-a responsável pela perda de sua pureza e virgindade. Retornando às elaborações de Despantes (2016, p. 4), o estupro se apresenta como “a condição feminina, seu alfabeto. Sempre culpadas por aquilo que nos fazem. Criaturas responsabilizadas pelo desejo que suscitam”.

Nesse enlace entre as reflexões contemporâneas de Despantes (2016), a narrativa mitológica de Medusa e o PL 1.904/2024, procuramos explicitar como o estupro se apresenta como um fator constitutivo da condição feminina no patriarcado. Contudo, essa elaboração pode suscitar dúvidas quanto às consequências de se assumir tal perspectiva. Afinal, por que faz sentido assumir a normalidade do estupro e não sua excepcionalidade? Consideramos que a resposta esteja na necessidade de deslocar o estupro do campo da anomalia, da conduta individual de um sujeito que não controla seus fortes instintos sexuais, para o *locus* que de fato é característico ao estupro, o *locus* político-estrutural. A acadêmica e ativista Rita Segato desloca os debates sobre estupro na América Latina ao afirmar o caráter político desse ato. Segundo ela,

O estupro não se baseia em um ato sexual, não é a libido descontrolada de homens, não é porque se quer um ato sexual. É um ato de poder, de dominação, é um ato político, um ato que se apropria, controla e reduz as mulheres por meio de apreensão de sua intimidade (Segato, 2019, p.1).

Destacamos da elaboração de Segato (2019) a questão do poder. O poder se associa a aspectos econômicos, jurídicos e políticos que estruturam as relações sociais e as sexualidades. De forma análoga, para Despantes (2016, p. 42),

[...] o estupro é um programa político preciso: esqueleto do capitalismo, é a representação crua e direta do exercício do poder. Designa um dominador e organiza as leis do jogo para que possa exercer seu poder sem restrições. O estupro é a guerra civil, a organização política através do qual um sexo declara ao outro: tenho todos os direitos sobre você e te forço a se sentir inferior, culpada e degradada.

A metáfora da guerra civil é uma interessante via de elaboração do fator estrutural do estupro e de sua aceitação como culpa feminina. Há dois sexos, de maneira geral e sintética, que compartilham o mesmo espaço público, mas há uma ameaça constante que só se apresenta a um deles. Uma possibilidade iminente de violência, de violação. Despantes (2016) nos explica as faces dessa guerra civil e do estado de constante vigilância feminina com exemplos bastante cotidianos. O medo da rua escura e vazia, a insegurança dentro de um prédio que de repente sofre um apagão elétrico, o recorrente pensamento de que é preciso evitar determinadas situações para minimizar o risco de ser estuprada. O estupro atravessa a vida das mulheres, é parte da vida delas, seja como uma memória de uma violação que de fato aconteceu, seja como um perigo imaginário constante, diário e iminente.

É a partir dessa dialética entre o *trauma* e a *ameaça* que as subjetividades femininas são organizadas e controladas pelos mecanismos do poder, seja bélico, seja político. Tal dialética é controlada por aspectos como a culpabilização, que faz as mulheres regularem questões comportamentais, centro do debate moral da política brasileira atual. Para as mulheres, viver em sociedades patriarcais é encarar uma guerra civil, afirma Despantes (2016). Considerando as três práticas discutidas no texto, a caça, a guerra e o estupro, é esta que se torna a principal prática coercitiva na contemporaneidade.

Considerações finais

Desde 2011, pode-se perceber no Brasil uma “virada moral” no discurso político da extrema direita a partir da fusão do ultraconservadorismo militar com o fundamentalismo religioso, tendo na questão de gênero a pauta principal para gerar pânico moral na sociedade. Direitos humanos, feminismo e movimentos LGBT, grupos de pessoas que possuem orientações sexuais e identidades de gênero que divergem da heterossexualidade e da lógica cisgênero, têm-se transformado nos novos monstros dessa guerra cultural, a qual objetiva mobilizar a sociedade civil em prol de movimentos reacionários que, a um só tempo, possam legitimar as violências estruturais no país, ressignificando o inimigo interno da Doutrina de Segurança Nacional sob novas lógicas, e produzir o avanço do modelo econômico ultraliberal (Morais; Moita Lopes, 2024).

Tendo isso em consideração, no presente capítulo, avaliamos o modo como o PL 1.904/2024 se inscreve na memória mítica patriarcal para legitimar violências contra as mulheres, privilegiando a temática do aborto para reproduzir as assimetrias de poder em relação ao gênero feminino. A condição de exploração da mulher é central na elaboração do conceito de família para esses grupos.

No intuito de avançar em direção a uma interface discursivo-histórica sobre a relação entre estupro e poder masculino, na primeira seção, debatemos a relação entre o PL 1.904/2024 e o estupro como arma de guerra, física e simbólica. Na segunda, discutimos a formação das estruturas proto-patriarcais como modelo de sociedade. Por fim, na terceira, investigamos como a sociedade patriarcal está relacionada, no plano mítico, à transição do imaginário da deusa predadora para o mito do herói guerreiro, o qual associa a guerra à masculinidade e continua a produzir sentidos no Brasil atual.

Nesse sentido, a constante remissão dos grupos neofascistas a Deus, pátria, família e propriedade tem por objetivo se relacionar, assim como reconstruir, com as memórias míticas emergidas na transição para as sociedades sedentarizadas, momento no qual as deusas predadoras cedem espaço ao mito do herói guerreiro, fundamento imaginário da masculinidade como expressão da virilidade, da força e da violência, rebaixando o feminino a um símbolo da fraqueza e do cuidado familiar.

Referências

- ABDULALI, S. *Do que estamos falando quando falamos de estupro*. Tradução: Luis Reyes Gil. São Paulo: Vestígio, 2019.
- ALONSO, Â. A comunidade moral bolsonarista. In: ABRANCHES, S. et al. (org.). *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 41-55.
- ALEXIJEVICH, S. *A guerra não tem rosto de mulher*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016 [1985].
- CRiado, M. A. A caçadora que reescreveu a pré-história. *El País*, [s. l.], 14 nov. 2020. Ciência: Arqueologia. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/ciencia/2020-11-14/a-caçadora-que-reescreveu-a-pre-historia.html>. Acesso em: 24 ago. 2024.
- BARRETTO JR., W. *Bolsonaro e seus seguidores: o horror em 3.560 frases*. São Paulo: Geração Editorial, 2022.
- BECKER, D. O PL do Estupro: afronta a toda a sociedade. *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 jun. 2024. Blogs. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/daniel-becker/post/2024/06/o-pl-do-estupro-afronta-a-toda-a-sociedade.ghtml>. Acesso em: 24 ago. 2024.
- DESPANTES, V. *Teoria King Kong*. São Paulo: n-1 edições, 2016.
- EHRENREICH, B. *Ritos de Sangue*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. [S.l.], BOD GmbH DE, 2019 [1884].
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2008.
- HILGERT, L. H. O arcaico do contemporâneo: Medusa e o mito da mulher. *Lampião*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 41-70, 2020.
- IRE, B.; SILVA, C. D.; LENZI, M. H. Ser lésbica na ditadura: vida e militância sob estado de exceção. In: WOLFF, C. S.; ZANDONÁ, J.; MELLO, S. C. de. *Mulheres de Luta: Feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Florianópolis: Editora da UFSC, p. 186- 209, 2019.
- KALLAS, D. O estupro como arma de guerra: barata, eficaz e amplamente tolerada. *Isto é mulher*, São Paulo, 21 mar. 2024. Colunas. Disponível em: <https://mulher.istoe.com.br/o-estupro-como-arma-de-guerra-barata-eficaz-e-amplamente-tolerada/>. Acesso em: 24 ago. 2024.
- LERNER, G. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Editora Cultrix, 2019 [1986].
- LÉVI-STRAUSS, C. *Les Structures Élémentaires de la Parenté*. Paris: Presses Universitaires de France, 2020 [1949].
- MORAIS, A. R. A. de; MOITA LOPES, L. P. da. “Virada moral” e entextualização do homossexual como pedófilo em falas de Bolsonaro no congresso (2000 a 2018). *ALFA: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 68, p. 1-27, 2024. DOI: 10.1590/1981-5794-e17547.

Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/17547>. Acesso em: 3 jul. 2024.

ORLANDI, E. Claude Lévi-Strauss, Michel Pêcheux e o estruturalismo. *ComCiência*, Campinas, n. 114, 2009.

PATOU-MATHIS, M. *L'Homme préhistorique est aussi une femme: Une histoire de l'invisibilité des femmes*. Paris: Allary Éditions, 2020.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. (org.). *Papel da memória*. Tradução e introdução: José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

PÊCHEUX, M. *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*. São Paulo: Pontes, 2002.

SALES, P. Entenda o projeto que dá até 20 anos de prisão para mulher estuprada que abortar. *Uol*, Brasília, DF, 14 jun. 2024. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/entenda-o-projeto-que-da-ate-20-anos-de-prisao-para-mulher-estuprada-que-abortar/>. Acesso em: 24 ago. 2024.

SEGATO, R. L. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. *Sociedade e estado*, [s. l.], v. 29, n. 2, p. 341-371, 2014.

VERENICZ, M. Como e por que o estupro é utilizado como arma de guerra. *Carta Capital*, São Paulo, 31 maio 2022. Mundo. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/como-e-por-que-o-estupro-e-utilizado-como-arma-de-guerra/>. Acesso em: 24 ago. 2024.

A Retórica do Domínio: estratégias argumentativas na fala de Michelle Bolsonaro no ato da Avenida Paulista

Mônica Santos de Souza MELO³² |

Introdução

Este trabalho se propõe a analisar, na perspectiva da Teoria Semiológica do Discurso, de Patrick Charaudeau, uma fala proferida pela ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro num evento de natureza política e religiosa, ocorrido na Avenida Paulista, em 25 de fevereiro de 2024. Esse objeto de estudo é particularmente interessante pois se insere num contexto de proliferação de manifestações caracterizadas pelo uso de uma retórica a favor da Teologia do Domínio, propagada por representantes de algumas denominações evangélicas, com forte impacto sobre parcela significativa da população.

A difusão de argumentos relacionados à tese de que os cristãos devem dominar todos os espaços – particularmente os de governança – vem ganhando repercussão num momento de radicalização política, em que as democracias, não só do Brasil, mas de vários países, se veem sob ameaça, em função do crescimento da extrema direita no mundo. No Brasil, essa ameaça ganhou força a partir da eleição de Jair Bolsonaro, que ocupou a presidência do país no período de janeiro de 2019 a dezembro de 2022.

A derrota nas eleições que se seguiram retirou Bolsonaro do governo, porém não foi suficiente para apartar do cenário público os extremistas de direita que permaneceram atuando nos espaços de governança como gestores (governadores, prefeitos) ou legisladores (nas Câmaras municipais, estaduais, federais e no Senado). Além disso, influenciadores se mantiveram ativos, difundindo teses ultraconservadoras nos espaços públicos, especialmente nas redes sociais. Destaca-se, também, nesse cenário, a atuação de pessoas ligadas a denominações religiosas que mantêm relação

32 - Professora Titular da Universidade Federal de Viçosa (UFV), onde atua na Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Letras. Possui Licenciatura em Letras pela Universidade Federal de Viçosa (1987), Mestrado em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (1991), Doutorado em Estudos Linguísticos (2003) e Pós-Doutorado em Estudos Linguísticos (2011). Tem experiência na área de Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: discurso (religioso, político e midiático), argumentação e semiolinguística e mídia. Atuou, de 2013 a 2015, como Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa. Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq no período de 2014-2024. E-mail: monicamelos@ufv.br

com a agenda política da extrema direita, associadas especialmente a “duas tradições teológico-políticas conservadoras: o tradicionalismo católico e o fundamentalismo evangélico” (Conceição; Nunes; Nobre, 2023, p. 2). Essas figuras, sob o pretexto de defender uma pauta conservadora e valores cristãos, usam de sua influência sobre os fiéis para atuar a favor da instauração de uma espécie de “neoteocracia”, a despeito do preceito constitucional do Estado laico.

Num cenário de espetacularização, em que as redes sociais têm papel fundamental para a formação de opiniões, tem sido comum entre pessoas públicas, notoriamente do campo político, a produção de vídeos para registrar falas e pronunciamentos com a finalidade de “lacrar” na internet, ou seja, impressionar os internautas, gerando visualizações e compartilhamentos. Um exemplo recente dessa estratégia são os pronunciamentos de pessoas públicas e políticos de direita em um ato promovido na Avenida Paulista, no dia 25 de fevereiro de 2024, pelo Pastor Silas Malafaia, em apoio a Bolsonaro, no qual se deu o pronunciamento da esposa do ex-presidente, Michelle, texto que selecionamos para análise. Detalharemos, a princípio, alguns fundamentos teóricos e metodológicos básicos que vão nortear a nossa análise. Em seguida, abordaremos a concepção do Estado laico e a chamada Teologia do Domínio para finalmente descrevermos e analisarmos os dados selecionados.

Teoria Semiolinguística: restrições e estratégias

Para compreender as representações subjacentes ao discurso em questão, vamos recorrer a uma teoria do discurso, especificamente, a Semiolinguística, de Patrick Charaudeau. Nessa perspectiva, todo ato de linguagem se insere num projeto geral de comunicação que é concebido por um sujeito comunicante, o qual precisa organizar seu discurso em função da situação em que se encontra. Para fazê-lo, está subordinado a um espaço de restrições, que compreendem as condições mínimas às quais o ato de linguagem deve satisfazer para que seja válido, e a um espaço de estratégias, que correspondem às escolhas que os sujeitos podem proceder na encenação comunicativa. As restrições são estabelecidas pelo contrato comunicacional, que se refere a uma espécie de obrigação convencional de cooperação que liga os parceiros numa finalidade de dizer e que atribui a eles determinados papéis linguageiros, definindo restrições que devem seguir no ato de linguagem e que codificam as práticas sociolinguageiras em função das circunstâncias do discurso.

A noção de estratégia, no âmbito da Teoria Semiolinguística, surge da hipótese de que o falante organiza e concretiza suas intenções de forma a produzir certos efeitos sobre o interlocutor, recorrendo a diversos procedimentos. As estratégias se definem em termos dos imaginários que se pretende veicular, ou seja, de representações sociais que possuem uma função simbólica, tendo sido configuradas, em algum momento da história de uma comunidade social, sob a forma de discurso.

As estratégias são fornecidas por princípios de organização da matéria discursiva, os quais Charaudeau (1992) denomina “modos de organização do discurso”. Trata-se de procedimentos de ordem linguageira que consistem no uso de certas categorias de língua, ordenadas em função das finalidades do ato de comunicação. Esses procedimentos estão agrupados em quatro modos: (i) o *modo de organização enunciativo*, que se refere aos protagonistas do ato de linguagem, indicando a posição que o enunciador ocupa em relação ao destinatário, em relação ao dito e em relação ao outro; (ii) o *modo de organização descritivo*, que diz respeito aos procedimentos pelos quais o enunciador identifica, localiza e qualifica os seres por meio de um olhar sobre o mundo que os fazem existir, olhar esse que é limitado pela finalidade da situação de comunicação em que se inscreve; (iii) o *modo de organização narrativo*, que organiza um mundo numa sequência de ações que se sucedem, mas, ao mesmo tempo, se influenciam e se transformam; e (iv) o *modo de organização argumentativo*, que constitui um mecanismo que permite ao falante, inserido numa situação que tem finalidade persuasiva, levar o interlocutor a partilhar determinado ponto de vista. Os conceitos e categorias aqui identificados, resumidamente, constituirão o aparato teórico por meio do qual vamos desenvolver nossa análise.

Ressaltamos que empreenderemos um estudo de caso, numa perspectiva qualitativa, que contará com dois momentos específicos, porém articulados: uma descrição das categorias mais relevantes, especialmente aquelas ligadas à organização argumentativa do discurso, e uma interpretação dos dados, a fim de evidenciar as representações que neles se apresentam.

Antes de partirmos para a descrição e análise dos dados, é essencial que façamos uma breve reflexão sobre o contexto histórico e social de ascensão do conservadorismo no Brasil, que compõe as restrições situacionais do discurso que aqui analisamos.

Ascensão do conservadorismo no Brasil: tradicionalismo e fundamentalismo religioso

A relação entre política e religião não é um fato novo e já foi estudada por alguns pesquisadores, especialmente no campo da Sociologia. Um deles é Bourdieu (1974), que aponta que as práticas religiosas influenciam nas relações de classe, contribuindo para a reprodução da ordem estabelecida. Para esse autor, a religião é veículo de um poder simbólico, organizando-se em torno de um sistema de práticas e de representações que tendem a justificar a hegemonia das classes dominantes, impondo aos dominados uma espécie de resignação diante das condições de existência.

Considerando a realidade brasileira, observa-se que nas últimas décadas a igreja católica vem perdendo sua hegemonia e os evangélicos vêm ganhando espaço com a disseminação de igrejas pentecostais e neopentecostais por todo o país, processo favorecido por estratégias de *marketing* eficientes. Esse crescimento foi determinante para uma maior representatividade desse segmento e uma mudança de postura em

relação à sua participação na política, com o abandono da tradicional orientação de que “crente não se envolve em política” para a defesa da tese de que “irmão vota em irmão”. Como assinalam Rezende e Lopes Júnior (2021), essa inserção das igrejas na política foi, de certa forma, favorecida, no Brasil, a partir de meados dos anos 80, pelo processo de redemocratização. Para os autores:

[...] o contexto da redemocratização impulsionou uma progressiva e conflitiva lógica pluralista, na qual os movimentos culturais e sociais colocaram em pauta posições antes ocultas na dimensão do indivíduo, grupos ou valores (gênero, raça, meio ambiente, cultura, subjetividade, etc.) como sendo de caráter político e, assim, mobilizaram formas de ação coletiva em defesa de reconhecimento, justiça e participação. Trata-se da chamada ‘guinada cultural’ ocorrida no nível das dinâmicas e das lutas sociais e sob a qual a religião é parte importante desse processo (Rezende; Lopes Júnior, 2021, p. 3).

Nos últimos anos a inserção de alguns setores evangélicos³³ na política foi relevante nos processos eleitorais municipais, estaduais e federais, constituindo-se esse grupo em forte base de apoio para a eleição de Jair Bolsonaro.

O discurso que tomamos como objeto de análise exemplifica a relação entre religião e política, tendo sido proferido num ato híbrido, de natureza política e religiosa. Convocado pelo Pastor Silas Malafaia, o evento tinha, de acordo com o Pastor, o objetivo de prestar apoio ao ex-presidente Bolsonaro. Esse tipo de evento, que talvez causasse estranhamento há alguns anos, resulta da ascensão de uma “nova onda conservadora” (Conceição; Nobre; Nunes, 2023, p. 12), da qual participam representantes do tradicionalismo católico e do fundamentalismo evangélico. Trata-se de “um movimento de viés moral, político e religioso, atrelado à ultradireita em defesa das pautas do sistema econômico capitalista neoliberal” (Conceição; Nobre; Nunes, 2023, p. 12). Assim, consoante os autores, embora a defesa do liberalismo não conste da pauta do conservadorismo clássico, a ela também se associaram, no Brasil, o desmonte das políticas públicas, o enfraquecimento dos sindicatos, a perda de direitos dos trabalhadores, entre outras medidas que favorecem a hegemonia do neoliberalismo.

Setores do conservadorismo apoiam o estabelecimento de uma espécie de teocracia, entendida “[...] como concepção e como prática que se concretiza em um regime político que vem a ser exercido por uma Igreja que se alia ao poder (regime político da cristandade) ou por uma casta sacerdotal que exerce o governo (caso dos estados islâmicos)” (Abbagnano, 2007, p. 1118 *apud* Passos, 2020, p. 1117). No Brasil, tem ocorrido de forma crescente uma tentativa de imposição no espaço público de valores do tradicionalismo católico e do fundamentalismo evangélico, que pode comprometer o princípio constitucional do Estado laico. Essas questões serão abordadas, em linhas gerais, nas próximas seções.

33 - É essencial reconhecer que a denominação “Evangélicos” reúne congregações muito diversificadas, provenientes da Reforma Protestante, não se referindo a um bloco homogêneo de igrejas. Nesse sentido, é importante destacar que estamos nos referindo a segmentos desse campo, especialmente das linhas pentecostais e neopentecostais.

O fenômeno da secularização e o Estado laico

Apesar da influência que a religião exerce sobre o comportamento do indivíduo em sociedade, as democracias modernas estabelecem uma separação entre o poder político e a Igreja. Essa separação decorre do fenômeno sociológico da secularização que se ampliou a partir do início do século XX e adota o princípio de que o poder político não deve se submeter à religião. Segundo Moniz (2020):

[...] as teorias da secularização afirmam que o processo de modernização e os seus subprocessos, transformadores da totalidade da estrutura social, não podem decorrer sem consequências para as tradições e instituições religiosas. Isto é, as propriedades estruturais da modernização – como a racionalização, a diferenciação funcional, a societalização ou a segurança existencial – colocam problemas à religião, pelo menos no seu sentido tradicional, e reduzem ou, no limite, extinguem a sua relevância e/ou plausibilidade social (Moniz, 2020, p. 147).

A admissão do processo de secularização advém, em grande parte, da percepção de um decréscimo da influência da religião na sociedade. Das teorias da secularização decorre a tese do Estado laico. No Brasil, a Constituição Federal prevê, no artigo 5º, a liberdade religiosa, ao dispor que: “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias” (Brasil, 1988, título II, cap. I, art. 5º, inc. VI). Já o inciso I do artigo 19 defende o Estado laico, estabelecendo que é “vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público” (Brasil, 1988, título III, cap. I, art. 19, inc. I).

O que se observa, contudo, na atualidade, é um crescimento da interferência de segmentos religiosos em espaços públicos de governança, impulsionados pela difusão do conservadorismo associado ao tradicionalismo católico e ao fundamentalismo evangélico, como abordaremos, rapidamente, a seguir.

A ameaça ao Estado laico: tradicionalismo católico e fundamentalismo evangélico

Conceição, Nobre e Nunes (2023) definem o tradicionalismo como uma:

[...] corrente filosófico-teológica escolástica, ancorada na ideia de ‘tradição como forma de manter o equilíbrio da sociedade’, pois intelectuais adeptos ao tradicionalismo religioso defendem que a sociedade é ‘uma criação regida por leis naturais’ e, por isso, esses ‘são avessos às revoluções’, e, consequentemente, ‘[...] são rivais dos que defendem ideias de esquerda, [...] que [...] argumentam ser necessário acabar com a desigualdade social, o domínio de classes e as opressões que afligem os desfavorecidos’ (Lopes, 2023 apud Conceição; Nobre; Nunes, 2023, p. 5).

Já o fundamentalismo evangélico, que também se encontra em ascensão, é um movimento que tem origem na América do Norte, no início do século XX. Segundo Conceição, Nobre e Nunes (2023), o crescimento dos evangélicos no Brasil começou em meados dos anos 1980 e coincide com o crescimento demográfico dos centros urbanos, cenário no qual os evangélicos se aproximavam da população por meio de estratégias econômicas e de evangelização eficientes, ao mesmo tempo em que se aproximavam da esfera política. Para os autores, o fundamentalismo, especificamente, se define como “um movimento religioso-político cujos seguidores aderem a um conjunto de doutrinas ou regras como fundamento para estrutura de toda sociedade” (Conceição; Nobre; Nunes, 2023, p. 8).

No Brasil, o crescimento desse grupo no cenário político deu origem a alianças entre denominações evangélicas diversificadas, mas com interesses comuns, resultando na criação de partidos políticos e candidaturas, no consequente crescimento da chamada “Bancada Evangélica”³⁴ no Congresso Nacional e na eleição de representantes no poder Executivo, nos âmbitos municipal, estadual e federal. A coesão desse grupo se consolidou por meio de um pragmatismo que permitiu que representantes de partidos diferentes se aliassem em torno de pautas conservadoras, posicionando-se contrariamente a LGBTs³⁵, feministas, entre outros, e disseminando o fantasma da “ameaça comunista”, associado ao sentimento antipetista. Esse grupo atuou, como mencionamos, de forma decisiva para a eleição de Bolsonaro, no ano de 2018.

O apoio desse grupo de políticos-religiosos tradicionalistas e fundamentalistas foi, portanto, decisivo para o crescimento do projeto político da extrema direita no Brasil, tendo sido determinante para a consolidação de discursos em defesa de uma espécie de teocracia que constitui uma ameaça à democracia e ao Estado laico.

Associada ao conservadorismo e ao fundamentalismo, ganha projeção também na atualidade a chamada “Teologia do Domínio”. Conhecer os princípios desse movimento é importante para entendermos as bases conceituais nas quais o discurso de Michelle Bolsonaro se apoia.

“[...] Encham a Terra e a submetam”³⁶: a Teologia do Domínio

Segundo Mendes, Lago e Lippelt (2022), a “Teologia do Domínio” (TD) foi importada dos Estados Unidos, tendo sua origem no chamado “reconstrucionismo”, proposto por Rousas John Rushdoony, um pastor presbiteriano que morreu em 2001. Ele defendia a implantação de uma educação cristã que formasse líderes em todas as áreas

34 - Segundo Rezende e Lopes Júnior (2021), a partir da Constituinte de 1986 deu-se o ingresso de grande número de evangélicos na política, o que proporcionou maior visibilidade a esse grupo: “Nessa ocasião, foi implantada no Congresso Nacional a chamada ‘Bancada Evangélica’, uma bancada pluripartidária, composta de 33 membros, sendo 18 deles do ramo pentecostal” (Rezende; Lopes Júnior, 2021, p. 11).

35 - Sigla que inclui parte da diversidade de gêneros, identidades e orientações sexuais, entre as quais: lésbicas, gays, bissexuais e transexuais.

36 - Fonte: Bíblia [...], 2013, Gn 1, 28, p.12.

estratégicas da sociedade. Suas ideias teriam sido incorporadas a partir da década de 1970 pelo Partido Republicano americano para ampliar seu eleitorado, tendo assumido um caráter de dominionismo religioso, com um discurso nacionalista e ultraconservador.

Mendes, Lago e Lippelt afirmam que o Dominionismo ou Teologia do Domínio defende as seguintes propostas:

A família seria somente aquela que cabe no conceito tradicional defendido: pai homem, mãe mulher e filhos. A religião somente as igrejas de matriz evangélica. A educação não laica. A mídia, empresas jornalísticas ligadas a esses valores e produzindo esses conteúdos. Lazer, o que incorpore tais ideais religiosos. Negócios feitos por fiéis que possam financiar a estratégia. E governo, o que se identifique com tudo isso: criação de partidos, eleição de bancadas e de governantes que ou professem a fé ou aceitem ser ferramenta dela para se atingir tal propósito (Mendes; Lago; Lippelt, 2022).

Para Cunha (2020, p. 18), a TD é

[...] a busca da reconstrução da teocracia na sociedade contemporânea, no cumprimento da predestinação dos cristãos/às ocuparem postos de comando no mundo (presidências, ministérios, parlamentos, lideranças de estados, províncias, municípios, supremas cortes) – o domínio religioso cristão – para incidirem na vida pública (Cunha, 2020, p. 18).

A Teologia do Domínio, que, no nosso entender, inspira a fala de Michelle, defende que os cristãos assumam o domínio das áreas estratégicas da sociedade: família, religião, educação, mídia, lazer, negócios e governo (os “sete montes”). Propõe, portanto, não só uma ligação profunda entre Igreja e Estado, mas uma espécie de supremacia cristã (no contexto em questão, evangélica). De acordo com Pereira (2023, p. 166), “[...] não haveria Estado, mas apenas o governo direto de Deus sobre as famílias, uma composição de teocracia com patriarcado, ou, como diz Mariano (1999, p. 94 [*apud* Pereira, 2023, p. 166]), a Teologia do Domínio ‘sonha com um direito divino dos evangélicos ao poder temporal’”. Como isso não é possível, os dominionistas propõem que os cristãos exerçam os poderes do Estado, delegados diretamente por Deus.

Observaremos, a partir de agora, como essas restrições ligadas ao fundamentalismo evangélico e à Teologia do Domínio, associadas às estratégias linguístico-discursivas, colaboram para construir a argumentação na fala de Michelle Bolsonaro no ato da Avenida Paulista.

“O Brasil é do Senhor”: Descrição e Análise

A descrição dos dados, na perspectiva Semiolinguística, parte de uma identificação do gênero e das restrições situacionais, discursivas e formais às quais ele se submete. Em seguida, na etapa interpretativa, identificamos as representações construídas naquele espaço de fala.

Ao descrever o pronunciamento de Michelle, identificamos uma interseção de gêneros, que decorre, entre outras coisas, do caráter híbrido do evento, que é, ao mesmo tempo, político e religioso. Esse pronunciamento se insere num ato convocado por um pastor (Silas Malafaia), mas cuja finalidade é política: apoiar Jair Bolsonaro.

A identificação do gênero do pronunciamento em questão não é uma tarefa fácil, se considerarmos a natureza híbrida do ato convocado por Malafaia. Na perspectiva semiolinguística, a identificação do gênero deve considerar, a princípio, os dados externos ou, nos termos de Charaudeau (2004), as “restrições situacionais” que o orientam, ou seja, a finalidade (estamos aqui para dizer o quê?); os modos de tematização (organização de temas e subtemas); a identidade dos parceiros, isto é, o lugar que eles ocupam na troca comunicativa; e as circunstâncias materiais nas quais a troca se realiza.

Quanto à finalidade, temos, como objetivo geral da fala, defender Jair Bolsonaro, não só como pessoa, mas como administrador público. Veremos, em seguida, as teses associadas a esse objetivo. Entre os temas tratados estão a exaltação a Jair Bolsonaro como pessoa escolhida para dirigir o Brasil e o apelo ao público para que se engaje na política, votando em candidatos cristãos. Essa visão está explícita na fala de Michelle:

“Sim, por um bom tempo nós fomos negligentes sim ao ponto de falarmos que não poderiam misturar política com religião. E o mal tomou e o mal ocupou o espaço. Chegou o momento agora da libertação”. (Michelle Bolsonaro [...], 2024, 4 min 52 s)

Quando se observam os fatos históricos e políticos que circundam o ato no qual se deu esse pronunciamento, constata-se que ele se associa a outros eventos análogos que têm sido promovidos nos últimos meses com a finalidade de mobilizar os apoiadores para pressionarem políticos e quem mais for possível para tentar reverter a situação de inelegibilidade de Bolsonaro ou até mesmo reverter o resultado das eleições. Esse objetivo fica mais evidente na conclamação ao final do discurso de Michelle:

“Não desistam mulheres, homens, jovens, crianças, não desistam do nosso país! Continuem orando, continuem clamando, porque eu sei que o nosso Deus do alto do céu ele irá nos conceder o socorro”. (Michelle Bolsonaro [...], 2024, 5 min 33 s)

Quanto à identidade dos parceiros, temos, na instância de produção, Michelle Bolsonaro, que carrega a identidade social de ex-primeira-dama e mulher evangélica. Como enunciatriz, assume a identidade enunciativa de oradora, responsável por um pronunciamento com motivações políticas (a defesa do ex-marido, julgado inelegível pelo TSE), mas tomado de elementos religiosos. Os destinatários são eleitores de Jair Bolsonaro, preferencialmente evangélicos, que acompanham o ato, presencialmente ou pelas redes sociais, assim como os simpatizantes que vão assistir à gravação de sua fala pelos canais digitais. Os interpretantes são todos aqueles que têm acesso ao discurso proferido. As circunstâncias se definem pela natureza do evento: um ato público, realizado presencialmente, na Avenida Paulista, em São Paulo, SP. Nele, convidados se colocaram sobre um trio elétrico e se dirigiram ao público presente, numa situação que se assemelha bastante a um comício político. A fala de Michelle antecede a de Bolsonaro

e parece ter, também, uma função de inflamar o público com um conteúdo emotivo, muitas vezes acompanhado da simulação de choro e de uma música instrumental comovente ao fundo.

Na perspectiva Semiolinguística, as restrições situacionais são altamente relevantes para as restrições discursivas e formais que vão operar sobre o projeto de fala. Para Charaudeau (2004), as restrições situacionais do ato de comunicação agem sobre como dizer, determinando o quadro do tratamento linguageiro que deverá assumir. Segundo o autor:

[...] os dados da finalidade, pelo viés de suas visadas, determinam uma certa escolha dos *modos enunciativos* (descritivo, narrativo, argumentativo) que deve empregar o sujeito falante ; os dados da identidade dos parceiros determinam certos *modos enunciativos* (alocutivo, elocutivo, delocutivo) nos quais ele deve se engajar ; os dados do propósito determinam certos *modos de tematização*, quer dizer a organização dos temas e subtemas a serem tratados ; os dados das circunstâncias materiais determinam certos *modos de semiologização*, quer dizer a organização da *mise en scène* material (verbal e/ou visual) do ato de comunicação. As restrições discursivas não correspondem a uma obrigação de emprego desta ou daquela forma textual, mas a um conjunto de comportamentos discursivos possíveis entre os quais o sujeito comunicante escolhe aqueles que são suscetíveis de satisfazer às condições dos dados externos (Charaudeau, 2004).

A perspectiva Semiolinguística entende que, ao tomar a palavra, o locutor organiza seu discurso orientado por processos de regulação (como entrar em contato com o outro?); racionalização (como organizar a encenação discursiva?); e dramatização (como tocar o outro?). Assim, as estratégias adotadas podem ser tanto da ordem do racional, ligadas ao ato de convencer, quanto do emocional, associadas à persuasão. O discurso que vamos analisar é de natureza predominantemente argumentativa e nele prevalecem estratégias associadas à persuasão, como veremos a partir de agora.

Ao descrever a chamada “encenação argumentativa” (Charaudeau, 2008, p. 220), temos, no pronunciamento em questão, uma situação de troca linguageira monológica, na qual a locutora constrói o texto argumentativo, evidenciando a proposta, apresentando a proposição e desenvolvendo o ato de persuasão. A proposta corresponde ao que comumente se chama tese. No discurso em questão, identificamos a tese principal, que seria “É o momento de Deus estabelecer seu reino no Brasil”. Essa proposta é delineada no excerto que se segue:

“Sim, por um bom tempo nós fomos negligentes sim ao ponto de falarmos que não poderiam misturar política com religião. E o mal tomou e o mal ocupou o espaço. Chegou o momento agora da libertação. Conheceréis a verdade e a verdade vos libertará. Foi o versículo que ele usou em toda a campanha e eu creio que isso foi gerado no mundo espiritual, porque eu creio num Deus vivo, um Deus todo poderoso que é capaz de restaurar, de curar a nossa nação”. (Michelle Bolsonaro [...], 2024, 4 min 52 s)

O discurso se baseia numa espécie de silogismo, nos seguintes termos: (i) É o momento de Deus estabelecer seu reino no Brasil; (ii) Bolsonaro foi o escolhido por Deus para governar o país; (iii) É o momento de Bolsonaro reassumir o poder. Considerando que Bolsonaro foi derrotado nas eleições e não reconheceu esse resultado e, ainda, resgatando suas várias manifestações – assim como de seus apoiadores – que colocaram em dúvida o funcionamento das urnas eletrônicas, um raciocínio desse tipo pode repercutir de modo a inflamar os simpatizantes no sentido de retomarem discursos e atitudes golpistas.

A tese pela qual Deus, na pessoa dos “escolhidos”, deve exercer o poder está em consonância com o que prega a chamada “Teologia do Domínio”, que prevê uma supremacia cristã e, consequentemente, a predominância do poder da Igreja sobre as demais instituições. Essa tese começa a se desenhar já nos primeiros momentos da fala de Michelle, como se observa em:

“Quantos viajaram dias, quilômetros para estar aqui e aqui fica o meu agradecimento por vocês saírem da sua casa, saírem da sua zona de conforto para dizer que o Brasil é do Senhor [...]”. (Michelle Bolsonaro [...], 2024, 1 min 13 s)

Quanto à proposição, há, no discurso em questão, uma tomada de posição de acordo com a proposta, o que leva a locutora a desenvolver uma argumentação pautada basicamente em uma “razão persuasiva” (Charaudeau, 2008, p. 207). A persuasão está associada a procedimentos discursivos e semânticos.

Os principais procedimentos discursivos adotados no discurso em análise são a definição, a comparação e a descrição narrativa.

A definição é uma categoria originalmente pertencente ao modo de organização descritivo, mas que pode, estrategicamente, assumir um caráter argumentativo, sendo capaz de produzir um efeito de evidência. Chama a atenção a definição do Brasil como uma espécie de teocracia:

“Nós te amamos, pai, nós te amamos e te pedimos que o Senhor que estabeleça o teu reino no Brasil [...]”. (Michelle Bolsonaro [...], 2024, 13 min 33 s)

“[...] o Senhor é o Senhor do Brasil”. (Michelle Bolsonaro [...], 2024, 14 min 15 s)

No discurso analisado há também uma preocupação constante em se definir o público apoiador de Jair Bolsonaro como um povo de bem, ligado a valores cristãos. Também chama a atenção o uso da expressão “exército de Deus”, sugerindo que se trata de um grupo mobilizado, capaz de lutar para defender seus ideais:

“E não tem como não se emocionar vendo o exército de Deus nas ruas”. (Michelle Bolsonaro [...], 2024, 0 min 50 s)

“[...] somos um povo, um povo de bem um povo que defende valores e princípios cristãos, um povo que ama essa nação e aprendeu a acreditar que ela tem promessas...”. (Michelle Bolsonaro [...], 2024, 1 min 42 s)

Constata-se que, ao utilizar a forma verbal associada ao sujeito plural “nós”, Michelle inclui a si mesma e ao marido como pessoas de bem e cristãos que amam a sua nação.

Também há a descrição da própria Michelle e de Bolsonaro como mártires e escolhidos, como vemos nos excertos seguintes:

“[...] nós estamos sofrendo porque exaltamos o nome do Senhor no Brasil, porque o meu marido foi escolhido e ele declarou que era Deus acima de todos”. (Michelle Bolsonaro [...], 2024, 2 min 09 s)

“Eu não pedi para estar aqui”. (Michelle Bolsonaro [...], 2024, 3 min 22 s)

“Aprove o Senhor nos colocar à frente desta nação. Aprove Deus nos colocarmos na presidência da república, para que a gente pudesse trabalhar e fazer a verdadeira justiça social na vida daqueles que mais precisam”. (Michelle Bolsonaro [...], 2024, 3 min 23 s)

“[...] eu sei que ele me ama e que ele nos escolheu”. (Michelle Bolsonaro [...], 2024, 7 min 16 s)

Essa imagem positiva, quase santificada, de Michelle e Bolsonaro, é reforçada por descrições narrativas, com episódios que parecem enfatizar a ideia de que eles são pessoas diferenciadas e, por isso mesmo, dignas de bênçãos, no plano divino, e da confiança da população, no plano terreno:

“Mas eu aprendi, naquele leito de hospital, aonde os médicos falaram que era só Deus e eu ajoelhei e falei: Senhor, não cai um fio da nossa cabeça e a folha da árvore sem a sua permissão. E a partir daquele dia a minha fé foi renovada. Eu me senti forte, eu me fortaleci em Cristo para estar ao lado dele”. (Michelle Bolsonaro [...], 2024, 2 min 45 s)

Também é usado o procedimento da comparação, associado à categoria da qualificação, por meio do qual se destacam semelhanças e dessemelhanças entre os seres. Então, se, de um lado, Michelle estabelece uma identificação entre a sua pessoa, Bolsonaro e os apoiadores como indivíduos cristãos e nacionalistas, ela aponta, de outro, a dessemelhança entre esse grupo e o que representa os adversários políticos, numa clara dicotomia entre bons e maus:

“E hoje o povo brasileiro sabe a diferença de um governo justo, de um governo ímpio”. (Michelle Bolsonaro [...], 2024, 3 min 44 s)

“Sim, por um bom tempo nós fomos negligentes sim ao ponto de falarmos que não poderiam misturar política com religião. E o mal tomou e o mal ocupou o espaço”. (Michelle Bolsonaro [...], 2024, 4 min 52 s)

A construção argumentativa se pauta também no uso de procedimentos semânticos, que visam a fundamentar a argumentação, provando sua validade.

Identificamos o domínio da verdade, por meio do qual se define “de maneira absoluta e em termos de verdadeiro e falso, tanto o que concerne à existência de seres

em sua originalidade e sua autenticidade e sua unicidade, quanto o que pertence ao âmbito do saber como princípio único de explicação dos fenômenos do mundo” (Charaudeau, 2008, p. 232). Nesse sentido, identifica-se que a fala de Michelle submete-se ao princípio dado como verdadeiro de que o Brasil é um país cristão e que nessa nação deve prevalecer o poder de Deus acima de tudo. Além disso, há uma descrição do ex-presidente Bolsonaro como um ser ungido, escolhido por Deus para ser o seu representante.

“[...] nós estamos sofrendo porque exaltamos o nome do Senhor no Brasil, porque o meu marido foi escolhido e ele declarou que era Deus acima de todos”. (Michelle Bolsonaro [...], 2024, 2 min 10 s)

O uso do sintagma “foi escolhido” em substituição a “foi eleito”, que seria o mais apropriado no caso de um representante político levado ao poder pelo voto popular, pode sugerir que ele foi selecionado por meio de uma espécie de intervenção sobrenatural, divina, especialmente quando se associa essa forma verbal a outras identificações presentes no enunciado, tais como “Senhor” e “Deus”. Trata-se da representação, por meio do discurso, da crença, apresentada como verdade, na supremacia divina, da qual derivam as teses de que os governantes são escolhidos por Deus e de que Deus está no controle do futuro individual e coletivo:

“Aprove Deus nos colocarmos na presidência da república, para que a gente pudesse trabalhar e fazer a verdadeira justiça social na vida daqueles que mais precisam”. (Michelle Bolsonaro [...], 2024, 3 min 23 s)

Na perspectiva fundamentalista, a proposta de que os governantes são escolhidos e influenciados por Deus encontraria respaldo na Bíblia. No Antigo Testamento, temos figuras como Moisés, Davi e Salomão, que teriam sido escolhidos por Deus para comandar o povo de Israel. Também no Novo Testamento, a afirmação atribuída a Jesus de que todo poder e autoridade dos governantes vêm de Deus pode corroborar tal tese. Derivam dessa tese principal outras secundárias: (i) Deus tem o controle sobre quem assume o governo; (ii) os governantes são escolhidos de acordo com propósitos divinos; (iii) a população deve apoiar governantes que defendem os valores e princípios religiosos; (iv) Deus é onipotente e tem o poder de determinar o destino político de uma comunidade ou nação. No pronunciamento em análise, algumas passagens estão associadas a essas concepções:

“Senhor, não cai um fio da nossa cabeça e a folha da árvore sem a sua permissão”. (Michelle Bolsonaro [...], 2024, 1 min 10 s)

“E se é difícil com Deus, com certeza é impossível sem ele”. (Michelle Bolsonaro [...], 2024, 2 min 27 s)

Também predomina no discurso o domínio do ético, que define o comportamento humano em termos de bem e mal, a partir de uma moral externa ou interna. No discurso analisado, a locutora contrapõe representantes da direita e da esquerda política,

analisando-os a partir de uma moral definida pela extrema direita e pelos princípios do fundamentalismo evangélico e da Teologia do Domínio. Sob essa perspectiva, os adversários políticos são vistos não só como inimigos, mas como seres amaldiçoados, pecadores, associados a coisas impuras, em oposição aos apoiadores da direita, que são descritos como virtuosos:

“Somos um povo, um povo de bem, um povo que defende valores e princípios cristãos, um povo que apendeu a amar essa nação [...]”. (Michelle Bolsonaro [...], 2024, 1 min 10 s)

“E hoje o povo brasileiro sabe a diferença de um governo justo, de um governo ímpio”. (Michelle Bolsonaro [...], 2024, 3 min 44 s)

“Sim, por um bom tempo nós fomos negligentes sim ao ponto de falarmos que não poderiam misturar política com religião. E o mal tomou e o mal ocupou o espaço”. (Michelle Bolsonaro [...], 2024, 4 min 52 s)

Além disso, defende-se um contraste entre o bem e o mal. Na fala de Michelle, contrapõem-se, por meio do procedimento da oposição: de um lado, os evangélicos, Bolsonaro e seu grupo político (representando o bem), e, de outro, a esquerda política, que assumiu o poder a partir da eleição de Lula, representando o mal:

“E hoje o povo brasileiro sabe a diferença de um governo justo, de um governo ímpio.

Sim, por um bom tempo nós fomos negligentes sim ao ponto de falarmos que não poderiam misturar política com religião. E o mal tomou e o mal ocupou o espaço”. (Michelle Bolsonaro [...], 2024, 3 min 44 s)

Essa visão maniqueísta revela uma estratégia de natureza populista, que se pauta em denúncias genéricas sobre uma situação de declínio da qual a população seria vítima e, ao mesmo tempo, no contraste entre o inimigo, responsável pela crise, e o salvador messiânico.

Destaca-se também a tentativa de construção da imagem de Bolsonaro como “ungido”, o homem escolhido por Deus para liderar a nação:

“[...] desde 2017 nós estamos sofrendo porque exaltamos o nome do Senhor no Brasil, porque o meu marido foi escolhido e ele declarou que era Deus acima de todos”. (Michelle Bolsonaro [...], 2024, 2 min 04 s)

“Aprove o Senhor nos colocar à frente desta nação. Aprove Deus nos colocarmos na presidência da república. Eu sei que ele nos escolheu”. (Michelle Bolsonaro [...], 2024, 3 min 23 s)

Associada a essa imagem de ungido vem também a representação da imagem de mártires, baseada na tese de que Michelle, Jair Bolsonaro e seu grupo político estariam sendo vítimas de perseguição por professarem a fé cristã:

“Em um momento tão difícil da história, meus amados, desde 2017 nós estamos sofrendo porque exaltamos o nome do Senhor no Brasil, porque o meu marido foi escolhido e ele declarou que era Deus acima de todos”. (Michelle Bolsonaro [...], 2024, 1 min 58 s)

“E quantos ataques, meus amados, quanta injustiça”. (Michelle Bolsonaro [...], 2024, 2 min 35 s)

Pautando-se na ideia de que estamos vivenciando uma espécie de cristofobia, procura-se mobilizar um público de maioria evangélica para apoiar o apelo pela anistia do ex-presidente.

A defesa das teses de que os cristãos devem ser alçados ao poder, a partir do argumento de que Deus deve estar acima de tudo, e a caracterização de Bolsonaro como pessoa ungida e apta a assumir a liderança nesse contexto se dão num contexto em que o ex-presidente, alvo de várias investigações, inclusive de tentativa de implementação de um golpe de Estado, busca apoio de setores das igrejas evangélicas para recorrer a uma possível anistia por parte da justiça, sendo, provavelmente, esse o público-alvo de Michelle, assim como dos demais oradores.

Estratégias ligadas às emoções

Para Charaudeau (2007), as emoções, ou os sentimentos, estão ligados às crenças. Segundo esse pesquisador, essas crenças

[...] se apoiam sobre a observação empírica da prática das trocas sociais e fabricam um discurso de justificação que instala um sistema de valores erigidos em forma de norma de referência. Logo, essas crenças testemunham, ao mesmo tempo, uma relação de ‘desejabilidade’ que o grupo social empreende com sua experiência da cotidianidade e um tipo de comentário de inteligibilidade que é produzido sobre o real, uma espécie de metadiscurso revelador de seu posicionamento (Charaudeau, 2007, p.241).

De acordo com Charaudeau (2007), o efeito patêmico pode ser obtido tanto por um discurso explícito e direto, na medida em que as próprias palavras têm uma tonalidade patêmica, quanto implícito e indireto, dado que as palavras parecem neutras desse ponto de vista.

A partir da descrição do autor, identificam-se as seguintes formas de expressão com potencial patêmico: (i) uso de palavras ou expressões que descrevem de maneira transparente as emoções do locutor; (ii) uso de palavras que não descrevem explicitamente as emoções, mas que podem vir a desencadeá-las; e (iii) uso de enunciados susceptíveis de produzir efeitos patêmicos pela situação que evocam.

No pronunciamento de Michelle Bolsonaro, há o uso de enunciados e de algumas palavras que expressam as emoções que ela estaria sentindo naquele momento, tais como:

“[...] não tem como não se emocionar vendo o exército de Deus nas ruas”. (Michelle Bolsonaro [...], 2024, 0 min 50 s)

“[...] desde 2017 nós estamos sofrendo porque exaltamos o nome do Senhor no Brasil [...]”. (Michelle Bolsonaro [...], 2024, 2 min 04 s)

“[...] eu sei que Ele me ama”. (Michelle Bolsonaro [...], 2024, 7 min 16 s)

“Eu me senti forte, eu me fortaleci em Cristo para estar ao lado dele”. (Michelle Bolsonaro [...], 2024, 3 min 11 s)

Identifica-se uso de palavras que pode desencadear emoções: “amados”; “ataques”, “injustiça”, “amor”, “cuidado”, “socorro”. Particularmente, como se trata de um público evangélico, a referência a palavras que remetem ao cristianismo, tais como “Deus”, “misericórdia”, “Senhor”, “cristãos”, “promessas”, “fé”, “Cristo”, “abençoado”, “orando”, “clamando”, entre outras, podem desencadear reações patêmicas.

Finalmente, para gerar comoção no público, há a referência ao episódio amplamente explorado em discursos tanto de Michele quanto de Bolsonaro do suposto atentado sofrido pelo então candidato à presidência na cidade de Juiz de Fora, MG:

“Mas eu aprendi, naquele leito de hospital, aonde os médicos falaram que era só Deus e eu ajoelhei e falei Senhor, não cai um fio da nossa cabeça e a folha da árvore sem a sua permissão”. (Michelle Bolsonaro [...], 2024, 2 min 45 s)

A informação subentendida de que, naquela época, Bolsonaro teria sido salvo por um milagre reforça a ideia de que ele é alguém escolhido por uma intervenção divina.

Recorrendo a procedimentos de ordem patêmica, associados aos procedimentos semânticos e discursivos descritos acima, a locutora procura convocar os simpatizantes para que se mobilizem em favor de sua proposta. A partir de um fazer-crer, na defesa de que todo o poder deve ser dado aos cristãos, ela tenta incitar os presentes, assim como aqueles que vão acompanhar seu discurso pelas redes sociais, a se mobilizarem por uma anistia a Bolsonaro, que pudesse permitir que essa personalidade, segundo ela, “ungida” e “escolhida por Deus”, tenha a possibilidade de reassumir o poder. Esse discurso com alto potencial patêmico parece ter como objetivo gerar uma espécie de catarse no público presente, de modo a preparar o terreno para a fala que se seguiria, a do ex-presidente Bolsonaro.

Considerações finais

Como destacamos no início deste trabalho, a aproximação entre religião e política não é um fenômeno recente. Ultimamente, porém, essa associação tem adquirido novos contornos, especialmente com a aliança entre segmentos tradicionalistas e fundamentalistas e políticos populistas de extrema direita. O discurso analisado aqui conjuga elementos dos domínios religioso e político com o objetivo de mobilizar eleitores em favor do ex-presidente Jair Bolsonaro. Nossa análise permitiu identificar

que o discurso se insere numa encenação argumentativa que recorre a procedimentos discursivos e semânticos, associados a recursos patêmicos, que promovem a disseminação dos preceitos da Teologia do Domínio, defendendo a implementação de uma espécie de teocracia, de acordo com a qual algumas pessoas são “ungidas” ou “escolhidas” para exercer o poder. No Brasil, esse representante seria Bolsonaro.

Embora se trate de um estudo de caso, a reflexão que ora se apresenta pretende se mostrar como uma pequena contribuição para a discussão de uma temática mais ampla e complexa em torno dos riscos da imposição de crenças e doutrinas religiosas nos espaços de governança, nos quais deveria prevalecer o respeito à pluralidade de pensamento e o bem coletivo. Sabemos que essa imposição, quando não se dá pela força, ocorre pela manipulação por meio do discurso. Sendo assim, as investigações no campo dos estudos discursivos podem ser importantes no sentido de desvelar esses processos mediante os quais uma parcela da população pode estar sendo vítima.

Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 ago. 2024.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, SP: Perspectiva, 1974.

CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.

CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, P. Pathos e discurso político. In: MACHADO, I. L. M.; MENEZES, W.; MENDES, E. (org.). *As Emoções no Discurso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. v. 1, p. 240-251.

CHARAUDEAU, P. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. de (org.). *Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004. p. 13-41. Disponível em: <http://www.patrick-charauveau.com/Visadas-discursivas-generos.html>. Acesso em: 12 ago. 2024.

CONCEIÇÃO, E. da; NOBRE, J. A.; NUNES, G. D. O ressurgimento das teocracias no cenário político e religioso brasileiro: uma onda conservadora intransigentista. *Reflexão*, Campinas, v. 48, p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reflexao/article/view/8573>. Acesso em: 12 ago. 2024.

CUNHA, C. V. da. Retórica da perda e os aliados dos Evangélicos na política brasileira. In: GUADALUPE, J. L. P.; CARRANZA, B. (org.). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 237-256.

MICHELLE BOLSONARO discursa e faz oração durante ato na avenida Paulista. [S. l.: s. n.], 2024. 1 vídeo (15 min). Publicado pelo canal Poder360. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=07q82feYjck&t=2s>. Acesso em: 4 set. 2024.

MENDES, S.; LAGO, R.; LIPPELT, V. Teologia do domínio: entenda o que é e o papel de Michelle na campanha. *Congresso em foco*, [s. l.], 31 ago. 2022. Governo. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/teologia-do-dominio-entenda-o-que-e-o-papel-de-michelle-na-campanha/>. Acesso em: 12 ago. 2024.

MONIZ, J. B. Secularização como um conceito de pensamento social global: proposta de análise genealógica da tese da secularização. *Revista Diálogos possíveis*, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 146-171, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/38177/1/41311111.pdf>. Acesso em: 26 maio 2024.

PASSOS, J. D. Uma teocracia pentecostal? Considerações a partir da conjuntura política atual. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 18, n. 57, p. 1109-1136, set./dez. 2020.

PEREIRA, E. Teologia do domínio: uma chave de interpretação da relação evangélico-política do bolsonarismo. *Projeto História*, São Paulo, v. 76, p. 147-173, jan./abr. 2023.

REZENDE, D. B. H.; LOPES JÚNIOR, O. P. Os evangélicos e a disputa pelo poder político no Brasil. *Revista Inter-Legere*, [s. l.], v. 4, n. 32, p. c25368, 2021.

O *ethos* em jogos de interpelação da crônica jornalística

Caroline Lourenço MONTEIRO³⁷

Patricia Ferreira Neves RIBEIRO³⁸

Introdução

Ao recebermos o convite, que muito nos honrou, para participar deste livro que celebra os 15 anos da criação do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa (UFV) (*stricto sensu*), decidimos tratar de temáticas e de abordagens teóricas caras a estudos muito profícuos oriundos das investigações de pesquisadores desse memorável Programa. Assim, o texto com que integramos esta homenagem se filia, primordialmente, à abordagem interdisciplinar da Teoria Semiolinguística do Discurso e a um dos conceitos tratados por essa perspectiva teórica, o de *ethos* discursivo.

Dessa feita, a proposta deste capítulo consiste em analisar, de modo amplo, a formação de um *ethos* discursivo oriundo de *jogos de interpelação* estabelecidos entre um sujeito enunciador e sujeitos interlocutores idealmente projetados. De modo particular, este estudo investiga a *imagem de si* que Gregório Duvivier – humorista, ator e roteirista – projeta em crônicas publicadas pelo jornal *Folha de São Paulo*, entre os anos de 2020 e 2022, em vista de um público-leitor idealizado.

Sobre a crônica, vale dizer que se trata de um gênero literário primariamente destinado à veiculação midiática, escrito com uma finalidade utilitária e predefinida: agradar aos *destinatários*, ou seja, aos leitores idealizados, mantendo-se em um espaço e localização recorrentes para criar familiaridade entre o escritor e seu público em dias específicos da semana. Quando se analisa, na crônica contemporânea, o contato entre cronista e público, podemos notar que ele se intensifica, dia a dia, devido às múltiplas possibilidades de interação trazidas, sobretudo, pelo espaço

37 - Doutorado (2024) orientado pela professora Patricia Ferreira Neves Ribeiro, no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense (UFF), na linha de pesquisa dedicada aos estudos do texto, do discurso e da tradução. Professora da rede particular do Rio de Janeiro do Ensino Fundamental II e Médio. E-mail: monteirocaroline@hotmail.com
38 - Pós-doutorado (2022) supervisionado pelo professor Patrick Charaudeau na área de Análise Semiolinguística do Discurso. Professora Associada IV do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade Federal Fluminense (UFF), com atuação na Graduação e na Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, na linha de pesquisa dedicada aos estudos do texto, do discurso e da tradução. E-mail: patricianeves@id.uff.br

virtual. Além disso, reconhecemos que a classificação da crônica como gênero textual é complexa (Charaudeau, 2012), dada, na maioria dos casos, a sua forte carga opinativa. Com comentários frequentemente críticos e polêmicos, permeados por marcada subjetividade e liberdade de expressão, a crônica tenta estabelecer uma proximidade entre o escritor e o leitor. Devido à sua composição mais livre, o cronista pode abordar uma variedade de temas e utilizar diversas estratégias para expressar seus pontos de vista sobre determinados fatos.

No âmbito da crônica jornalística, escolhemos para a realização desta pesquisa as de autoria de Gregório Duvivier, que publicou, durante os anos de 2013 e 2022, textos semanais no jornal *Folha de São Paulo*, explorando temas atinentes, sobretudo, ao cenário político brasileiro. Ainda hoje, Duvivier tem papel significativo nos debates sobre política e humor, emergindo como uma figura importante na crônica brasileira.

O tema para o desenvolvimento deste estudo surgiu quando, ao trabalhar a leitura de crônicas de Duvivier com alunos de variadas turmas, percebemos que a maioria deles não compreendia a mensagem dos textos, seja pela falta de conhecimento de mundo, seja pela dificuldade em interpretar certas estratégias de construção de sentido. Especialmente, identificamos, nessas crônicas que não eram lidas de modo produtivo pelos jovens, a recorrente utilização de um recurso linguageiro na produção do *ethos* discursivo do cronista: o emprego da ironia. Notamos que Duvivier produzia textos que eram irônicos quase que em sua totalidade e que isso revelava uma confiança de que seu público, ante o *jogo de interpelação* proposto, isto é, diante da convocação ao sujeito destinatário idealizado (Charaudeau, 2012) para refletir sobre aspectos atinentes à cidadania, seria capaz de ler seus textos e compreendê-los. E isso perante o modo como eram projetados e segundo os imaginários sociodiscursivos evocados em nome dos conhecimentos de mundo postos em cena.

A partir dessa percepção inicial, algumas problematizações foram levantadas no interior do trabalho: que tipo de imagem discursiva (*ethos*) o enunciador projeta de si em meio aos enunciados irônicos que constrói diante do *jogo de interpelação* proposto ao sujeito destinatário? O *ethos* de Duvivier é afetado por essa *interpelação* projetada? Quais imaginários sociodiscursivos esse sujeito enunciador evoca para a consolidação das *imagens de si* projetadas? De que recursos linguístico-discursivos se utiliza, no seio dos enunciados irônicos construídos, para o estabelecimento do *ethos* projetado ante o sujeito destinatário? A partir do *ethos* projetado e dos imaginários evocados, que tipo de inferências se imagina que o *leitor em questão* deva fazer?

Na tentativa de responder a essas indagações, buscamos descortinar, nesta pesquisa, os estratégicos mecanismos de encenação do discurso irônico de Duvivier no âmbito do ato humorístico (Charaudeau, 2006). Para tanto, observamos como essa aposta em um destinatário ideal é fundamental para que haja uma convivência entre os sujeitos que compõem o ato de linguagem em consideração ao *ethos* discursivo projetado.

Neste trabalho, consideramos que o ato de linguagem, em sentido amplo, é organizado por um sujeito dotado de intenções, situado em um contexto socio-histórico definido. Assim, localizamos nossa pesquisa no quadro discursivo da Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso (Charaudeau, 2009) – importante corrente francesa dos estudos discursivos criada pelo pesquisador Patrick Charaudeau na década de 1980 do século XX. A esse quadro teórico, em atenção ao princípio de uma interdisciplinaridade focalizada, aquela que, segundo Charaudeau (2013, p. 47), “[...] engendra uma abordagem que procura manter, ao mesmo tempo, o múltiplo pertencimento disciplinar dos fenômenos sociais (interdisciplinaridade) e o rigor de uma disciplina (focalizada)”, somam-se outras teorias – conforme anunciaremos – no intuito de analisarmos e compreendermos a construção do *ethos* projetado.

Segundo nosso escopo teórico, qualquer manifestação verbal é passível de apresentar marcas de natureza linguístico-discursiva, as quais podem denunciar traços de subjetividade do enunciador. Embora tais marcas variem de sujeito para sujeito, todas compartilham o fato de que apontam para uma intencionalidade e para uma imagem de si que o sujeito, intencionalmente ou não, acaba por projetar em sua fala. Essa imagem de si no discurso é chamada de *ethos*, conceito explorado desde a antiguidade, com os retóricos (Aristóteles, 2012), e que foi incorporado aos estudos sobre o discurso, sendo, por isso, retomado também sob o rótulo de *ethos* discursivo (Maingueneau, 2015).

Ainda em uma perspectiva mais específica, investigaremos como, no *jogo de interpelação* estabelecido nas crônicas de Duvivier, o sujeito enunciador propõe inferências que colocam o sujeito destinatário “em questão” (sob indagação), apostando que este será capaz de acioná-las pelo fato de partilharem os mesmos saberes em suas trocas comunicativas. Esses saberes refletirão imaginários sociodiscursivos nos quais determinados preceitos de uma dada *matriz ideológica* (Charaudeau, 2022b) comparecem nas crônicas sob análise, contribuindo também para a projeção do *ethos* do cronista.

A escolha desse objeto – o *ethos* projetado no *jogo de interpelação proposto em crônicas de Gregório Duvivier* – é justificada pelo fato de notarmos a necessidade de que o leitor perceba, com criticidade, muitas informações implícitas, principalmente ligadas à temática político-econômica brasileira, para que a ironia, sutil e refinada, tramada por Duvivier, seja notada. Desse modo, as crônicas de Duvivier são textos que apresentam um grande potencial para o desenvolvimento de uma leitura crítica.

Em termos metodológicos, é válido delinear que os movimentos de análise, na pesquisa mais ampla, partem de enunciados irônicos, próprios do ato humorístico, selecionados em cada uma das seis³⁹ crônicas opinativas de Gregório Duvivier, as quais compõem o *corpus* principal do trabalho. A compreensão da ironia pressupõe a realização de ações inferenciais, projetadas pelo enunciador a serem acionadas pelo

39 - Embora o *corpus* principal da pesquisa mais ampla esteja organizado em torno de seis crônicas, neste capítulo, em razão da delimitação de espaço, apresentaremos a análise de apenas uma delas.

interpretante, com apoio na evocação de saberes circulantes que são formatadores de imaginários sociodiscursivos. Esses imaginários acabam por constituir, no jogo de interpelação proposto, o *ethos* do cronista, a ser, enfim, descrito nas análises.

A fim de proceder ao estudo proposto, o capítulo dispõe da seguinte organização: além desta introdução, da conclusão e das referências, há mais duas partes a constituir-lo. Na primeira, há apontamentos sobre os aspectos teóricos e metodológicos acionados no trabalho, os quais se subdividem em: (i) constituição do *corpus* e parâmetros de análise; e (ii) eixos teóricos principais; e, na segunda, apresenta-se o exame de uma das crônicas selecionadas para a investigação.

Aspectos teóricos e metodológicos

A partir de agora, daremos início à descrição não só do *corpus*, como também dos procedimentos metodológicos do presente trabalho. Tais procedimentos serão utilizados a fim de que o referido material possa ser analisado com base em fundamentação teórica a ser exposta nesta seção.

Constituição do *corpus* e parâmetros de análise

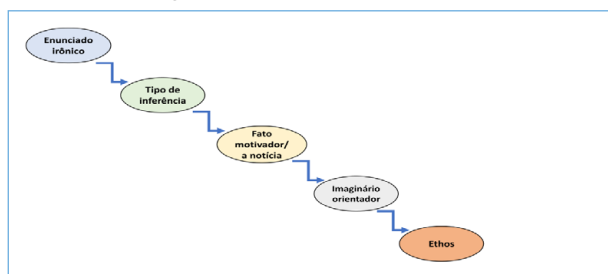
Com vistas a analisar o *ethos* de Duvivier por meio de enunciados irônicos nos quais é mais evidente o *jogo de interpelação* existente entre enunciador e destinatário idealizado, esta pesquisa utiliza um *corpus* constituído mais abrangente, com textos produzidos por Gregório Duvivier nos anos de 2020, 2021 e 2022 e publicados no jornal *Folha de São Paulo*⁴⁰. Para esta exposição, iremos nos fixar na análise de apenas uma das crônicas, sendo ela intitulada *Bolsonaro é a nossa velhinha da lambreta* e publicada na *Folha* em 30.08.2022.

Dentro do percurso de análise, examinaremos, qualitativamente, a crônica selecionada, observando as pistas linguístico-discursivas a serem compreendidas pelo tu-destinatário com base em inferências (Charaudeau, 2018) que refletem dados *imaginários sociodiscursivos* (Charaudeau, 2022a) e desencadeiam a projeção de um suposto *ethos de inteligência* (Charaudeau, 2017) e *progressista* (Maingueneau, 2020). Essas pistas linguísticas são constituídas de enunciados irônicos, que só podem ser percebidos por meio de processos inferenciais que acionam notícias veiculadas nos meios de comunicação. Assim, em um *jogo de interpelação* projetado, o sujeito enunciador convoca o sujeito destinatário idealizado, convidando-o a refletir, a partir de uma apreciação irônica, sobre determinados fatos ocorridos no âmbito político brasileiro. Esses acontecimentos refletem certos pensamentos e ideologias orientadores de *imaginários sociodiscursivos* que nortearão a projeção do *ethos* discursivo do cronista.

40 - Este jornal foi fundado em 01.01.1960 a partir da fusão entre os jornais *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite* e é o jornal mais vendido do país desde a década de 1980 entre os diários nacionais de interesse geral. Apresentou a sua primeira versão digital em 1995 e, na atualidade, sob o comando do *publisher* Luiz Frias, é o jornal com a maior média de pagantes na soma de suas versões digitais e impressas. É organizado em cadernos temáticos, como *economia*, *cotidiano* e *mundo*, e assume uma linha editorial marcada por um jornalismo crítico, apartidário e pluralista. De acordo com pesquisa feita pelo IBOPE e divulgada pelo próprio jornal, a maioria dos leitores pertencem à classe B e C e são do sexo masculino (Fonte: *Folha de São Paulo*, 2023.)

Para maior elucidação do percurso de análise, delineamos o diagrama a seguir, que traz os aspectos teóricos centrais aos quais a presente pesquisa se filia. No próximo tópico, trataremos de elucidá-los.

Figura 1: Parâmetros de análise



Fonte: Elaborada pelas autoras

Eixos teóricos

No diagrama da seção anterior, o primeiro degrau representa o elemento linguístico-discursivo que servirá de base para a análise: a ironia. Sendo ela um recurso do discurso humorístico (Travaglia, 2015), selecionamos, da crônica sob análise, dois enunciados em que seu uso foi feito de modo mais explícito, conforme o que será destacado na próxima seção.

Sobre a *ironia*, tecemos considerações teóricas importantes a serem aqui sucintamente sistematizadas. Tida como um fenômeno linguageiro, a ironia é tomada por Charaudeau (2006) como uma figura polifônica (Bakhtin, 1970) que se caracteriza pela dissociação e, ao mesmo tempo, pela coexistência entre o que é dito e o que é pensado. Trata-se, em conformidade com Machado (2014, p. 127), de um sutil jogo linguageiro (argumentativo e comunicativo) que comparece como um “[...] meio de comunicação suscetível de criar estratégias argumentativas, ainda que estas se apresentem de forma não-convencional”, buscando, entre outras funções, “influenciar o outro de alguma forma ou então torná-lo mais ou menos consciente do absurdo ou do ridículo de certas opiniões ou situações”. A ironia é “[...] uma estrutura comunicativa que se relaciona com a sagacidade; é mais intelectual e mais próxima da mente do que dos sentidos, é mais reflexiva e consciente” (Duarte, 2006, p. 19). Vista como recurso linguageiro próprio do jogo enunciativo do humor, jogo que consiste para o locutor em pôr o destinatário no papel daquele que deve calcular a relação entre o que se diz explicitamente e a intenção por detrás do que o explícito encobre (Charaudeau, 2006), a ironia consegue expor assuntos, posicionamentos e perspectivas que, muitas vezes, permanecem ocultos quando aparecem em gêneros classificados como sérios. Travaglia (1990, p. 68-69) afirma que o humor, muitas vezes por meio do recurso da ironia, “permite a crítica onde ela seria impossível de outro modo [...] e sempre ataca algo da estrutura social, mas defende a verdade que quer revelar”.

O segundo item do diagrama proposto se refere ao tipo de *inferência* que esse enunciado irônico suscita para ser compreendido como tal. Neste estudo, utilizaremos os tipos de inferência propostos por Charaudeau (2018) para alcançar a compreensão plena de um ato de linguagem. Essas inferências acionarão notícias publicadas pelos principais veículos de comunicação do Brasil, representado pelo terceiro degrau, notícias essas vinculadas a *temáticas* debatidas no *corpus*, como a da *defesa das minorias sociais*, a do *combate à corrupção* e a da *defesa da ciência pelo combate ao negacionismo*. Resumidamente, essas três temáticas podem ser contextualizadas conforme o que se segue.

Historicamente, o conceito de “minoría” vem sendo abordado pela sociologia e ciência política desde a segunda metade do século XX, primeiramente na discussão sobre a representação política dessa categoria em regimes democráticos em que a maioria seria sempre a única representada. À categoria “minoría”, juntou-se o conceito de “social”, que passou a enfatizar os grupos que, ao longo da história, sofreram marginalização ou segregação social por serem considerados “diferentes” da maioria. Dessa forma, o termo “minoría social”, não estando associado a uma questão quantitativa, é hoje utilizado tanto em estudos acadêmicos como pela mídia em geral (Chaves, 1971). Segundo Muniz Sodré, minoría não é “[...] uma fusão gregária mobilizadora, como massa ou a multidão ou ainda um grupo, mas principalmente um dispositivo simbólico com uma intencionalidade ético-política dentro da luta contra- hegemônica” (Sodré, 2005, p. 11).

Por sua vez, “corrupção” significa degradação de valores morais, depravação, adulteração ou perversão (Aulete Digital, 2014). O Código Penal especifica esse conceito tipificando em seu Título XI (artigos 312 a 359) os crimes cometidos contra a Administração Pública. Entre eles os mais comumente percebidos como corrupção são o peculato, a concussão, a prevaricação, a corrupção ativa e passiva e o tráfico de influência. Acerca do tema “combate à corrupção”, é possível afirmar que ele esteve especialmente presente no contexto brasileiro entre os anos de 2014 e 2022, período em que determinados acontecimentos exerceram influência na escrita das crônicas que compõem nosso *corpus*, como, por exemplo, os evidenciados em torno dos movimentos “*pró-impeachment*” da ex-presidenta Dilma Rousseff e da designada Operação Lava Jato (Da Redação, 2016) e a ascensão e queda de Jair Bolsonaro, cujo nome esteve envolvido, ao longo de seu mandato presidencial, em várias investigações de corrupção, sendo uma delas associada ao caso das “rachadinhas” e da contratação de funcionários fantasmas (Gomes; Ribeiro; Abreu, 2020; Sabóia, 2020).

No que diz respeito à temática da *defesa da ciência*, vale ressaltar que ela emerge no combate ao *negacionismo científico*, definido como o ato de negar um fato estabelecido ou um consenso científico, sem que haja evidências, envolvendo a rejeição de teorias cientificamente estabelecidas, a exemplo da negação das mudanças climáticas ou da segurança das tecnologias modernas, como a vacinação (Pasternak; Orsi, 2021). Charaudeau (2022a) destaca que, ao negar dados comprovados, os negacionistas transformam fatos que exigem um saber científico em um saber de crença, criando um contradiscurso com base em uma narrativa dicotômica entre bem e mal. O linguista

também defende, assim como Pasternak e Orsi (2021), que o movimento negacionista é uma característica evidente na *matriz ideológica da direita*. O discurso negacionista afeta os *imaginários sociais*, inserindo novas “verdades” diante de fatos já comprovados. “O revisionista nega, ao mesmo tempo, os fatos e um saber, fatos por meio de um saber por experiência. Ele acredita no que alega e engana o público.” (Charaudeau, 2022a, p. 139).

Em uma perspectiva interdisciplinar, a partir do entrecruzamento de reflexões sociológicas, linguísticas, das ciências políticas e biológicas, como as evocadas, poderemos observar como o discurso é uma estratégia ora para a perpetuação de preconceitos e de manipulações, ora para sua contestação no quadro de pautas como as aqui delineadas.

Ainda relativamente ao segundo parâmetro de análise, retomamos o conceito de *inferência* para dizer que Charaudeau (2018) a define como mecanismo cognitivo acionado pelo interlocutor para a interpretação de dado ato de linguagem, estando associada, pois, a ações interpretativas depreendidas tanto (i) do interior dos enunciados, combinando-os entre si ou apelando para dados da vizinha linguística (*inferências centrípetas internas*), quanto (ii) do exterior do enunciado por apelo aos saberes relacionados às circunstâncias de enunciação (*inferências centrífugas externas situacionais*) e a saberes de conhecimento e de crença (*inferências centrífugas externas interdiscursivas*).

Para melhor detalhamento dos tipos de inferência, vale mencionar que as *inferências centrípetas internas*, também chamadas de *inferências estruturais*, são necessárias para a apreensão do enunciado dentro do *sentido de língua*. O sentido alcançado por esse tipo de inferência é construído por meio de operações realizadas na troca linguística e permite, por exemplo, evitar ambiguidades em enunciados que apresentam alguma palavra polissêmica.

Por outro lado, as *inferências centrífugas externas* são fundamentais para a obtenção do *sentido de discurso*. A significação construída por essas inferências é operada a partir de elementos exteriores ao enunciado, no contexto psico-socio-semiológico do ato de linguagem. Elas podem ser distinguidas em dois tipos: *inferências situacionais* e *inferências interdiscursivas*.

As *inferências situacionais* são baseadas nas circunstâncias da troca comunicativa, ou seja, no contrato de comunicação. Desse modo, essas inferências precisarão levar em conta todas as restrições que o contrato imprime em cada ato de linguagem, como, por exemplo, as identidades dos parceiros, a finalidade da troca e o dispositivo utilizado. Segundo Charaudeau (2018), é esse tipo de inferência que possibilita que a interpretação de um enunciado como ‘Você deveria finalizar sua tarefa’ dependa de se o sujeito falante é um pai que fala a seu filho, um patrão a seu funcionário, um amigo a outro amigo. As *inferências interdiscursivas* são baseadas em saberes de crença e saberes de conhecimento. Esses saberes carregam, de modo explícito ou implícito, outros discursos preexistentes que serão selecionados pelo sujeito interpretante. Logo, ele estabelecerá uma relação de intertextualidade entre o enunciado e outros discursos que circulam nesses saberes compartilhados em uma dada comunidade.

Por seu turno, o quarto degrau do diagrama proposto representa os *imaginários sociodiscursivos* despertados por fatos noticiados pela imprensa, dos quais, em um *jogo de interpelação*, o enunciador acredita que seu interlocutor tem conhecimento. Esses imaginários refletem determinadas ideologias que colaboram para a projeção de um *ethos* discursivo, o último degrau de nossa análise. Os conceitos de imaginários sociodiscursivos e de *ethos* são tomados neste trabalho com apoio, principalmente, em Charaudeau (2022a), Amossy (2016) e Maingueneau (2020).

Os imaginários sociodiscursivos são um resultado de saberes que circulam em comunidades humanas. Esses saberes, compostos pela mecânica das representações sociais, são reconhecidos mediante discursos, os quais demonstram maneiras de ver e julgar o mundo. Charaudeau (2022a) distingue essas maneiras de compreender o mundo em saberes de conhecimento (verdade exterior, fora do sujeito) e saberes de crença (tipo de verdade interna, subjetiva). Sobre estes, Charaudeau (2022b) se pronuncia dizendo que, a partir deles, circulam imaginários que caracterizam as *matrizes político-ideológicas de direita e de esquerda*, sendo a primeira guiada, *grosso modo*, por valores associados ao conservadorismo, ao segregacionismo, ao autoritarismo e ao patriarcado, e a segunda vinculada, de modo mais amplo, aos ideais de igualdade social, solidariedade, neutralidade do Estado e princípio de contestação por parte do cidadão.

Por sua vez, o *ethos*, articulado à cena da enunciação, diz respeito a uma apresentação (não necessariamente explícita) de si, podendo ser a imagem evocada pelo “[...] estilo, competências linguísticas e enciclopédicas, crenças implícitas [...]”, aspectos suficientes para a construção de uma representação da pessoa (Amossy, 2016, p. 9). De modo mais particular, o objeto de estudo desta pesquisa constitui-se, em primeiro lugar, de um suposto *ethos de inteligência e progressista* flagrado nas crônicas analisadas. Os preceitos inerentes ao *ethos de inteligência* estão centrados nos estudos de Charaudeau, mais especificamente na obra *Discurso Político* (Charaudeau, 2017). Para esse pesquisador (2017, p. 145), o *ethos de inteligência* – conceito concebido para identificar a imagem do político, mas que o empregaremos, neste trabalho, para caracterizar a imagem construída por Duvivier em seus textos – “[...] faz parte dos *ethé* de identificação na medida em que pode provocar a admiração e o respeito dos indivíduos por aquele que demonstra tê-lo e assim os faz aderir a ele”. Já os preceitos que se referem ao *ethos progressista* ancoram-se na categorização proposta por Maingueneau (2020) na obra *Variações sobre o ethos*, na qual o autor defende que uma das dimensões possíveis para a análise do *ethos* é a ideológica. Essa dimensão remete a posicionamentos do sujeito em diversos campos, como o político, e pode revelar ideologias mais progressistas ou mais conservadoras. A esse respeito, assim se pronuncia o teórico sobre a dimensão ideológica do *ethos*: “A dimensão ‘ideológica’ remete a posicionamentos. No campo político: feminista, esquerdista, conservador ou anticlerical...; no campo literário: romântico ou naturalista... etc.” (Maingueneau, 2020, p. 25, grifos nossos).

Na visão assumida neste trabalho, o *ethos* é desenvolvido e assimilado a partir de um padrão de ideias já circulantes, expectativas e julgamentos, relacionando-se a imaginários sociodiscursivos. Para Charaudeau (2017, p. 117), o *ethos* se apoia em um imaginário sociodiscursivo que se corporifica. Nessa perspectiva, o conceito de *ethos* discursivo não abarca somente aspectos verbais do discurso que caracterizam seu tom, mas também se apoia em aspectos físicos e psíquicos do enunciador – um corpo e um caráter –, atribuídos no discurso por meio de representações sociais. O tom aparece como a vocalidade que implica o corpo do enunciador, não o corpo do ser empírico, mas aquele que emerge do discurso como “uma instância subjetiva encarnada que exerce o papel de fiador” (Maingueneau, 2016). “Assim, o *ethos* é composto por um caráter – um conjunto de traços psicológicos – e uma corporalidade – uma representação do corpo físico do enunciador” (Charaudeau; Maingueneau, 2012, p. 220).

Além do percurso delineado pelo diagrama acima, o exame mais específico dos enunciados irônicos se dará com apoio em quatro parâmetros assumidos para exame do *ato humorístico* proposto por Charaudeau (2006), a saber: (i) situação de comunicação, que se refere a uma encenação triádica entre um locutor, um destinatário e um alvo; (ii) temática principal, que se relaciona ao universo do discurso abordado (como vida e morte; vida pública; vida privada etc.) e ao seu grau de aceitabilidade; (iii) procedimentos linguageiros, que se dividem entre os de tipo linguístico (mecanismos léxico-sintático-semânticos) e discursivo (dependentes dos mecanismos de enunciação atrelados à posição de quem fala, do sujeito destinatário, do alvo do humor, do contexto e dos universos de discurso partilhados); e (iv) possíveis efeitos de sentido, que são alcançados no *jogo de interpelação* pela garantia de uma convivência do destinatário, podendo ser do tipo lúdico, crítico, cínico, de derrisão ou “de brincadeira”.

Para este trabalho nos interessa, em particular, a convivência crítica e a de derrisão. A convivência crítica “propõe ao destinatário uma denúncia do falso semblante de virtude que esconde valores negativos”⁴¹ (Charaudeau, 2006, p. 36, tradução nossa), produzindo como efeito visado, no quadro de uma espécie de contra-argumentação implícita, a geração de um “compartilhamento do ataque à ordem estabelecida, denunciando-lhe os falsos valores”⁴² (Charaudeau, 2006, p. 36, tradução nossa). A convivência de derrisão, por sua vez, “visa a desqualificar o alvo rebaixando-o, isto é, fazendo com que ele desça do pedestal sobre o qual se encontrava”⁴³ (Charaudeau, 2006, p. 37, tradução nossa), gerando como efeito pretendido “compartilhar um distanciamento – às vezes até mesmo um certo desprezo – em relação ao que, de um jeito ou de outro, é superestimado”⁴⁴ (Charaudeau, 2006, p. 37-38, tradução nossa).

41 - No original: “[...] propose au destinataire une dénonciation du faux-semblant de vertu”.

42 - No original: “Elle est donc polémique [...], comme s'il y avait une contre-argumentation implicite, car elle cherche à faire partager l'attaque d'un ordre établi en dénonçant de fausses valeurs”.

43 - No original: “[...] vise à disqualifier la cible en la rabaissant, c'est-à-dire en la faisant descendre du piédestal sur lequel elle était”.

44 - No original: “[...] elle cherche à faire partager une mise à distance – parfois même un certain mépris – vis-à-vis de ce qui, d'une façon ou d'une autre, est survalorisé”.

Depois dessa breve exposição dos aspectos teórico-metodológicos evocados neste trabalho, passaremos à seção de análise, na qual os dados serão examinados com vistas a respondermos às questões de pesquisa propostas na introdução do capítulo.

Crônica de Duvivier sob exame: *Bolsonaro é a nossa velhinha da lambreta*

Quadro 1: Crônica opinativa

Bolsonaro é a nossa velhinha da lambreta

Caso você queira escapar da investigação por um crime comum, basta cometer um crime contra a humanidade

“Diz que era uma velhinha que sabia andar de lambreta.” Stanislaw Ponte Preta conta, em sua crônica mais famosa, a história dessa velhinha motoqueira que atravessa todo dia a fronteira levando um enorme saco na garupa. “Que diabo a senhora leva nesse saco?”, pergunta o fiscal. “Areia!”. O fiscal descrente inspeciona o saco, e pasme: é areia. E todo dia a história se repete, e a velhinha passa com seu saco. E todo dia ele inspeciona. Mas é sempre areia. O fiscal, morto de curiosidade, promete que não vai prendê-la, só quer mesmo saber. “Promete que não espáia?”, pergunta a velhinha, que então confessa o que estava contrabandeando o tempo todo. “É lambreta.”

Bolsonaro é a velhinha da lambreta. O parlamentar descobriu, ao longo de 30 anos de vida pública, a solução perfeita pra multiplicar o patrimônio e passar despercebido: colocar um bode na sala. Não acho que Bolsonaro acredite nos descabros que diz. **O candidato teve uma epifania**, talvez a única da sua vida: **descobriu que, se você elogiar torturador, condecorar miliciano, celebrar homofobia, ameaçar bater em mulher, ninguém vai reclamar que você empregou uma dúzia de funcionários fantasmas no seu gabinete.**

A estratégia não deixa de ser corajosa. Descobrimos, graças ao presidente, que, caso você queira escapar da investigação por um crime comum, a melhor maneira é você cometer um crime contra a humanidade. **Quem é que vai se preocupar com um cheque de R\$ 89 mil pra sua esposa quando você tem 600 mil mortos nas suas costas?** O crime anterior agora parece ridículo. Ou, como o nome diz: comum. E quanto maior o crime, mais lenta a justiça. O Tribunal de Haia é mais devagar que o Supremo.

Bolsonaro carrega um cadáver no porta-malas do seu carro. Mas ele dirige pelado, falando no celular, sem cinto de segurança e cometendo uma dúzia de infrações menores. Ninguém se lembra de checar o bagageiro. Mas o cadáver tá lá, o tempo todo.

Juliana Dal Piva descobriu que sua família comprou mais de cem imóveis, a maioria com dinheiro vivo. Isso deveria ser o primeiro assunto a ser perguntado em todo debate e em toda sabatina. Voltando pra história da velhinha: a gente fica olhando pra areia, porque a areia, no caso dele, é metanfetamina. Mas não acho que seus crimes de opinião sejam o pior que ele faz. Tem coisa grande passando por debaixo do pano. Alguém precisa lembrar de pedir a documentação dessa lambreta.

Fonte: Duvivier, 2022.

Nessa crônica, publicada em 30 de agosto de 2022, Gregório Duvivier faz uma analogia entre um famoso texto do escritor Stanislaw Ponte Preta – *A velhinha contrabandista* – e a vida política do presidente do Brasil, naquele ano, Jair Bolsonaro. Ponte Preta narra a história de uma idosa que despertou a desconfiança dos policiais pelo fato de passar pela fronteira diariamente em uma moto, na qual carregava um saco de areia. Os agentes desconfiavam de que o conteúdo do saco fosse algum contrabando,

mas todos os dias verificavam e era apenas areia. Ao final da narrativa, sabemos que a areia era para despistar um crime maior: o contrabando de motocicleta.

Duvivier argumenta que Jair Bolsonaro, presidente à época, usava o mesmo artifício da personagem: cometia crimes que julgava serem menores para que servissem como “cortina de fumaça” para outros mais graves. Entre alguns casos, ele cita o momento em que Bolsonaro, na votação que decidiu o “*impeachment*” da presidenta Dilma Rousseff, homenageou, ao longo da declaração do seu voto, o Coronel Carlos Alberto Ustra, militar condenado por tortura no período da Ditadura Militar. Também relembra o fato de a família Bolsonaro ter condecorado com medalhas, ao longo dos seus mandatos, 16 policiais denunciados, pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, por organização criminosa. Duvivier defende que especialmente essas ações de condecoração foram premeditadas e serviram para tentar esconder crimes maiores, como a contratação de funcionários fantasmas para o gabinete da família ou a suposta omissão do Poder Executivo Federal ao longo da pandemia de covid-19, que gerou mais de 600 mil mortes.

Para a análise do *ethos* projetado do cronista por meio do *jogo de interpelação* instaurado diante do sujeito destinatário, escolhemos, para exposição, dois trechos irônicos que evidenciam, de modo mais claro, as temáticas transversais selecionadas neste trabalho: defesa da ciência, defesa de minorias e combate à corrupção.

O primeiro trecho irônico selecionado é:

Quadro 2: Trecho (i)

Trecho (i): O candidato teve uma epifania, talvez a única da sua vida: descobriu que, se você [...] celebrar homofobia, ameaçar bater em mulher, ninguém vai reclamar que você empregou uma dúzia de funcionários fantasmas no seu gabinete.

Fonte: Duvivier, 2022.

Na investigação para o descortinar do *ethos* discursivo de Duvivier, faremos uso dos critérios propostos por Charaudeau (2006) para o estudo do ato de humor: a *situação de comunicação*, a *temática principal*, os *procedimentos linguageiros* e os possíveis *efeitos de sentido*. Lembramos que essa escolha foi feita pelo fato de a ironia ser tomada como um recurso do discurso humorístico (Travaglia, 2015).

No que se refere à *situação de comunicação*, ao analisar a interação triádica característica do discurso de humor, identificamos a participação do locutor cronista, que procura envolver seus destinatários – leitores idealizados –, tomados tanto como colaboradores na desqualificação de seu alvo, o candidato à reeleição para a presidência Jair Bolsonaro, quanto como as pessoas que concordam com as ideias do político. Ao utilizar a ironia como ferramenta para alcançar o humor, o enunciador confia na habilidade do leitor idealizado em compreender as inferências necessárias para interpretar o trecho como irônico, ou seja, acredita que esse leitor será capaz de perceber que o cronista avalia como negativo um enunciado que, à primeira vista, parece ser positivo (Charaudeau, 2006).

No que diz respeito à *temática* central, a crônica se insere no universo da vida pública, abordando questões de interesse da coletividade divulgadas pelos principais meios de comunicação. É relevante ressaltar que a predominância desse enfoque contribui para a identificação de um *ethos de inteligência* (Charaudeau, 2016) projetado pelo sujeito discursivo. Isso ocorre porque o entendimento dos acontecimentos na esfera pública, especialmente no que se refere à política, está diretamente relacionado com saberes de conhecimento. Esses saberes também desempenham um papel crucial na construção do *ethos* de credibilidade (Charaudeau, 2016), evidenciando que Duvivier, devido ao amplo capital cultural que detém, é um humorista considerado “digno de crédito” ao refletir, com profundidade, sobre questões políticas da contemporaneidade.

No que tange aos *procedimentos linguageiros*, observaremos o acionamento do *duplo processo de semiotização do mundo* (Charaudeau, 2005), isto é, do procedimento de simbolização (atribuição de sentido) da realidade pela linguagem. A fim de verificar as decodificações necessárias para a compreensão literal do sentido por meio das escolhas linguísticas (Charaudeau, 2018), identificamos, abaixo, à esquerda, operações de *transformação* na passagem de um *mundo a significar* a um *mundo significado* e, à direita, alguns termos, do primeiro trecho selecionado, que as exemplificam:

Quadro 3: Exemplos das operações de transformação

Identificação	candidato; epifania
Qualificação	a única da sua vida
Ação	teve; descobriu.
Causação	se você [...] celebrar homofobia, ameaçar bater em mulher (causa) ninguém vai reclamar que você empregou uma dúzia de funcionários fantasmas no seu gabinete, ninguém vai reclamar que você empregou uma dúzia de funcionários fantasmas no seu gabinete. (efeito)

Fonte: Elaborado pelas autoras

A partir, primeiramente, do exame dos *processos de identificação, qualificação e ação*, notamos que a opção pelo vocábulo “epifania”, no quadro da *identificação*, é fundamental para a compreensão de que o cronista traz uma crítica à capacidade intelectual do presidente à época. Segundo o *Dicionário Caldas Aulete* (Aulete; Valente, 2014), “epifania” significa uma “[...] percepção intuitiva da essência, do significado de algo ou da realidade, por meio de algo corriqueiro, inesperado; uma revelação”. Logo, é possível perceber um deslocamento de sentido, alcançado por meio da percepção de que esse vocábulo foi empregado de modo irônico. Nessa direção, ao dizer que (“talvez”) somente uma vez, “a única de sua vida” – que se evidencia no quadro da *qualificação* –, Jair Bolsonaro “teve”, no quadro da *ação*, uma boa ideia, o sujeito enunciador julga, de maneira negativa, as *ações* tomadas pelo político ao longo de sua vida pública. Além disso, a escolha pelo substantivo *candidato*, em referência, na época, ao presidente, deixa implícito o desejo de que Bolsonaro não seja reeleito à presidência da República.

A operação de *causação* também merece nossa atenção, pois estabelece uma relação de causa e efeito que representa a ideia central do texto: uma infração grave – como empregar funcionários fantasmas – passará despercebida (efeito) se outras forem capazes de atrair mais a atenção da população, como a de celebrar a homofobia (causa).

O *processo de transação* (de negociação entre as instâncias de produção e de recepção), anterior ao *de transformação*, também é fundamental para o alcance dos resultados analíticos esperados, porque, só a partir do reconhecimento das identidades dos sujeitos que fazem parte do processo comunicativo, temos a certeza de que o trecho é irônico. Nesse viés, o sujeito comunicante aposta em um tu-destinatário que esteja informado sobre acontecimentos políticos do Brasil e que reconheça que o cronista considera as atitudes tomadas por Bolsonaro como inadequadas, e até mesmo criminosas, tais como incentivar a homofobia, ameaçar agredir mulheres e contratar “funcionários fantasmas”.

Desse modo, notamos como o *duplo processo de semiotização do mundo* é essencial para ultrapassar a compreensão literal do sentido e alcançar uma compreensão específica (Charaudeau, 2018) que convoca o leitor a fazer *inferências centrífugas externas*, isto é, aquelas cuja significação amplia-se para fora dos limites do texto. Ao reconhecer a identidade social e discursiva de Gregório Duvivier – declaradamente progressista⁴⁵ – é possível perceber o acionar de *inferências situacionais* (ligadas às circunstâncias de enunciação) e identificar o enunciado do trecho (i) como irônico, construído para criticar as atitudes do presidente em exercício, as quais não prezam pela igualdade de gênero e pela ética nos processos políticos. O tu-destinatário também deveria ser capaz de compreender que Duvivier discorda veementemente dessas ações, já que, consoante Charaudeau (2022), dois dos principais valores defendidos pela *matriz ideológica de esquerda* são a igualdade social e o princípio de contestação. Nesse sentido, as minorias de gênero, como os LGBTQIA+⁴⁶ e mulheres (Sodré, 2005), são defendidas pelos representantes dessa ideologia e não são toleradas atitudes corruptas, corroborando para a projeção de um *ethos progressista*. Logo, é esperado que o leitor idealizado perceba que o enunciador não escreve apenas para classificar os erros de Jair Bolsonaro ao longo de seu mandato, mas sim para também desqualificar qualquer possibilidade de uma reeleição.

Essa dissociação entre o dito e o pensado, própria da ironia, faz parte, de acordo com Charaudeau (2006), do humor pelo jogo enunciativo proposto. Tal jogo traz o leitor para o centro do ato de linguagem, exigindo que ele capte a verdadeira finalidade comunicativa escondida pelo recurso humorístico. O sujeito enunciador não acha que foi uma boa ideia (uma *epifania*) cometer atos ilegais no exercício público,

45 - Publicamente simpatizante da ideologia de esquerda, Duvivier teceu, em suas crônicas e redes sociais, críticas duras ao governo de Jair Bolsonaro e, por isso, coleciona desafetos e processos em que sua liberdade de expressão é questionada e considerada ofensa por quem não compartilha dos mesmos ideais que o escritor.

46 - A sigla LGBTQIA+ refere-se a lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais e demais orientações sexuais e identidades de gênero.

como a contratação de funcionários fantasmas, para que sejam uma “cortina de fumaça”, acobertando, assim, outros crimes que atentam contra a igualdade de gênero, por exemplo. Nessa relação entre os participantes do ato de humor, vai se construindo uma cumplicidade que tenta conciliar subjetividades em um *jogo de interpelação*. Logo, o ironista supõe seu auditório capaz de reconstruir convenientemente, e ao mesmo tempo, a citação e a contestação (Brait, 2008).

O trecho irônico em análise também exige do sujeito destinatário a mobilização de vários conhecimentos de mundo e o acionamento, dessa forma, de *inferências interdiscursivas* (associadas aos saberes de crença e de conhecimento). Para chegar à compreensão específica do sentido, é preciso saber, pelo menos, de três fatos sobre a vida pública de Jair Bolsonaro: (i) em 13 de julho de 2022, o político proferiu uma série de falas homofóbicas em um evento evangélico, como a que diz que a família é composta por homem, mulher e prole; (ii) em 23 de agosto de 2020, o presidente em exercício ameaçou agredir uma jornalista que lhe direcionou um questionamento sobre uma investigação de depósitos na conta de sua esposa, que chegaram a R\$ 89 mil; e (iii) em matéria de 4 de maio de 2023, atesta-se investigação de funcionários fantasmas nos gabinetes dos políticos da família Bolsonaro desde quando Jair era deputado estadual pelo Rio de Janeiro. As manchetes abaixo noticiam tais fatos:

Figura 2: Imagens das manchetes relativas aos fatos noticiados



Fonte: Portilho, 2022; Bolsonaro [...], 2020; O Globo, 2023.

Apenas conhecendo os fatos noticiados é que o interlocutor compreenderá o enunciado como irônico. O grande número de inferências que precisa ser feito ressalta a aposta no capital cultural desse leitor idealizado e reforça a projeção do *ethos de inteligência* do cronista, já que a aderência ao discurso é originada pelo respeito aos saberes de conhecimento e de crença já mostrados pelo sujeito discursivo.

Quanto aos *efeitos de sentido* almejados no enunciado humorístico sob exame, o locutor Gregório Duvivier procura criar uma *convivência crítica* com seu interlocutor ao apresentar uma denúncia sobre a suposta falsa pretensão de virtude do alvo (Charaudeau, 2006), a saber: Bolsonaro. Vale lembrar que sua principal promessa de campanha era acabar com a corrupção e, ao ser envolvido, como alvo, na investigação de atos corruptos, afasta-se da imagem do político exemplar.

A *convivência de derrisão* também é outro possível efeito de sentido projetado do ato humorístico, pois o objetivo do enunciado também é desqualificar o alvo. Essa convivência, que, para Charaudeau (2006), visa a compartilhar um distanciamento – por vezes até mesmo um certo desprezo – em relação àquele que, de uma forma ou de

outra, é superestimado, age nesse enunciado para acabar com a idealização construída em torno da idoneidade de Bolsonaro, colocando-o no mesmo lugar de tantos outros políticos corruptos. Além disso, por trazer exemplos em que o ex-presidente discriminou quem não se identifica como heterossexual e ameaçou agredir uma mulher, o enunciado projeta a imagem preconceituosa de Bolsonaro.

Portanto, utilizando o mecanismo da ironia, o sujeito enunciator se coloca na defesa de grupos minoritários e, também, contra a corrupção na esfera política, convocando, inclusive, o seu leitor idealizado como cúmplice desses ideais. Essa opção reflete os imaginários sociodiscursivos presentes na *matriz ideológica de esquerda*, o que corrobora com a projeção de um *ethos progressista*. Ademais, também observamos que se projeta um *ethos de inteligência* devido a todas as inferências que devem ser feitas para a compreensão do enunciado. Ao apostar que o seu leitor terá o conhecimento necessário para chegar a esse nível de sentido, o humorista Duvivier revela-se como alguém que detém muitas informações do âmbito político.

Em conformidade com essa análise, atestamos que tanto o *ethos progressista* quanto o *de inteligência* são constituídos nas crônicas de Duvivier no escopo, sobretudo, de um *jogo de interpelação* entre o enunciator e o destinatário.

O segundo trecho irônico que nos servirá de exame é:

Quadro 4: Trecho (ii)

Trecho (ii): *Quem é que vai se preocupar com um cheque de R\$ 89 mil pra sua esposa quando você tem 600 mil mortos nas suas costas?*

Fonte: Duvivier, 2022.

Seguindo a mesma linha de análise do trecho (i), descortinaremos, no trecho (ii), o ato humorístico para avaliação do *ethos* de acordo com os critérios propostos por Charaudeau (2006). No que tange à relação triádica, no escopo da *situação de comunicação* que compõe o discurso humorístico, notamos a presença do locutor cronista que deseja fazer do seu interlocutor – leitor das crônicas – um cúmplice para desqualificar seu alvo: Jair Bolsonaro. Como o mecanismo utilizado pelo sujeito enunciator com vistas a alcançar o humor é a ironia, ele aposta que o leitor imaginado como ideal é qualificado para compreender as inferências necessárias a fim de entender o enunciado como irônico, ou seja, que conseguirá dissociar o que é dito literalmente no discurso do que é pensado pelo sujeito.

No que se refere à *temática principal*, assim como no trecho (i), o assunto abordado também se insere na categoria que Charaudeau (2006) denomina de *vida pública*, pois mostra fatos relacionados à vida social expostos a todos, de modo coletivo. Esse universo de discurso é importante para a construção de um *ethos de inteligência*, pois uma das formas de percebê-lo é, segundo Charaudeau (2017), quando notamos a vontade de o sujeito enunciator mostrar seus saberes de conhecimento construídos ao

longo de sua formação e confirmados de acordo com a análise do seu comportamento atual. Então, mostrar-se como alguém bem-informado em relação aos fatos políticos contribui para que Duvivier projete esse *ethos*.

Em relação aos *procedimentos linguageiros*, observaremos como se dá a *dupla semiotização do mundo* (de construção simbólica da realidade pela linguagem), na qual percebemos, segundo o processo de *transformação* de um *mundo a significar* em um *mundo significado*, a necessidade da percepção das operações, à esquerda, para a compreensão literal do sentido (Charaudeau, 2018) na correspondência com alguns termos extraídos do trecho (ii), colocados à direita:

Quadro 5: Exemplos das operações de transformação

Identificação	Quem; cheque; esposa
Qualificação/Quantificação	de R\$ 89 mil; 600 mil mortos nas suas costas
Ação	vai se preocupar
Causação	tem 600 mil mortos nas costas (causa) ninguém se preocupa com o cheque de 89 mil depositado para Michelle Bolsonaro (efeito)

Fonte: Elaborado pelas autoras

É importante perceber como as escolhas linguísticas do enunciador trazem julgamentos implícitos. Apesar de Jair Bolsonaro ter sido eleito muito apoiado no discurso anticorrupção, a sua “esposa” recebeu em sua conta depósitos em “cheque”, *quantificados* em “89 mil” reais, feitos por um motorista e assessor da família Bolsonaro chamado Fabrício Queiroz. No entanto, de modo irônico, o sujeito enunciador ressalta que o crime de corrupção é menor do que *ser*, mesmo que de modo indireto, *responsável* pela morte de “600 mil” pessoas, *número de brasileiros mortos por covid-19*. Isso pode ser notado pela escolha da expressão “ter nas costas”, que acaba por *associar*, indiretamente, a imagem de Bolsonaro a de um assassino.

O uso da *qualificação* implícita relacionada ao termo “mortos” remete ao fato de que o presidente, à época da pandemia (a) tomou atitudes que iam na contramão das medidas de enfrentamento adotadas pela maioria dos países; (b) declarou ser contra a vacinação; e (c) indicou medicamentos sem efeitos comprovados para o vírus da covid-19, entre outras ações que resultaram até na abertura de um processo contra ele (Guimarães; Soares, 2020; Valfré, 2021).

No quadro da *identificação*, quando opta por utilizar o pronome interrogativo “Quem”, cujo papel é se referir a pessoas, o enunciador enfatiza a força irônica do enunciado, pois faz uma pergunta para a qual já sabe a resposta: Jair Bolsonaro é quem não se preocupa com um cheque de R\$ 89 mil para a sua esposa (efeito) porque é responsabilizado por 600 mil mortos (causa), donde se depreende uma operação de *causação*, mesmo que implícita.

No que diz respeito ao *processo de transação* (de negociação entre as instâncias interlocutoras), anterior ao de *transformação*, é crucial, uma vez mais, reconhecer as identidades dos participantes, compreender a finalidade comunicativa em questão e garantir o compartilhamento de conhecimentos entre eles, a fim de se alcançar uma comunicação eficaz. Nessa perspectiva, o sujeito comunicante aposta em um destinatário que esteja informado sobre acontecimentos políticos do Brasil e que veja o cronista como o que recrimina as atitudes tomadas por Bolsonaro. Gregório Duvivier estabelece um *jogo de interpelação* com o leitor, jogo no qual crê que seu público-alvo, a quem apresenta os ideais progressistas, o vê como quem é contra a corrupção e, assim, o projeta como detentor de um *ethos progressista*. Há, outrossim, a aposta de que esse mesmo público se lembrará de todas as atitudes tomadas por Bolsonaro durante a pandemia, que desvalorizavam a ciência e colocavam suas crenças acima das orientações da área da saúde, assumindo, desse modo, um comportamento negacionista.

Assim, para a compreensão específica do sentido, o interpretante precisará realizar novamente operações inferenciais. Da mesma forma como observado diante do trecho anterior, o leitor fará uso de *inferências centrífugas externas* (direcionadas para fora do texto) tanto *situacionais* quanto *interdiscursivas*. As *situacionais*, relacionadas às circunstâncias de enunciação, são fundamentais para notar que esse enunciado também é irônico e faz, na verdade, um ataque às sucessivas e condenáveis atitudes tomadas pelo político que vão desde suspeitas de corrupção à omissão em frear o avanço de uma pandemia que gerou 600 mil mortes.

No que concerne às *inferências interdiscursivas* (relacionadas aos saberes), seria necessário que o leitor acionasse seus saberes de conhecimento e relembresse o episódio envolvendo o depósito de R\$ 89 mil, distribuídos em 27 cheques, na conta de Michelle Bolsonaro por Fabricio Queiroz e por sua esposa Márcia. Também deveria rememorar todas as vezes em que o presidente à época teve atitudes que não contribuíram, positivamente, conforme circulação midiática, para o enfrentamento da pandemia da covid-19. Essas notícias foram publicadas em vários jornais, como o *G1* (07.08.2020) e a *Folha de São Paulo* (05.03.2021):

Figura 3: Imagens das manchetes relativas aos fatos noticiados



Fonte: Guimarães e Soares, 2020; Relembre [...], 2021.

O interlocutor será capaz de interpretar o enunciado como irônico somente ao ter conhecimento dos eventos noticiados. É válido ratificar que a necessidade de realizar diversas inferências destaca a confiança na bagagem cultural desse tu-destinatário idealizado e reforça a projeção do *ethos de inteligência* de Duvivier, uma vez que a adesão ao discurso é decorrente do respeito pelo capital cultural do sujeito enunciadador.

No que diz respeito aos *efeitos de sentido* visados no enunciado humorístico em análise, Gregório Duvivier busca estabelecer uma *convivência crítica* com seu interlocutor ao expor uma acusação sobre a alegada falsa pretensão de virtude do alvo (Charaudeau, 2006), Jair Bolsonaro, eleito com um discurso de erradicação da corrupção. Ao se ver envolvido em uma investigação desse tipo, Bolsonaro se distancia da figura de político distinto. Além disso, podemos observar também uma *convivência de derrisão*, pois há, claramente, uma tentativa de desqualificação do alvo. De acordo com Charaudeau (2006), a derrisão desqualifica brutalmente, sem apelo, sem defesa possível.

Logo, por meio de um enunciado irônico, Duvivier levanta o discurso de combate à corrupção e de defesa da ciência, assuntos que definiram imensamente os últimos rumos da política brasileira diante das eleições presidenciais de 2022. Ao associar uma imagem de corrupção ao principal político representante da extrema direita, o cronista sugere que, apesar de ter sido eleito sob a alcunha daquele que salvaria o Brasil da corrupção, Bolsonaro também é corrupto. Ao questionar a honestidade de Bolsonaro com base em fatos e evidenciar que os eleitores foram influenciados por uma imagem falsa de incorruptibilidade, Duvivier projeta um *ethos progressista*, representando aqueles que nunca acreditaram que Bolsonaro seria a solução para o Brasil. Esse *ethos* é reforçado também quando o cronista adota uma postura antinegacionista, valor atrelado à ideia de progresso, um dos pilares da *matriz de esquerda*. Além disso, destaca-se a projeção de um *ethos de inteligência* devido à quantidade de inferências interdiscursivas que o leitor deve realizar para compreender o sentido específico do enunciado.

De forma inegável, o *ethos* projetado de Duvivier, em sua dupla face – *de inteligência e progressista* –, institui-se, sobretudo, no âmbito do *jogo de interpelação* instaurado entre o eu que enuncia e o tu que se idealiza. O quadro a seguir condensa as avaliações realizadas relativamente à crônica em foco, conforme as orientações teórico-metodológicas propostas:

Quadro 6: Síntese da análise realizada

Enunciado	Tipo de inferência	Fato motivador	Imaginário orientador	Ethos
O candidato teve uma epifania, talvez a única da sua vida: descobriu que, se você [...] celebrar homofobia, ameaçar bater em mulher, ninguém vai reclamar que você empregou uma dúzia de funcionários fantasmas no seu gabinete	Centrífuga externa	Bolsonaro adota fala homofóbica e defende que 'Joãozinho seja Joãozinho a vida toda'. Bolsonaro ameaça jornalista: 'minha vontade é encher tua boca na porrada'. Clá Bolsonaro: veja como estão os casos de rachadinha e funcionários fantasmas nos gabinetes de Jair, Flávio e Carlos.	Defesa de minorias Combate à corrupção	Inteligência Progressista
Quem é que vai se preocupar com um cheque de R\$ 89 mil pra sua esposa quando você tem 600 mil mortos nas suas costas?	Centrífuga externa	Fabricio Queiroz e a esposa repassaram 89 mil para Michelle Bolsonaro. Relembre o que Bolsonaro já disse sobre a pandemia, de gripezinha a país de maricas, a frescura e mimimi.	Combate à corrupção Defesa da ciência	Inteligência Progressista

Fonte: Elaborado pelas autoras

Para Maingueneau (2015), o *ethos* relaciona-se com a construção de uma corporalidade do enunciador por intermédio de um tom lançado por ele no âmbito discursivo. Esse tom permitirá ao leitor construir, no texto escrito, uma representação subjetiva do corpo do enunciador, corpo este manifestado não fisicamente, mas construído como uma representação subjetiva. A imagem corporal do enunciador faz emergir a figura do fiador, aquele que se revela no discurso e não corresponde necessariamente ao enunciador efetivo. Nesse sentido, o fiador, para Maingueneau (2015), é uma imagem construída pelo coenunciador com base em indícios textuais de diversas ordens.

Assim, o *ethos* discursivo de Gregório Duvivier é construído por meio de suas escolhas linguageiras sempre no âmbito de um *jogo de interpelação* entre o enunciador e o destinatário. Essas escolhas situadas no quadro desse desafio interpelativo constroem enunciados dotados de um tom irônico, por meio do qual é possível perceber uma perspicácia argumentativa, projetando um *ethos de inteligência*. Além disso, não se pode desprezar o *ethos* prévio do cronista: morador da Zona Sul do Rio de Janeiro, parte de uma família tradicional de classe média alta, humorista e intelectual. Declaradamente vinculado a uma visão alinhada à esquerda, ao trazer como temas de suas crônicas pautas importantes para essa matriz, corrobora com a projeção de um *ethos progressista*.

Conclusão

Neste capítulo, objetivamos analisar a formação de um *ethos* discursivo por intermédio de *jogos de interpelação*, ou seja, a partir do desafio de compreensão que o enunciador lança para seu leitor idealizado, e o fizemos diante da *imagem de si* projetada por Gregório Duvivier. Compreender o sentido das crônicas de Duvivier é um processo complexo devido à utilização recorrente de enunciados irônicos, os quais exigem do destinatário a realização de processos inferenciais que acionam fatos de alta “densidade política” (Dubiel, 2006, p.106), com posicionamentos relativos, por exemplo, à defesa das minorias, da ciência e ao combate à corrupção.

Verificamos que alcançar a compreensão específica de sentido das crônicas de Gregório Duvivier exige que o leitor seja idealizado como aquele que tem a capacidade de realizar um alto número de *inferências intradiscursivas*. A ativação de saberes de conhecimento por parte do leitor ideal, sobretudo relacionados à temática político-econômica, requer uma aposta na intelectualidade desse destinatário diante do *jogo de interpelação* instaurado. Essa aposta do enunciador projeta uma *imagem de si* específica, a de um *ethos de inteligência*, pois mostra o vasto capital cultural desse sujeito que enuncia, capaz de fazer referências a diversos acontecimentos da esfera política e relacioná-los. Por exemplo, a referência à investigação que envolve a contratação de funcionários fantasmas no gabinete de Jair Bolsonaro e de seus filhos comparece na crônica selecionada para exame neste texto. O episódio em que Michelle Bolsonaro recebe R\$ 89 mil de assessores do seu marido também é evocado.

Confirmamos ainda que as crônicas de Duvivier projetam, de modo bem evidente, conforme mencionado, imaginários sociodiscursivos vinculados a temas que representam a *matriz ideológica da esquerda*, deixando clara a dimensão ideológica (Maingueneau, 2020) do sujeito enunciador. A escolha de colocar-se ao lado de determinadas pautas, como a da defesa de minorias, revela, assim, um *ethos progressista*, pois remete a posicionamentos típicos de pautas não conservadoras. Ao escolher defendê-las por meio de enunciados irônicos, o enunciador aposta na convivência do destinatário para que o texto seja de fato reconhecido como humorístico e haja, assim, a dissociação entre o que foi escrito e o que o cronista desejou comunicar, característica principal da ironia. Essa aposta no sucesso do ato humorístico, no âmbito do domínio jornalístico, deixa em evidência que o leitor imaginado como ideal é coconstrutor das crônicas opinativas no *jogo de interpelação* proposto. Percebemos que a ironia de Duvivier valoriza o destinatário, chamando-o a participar dessa inversão semântica.

Assim como também observamos anteriormente, os imaginários sociodiscursivos alinhados à *matriz ideológica da esquerda*, projetados por meio de enunciados irônicos, corroboram para um *ethos de inteligência*, na medida em que demonstram uma astúcia e uma espécie de malícia por parte do enunciador. Essa figura se refere a um saber jogar com o ser e o parecer: “[...] saber dissimular certas intenções, fazer crer que se tem certos objetivos para melhor atingir seus fins” (Charaudeau, 2017, p. 146). Essa

malícia é, potencialmente, vista como positiva pelos leitores progressistas, com quem Duvivier compartilha os mesmos ideais, e, de modo projetivo, vista como negativa pelos leitores conservadores, que discordam da maioria dos valores do cronista e se sentem desconfortáveis com as críticas trazidas por ele.

Vale ressaltar que tanto o *ethos de inteligência* quanto o *progressista* estão atrelados ao *jogo de interpelação* projetado, pois apostam não só na confiança de que o destinatário terá o mesmo capital cultural que o enunciador, mas também em uma solidariedade implícita. Tal solidariedade convocaria o interlocutor idealizado, pré-validante do seu discurso, a tomar determinado partido em relação aos fatos que envolvem, no caso, a política do país.

Charaudeau (2012, p. 176) defende que “[...] a crônica põe o leitor em questão: exige uma atividade intelectual, um trabalho de raciocínio, uma tomada de posição contra ou a favor, e desta atividade não há ninguém, no fim da troca, que saia incólume (o comentário é histórico)”. Logo, se ninguém sai *incólume* após a leitura de uma crônica, o *ethos* também é afetado e definido por esse *jogo de interpelação*. Em seus textos de alta densidade política, utilizando recurso humorístico que dá à crônica ainda mais um *ar de conversa fiada* (Melo, 2003), Duvivier consegue criar a imagem de um cronista intelectual, possuidor de um repertório cultural significativo, a empregar a ironia como marca de uma imagem que conquista ainda mais audiência ao abordar assuntos árdus de forma leve e descontraída.

Ao longo das análises, pudemos confirmar a ideia de que a descrição do *ethos* depende mesmo do *jogo de interpelação* instaurado. Se o *ethos* é imagem de si no discurso, trata-se de uma imagem de si que só se pode flagrar com precisão na ação desafiadora de interpelação do outro, na projeção também desse outro. Pois, assim como afirma Charaudeau (2023, p. 79, tradução e grifo nossos) em sua mais recente obra, o sujeito é “[...] tanto construído quanto está construindo a si mesmo, tanto sujeito constituído quanto sujeito que está constituindo a si mesmo em sua relação com o outro”⁴⁷. Neste trabalho evidenciamos, assim, como a relação do coenunciador com o *ethos* é posta em destaque, em um *jogo de interpelação*, acrescentando à imagem do enunciador no discurso aspectos relacionados aos imaginários advindos das variadas inferências feitas pelo interlocutor idealizado.

Disso se atesta, enfim, que a construção do *ethos* de Gregório Duvivier é atravessada por uma corporalidade e por um caráter: um corpo irônico, notado em uma indisciplina inteligente e em uma malícia positiva; um caráter que defende imaginários comuns a uma ideologia progressista.

Além das contribuições teóricas apontadas, acreditamos que nossa investigação pode colaborar também com a prática educativa dos professores de Língua Portuguesa, os quais devem adotar a visão de que o texto é o cenário da interação entre sujeitos sociais que o constroem de modo dialógico. Sob essa perspectiva, é crucial que considerem a

47 - No original: «autant construit que se construisant, autant sujet constitué que sujet se constituant dans sa relation à l'autre”.

inexistência de textos autônomos, livres de interferências de elementos intertextuais. Portanto, torna-se essencial abordar a ironia e outros mecanismos que envolvem estratégias linguístico-discursivas para uma leitura realmente produtiva com vistas à construção de sentido de um texto e, mais especificamente, das identidades circulantes.

Por fim, desejamos que este trabalho possa lembrar sobre o prazer do texto. Sobre o quanto a leitura de uma crônica pode ser catártica. Sobre como ela pode mudar nosso modo de ver o mundo. Sobre como uma crônica pode nos fazer rir e, ao mesmo tempo, despertar nossa consciência cidadã. Sobre como a crônica pode nos aproximar tanto de um escritor ao ponto de acharmos que ele faz parte de nosso círculo mais íntimo. Ao ponto de esquecer, mesmo nós, analistas do discurso, que ali existe um *ethos* estrategicamente evocado, em consonância com um destinatário projetado, no provocativo *jogo de interpelação* proposto.

Referências

- AMOSSY, R. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2016.
- ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução: Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse, Abel do Nascimento Pena. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. v. VIII, t. I.
- AULETE DIGITAL. [S. l.]: Lexikon Editora Digital, 2024. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/>. v. 9, 2014. Acesso em: 7 set. 2024.
- BAKHTIN, M. *La poétique de Dostoïevski*. Tradução: Isabelle Kolitcheff. Paris: Éditions du Seuil, 1970.
- BOLSONARO ameaça jornalista: 'Minha vontade é encher tua boca na porrada'. G1, [s. l.], 23 ago. 2020. Fantástico. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/08/23/bolsonaro-ameaca-jornalista-minha-vontade-e-enchere-tua-boca-na-porrada.ghtml>. Acesso em: 4 ago. 2024.
- BRAIT, B. *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.
- CHARAUDEAU, P. *A manipulação da verdade: do triunfo da negação às sombras da pós-verdade*. Tradução: Dóris de Arruda C. da Cunha, André Luís de Araújo. São Paulo: Contexto, 2022a.
- CHARAUDEAU, P. Des Catégories pour l'Humour? *Questions de communication*, [s. l.], v. 10, p. 19-41, 2006.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso político*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- CHARAUDEAU, P. Explication, compréhension, interprétation: interrogations autour de trois modes d'appréhension du sens dans les sciences du langage. In: ACHARD-BAYLE, G.; GUÉRIN, M.; KLEIBER, G.; KRYLYCHIN, M. (coord.). *Les sciences du langage et la question de l'interprétation (aujourd'hui)*. Limoges: Lambert-Lucas, 2018. p. 21-54.

CHARAUDEAU, P. *Le discours populiste, um brouillage des enjeux politiques*. Limoges: Lambert-Lucas, 2022b.

CHARAUDEAU, P. *Le sujet parlant en sciences du langage: Contraintes et libertés: Une perspective interdisciplinaire*. Limoges: Lambert-Lucas, 2023.

CHARAUDEAU, P. *Linguagem e Discurso: modos de organização*. Coordenação da equipe de tradução: Angela M. S. Corrêa, Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2009.

CHARAUDEAU, P. Por uma interdisciplinaridade “focalizada” nas ciências humanas e sociais. In: MACHADO, I. L.; COURA, J.; MENDES, E. (org.). *A transdisciplinaridade e a interdisciplinaridade em estudos da linguagem*. Belo Horizonte: NETII/FALE/UFMG, 2013. p. 17-51.

CHARAUDEAU, P. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (org.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 11-27.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2012.

CHAVES, L. de G. M. Minorias e seus estudos no Brasil. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 149-168, 1971.

DA REDAÇÃO. Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. *Agência Senado*, Brasília, DF, 28 dez. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>. Acesso em: 4 ago. 2024.

DUARTE, L. P. *Ironia e humor na literatura*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas; São Paulo: Alameda, 2006.

DUBIELA, A. K. Crônica e cotidiano: seus lugares na contemporaneidade. *Revista de Letras*, Fortaleza, v. 1/2, n. 28, p. 105-111, 2006.

DUVIVIER, G. Bolsonaro é a nossa velhinha da lambreta. *Folha de São Paulo*, [s. l.], 30 ago. 2022. Humor. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/gregoriouvivier/2022/08/bolsonaro-e-a-nossa-velhinha-da-lambreta.shtml>. Acesso em: 27 ago. 2024.

FOLHA DE SÃO PAULO. História da Folha. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 4 maio 2023. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/institucional/historia_da_folha.shtml?fill=4. Acesso em: 4 ago. 2024.

GOMES, M.; RIBEIRO, L.; ABREU, R. Gabinete de Carlos Bolsonaro pagou R\$ 7 milhões a funcionários suspeitos de serem ‘fantasmas’, aponta relatório. *G1*, [s. l.], 4 set. 2020. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/09/04/gabinete-de-carlos-bolsonaro-pagou-r-7-milhoes-a-funcionarios-suspeitos-de-serem-fantasmas-aponta-relatorio.ghtml>. Acesso em: 26 dez. 2023.

GUIMARÃES, A.; SOARES, P. R. Fabrício Queiroz e a esposa repassaram R\$ 89 mil para Michelle Bolsonaro. *G1*, [s. l.], 7 ago. 2020. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/08/07/fabricio-queiroz-e-a-esposa-repassaram-r-89-mil-para-michelle-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 4 dez. 2023.

MACHADO, I. L. A ironia como estratégia comunicativa e argumentativa. *Bakhtiniana: Revista De Estudos Do Discurso*, v. 1, n. 9, p. 108-128, 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/13840>. Acesso em: 12 ago. 2022.

MAINGUENEAU, D. A propósito do ethos. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (org.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 11-29.

MAINGUENEAU, D. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. (org.) *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2016. p. 69-92.

MAINGUENEAU, D. *Variações sobre o ethos*. São Paulo: Parábola, 2020.

MELO, J. M. *Jornalismo Opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

O GLOBO. Clá Bolsonaro: veja como estão casos de ‘rachadinha’ e funcionários fantasmas nos gabinetes de Jair, Flávio e Carlos. *G1*, Rio de Janeiro, 4 maio 2023. Política. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/05/cla-bolsonaro-veja-como-estao-casos-de-rachadinha-e-funcionarios-fantasmas-nos-gabinetes-de-jair-flavio-e-carlos.ghtml>. Acesso em: 4 ago. 2024.

PASTERNAK, N.; ORSI, C. *Contra a realidade: a negação da ciência, suas causas e consequências*. 1. ed. Campinas: Papirus 7 Mares, 2021.

PORTILHO, A. Bolsonaro adota fala homofóbica e defende que ‘Joãozinho seja Joãozinho a vida toda’. *Folha de São Paulo*, Imperatriz, 13 jul. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/07/bolsonaro-adota-fala-homofobica-e-defende-que-joaozinho-seja-joaozinho-a-vida-toda.shtml>. Acesso em: 29 ago. 2024.

RELEMBRE o que Bolsonaro já disse sobre a pandemia, de gripezinha e país de maricas a frescura e mimimi. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 5 mar. 2021. Coronavírus. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/relembre-o-que-bolsonaro-ja-disse-sobre-a-pandemia-de-gripezinha-e-pais-de-maricas-a-frescura-e-mimimi.shtml>. Acesso em: 29 ago. 2024.

SABÓIA, G. A relação da rachadinha com loja de chocolate de F. Bolsonaro segundo o MP. *UOL*, Rio de Janeiro, 14 ago. 2020. Caso Queiroz. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/08/14/a-relacao-das-rachadinhas-com-loja-de-chocolates-de-flavio-segundo-o-mp.htm>. Acesso em: 26 ago. 2024.

SODRÉ, M. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, R.; BARBALHO, A. (org.). *Comunicação e cultura das minorias*. São Paulo: Paulus, 2005. p. 11-14.

TRAVAGLIA, L. C. Texto humorístico: o tipo e seus gêneros. In: CARMELINO, A. C. (org.). *Humor: eis a questão*. São Paulo: Cortez, 2015. p. 49-90.

TRAVAGLIA, L. C. Uma introdução ao estudo do humor pela linguística. *DELTA*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 55-82, fev. 1990.

VALFRÉ, V. Relatório do TCU aponta “hesitação” e “omissão” do governo federal no combate à pandemia. *Zero Hora*, [s. l.], 26 jul. 2021. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2021/07/relatorio-do-tcu-aponta-hesitacao-e-omissao-do-governo-federal-no-combate-a-pandemia-ckrl24go8003j01ebowisuk3o.html>. Acesso em: 22 ago. 2024.

Estratégias discursivas utilizadas na comunicação clínica do Manual Telessaúde Covid da UFV⁴⁸

Cristiane CATALDI dos Santos Paes⁴⁹ |

Introdução

Atualmente é notório observar que a ciência e a tecnologia estão cada dia mais presentes na vida de qualquer cidadão, seja configurando novos hábitos ou estilos de vida. Em função dessa realidade, observa-se que um dos grandes desafios da divulgação científica é estreitar as relações entre ciência e público visando proporcionar a inserção social e cultural do conhecimento científico para que a (in)formação sobre ciência possa cada vez mais fazer parte do dia a dia de cada cidadão, mobilizando-o para atitudes de interesse próprio e/ou coletivo.

Essas atitudes remetem a uma reflexão relativa ao papel da ciência e sua função na sociedade, já que o que está sendo enfatizado não é só a aquisição da informação, mas a formação do cidadão no sentido de que ele possa construir uma visão crítica e consciente em relação ao processo de circulação e produção do conhecimento científico. Nessa perspectiva, Calsamiglia (2011, p. 50) destaca que “a ciência, por meio de suas aplicações, está hoje mais do que nunca presente na vida diária dos cidadãos. [...] tornou-se uma necessidade geral de se ter acesso a informações básicas para a tomada de decisões que afetam a própria vida”.

Ao considerar o âmbito de produção do conhecimento científico, o grau de credibilidade que se atribui à comunidade científica é determinado pela forma como os comunicadores reproduzem os discursos produzidos no âmbito científico para o público em geral. Portanto, é importante conhecer o contexto a partir do qual procedem os discursos sobre ciência levando sempre em consideração as seguintes questões: quem os produz, em que lugar, para quem, em que circunstância e com que finalidade.

48 - Este trabalho foi apresentado numa Comunicação Oral durante o JADIS IX - CIED IV | Passado, Presente e Futuro: discutindo a relevância dos Estudos do Discurso, na Universidade do Porto (Portugal), em outubro de 2022.

49 - Professora Titular do Departamento de Letras da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Doutora em Linguística pela Universitat Pompeu Fabra (Barcelona/Espanha). Realizou Pós-Doutorado em Divulgação das Ciências na Universidade do Porto (Porto/Portugal). Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras do Departamento de Letras da UFV. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa e Linguística, atuando principalmente nas áreas de pesquisa: Análise do Discurso da Divulgação Científica; Gênero Discursivo, Mídia e Identidade. E-mail: cristiane.cataldi@ufv.br

A partir dessa perspectiva, é importante conhecer as condições de produção do discurso de divulgação científica e de que forma se concretiza no discurso escrito a mudança de registro do discurso técnico-científico para o discurso divulgativo. O grande desafio do divulgador refere-se ao processo de reformulação dos termos conceituais específicos de cada disciplina científica. Além disso, a informação que se pretende divulgar corresponde a apenas uma pequena parte de todo o processo do fazer científico: aquela parte que responda às necessidades cognitivas e sociais do público leitor.

Tendo como foco a pandemia⁵⁰ da covid-19, que teve início em março de 2020⁵¹, numa escala mundial, a divulgação científica mostrou-se ser de fundamental importância, já que apresentou, ao público em geral, as formas possíveis de propagação do vírus, que ainda era desconhecido pelos cientistas, a importância de se produzir uma vacina eficiente, em um curto espaço de tempo, e as consequências desse vírus em relação à saúde humana.

É importante ressaltar que cada sociedade se distingue por perceber e interpretar a realidade a partir de uma visão de mundo própria, atribuindo um valor específico aos diversos saberes e suas aplicações. Em relação à pandemia da covid-19, várias foram as abordagens, feitas por especialistas e não especialistas, numa escala mundial, em relação ao tratamento e às consequências dessa doença até então desconhecida.

Ao considerar o contexto social, político, científico, econômico e sanitário da covid-19, este trabalho tem como foco analisar o tratamento linguístico-discursivo conferido às informações apresentadas na primeira versão, atualizada em 28 de maio de 2020, do Manual Telessaúde Covid (Freitas; Prado; Fialho, 2020), elaborado numa parceria entre o Departamento de Medicina e Enfermagem da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e a Secretaria Municipal de Saúde de Viçosa (cidade situada na Zona da Mata Mineira). A proposta de oferecimento do teleatendimento à comunidade foi construída e articulada por uma equipe coordenada por profissionais de vários setores da Universidade e do município de Viçosa, MG⁵². Essa modalidade de atendimento médico vinha sendo estruturada no mundo todo e ganhou impulso durante a pandemia, com a necessidade de isolamento social e o desenvolvimento de novas tecnologias digitais.

50 - De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde e a Organização Mundial da Saúde, “Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. O termo ‘pandemia’ se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. A designação reconhece que, no momento, existem surtos de COVID-19 em vários países e regiões do mundo” (Organização Pan-Americana da Saúde, [202-]).

51 - De acordo com o Manual Telessaúde Covid da UFV (Freitas; Prado; Fialho, 2020, p. 5), “a COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, que apresenta um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves. O vírus foi identificado como a causa de um surto de pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019. A Organização Mundial da Saúde declarou o surto de COVID-19 uma pandemia em 11 de março de 2020”.

52 - O Manual Telessaúde Covid da UFV (Freitas; Prado; Fialho, 2020, p. 5-6) destaca que “diante do cenário de saúde mundial relativo à COVID-19, em fevereiro de 2020, a Universidade Federal de Viçosa (UFV) estabeleceu algumas estratégias a fim de diminuir a disseminação do COVID-19 e o impacto da doença em nossa região. Entre elas estão as reuniões constantes com a Prefeitura Municipal de Viçosa-MG, especialmente a Secretaria Municipal de Saúde, e os serviços de saúde para o estabelecimento de planos de contingenciamento da doença”.

Os diversos materiais, como cartilhas, guias e manuais, elaborados tanto no âmbito do Ministério da Saúde como no âmbito dos institutos de pesquisa e das universidades públicas, são importantes fontes de consulta a todo e qualquer cidadão por propiciar o acesso rápido e eficiente à informação de qualidade por meio das tecnologias digitais.

Tendo como base esse contexto, o Manual Telessaúde Covid objetiva esclarecer sobre o serviço implementado a partir de um teleatendimento para a população residente no município de Viçosa, MG. Portanto, desempenha um papel social e sanitário importante ao (in)formar os moradores dessa cidade sobre várias questões referentes à covid-19, logo no primeiro momento da pandemia, em que a comunicação estava sendo realizada essencialmente de forma *online*.

Para nortear a análise discursiva, serão considerados os pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso da Divulgação Científica que propõem a recontextualização do conhecimento científico para o público em geral a partir dos procedimentos linguístico-discursivos de expansão, redução e variação e das estratégias divulgativas relacionadas a esses procedimentos.

Nessa perspectiva, considera-se que as informações de caráter científico não devem ser simplesmente resumidas, mas selecionadas, reorganizadas e reformuladas para que os leitores possam realmente compreendê-las, objetivando sempre o diálogo extremamente necessário entre ciência e sociedade.

O processo de recontextualização do discurso científico

Teun Van Dijk (2011, p. 20), como um dos grandes expoentes no âmbito da análise discursiva, ressalta que “o discurso é o objeto de uma nova e imensa disciplina, os *Estudos do Discurso* (tradicionalmente denominada ‘Análise do Discurso’), que surgiu nos últimos quarenta anos tanto nas humanidades como nas ciências sociais”. Ao se considerar, na abordagem deste trabalho, as linhas mestras da Análise do Discurso, é importante destacar que essa disciplina tem como objetivo identificar, descrever e analisar os distintos fenômenos linguísticos implicados na linguagem em uso. Calsamiglia (2011, p. 41-42) ressalta que o estudo do discurso revela “o poder que tem a palavra na formação de marcos de interpretação da realidade, a partir do exercício comunicativo onipresente em todos os âmbitos da vida social”.

A partir de uma perspectiva discursiva mais interativa e pragmática, Orlandi (2005, p. 15), ao observar a dimensão e a complexidade da linguagem e o seu poder de significação, caracteriza o discurso da seguinte forma: “o discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando”. Partindo do princípio de que toda (inter)ação humana ocorre a partir da “palavra em movimento”, a Análise do Discurso tem por objeto de estudo textos orais e escritos como produto do uso linguístico em situações reais e concretas, nas quais se objetiva uma interação entre os interlocutores a partir de uma intencionalidade.

Após a apresentação dessas questões preliminares referentes à análise discursiva, serão considerados, no desenvolvimento da análise proposta, os pressupostos da Análise do Discurso da Divulgação Científica que propõem a *recontextualização* do conhecimento científico para o público em geral (Calsamiglia, 2003, 2011; Calsamiglia *et al.*, 2001; Cassany; López; Martí, 2000; Cataldi, 2003, 2004, 2007, 2011, 2016, 2022; Noccioli, 2022; Van Dijk, 2011) a partir dos procedimentos linguístico-discursivos de expansão, redução e variação e das estratégias divulgativas (Cassany; Martí, 1998). Nessa perspectiva, considera-se que a tarefa divulgadora não somente exige a elaboração de uma forma discursiva adequada às novas circunstâncias (conhecimentos prévios, interesses e *status* dos interlocutores, canal comunicativo etc.), mas também a reconstrução — a *re-criação* — do mesmo conhecimento para um público diferente.

Calsamiglia (2011, p. 48) ressalta que o estudo das práticas de divulgação, no que se refere à formulação linguística, depende da “recontextualização dos conhecimentos gerados em um contexto (o científico) e que serão formulados de outra maneira ou em um novo contexto: o da vida cotidiana, da experiência comum, do saber geral e do uso comum da língua”.

Van Dijk (2011) ratifica essa forma de comunicação entre cientistas e cidadania quando destaca que os cientistas também fazem parte da comunidade de conhecimento do público em geral e, em função disso, sabem que tipos de conhecimentos são compartilhados socialmente. Portanto, “se querem falar sobre determinado tema científico, há que recontextualizar o discurso científico para uma situação comunicativa diferente e, assim, adaptar seu discurso ao conhecimento do público geral” (Van Dijk, 2011, p. 26). Segundo esse autor, o processo de recontextualização envolve várias estratégias discursivas, como: “evitar o uso de termos técnicos, definir ou explicá-los em termos de noções conhecidas pelo público geral, ou usar metáforas ou comparações que possam ajudar na compreensão de fenômenos abstratos ou técnicos” (Van Dijk, 2011, p. 26-27). Portanto, o que se observa no discurso de divulgação científica é a preferência em construir uma representação conceitual baseada em uma analogia com o mundo cotidiano. Em geral, as metáforas desempenham essa função no discurso de divulgação científica.

A recontextualização das informações sobre ciência é um processo comunicativo dinâmico e complexo, já que está diretamente relacionado aos procedimentos linguístico-discursivos de expansão, redução e variação (Cataldi, 2003, 2004, 2007), considerando sempre o interesse e a necessidade de (in)formação de um público amplo, heterogêneo e leigo.

Portanto, a informação que se pretende divulgar corresponde a apenas uma parte do fazer científico que está relacionada à finalidade, ou seja, ao “para que” daquele conhecimento. Van Dijk (2011, p. 38) destaca que, “para cada palavra ou frase desse discurso, o/a jornalista deve saber o que os leitores já sabem, como deve ser formulado o conhecimento novo, o que é mais ou menos interessante ou relevante para eles etc.”.

Em relação aos procedimentos linguístico-discursivos, no processo de recontextualização do conhecimento científico, utiliza-se o procedimento de *expansão* com o objetivo de introduzir informações relevantes e necessárias no texto a ser divulgado que garantam a efetiva participação do leitor. Por outro lado, o procedimento de *redução* é utilizado com o objetivo de suprimir determinada informação do âmbito científico que não seja necessária e importante para ser incluída na versão divulgada. Outra forma de redução é a condensação: conteúdos específicos do âmbito científico são sintetizados na elaboração do texto de divulgação. Por fim, o procedimento de *variação* refere-se às diversas mudanças de caráter léxico-semântico ocorridas do texto-fonte para o texto-meta a ser divulgado. Em relação aos aspectos linguístico-discursivos, destacam-se a seleção lexical e a modalidade enunciativa.

Esses procedimentos, utilizados a partir de um uso linguístico escrito, variam segundo certos parâmetros contextuais, como a situação comunicativa, os propósitos de quem a realiza e as características dos destinatários. Para cada procedimento linguístico-discursivo, existe um amplo conjunto de *estratégias divulgativas* (Cassany; Martí, 1998; Cataldi, 2007, 2011) que compreendem um vasto espectro que vai desde a definição, por um lado, até a metáfora, no outro, passando pela paráfrase, contextualização, descrição, denominação, explicação, exemplificação, analogia, entre outras estratégias. Isaltina Gomes (2007, p. 170) ressalta que “ter competência explicativa deveria ser requisito fundamental para quem produz textos de divulgação científica”.

Diante dessa variedade de estratégias divulgativas, é muito provável que em um mesmo texto se tome, várias vezes e em momentos distintos, decisões diferentes sobre se usar ou não determinado conceito e com que recursos expressivos.

Manual Telessaúde Covid: enfoque discursivo

A aproximação entre dois universos discursivos completamente distintos: os conhecimentos técnico e científico, por um lado, e os conhecimentos social e cotidiano, por outro, requer a aparição de um comunicador que seja capaz de compreender e explicar os diversos fatos e acontecimentos científicos, selecionando aqueles conhecimentos que respondam às necessidades cognitivas e comunicativas do público em geral. Van Dijk (2011, p. 38) ressalta que o objetivo da divulgação é “também informar sobre as consequências dessas descobertas científicas na vida do público geral, como é tipicamente o caso das descobertas médicas e tecnológicas”.

A equipe de professores do Departamento de Medicina e Enfermagem da UFV que elaborou o Manual Telessaúde Covid destaca que o seu conteúdo se baseia em uma série de documentos procedentes do Ministério da Saúde, de Secretarias Estaduais de Saúde e de outras instituições científicas. Eles ressaltam que foram feitas adaptações em relação à rede de saúde local referentes à comunidade residente na cidade de Viçosa, MG.

A partir dessa ação conjunta,

[...] uma série de medidas foram estabelecidas pela UFV em parceria com as diversas outras instâncias do município com o objetivo de nortear a atuação da Instituição na resposta à possível emergência de saúde pública relacionada à Covid-19, buscando uma atuação coordenada, assistencial e de pesquisa no âmbito da coletividade (Freitas; Prado; Fialho, 2020, p. 6).

Tendo como foco essa realidade, o objetivo desse Manual é esclarecer várias questões sobre o serviço de saúde implementado a partir tanto de um teleatendimento como de um telemonitoramento para a população residente no município de Viçosa, MG, da seguinte forma: as pessoas que apresentem sintomas respiratórios sugestivos de covid-19, tenham dúvidas ou histórico de contato com algum caso confirmado ou suspeito da doença devem entrar em contato com o Telessaúde Covid para que a equipe ofereça as orientações e o devido acompanhamento, além do encaminhamento ao serviço adequado, quando necessário, e de acordo com o fluxo da rede de saúde do município⁵³.

Por meio desse serviço, oferece-se à comunidade um atendimento de qualidade a distância, por meio de tecnologias, evitando que o paciente precise sair de casa desnecessariamente, diminuindo a sobrecarga nos serviços de saúde e a propagação do vírus na comunidade a partir de um direcionamento adequado, seja para acompanhamento domiciliar, seja para avaliação presencial na unidade de saúde adequada, conforme os sintomas relatados, seguindo o plano de contingência do município de Viçosa, MG.

O Manual Telessaúde Covid está disponível na internet e constitui-se um importante documento no qual foram disponibilizadas várias informações bastante esclarecedoras com o objetivo de proporcionar assistência de qualidade aos moradores do município de Viçosa, MG, visando sempre a garantir a saúde e o bem-estar da população. O documento tem 65 páginas e foi organizado a partir de tópicos relacionados ao teleatendimento e ao telemonitoramento.

Devido à abrangência do referido documento e considerando a necessidade de se selecionar informações de caráter divulgativo para serem analisadas, foram escolhidos o subtópico “5.3 Manejo Terapêutico”⁵⁴ e o tópico “07. Abordagem Clínica na Teleconsulta e no Telemonitoramento”.

Serão identificadas as informações presentes nos tópicos selecionados do referido Manual a partir de um registro que evidencie a relação do conhecimento científico com as questões de interesse social e sanitário necessárias no contexto da pandemia.

Pretende-se realizar uma análise discursiva para que se possa observar de que forma os procedimentos linguístico-discursivos de expansão, redução e variação foram utilizados no processo de recontextualização do conhecimento científico enfocado e que estratégias divulgativas foram escolhidas para que as (in)formações sobre a covid-19 fossem assimiladas pelos viçosenses de forma clara e efetiva.

53 - Informações disponibilizadas no Manual Telessaúde Covid da UFV. Versão 01 – Atualizada em 28 maio de 2020 (Freitas; Prado; Fialho, 2020).

54 - Em trabalho publicado em 2022, a autora do presente capítulo analisou o tópico “05. Curso Clínico e os subtópicos 5.1 Sinais e Sintomas e 5.2 Diagnóstico”. O subtópico “5.3 Manejo Terapêutico” foi mencionado, mas não foi analisado.

Ao buscar orientar cada cidadão sobre que atitudes tomar diante do vírus, minimizam-se os impactos em relação aos riscos sanitários e contribui-se para que haja uma maior compreensão e conscientização da população em relação à pandemia.

Foi identificada a seguinte informação, no tópico “07. Abordagem Clínica na Teleconsulta e no Telemonitoramento”⁵⁵, cujo objetivo foi dar orientações para a realização da consulta por teleatendimento, de forma a aproximar os conhecimentos de caráter científico da experiência social cotidiana, a partir do *procedimento de expansão* e da estratégia divulgativa de *explicação*.

- 1) “Os **sintomas de bandeira vermelha** que indicam que o paciente precisa de uma avaliação urgente (pessoalmente ou por vídeo, dependendo das circunstâncias clínicas) incluem falta de ar grave ou dificuldade em respirar, dor ou pressão no peito, lábios ou rosto azul e uma história sugestivo de choque (como pele fria e úmida, confusão mental, sonolência ou redução significativa da produção de urina). A **hemoptise** ocorre em cerca de 1% dos pacientes com COVID-19 e parece ser um sintoma de mau prognóstico” (p. 22-23, grifo nosso).

Observa-se que, em geral, os termos utilizados em relação à descrição dos “sintomas de bandeira vermelha” fazem parte do conhecimento prévio dos leitores; portanto, considera-se que a compreensão, a partir da explicação dada, será alcançada. Já o termo “hemoptise”, que remete a “um sintoma de mau prognóstico”, por indicar tosse ou catarro com sangue, é específico do âmbito da medicina e pode causar certa apreensão por parte dos leitores, por desconhecê-lo. Nesse caso, a supressão da explicação em relação a esse termo pode gerar uma expectativa negativa no leitor em relação aos sintomas da covid-19.

Informação semelhante ao trecho (1) foi identificada no subtópico “5.3 Manejo Terapêutico”. A palavra “síncope” foi utilizada numa relação de semelhança com “hemoptise”, mas esse uso não possibilitou o esclarecimento do termo “hemoptise” para o paciente.

- 2) “Pacientes com ou sem SG que desenvolverem ou já se apresentarem no primeiro atendimento com sinais de gravidade, tais como: falta de ar grave ou dificuldade em respirar, dor ou pressão no peito, lábios ou rosto azul (sinais de cianose), história sugestiva de choque (como pele fria e úmida ou redução significativa da produção de urina), confusão mental, sonolência, irritabilidade, inapetência, sensação de desmaio, **síncope ou hemoptise** (ocorre em cerca de 1% dos pacientes com COVID-19 e parece ser um sintoma de mau prognóstico) devem ser imediatamente referenciados ao hospital, e caberá ao Telessaúde Covid acionar a ambulância para transporte do paciente” (p. 18-19, grifo nosso).

55 - Não há subtópicos no tópico “07. Abordagem Clínica na Teleconsulta e no Telemonitoramento”.

Foram identificadas as seguintes informações, no subtópico “5.3 Manejo Terapêutico” e no tópico “07. Abordagem Clínica na Teleconsulta e no Telemonitoramento”, sobre o medicamento “Oseltamivir”.

- 3) “Diante da possibilidade de SG por outros vírus, como a Influenza, indica-se o uso de **Oseltamivir** nos casos de SG e fatores de risco para complicações” (p. 17-18, grifo nosso).
- 4) “Caso haja indicação de **Oseltamivir**, verifique função renal (se comorbidades que possam comprometê-la), alergia medicamentosa e, peso” (p. 25, grifo nosso).
- 5) “Caso o paciente seja orientado a ficar em isolamento domiciliar, necessite de atestado para ele ou algum membro do domicílio ou tenha indicação de **Oseltamivir**, dê orientações sobre o isolamento e observe alergia ou efeitos colaterais da medicação” (p. 25, grifo nosso).

Observa-se que informações gerais foram passadas para que os pacientes pudessem ser orientados sobre o isolamento e os medicamentos indicados. No entanto, o termo “Oseltamivir”, que se refere a um medicamento antiviral, foi utilizado, em algumas informações em relação à abordagem clínica, sem que ocorresse a devida explicação para o leitor. Nesses casos, a falta de explicações pode comprometer a compreensão das informações por parte dos pacientes que necessitam ser orientados em relação à importância da utilização de certos medicamentos e os seus possíveis efeitos colaterais.

Foi identificada a seguinte informação, no subtópico “5.3 Manejo Terapêutico”, que faz referência ao “Fosfato de Oseltamivir” como “antiviral”. Observa-se que essa informação faz parte de uma recomendação de um Parecer Técnico, cuja função é apresentar as especificações de uso de um determinado medicamento.

- 6) “O Parecer Técnico N° 67/2020-CGPNI/DEIDT/SVS/MS, de 15 de maio de 2020, recomenda, **em caráter excepcional**, a priorização do uso do antiviral Fosfato de Oseltamivir **nas primeiras 48 horas do início dos sintomas** para todos os casos de SRAG, bem como para todos os casos de SG que se enquadrem nos seguintes grupos de risco: Grávidas em qualquer idade gestacional, pacientes com doença renal crônica, hepatopatia, imunossupressão e obesidade mórbida (IMC>40)” (p. 18).

Foram identificadas as seguintes informações, no subtópico “5.3 Manejo Terapêutico” e no tópico “07. Abordagem Clínica na Teleconsulta e no Telemonitoramento”, sobre a forma de se referir à Síndrome Gripal (SG).

- 7) “Os casos de **SG** leve ou sintomáticos respiratórios sem **SG** devem ser manejados com medidas não-farmacológicas como repouso, hidratação, alimentação adequada, além de medidas farmacológicas para alívio dos sintomas, como: analgésicos, antitérmicos, antialérgico e antieméticos, de acordo com o que a equipe julgar necessária” (p. 17, grifo nosso).

- 8) “Diante da possibilidade de **SG** por outros vírus, como a Influenza, indica-se o uso de Oseltamivir nos casos de **SG** e fatores de risco para complicações” (p. 17-18, grifo nosso).
- 9) “Os pacientes com ou sem **SG** que apresentarem piora clínica ou persistência prolongada dos sintomas (sintomas respiratórios por maior tempo do que o esperado para uma infecção viral), mesmo após adequado manejo terapêutico, devem ser referenciados para UBS, se esta estiver estruturada ou Unidade Covid” (p. 18-19, grifo nosso).
- 10) “Todo sintomático respiratório, **com ou sem SG**, deve ser telemonitorado pelo Telessaúde Covid por até 14 dias do início dos sintomas e 72h assintomático, quando então recebe alta do serviço. A periodicidade do contato telefônico varia, desde a cada 24h para pessoas com mais de 60 anos e portadoras de fatores de risco para complicações e, a cada 48hs, para as demais situações” (p. 26, grifo nosso).

Nesse fragmento, foi utilizada a sigla “SG”, específica do âmbito da medicina/enfermagem, sem que fosse explicado para o leitor o seu significado que, na realidade, é muito simples, pois refere-se à Síndrome Gripal.

Foi identificada a seguinte informação, no subtópico “5.3 Manejo Terapêutico”, que faz referência inicialmente ao termo “Síndrome Gripal” e depois à sigla SG. Observa-se que essa informação faz parte de uma Portaria, cuja função é definir as condições de isolamento domiciliar.

- 11) “Em referência à Portaria N° 454 de 20 de março de 2020, que define as condições de isolamento domiciliar, é importante esclarecer que o documento recomenda o isolamento das pessoas com qualquer sintoma respiratório, com ou sem febre, buscando a adoção das medidas de isolamento de maneira mais precoce possível. Contudo, para diagnóstico e notificação de **Síndrome Gripal**, é necessário seguir critérios atuais que exigem a presença de febre. Dessa forma, os pacientes com sintomas respiratórios, com ou sem **SG** e seus contatos domiciliares, receberão orientação de isolamento domiciliar e atestado médico, sendo disponibilizado o termo de isolamento, declaração de contatos, atestado médico para paciente e contatos domiciliares (se necessário) e orientações sobre isolamento. Esses documentos estão dispostos nos Apêndices II, III e IV e o detalhamento de sua utilização encontra-se descrito adiante neste material” (p. 18, grifo nosso).

Foi identificada a seguinte informação, no tópico “07. Abordagem Clínica na Teleconsulta e no Telemonitoramento”, sobre o registro de atendimento.

- 12) “Proceda ao registro do atendimento, se necessário registrar evolução realizá-la conforme o **ReOP**” (p. 26, grifo nosso).

Nesse trecho, observa-se uma sugestão de orientação a partir da sigla “ReOP”, que é específica da área da medicina/enfermagem. Essa sigla significa “Registro Orientado por Problemas” e é utilizada geralmente em uma entrevista clínica com o paciente.

Foi identificada a seguinte informação, no tópico “07. Abordagem Clínica na Teleconsulta e no Telemonitoramento”, sobre como deve ser a forma de comunicação com o paciente.

- 13) “**Dê as orientações de forma clara e objetiva**, inclusive informando do monitoramento, se este for indicado” (p. 26, grifo nosso).

Essa orientação mostra a preocupação dos autores do Manual Telessaúde Covid da UFV em relação à linguagem a ser utilizada com o paciente, que deve ser sempre “clara e objetiva”. Observa-se, portanto, que o princípio da *comunicabilidade* é inerente ao processo de recontextualização do discurso científico, já que o conhecimento procedente do âmbito da medicina/enfermagem tem características linguístico-discursivas específicas, em função da sua finalidade comunicativa.

Esse contraste entre o discurso científico e o discurso divulgativo evidencia que certas terminologias e siglas específicas do âmbito da medicina/enfermagem como “hemoptise”, “Oseltamivir”, “SG” e “ReOP” são imprescindíveis na abordagem de determinados conhecimentos.

Nesse caso, são aquelas que fazem referência à abordagem clínica e ao manejo terapêutico na Teleconsulta e no Telemonitoramento para que se possa fazer um diagnóstico mais preciso, visando a dar orientações efetivas ao paciente sobre como proceder em relação ao tratamento da covid-19.

Outra questão observada diz respeito à preocupação dos autores em fazer referência, no subtópico “5.3 Manejo Terapêutico”, a um Parecer Técnico e a uma Portaria, o que revela que o Manual Telessaúde Covid da UFV foi elaborado a partir de documentos procedentes do Ministério da Saúde, de Secretarias Estaduais de Saúde e de outras instituições científicas. Essas referências dão legitimidade às informações apresentadas.

Considerações finais

Os textos de divulgação científica que têm circulado nas plataformas *online* constituem fontes de (in)formação bastante significativas no atual contexto da integração social do saber. Os discursos veiculados revelam as particularidades de cada conhecimento procedente do âmbito científico quando se contextualiza na vida social. Almeida (2002, p. 69) ressalta que “a melhoria das condições de vida é, assim, uma consequência natural do aumento e aperfeiçoamento dos conhecimentos científicos”.

Tendo em vista a ciência e sua inserção na sociedade, Calsamiglia (2011, p. 50) revela que “[...] a face da ciência mais conhecida é a da chamada tecnociências: aquelas que proporcionam a indivíduos e grupos a possibilidade de melhorar suas vidas, por meio de tecnologia aplicada à medicina, à comunicação, à automação, à informática [...]”.

Considerando o aporte teórico e metodológico referente à Análise do Discurso da Divulgação Científica, a difusão do conhecimento científico nos diversos meios de comunicação pressupõe um enfoque que abarca tanto o campo da análise linguística geral como o processo de recontextualização discursiva a partir da utilização dos procedimentos linguístico-discursivos de expansão, redução e variação e das estratégias divulgativas.

Tendo em vista a importância de o conhecimento científico alcançar a população, para que essa possa agir de forma crítica e consciente diante das várias circunstâncias que afetam direta e indiretamente a vida de cada cidadão, mostrou-se relevante analisar como foram divulgadas as informações no *Manual Telessaúde Covid* a partir da perspectiva linguístico-discursiva.

A estratégia divulgativa de explicação, inerente à divulgação da ciência nos diversos meios de comunicação, foi utilizada para esclarecer algumas informações apresentadas no tópico “07. Abordagem Clínica na Teleconsulta e no Telemonitoramento”.

A partir da análise realizada, constata-se que as informações inseridas no *Manual Telessaúde Covid* da UFV apresentam uma linguagem formal, na qual se mesclam procedimentos linguístico-discursivos e estratégias divulgativas que revelam alguns traços característicos da escrita acadêmica do âmbito da medicina/enfermagem, sem que isso comprometa a compreensão por parte dos leitores/pacientes no que se refere aos conhecimentos/procedimentos relacionados à covid-19. Essa prática discursiva revela as particularidades de cada conhecimento científico quando se contextualiza no âmbito social.

Referências

- ALMEIDA, M. O. A vulgarização do saber. In: MASSARANI, L.; MOREIRA, I. C.; BRITO, F. (org.). *Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Ciência, 2002. p. 65-71.
- CALSAMIGLIA, H. (coord.); BONILLA, S.; CASSANY, D.; LÓPEZ, C.; MARTÍ, J. Análisis discursivo de la divulgación científica. In: I SIMPOSIO INTERNACIONAL DE ANÁLISIS DEL DISCURSO, 2000, Madrid. Anais [...]. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2001. p. 2639-2646.
- CALSAMIGLIA, H. Popularization discourse. *Discourse Studies*, Londres, v. 5, n. 2, p. 139-146, maio 2003.
- CALSAMIGLIA, H. Falemos de ciência com suas palavras: um gênero da interação oral: a entrevista televisiva. In: GOMES, M. C. A.; CATALDI, C.; MELO, M. S. de S. (org.). *Estudos discursivos em foco: práticas de pesquisa sob múltiplos olhares*. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2011. p. 41-70.
- CASSANY, D.; MARTÍ, J. Estrategias divulgativas del concepto príon. *Quark*, Barcelona, n. 12, p. 56-66, 1998.

CASSANY, D.; LÓPEZ, C.; MARTÍ, J. La transformación divulgativa de redes conceptuales científicas. Hipótesis, modelo y estrategias. *Revista Iberoamericana de Discurso y Sociedad*, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 73-103, jun. 2000.

CATALDI, C. A divulgação da ciência na mídia impressa: um enfoque discursivo. In: GOMES, M. C. A.; MELO, M. S. de S.; CATALDI, C. (org.). *Gênero discursivo, mídia e identidade*. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2007. p. 155-164.

CATALDI, C. Análise discursiva da (in)formação divulgada no Manual Telessaúde Covid da UFV. In: BRAIGHI, A. A.; LESSA, C. H.; AZEREDO, L. A. S. de (org.). *Vozes na Pandemia*, [Belo Horizonte]: LED, 2022. p. 103-119.

CATALDI, C. A utilização do argumento de autoridade como estratégia divulgativa no âmbito da comunicação da ciência. In: IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ANÁLISE DO DISCURSO, 2016, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2016.

CATALDI, C. El debate sobre los transgénicos en la prensa española: cómo los actores sociales denominan esta biotecnología. *Quark*, Barcelona, n. 33, p. 57-68, 2004.

CATALDI, C. *Los transgénicos en la prensa española: una propuesta de análisis discursivo*. 2003. 409 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, 2003.

CATALDI, C. O discurso sobre ciência: os transgênicos em foco na mídia impressa. In: GOMES, M. C. A.; CATALDI, C.; MELO, M. S. de S. (org.). *Estudos discursivos em foco: práticas de pesquisa sob múltiplos olhares*. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2011. p. 71-92.

FREITAS, B. A. C. de; PRADO, M. R. M. C. do; FIALHO, W. L. (org.). Telessaúde COVID: teleatendimento e telemonitoramento de pacientes com suspeita ou confirmação de COVID-19: parceria entre o Departamento de Medicina e Enfermagem da Universidade Federal de Viçosa e a Secretaria Municipal de Saúde de Viçosa-MG. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa: Prefeitura Municipal de Viçosa, 2020. Disponível em: <https://www2.dti.ufv.br/noticias/files/anexos/1591023147.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2023.

GOMES, I. M. A. M. O texto e o discurso na revista Ciência Hoje. In: GOMES, M. C. A.; MELO, M. S. de S.; CATALDI, C. (org.). *Gênero discursivo, mídia e identidade*. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2007. p. 165-191.

NOCCIOLI, C. A. M. *Surto e epidemia: discursos de autoridades na mídia brasileira*. Campinas: Pontes, 2022.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Histórico da pandemia de COVID-19. *Organização Mundial da Saúde: Região das Américas*, [s. l.], [202-]. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19#:~:text=Em%2011%20de%20mar%C3%A7o%20de,pa%C3%ADses%20e%20regi%C3%B5es%20do%20mundo>. Acesso em: 28 jun. 2024.

ORLANDI, E. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2005.

VAN DIJK, T. A. Por uma teoria da comunicação científica: discurso, conhecimento, contexto e compreensão da sociedade. In: GOMES, M. C. A.; CATALDI, C.; MELO, M. S. de S. (org.). *Estudos discursivos em foco: práticas de pesquisa sob múltiplos olhares*. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2011. p. 19-40.

Por uma caracterização genérica das biografias: reflexões à luz da abordagem semiolinguística do discurso

Mariana Ramalho PROCÓPIO⁵⁶

Introdução

A rubrica narrativa biográfica abrange os mais variados gêneros: autobiografia, biografia, memórias, relato, testemunho, perfil, currículos etc. Segundo Procópio (2016), tais narrativas tendem a (re)elaborar a vida de um personagem, geralmente em perspectiva diacrônica. Mas o que nos permite distinguir esse tipo de discurso? Sobretudo as biografias, quais características discursivas são capazes de permitir o reconhecimento de uma determinada publicação como pertencente a esse gênero?

No âmbito dos estudos da linguagem, Lejeune (2008) propôs a existência de um pacto autobiográfico, isto é, uma série de condições, de posições e de crenças para o funcionamento desse sistema que é o da escrita autobiográfica. Em suas formulações, Lejeune (2008) postula que as biografias têm como característica principal a ausência de identidade entre narrador e protagonista sobre o qual se escreve. Nessas biografias tradicionais, os relatos são feitos em terceira pessoa e o narrador possui certa autoridade em relação ao que conta, caracterizando assim um narrador heterodiegético e que muitas vezes onisciente, sabe tudo sobre as personagens.

No entanto, Arfuch (2010) discorre sobre a impossibilidade de identidade entre autor e personagem. Segundo a pesquisadora, ainda que esteja marcada uma coincidência material entre aquele que narra e aquele que vivencia as ações, é preciso deixar claro que o momento em que a narrativa é realizada é outro e, por isso, aquele que vivencia também já é outro. Nesse processo de refletir sobre si, recorremos a valores, a ideologias, a crenças e interpretamos nossos próprios atos e ações, contribuindo, assim, para um estranhamento, para uma diferenciação entre essas subjetividades. A identidade entre as instâncias propostas por Lejeune (2008) deve ser vista apenas de maneira operatória, mas não se pode negligenciar que em essência essa identidade é inexistente.

Circunscrito em suas formulações sobre o pacto (auto)biográfico, Lejeune (2008) postula ainda que as biografias são marcadas pela categoria de semelhança. Tal categoria deve se fazer presente em dois níveis: no nível da exatidão, o que significa que a busca

⁵⁶ - Professora do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Docente colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutora e Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: mariana.procopia@ufv.br

pelas informações deve ser exata, visando a essa completude; e no nível da fidelidade, que se refere à interpretação fiel e objetiva dos fatos resgatados e relatados.

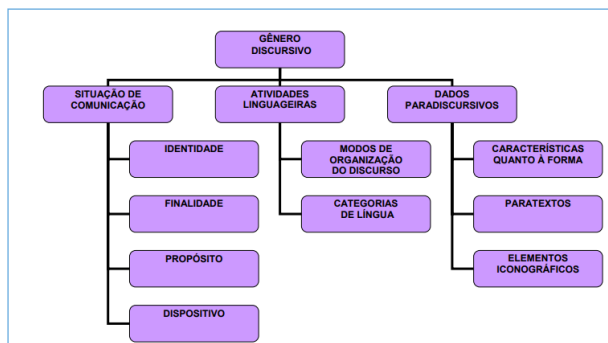
Uma característica importante das biografias é o fato de se constituírem sob um protocolo de referencialidade: assim como gêneros pertencentes ao discurso científico ou histórico, as biografias pretendem oferecer uma informação sobre uma realidade exterior ao texto e submetem-se, portanto, a uma prova de verificação. Procópio (2016) sinaliza que é devido a essa característica que a maioria das biografias se encontra classificada como gênero histórico ou jornalístico.

A fim de que pudéssemos compreender melhor esse gênero, que se constitui em um importante filão do mercado editorial, vislumbrou-se, por meio deste capítulo, caracterizá-lo discursivamente, com vistas a observar o próprio *fazer biográfico*, sobretudo no cenário nacional. Partimos das considerações de Bakhtin (1997), para quem os gêneros são como *tipos relativamente estáveis* de discurso, elaborados e relacionados à especificidade da situação comunicativa. Ainda que o autor não forneça um conceito fixo de gêneros, ele sinaliza que podemos encontrar alguns traços identificadores: o conteúdo temático, a construção composicional e o estilo, os quais dependem da natureza comunicacional da interação social.

Contudo, essa “relativa estabilidade” não garante uma marcação fixa e canônica dos gêneros. Eles estão em constante modificação justamente por estarem atrelados à prática social. Mas, para que haja uma mínima compreensão racional dessas práticas, é preciso que os gêneros sejam apreendidos e reconhecidos pela sociedade na qual são produzidos. Nesse sentido, Charaudeau (2004) pondera que devemos entendê-los como dispositivos de comunicação inscritos e construídos em condições situacionais e discursivas. Para a caracterização genérica, especificamente, devem ser notados os componentes do contrato comunicacional, as atividades linguageiras e os aspectos da organização formal de um texto.

A fim de melhor demonstrar os diversos elementos que devem ser considerados para observação dos gêneros, propomos o diagrama abaixo, a partir dos postulados de Charaudeau (2004) e de Bakhtin (1997), além do nosso entendimento sobre a questão:

Figura 1: Diagrama de análise dos gêneros discursivos



Fonte: Procópio-Xavier, 2012, p. 139

O diagrama acima representado visa a demonstrar como percebemos a questão dos gêneros discursivos, bem como os elementos que iremos considerar na caracterização genérica das biografias, proposta deste capítulo, a partir dos pressupostos teóricos da Teoria Semiolinguística, de Patrick Charaudeau. Optamos por não constituir um *corpus* específico de análise, mas apresentar exemplos que possuem regularidades na estruturação discursiva relacionadas aos postulados teóricos por nós destacados.

O contrato comunicacional

O contrato comunicacional, conforme Charaudeau (2004), caracteriza-se como uma espécie de acordo partilhado pelos envolvidos em uma situação comunicativa, que irá contribuir para a identificação do gênero discursivo. Isso significa dizer que os textos pertencentes a um mesmo gênero devem obedecer a um mesmo contrato. De maneira geral, Charaudeau (1995) nos alerta que o contrato de comunicação pode ser compreendido em função dos seguintes elementos: (i) a *identidade* dos parceiros; (ii) a *finalidade* das trocas languageiras; (iii) o *propósito*; e (iv) o *dispositivo*.

A identidade dos parceiros da troca comunicativa

De acordo com Charaudeau (2008), as instâncias envolvidas em um ato de comunicação – instâncias de produção e recepção – são distribuídas em dois circuitos: o circuito interno à palavra configurada, no qual estão os “seres de palavra”, e o circuito externo à palavra configurada, em que se situam os seres empíricos, psicossociais, ou seja, os sujeitos da ação, capazes de organizar o mundo real em mundo languageiro.

No circuito externo, temos um sujeito-comunicante (EUC) e um sujeito-interpretante (TUI). Esse é o espaço no qual os seres do mundo real vão acionar a palavra, levando em consideração os universos psicológicos, sociais e comunicativos em que estão envolvidos. EUC e TUI são então considerados como atores sociais, parceiros do ato de linguagem da palavra enunciada, marcados por uma identidade psicossocial. Já no circuito interno, temos a dupla Eu-enunciador (EUE) e Tu-destinatário (TUD), que ocupa um espaço interno ou, em outros termos, o espaço do dizer; são seres de palavra que personificam os protagonistas da comunicação. Assim, para produzir um enunciado, o EUC organiza o mundo real em mundo de palavras. Para fazê-lo deve, pois, acionar um EUE que irá atuar em função de um TUD, um receptor idealizado para aquela troca comunicativa. O TUI é o sujeito real que estiver inserido naquela troca comunicativa. Caberá ao TUI, ainda, aceitar ou não esse enunciado.

O biógrafo, como EUC, é dotado de uma personalidade e de uma identidade psicossocial. A ele é relacionada uma série de informações, conhecidas previamente ou não, de natureza empírica. Quando falamos, por exemplo, do biógrafo Ruy Castro, o EUC é composto pelas informações acerca da identidade psicossocial desse autor: trata-se de um escritor de biografias e de livros-reportagem de notoriedade do cenário editorial brasileiro. É o autor de biografias de personalidades brasileiras, como Nelson Rodrigues,

Mané Garrincha e Carmen Miranda. É jornalista e escreveu durante algum tempo para a *Revista Playboy*. No caso de Ruy Castro, por se tratar de um escritor famoso, essas informações tendem a ser de conhecimento público e a estar disponíveis no local definido como *espaço externo* da representação acima.

Todavia, há casos em que o biógrafo não possui notoriedade ou, ainda, as informações sobre sua identidade psicossocial não fazem parte de um conhecimento coletivo. Nesses casos, é por meio de alguns paratextos que conseguimos encontrar subsídios para a compreensão dessa identidade social. São essas informações, sobretudo de ordem profissional, que irão auxiliar na identificação da identidade social do autor-biógrafo quando se tratar de um autor desconhecido do público.

Esse é o caso, por exemplo, da biografia *Joaquim da Silva – um empresário ilustrado do império*, escrita pelo historiador Francisco de Sales Gaudêncio. A orelha da referida obra traz, além de uma breve apresentação da narrativa, uma foto do autor e uma nota biográfica sobre ele. Esta última, transcrevemos a seguir:

Francisco de Sales Gaudêncio é doutor em História Econômica pela USP, graduado em Direito pela Universidade de João Pessoa e possui licenciatura plena em História. Atualmente, é professor colaborador da Pós-Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal de Pernambuco e Professor Adjunto IV da Universidade Federal da Paraíba. Tem experiência na área de História Econômica, com ênfase em História da Formação Econômica do Brasil, atuando, principalmente, nos seguintes temas: História Regional, Nova História Cultural, Biografia Social e Preservação Patrimonial (Legislação de Proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental). É sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IGHP) (Gaudêncio, 2007).

São as informações aqui reveladas, sobretudo de ordem profissional, que nos permitirão conhecer a identidade social do sujeito-comunicante. Trata-se, pois, de um biógrafo do universo acadêmico, pesquisador e professor.

Compreendida a identidade do sujeito-comunicante, falemos da projeção por ele realizada no universo da palavra configurada, isto é, o sujeito-enunciador. O EUE é o responsável pela enunciação da biografia, é o ser-biógrafo-narrador que vive na obra e que irá contar de maneira delocutiva a vida de uma outra pessoa. Acreditamos que a análise de Abreu-Aoki (2012) acerca da biografia de *Getúlio Vargas para Crianças* ilustra bem essa questão. De acordo com a autora, o narrador dessa biografia:

É um observador que tudo vê – ou quase tudo – e narra em terceira pessoa, como se tivesse dizendo apenas aquilo que sabe e deixando o leitor ir construindo o seu próprio entendimento. Essa forma narrativa, na maioria dos casos, é uma tendência que se orienta para uma descrição mais objetiva pelo distanciamento que a forma enunciativa em terceira pessoa constrói (Abreu-Aoki, 2012, p. 35).

O EUE das biografias é um narrador que conhece o assunto/personagem sobre o qual irá falar e assim mobiliza os recursos discursivos necessários a fim de empreender seu projeto de escrita. A constituição de sua identidade discursiva é realizada por meio das informações que ele revela e de marcas que deixa no interior da própria narrativa.

Diferentemente de outras produções vinculadas ao universo literário, os personagens nas biografias não costumam enunciar de maneira direta. Porém, o narrador pode recorrer ao discurso relatado para apresentar informações sobre a vida do personagem, seja por meio dos depoimentos dos entrevistados ou dos mais variados procedimentos de pesquisa do biógrafo. Trata-se, conforme Maingueneau (2001), de uma tentativa de criação de um simulacro, de encenar uma enunciação anterior.

Em relação à instância de recepção, o EUC, por meio de seu EUE, projeta um sujeito destinatário ideal, TUD, para aquela situação de comunicação. Nas biografias, trata-se de um leitor modelo, a representação de alguém interessado na vida do personagem biografado, naquele contexto histórico ou ainda na obra do biógrafo-autor. É em função dessa projeção que o EUE mobilizará os procedimentos discursivos para narrar a história em questão. A projeção desse leitor idealizado está muitas vezes materializada na escrita do narrador, como no caso abaixo:

Já no final da adolescência, e totalmente apaixonado pela flauta transversa, teria aulas com o maestro Henrique Alves Mesquita, o 'professor dos chorões' do século XIX. Henrique, a quem nossa historiografia ainda precisa fazer justiça devido a sua importância no meio cultural carioca, virou referência para o quarteto inaugural da música popular instrumental no Rio: Callado, Anacleto de Medeiros, Chiquinha Gonzaga e Ernesto Nazaré. *Só para o leitor avaliar o papel de Henrique na segunda metade do século XIX*, foi em sua casa que Chiquinha Gonzaga se inspirou, compôs e tocou sua primeira melodia de sucesso, a polca 'Atraente'; foi com ele que Anacleto teve aula no Conservatório de Música e se apresentou publicamente nos teatros do Rio; foi com ele ainda que Callado aprendeu regência e composição (Diniz, 2008, p. 18, grifos nossos).

O fragmento acima compõe a biografia *Joaquim Callado: o pai do Choro*, escrita pelo historiador André Diniz (Diniz, 2008). No trecho em questão, o narrador revela que o flautista biografado foi aluno de um importante músico da época, ainda pouco conhecido na atualidade. Por pressupor essa falta de reertório de seu TUD, o narrador oferece informações para que o leitor possa atribuir ao referido músico a sua importância. O trecho em destaque materializa na narrativa essa imagem virtual que EUC e EUE têm de seu leitor em potencial.

Por fim, o TUI será o parceiro do EUC, isto é, um ser social de identidade empírica; trata-se de um leitor real da biografia. Sua identidade social dependerá de quem for assumir essa função em momentos variados, podendo coincidir ou não com a imagem projetada para o TUD.

Finalidade do ato de linguagem

O objetivo de um ato de linguagem é apresentado por Charaudeau (2004) como uma visada predominante. De acordo com o autor, as principais visadas são: prescrição, solicitação, incitação, informação, instrução e demonstração. Contudo, ainda que Charaudeau (2004) tenha listado apenas seis visadas, devemos crer na existência de outras, assim como no imbricamento de várias delas em um mesmo ato de linguagem.

No caso das biografias, podemos dizer que, de modo geral, essa situação de comunicação é marcada predominantemente por uma visada de informação. O biógrafo está em posição de legitimidade para a transmissão daquele saber (vida do personagem biografado): ele pesquisou, apurou informações, fez entrevistas etc. O leitor da obra encontra-se numa posição de “dever-saber” ou, no mínimo, de “querer-saber” sobre a vida daquele personagem. Por vezes, a visada de informação encontra-se vinculada ao discurso científico, como no caso das biografias resultantes de teses de doutorado e dissertações de mestrado.

Embora a visada de informação seja a finalidade maior de uma biografia, podemos encontrar outras visadas. Um exemplo seria a de demonstração. Muitos biógrafos, a fim de garantir um pacto de referencialidade, oferecem elementos discursivos capazes de demonstrar o caminho por eles percorrido para conseguir as informações trazidas na biografia, bem como para provar sua autenticidade. Na apresentação de sua biografia sobre Olga, Fernando Morais relata:

De volta ao Brasil, retomei as entrevistas, revi datas e dados com Luís Carlos Prestes e com outros entrevistados e continuei à cata de sobreviventes de 1935 que pudessem dar depoimentos ou, pelo menos ajudar-me a conferir as informações de que dispunha (Morais, 1994, p. 12).

Nesse trecho, podemos perceber que o biógrafo procura demonstrar como se deu o seu *fazer biográfico*, contribuindo assim para que o leitor possa julgá-lo como legítimo e suas informações sobre a personagem como verdadeiras.

O propósito da troca comunicativa

O propósito de um ato de linguagem é o tema sobre o qual se fala. Charaudeau (2006, p. 94) esclarece que se trata do “universo de discurso”, com o qual se compreende o procedimento de tematização dos acontecimentos do mundo referencial em objetos de sentido da troca comunicativa.

No caso das biografias, o propósito pode ser identificado como a vida de um determinado personagem. Toda a organização discursiva está estruturada para tematizar os principais episódios da vida de alguém. Os fatos estabelecidos no mundo referencial serão significados pelo biógrafo a fim de comporem a narrativa biográfica por ele construída. Podem ainda fazer parte do propósito de uma biografia a transmissão de informações acerca de um determinado contexto histórico e social.

Em relação aos universos de discurso mobilizados, eles irão variar conforme o tipo de personagem biografado, bem como em relação ao quadro referencial do biógrafo. No caso da biografia *Condessa de Barral: a paixão do imperador*, é possível perceber a adoção de universos temáticos diferenciados para retratar a vida da personagem. Como exemplo das temáticas abordadas, podemos citar as festas dos escravos, os salões parisienses, as ocupações das mulheres do século XIX etc. Todos esses temas são mobilizados a fim de destacar algum momento da vida de Luísa (as festas dos escravos se relacionam com a infância dela; os salões parisienses, com sua juventude; as ocupações femininas referem-se já à sua maturidade etc.) e demonstrar como tais acontecimentos contribuíram para moldar a personalidade de Luísa, a condessa de Barral.

Desse modo, podemos dizer que a identificação do propósito de uma troca comunicativa, ou seja, a observação dos principais temas e universos discursivos mobilizados em um ato de linguagem, serve como pistas para a construção das imagens que o biógrafo procura projetar.

Dispositivo de encenação do ato de linguagem

Segundo Charaudeau (2006, p. 104), o dispositivo compreende o “ambiente, o quadro, o suporte físico da mensagem” e contribui para o sentido desta. A identificação do dispositivo permite a observação das circunstâncias materiais nas quais um ato de linguagem se desenvolve. No caso das biografias tradicionais, estamos diante de uma situação de comunicação monolocutiva, isto é, a situação de comunicação (enunciação da biografia) não comporta a resposta do interlocutor no mesmo momento. O canal de transmissão é gráfico, disposto no suporte livro.

Todavia, a encenação discursiva pode variar ainda que o suporte e/ou o canal sejam os mesmos. Numa biografia clássica, temos a estruturação em capítulos, entremeados por imagens referentes ao biografado e ao seu universo de referência. Um exemplo é a biografia *Mauá: o empresário do império*; nela, estão estruturados capítulos temático-cronológicos, que visam a representar a vida do Barão de Mauá por meio de imagens dele e de sua família, da cidade do Rio de Janeiro e de situações e costumes da época representada. Outras biografias encenam a vida de seus personagens de maneira diferenciada, com o mesmo canal e com um suporte parecido: os gibis. É o caso das biografias em quadrinhos, nas quais a vida do personagem é apresentada em uma narrativa também sequencial, mas por meio das convenções quadrinhográficas. Um exemplo é a biografia de Anita Garibaldi, do quadrinista Custódio.

Em termos de sua circulação, as biografias tendem a ser comercializadas e distribuídas nos moldes convencionais: livrarias, lojas físicas e virtuais, editoras. Em relação aos contratos autorais, Vilas Boas (2002) afirma que elas podem ser autorizadas, independentes ou não autorizadas, encomendadas ou ditadas.

As atividades languageiras como forma de organização do discurso biográfico

Este componente visa à identificação da estruturação languageira recorrente em textos pertencentes a um mesmo gênero. No caso, deve ser observada especificamente a organização discursiva (em função dos modos de organização do discurso), bem como as categorias de língua mais presentes na situação de comunicação.

Por se configurarem em uma narrativa de vida, é notório que o modo de organização predominante nas biografias seja o narrativo⁵⁷. O projeto de fala – no caso, de escrita – de um biógrafo consiste na revelação de uma sucessão de acontecimentos em relação à vida de alguém. Esses acontecimentos são relatados e identificados em seu tempo e espaço a partir das relações existentes e/ou estabelecidas entre eles. Também no que se refere à organização narrativa de uma biografia, é possível que o biógrafo apresente outros personagens que de alguma maneira se ligam ao personagem biografado. Por vezes, os personagens não são apenas apresentados, mas a eles também são atribuídos papéis actanciais na encenação da vida do biografado.

Além da narrativa biográfica propriamente dita, é comum em muitas biografias a utilização do modo de organização narrativo como estruturador da organização discursiva de determinados paratextos, como os prefácios e apresentações. Esses espaços muitas vezes revelam as etapas do próprio fazer-biográfico e neles o biógrafo-narrador conta como foi o processo de investigação e de escrita: ele revela as principais ações, a sequência de atividades de seu trabalho, as motivações que o levaram a determinadas escolhas etc.

No que concerne aos modos de organização do discurso, encontramos também de maneira efetiva nas biografias o agendamento do modo de organização descritivo. Intercalados aos procedimentos de narração, podemos observar a utilização dos procedimentos descritivos como nomeação, localização e qualificação a fim de garantirem mais detalhes aos acontecimentos narrados.

Na biografia *Mauá: empresário do império*, temos: “Rio de Janeiro, segunda-feira, 7 de janeiro de 1861, quatro horas da tarde. Irineu Evangelista de Sousa, barão de Mauá, voltou para casa depois do primeiro dia de trabalho da semana e submeteu-se ao assalto rotineiro” (Caldeira, 1995, p. 11). O trecho em questão nos permite perceber que, mais do que contar uma situação vivenciada pelo barão, o biógrafo-narrador procurou oferecer detalhes daquela situação: a localização precisa da ocorrência do fato, a nomeação do personagem (com a apresentação do nome próprio) e a sua qualificação objetiva por meio da identificação de seu estatuto social, barão.

Quanto às categorias de língua, é possível notar uma recorrência daquelas destinadas a concretizar os procedimentos de narração e descrição. Em relação aos procedimentos de narração, pode-se perceber o emprego de verbos no passado, uma

57 - Charaudeau (2008) apresenta quatro modos de organização do discurso: enunciativo, narrativo, descritivo e argumentativo.

vez que, na maioria das biografias, o biógrafo procurar trazer à tona uma história já vivida. Além disso, é comum a demarcação temporal precisa, a partir do uso de advérbios de tempo e de lugar, de locuções adverbiais com a mesma função e a presença de conjunções ou locuções conjuntivas para garantir o ordenamento causal das ações relatadas.

No que se refere às categorias de língua que evidenciam os procedimentos descritivos, o grande destaque deve ser feito ao uso de adjetivos para a caracterização dos personagens e de situações por eles vivenciadas. Percebe-se o uso frequente de substantivos e/ou adjetivos que representam o tempo e o espaço no qual a ação se desenvolve, com vistas a melhor localizar e situar tais espaços. Para uma apresentação mais concreta das informações aqui dispostas, vejamos o exemplo a seguir:

Na terça-feira, 22 de fevereiro, pela manhã, apesar dos rumores, Luís Felipe achou que Paris estava tranqüila. Errou. Pois, na mesma manhã, manifestantes barbados, com gravatas esvoaçantes e bandeiras tricolores se reuniram na praça de la Concorde. Arrancaram os paralelepípedos e queimaram cadeiras ao longo da Champs-Élysées. Ainda assim, o rei foi dormir confiante (Del Priore, 2008, p. 124).

O fragmento acima é referente à biografia *Condessa de Barral: a paixão do imperador* e remonta a um episódio histórico vivenciado por Luísa quando morava em Paris. Nesse trecho podemos perceber várias categorias e construções de língua predominantemente utilizadas em textos de estruturação narrativa, que se valem também de procedimentos descritivos. A indicação precisa do tempo (manhã do dia 22 de fevereiro) e do espaço (praça de la Concorde, em Paris) servem para situar o leitor no tempo e espaço das ações acontecidas. As conjunções apesar e pois e a locução conjuntiva ainda assim estabelecem as marcações relacionais entre os eventos narrados. E, ainda, a qualificação dos manifestantes – barbados, com gravatas esvoaçantes e bandeiras tricolores – contribui para uma maior caracterização dos personagens envolvidos nessa encenação discursiva.

Em síntese, é possível dizer que as atividades linguageiras mais presentes na estruturação discursiva das biografias são aquelas provenientes dos modos de organização do discurso narrativo e descritivo. Toda a estruturação discursiva será procedida com fins de apresentar um personagem em suas nuances variadas e contar os principais eventos de sua vida.

Dados paradiscursivos

Dados paradiscursivos são as informações acessórias que nos auxiliam no reconhecimento de um texto como pertencente a determinado gênero. Como dados paradiscursivos principais para a identificação de um gênero, destacamos as características quanto à forma, aos paratextos e aos elementos iconográficos.

Características quanto à forma

A primeira observação que gostaríamos de fazer a respeito da forma trata das divisões da narrativa. Pode-se dizer que as biografias tendem a apresentar uma divisão padrão, em virtude de seu dispositivo livro e do código verbal gráfico empregado. No geral, a narrativa é dividida em seções e capítulos e é intercalada por fotografias e demais imagens acerca do personagem e do universo temático a ele relacionado. As seções costumam ser as seguintes: dedicatória, apresentação ou prefácio, sumário, capítulos (que narram a vida dos personagens), agradecimentos, referências e notas. Por vezes, encontramos ainda a presença de prólogos, epílogos e seções extras, que podem trazer listas ou cronologias referentes ao personagem e/ou sobre a atividade por ele exercida. A maioria dessas seções corresponde aos paratextos, que serão tratados no próximo tópico.

De maneira geral, a divisão de capítulos em uma biografia pode obedecer aos seguintes critérios: cronológico, temático ou temático-cronológico. Aquelas que tendem a seguir uma maior padronização parecem optar mais por uma estruturação cronológica, com os capítulos organizados de maneira a compreender um determinado período da vida dos personagens. Contudo, esse tipo de ordenamento tende a comprometer o trabalho do biógrafo no sentido da caracterização do personagem e da construção de sua imagem. Isso porque o biógrafo se vê obrigado a relatar todos os acontecimentos referentes àquele período no espaço demarcado e sabemos que alguns episódios da vida de um personagem, sobretudo aqueles que envolvem ou subsidiam a constituição de caráter e personalidade, transcendem as demarcações temporais.

A divisão dos capítulos segundo critérios temáticos parece ser uma alternativa para escapar desses reducionismos e se vinculam às proposições de Pena (2004) quanto aos fractais biográficos. Para o autor, a teoria dos fractais pode ser útil para a compreensão da auto-organização de uma vida em narrativas, quando entendemos a vida como uma estrutura complexa. Os eventos marcantes, os acontecimentos e a própria identidade daquele que se pretende revelar torna-se um fractal, uma parte independente, mas similar dessa própria vida. Na construção narrativa, serão escolhidos os fractais mais representativos e serão construídas as relações entre eles.

Contudo, a pouca recorrência de biografias com essa estruturação pode ser fruto da dificuldade de estabelecimento de temas aglutinadores dos episódios principais da vida do personagem, bem como do medo de fuga ao ordenamento padrão das biografias clássicas, baseadas nas relações cronológicas. Esse tipo de ordenamento aparece, por exemplo, na biografia *Joaquim da Silva, um empresário ilustrado do império*. Nela, o historiador Francisco Salles Gaudêncio escolheu alguns motes estruturadores: uma discussão teórica, um resgate do personagem, um capítulo sobre a cidade e outro sobre costumes e características da época.

Uma alternativa quanto ao ordenamento dos capítulos parece ser, pois, a adoção de um modelo que conjugue os dois critérios – ordenamento cronológico e temático. Nas biografias que adotam essa estruturação, o biógrafo procura identificar o eixo central

representativo dos principais episódios da vida de um personagem, num determinado período. As relações cronológicas causais são indicadas principalmente em função da mudança das temáticas abordadas. Esse tipo de estruturação foi percebido apenas na biografia *Condessa de Barral: a paixão do imperador*. Cada capítulo traz como título o tema principal a ser abordado – *O nascimento da camaleoa*; *Os mais belos olhos do mundo*; *A rival* –, mas não fica restrito a ele. Não podemos dizer que não há nenhuma baliza cronológica – ela existe sim e é materializada, por exemplo, pelo fato de o primeiro capítulo tratar do nascimento da personagem principal e do último tratar de sua morte. Todavia, o capítulo 1 é precedido por um prólogo que aborda informações de mais variadas épocas, assim como o último capítulo é sucedido por epílogo que sintetiza as características principais das personagens Luísa e Pedro e de suas vidas. Ademais, internamente, a linearidade temporal serve como guia, mas nem sempre é seguida à risca: dentro de um mesmo capítulo há relatos não lineares de episódios.

Em termos de extensão, o número e o tamanho dos capítulos irão variar conforme o volume informacional que os biógrafos possuem. Há também uma relação entre essa extensão e o tipo de ordenamento escolhido. As biografias de estruturação cronológica tendem a ser substancialmente maiores do que as biografias de demais estruturação. Quanto mais informações o biógrafo dispor sobre seu personagem, maior será a extensão de sua narrativa e, por conseguinte, maior será a divisão de capítulos.

Paratextos

Consideramos que os paratextos sejam elementos relevantes na determinação do pertencimento de um texto a um determinado gênero, uma vez que por meio deles é possível encontrarmos pistas do contrato de comunicação estabelecido entre o produtor e o receptor do discurso. Conforme pontua Genette (2009), os elementos constitutivos do paratexto são:

Titulo, subtítulos, intertítulos; prefácios, preâmbulos, apresentação, etc.; notas marginais, de rodapé, de fim; epígrafes; ilustrações; dedicatórias, tira, jaqueta [cobertura], e vários outros tipos de sinais acessórios, [...], que propiciam ao texto um encontro (variável) e às vezes um comentário, oficial ou oficioso, do qual o leitor mais purista e o menos inclinado à erudição externa nem sempre pode dispor tão facilmente quanto ele gostaria e pretende (Genette, 1982, p. 10, tradução nossa).

A fim de proporcionar uma melhor compreensão dos paratextos, Genette (2009) propõe uma divisão em peritextos e epitextos. Os primeiros são as modalidades paratextuais que se encontram na própria obra, isto é, estão localizados em uma zona fronteira ao texto a que se referem, como o nome do autor, os títulos e intertítulos e as demais informações daí provenientes, a exemplo das indicações de coleção, capa, ilustração etc. De acordo com Genette (2009, p. 21), o peritexto editorial é “toda a zona do peritexto que se encontra sob a responsabilidade direta e principal (mas não exclusiva) do editor, ou talvez, de maneira mais abstrata, porém com maior

exatidão, da edição”. Já os epitextos estão situados fora da obra, ainda que estejam no entorno do texto, gerando assim uma descontinuidade. Exemplos de epitextos são as entrevistas do autor, resenhas etc.

Nesse sentido, é possível dizer que o paratexto funciona como a porta de entrada de uma obra, estabelecendo um elo entre um dentro e um fora, acarretando, por consequência, estranhamentos e descobertas. A força discursiva do paratexto está na possibilidade de ele indicar uma simples informação, uma intenção ou mesmo uma interpretação. As diversas inscrições textuais, tais como o nome do autor, o título da obra, a capa, a contracapa e as diferentes seções complementares aos capítulos de uma biografia, auxiliam no processo de identificação de uma narrativa como pertencente a esse gênero. Decerto podemos encontrar outras seções, como sumário, cronologia, índice onomástico, entre outros. Porém, estas aparecerão de acordo com o projeto de escrita do biógrafo e da editora.

O nome do autor, figurado na capa e na lombada de uma biografia, constitui-se em um paratexto que pode indicar pistas para a identificação daquela obra como pertencente ao gênero em questão. A presença, por exemplo, dos nomes de *Fernando Morais* e *Ruy Castro* em suas referidas obras já predispõe o leitor a acreditar que aquela narrativa é uma biografia, pois esses autores são reconhecidos no cenário editorial brasileiro como biógrafos. É claro que eles poderiam e podem escrever produções pertencentes a outros gêneros, mas, ao nos depararmos com seus nomes, mobilizamos nossa memória discursiva, que resgata informações disponíveis arcajouço cultural social (outros livros que eles já escreveram, prêmios que já ganharam etc.) e nos indica ser possível estarmos diante de uma biografia.

Algumas vezes, entretanto, a presença do nome do biógrafo não é suficiente para a indicação do gênero. Isso acontece sobretudo quando o biógrafo em questão é desconhecido. Esse parece ser o caso da biografia *Joaquim da Silva: um empresário ilustrado do império*. Salvaguardado um contexto muito específico – o universo paraibano ou o contexto acadêmico do qual aquela biografia é fruto –, somos levados a crer que a maioria dos leitores não reconheceria a obra como biografia a partir da indicação do nome do autor: Francisco Salles Gaudêncio.

Capa e contracapa são formadas por uma junção de elementos que também auxiliam no processo de reconhecimento do gênero. No caso das biografias, as capas são compostas por elementos verbais e icônicos: os primeiros, são constituídos pelo nome do autor, título da obra e, na maioria das vezes, por uma espécie de resumo ou de apresentação da narrativa e/ou do autor na contracapa, escrita por uma instância editorial ou por outra instância dotada de autoridade e legitimidade para apresentar e recomendar obra e autor. Já os segundos referem-se às imagens que ali são dispostas, como fotografias do personagem e a logomarca da editora.

A orelha de um livro é um desdobramento de sua capa e contracapa, composta geralmente por dois blocos textuais: um que apresenta uma espécie de sinopse do livro e outro que se configura como uma mininota biográfica sobre o autor da obra. Ainda,

pode figurar na orelha uma fotografia do autor da obra em questão. Acreditamos que a principal função discursiva da orelha nas biografias seja auxiliar na construção da imagem do biógrafo. No caso de um biógrafo já reconhecido, elas ajudam na confirmação ou modificação de imagens circulantes na sociedade a respeito desse biógrafo. Já em relação a biógrafos desconhecidos, tais informações servem como balizas para projeção de imagens dos referidos autores, imagens essas que podem ser confirmadas ou não por outros indícios fornecidos no interior da narrativa e em outros paratextos. A orelha também cumpre a função de despertar a atenção do leitor para determinados aspectos da obra ou da vida do personagem.

As seções com funções prefaciais e/ou introdutórias podem ser escritas pelo próprio biógrafo ou por alguma pessoa convidada que, no caso, deverá ser dotada de autoridade e legitimidade para apresentar a obra e seu autor. Quando escrito pelo próprio biógrafo, esse paratexto costuma desempenhar algumas das funções descritas a seguir:

- Enumerar as etapas do trabalho biográfico: o autor apresenta as principais atividades realizadas e o encadeamento entre elas por meio de construções e expressões como *logo que iniciei a investigação, minha primeira e óbvia investida, o passo seguinte* etc.;
- Apresentar as principais dificuldades vivenciadas no processo: ao expor as dificuldades, o biógrafo se isenta de possíveis esquecimentos e negligências quanto a informações não abordadas;
- Indicar as influências do seu campo de ancoragem: durante a apresentação, o autor procura deixar claro o seu lugar de fala, a sua ancoragem de referência;
- Reconhecer as fontes, entrevistados e demais auxiliares do trabalho: a enumeração das pessoas entrevistadas e das fontes serve para reforçar a qualidade do trabalho do biógrafo, demonstrando que ele investigou em profundidade os fatos revelados.
- Desse modo, é possível compreender que o prefácio ou os textos introdutórios com funções prefaciais acabam por fornecer pistas a respeito do trabalho desenvolvido pelo biógrafo, ou seja, das nuances de seu *fazer biográfico*. Assim, tornam-se dados de suma importância para, além da construção da imagem do biógrafo e do campo no qual ele se ancora, a constituição da credibilidade e do estatuto de verdade da narrativa.

Seções textuais que também costumam se fazer presentes nas biografias são a dedicatória e os agradecimentos. Embora algumas vezes tais paratextos sejam pouco informativos e elucidativos, como componentes reveladores de pistas para o reconhecimento do gênero biográfico, eles também são capazes de desvelar as fontes às quais o biógrafo recorreu para a reconstituição da vida de um personagem. O espaço serve, substancialmente, para demarcar a presença do autor na obra.

Como paratexto final, as biografias costumam apresentar uma seção de referências bibliográficas. Por se tratar de uma produção discursiva na qual a instância produtora deve recorrer a outras fontes a fim de construir o seu discurso, faz-se necessária a existência de uma indicação referencial, isto é, da procedência das informações obtidas e utilizadas na composição da biografia. Essas informações podem vir em seção específica, separada, ou no interior da própria narrativa. A existência desse paratexto contribui para a tentativa de construção de credibilidade e de verdade da narrativa apresentada.

Elementos iconográficos

Para completar a indicação dos elementos considerados por nós como dados de apoio na identificação de um determinado gênero do discurso, passaremos a falar dos dados iconográficos. Por meio de nossa leitura e análise de diversas biografias, acreditamos ser possível a observação de alguns elementos iconográficos como recorrentes na composição das narrativas biográficas.

Especificamente, destacamos a existência de imagens e fotografias representativas do personagem, bem como das temáticas ou contextos a ele relacionados. Podemos identificar imagens de discos e partituras musicais, no caso de personagens músicos, de correspondências, diários e documentos oficiais, no caso de personagens políticos e empresariais, entre outros exemplos.

A função de tais componentes parece ser a de ilustração de um determinado episódio, de comprovação das informações reveladas na narrativa ou ainda de contextualização de determinada época, com os quais o biógrafo almeja reforçar o estatuto de verdade de sua obra, auxiliando assim na construção da credibilidade desta e de seu trabalho. Os recursos iconográficos contribuem também para a captação dos leitores, uma vez que trazem informações novas e imprimem um valor estético ao projeto editorial da biografia.

Algumas palavras à guisa de conclusão

Tentamos, neste capítulo, indicar algumas características capazes de representar a biografia como um gênero, a partir da identificação dos componentes do contrato comunicacional (Charaudeau, 2008), das atividades languageiras, bem como da existência de alguns dados paratextuais. De modo geral, trata-se de um gênero de estatuto factual, que tem como objetivo informar, relatar a vida de um personagem para leitores que nele têm interesse ou ainda revelar a vida de um personagem desconhecido pela sociedade. Em termos de organização discursiva, o gênero se organiza predominantemente pelos modos narrativo e descritivo. Por ser um gênero de estatuto factual, percebe-se um comprometimento com a referencialidade do universo narrado. Nesse sentido, é possível encontrarmos uma série de procedimentos discursivos evidenciadores de um fazer estratégico, que visa à conquista da legitimidade e da credibilidade da biografia. Documentos, fotografias, citações de especialistas, depoimentos de fontes próximas ao personagem são utilizados como provas de verdade, implicando na construção de efeitos de real na narrativa biográfica.

As possibilidades de investigação do gênero são inúmeras e consideramos ser extremamente necessária a continuidade de pesquisas nessa temática a fim de compreender os novos rumos da produção biográfica na contemporaneidade. Acreditamos que as biografias têm migrado de maneira incisiva para outros suportes midiáticos, como minisséries, filmes, e para as redes sociais, constituindo o que Arfuch (2010) denomina espaço biográfico. Essas migrações e reformulações podem também ser entendidas como o espaço de manobras (Charaudeau, 2008) que a instância de produção possui para diferenciar seu ato de linguagem. São justamente essas manobras e estratégias que permitirão as modificações no próprio gênero e sua reinvenção em outros espaços e contextos.

Referências

- ABREU-AOKI, R. L. *A construção narrativo-argumentativa da imagem de um presidente na biografia Getúlio Vargas para crianças*. 2012. Dissertação (Mestrado em Linguística do Texto e do Discurso) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- ARFUCH, L. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.
- BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- CALDEIRA, J. *Mauá: o empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CHARAUDEAU, P. Ce que communiquer veut dire. *Revue des Sciences Humaines*, [s. l.], n. 51, p. 20-23, 1995.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHARAUDEAU, P. *Linguagem e Discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.
- CHARAUDEAU, P. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. de. (org.). *Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004. p. 13-41.
- DEL PRIORE, M. *Condessa de Barral: a paixão do imperador*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- DINIZ, A. *Joaquim Callado: o pai do choro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.
- GAUDÊNCIO, Francisco Salles. *Joaquim da Silva: um empresário ilustrado do império*. São Paulo: EDUSC, 2007.
- GENETTE, G. *Palimpsestes: La littérature au second degré*. Paris: Seuil, 1982.
- GENETTE, G. *Paratextos Editoriais*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.
- LEJEUNE, P. *O pacto autobiográfico*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- MAINGUENEAU, D. *O contexto da obra literária: enunciação, escritor e sociedade*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MORAIS, F. *Olga*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

PENA, F. *Teoria da Biografia sem fim*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

PROCÓPIO, M. R. Caracterização do universo das narrativas biográficas sob uma perspectiva discursiva. In: MACHADO, I. L.; MELO, M. S. de S. (org.). *Estudos sobre narrativas em diferentes materialidades discursivas na visão da Análise do Discurso*. 1. ed. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2016. p. 299-325.

PROCÓPIO-XAVIER, M. R. *A configuração discursiva de biografias a partir de algumas balizas de História e Jornalismo*. 2012. Tese (Doutorado em Linguística do Texto e do Discurso) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

VILAS BOAS, S. *Biografias e biógrafos: jornalismo sobre personagens*. São Paulo: Summus, 2002.

Imaginários sociodiscursivos construídos sobre as secretárias em *Mad Men*: um estudo das personagens Joan Holloway e Peggy Olson

Ana Carolina Gonçalves REIS⁵⁸ |

O presente trabalho trata-se de um recorte de nossa tese de doutorado (Reis, 2020), que teve como objetivo central analisar os imaginários sociodiscursivos (Charaudeau, 2007) em torno da profissão secretarial na série televisiva *Mad Men*.

Nos últimos doze anos, temos desenvolvido diversos estudos de cunho acadêmico-científico no intento de compreender as conformações sociodiscursivas a respeito do secretariado, por meio dos quais pudemos lançar luz sobre a complexidade das representações partilhadas em torno desse ofício.

Assim, se, por um lado, tal profissão é caracterizada com base nas crenças, nos valores e nas ideologias do mercado corporativo (contemporâneo) em que se insere, por outro, é representada – continuamente – por concepções historicamente cristalizadas sobre a ocupação.

No intuito de darmos continuidade às nossas reflexões, propomo-nos investigar duas personagens secretárias de *Mad Men*, produção estadunidense do ano de 2007, ambientada na década de 1960. As atividades dessas profissionais são realizadas, a princípio, na fictícia agência norte-americana Sterling Cooper, onde trabalham, então, Peggy Olson, secretária recém-contratada do diretor de criação Donald (Don) Draper, e Joan Holloway, que atua como gerente do escritório.

Partimos na investigação da tese de que o cerne das representações estereotipadas sobre o secretariado reside no fato de termos uma profissão categorizada, segundo Perrot (2007), como feminina. Dito de outra forma, os imaginários sociodiscursivos acerca dessa ocupação são permeados pelos próprios imaginários cristalizados em torno da figura feminina em nossa sociedade.

Considerando essa pressuposição, levantamos como uma das hipóteses a de que, no caso da série objeto de nossa investigação, os imaginários concernentes ao secretariado estariam diretamente relacionados às roupas, aos gestos, aos modos de falar e aos modos de se comportar das profissionais retratadas no espaço sociocorporativo, o que sobredeterminaria as representações das personagens investigadas.

58 - Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Docente do Departamento de Letras, nos cursos de graduação em Secretariado Executivo Trilíngue e Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras (Linha de Pesquisa 3: Estudos Discursivos) na Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: carolinareis@ufv.br

Nesse sentido, traçamos como metodologia para a pesquisa empreendida o mapeamento e subsequente análise das diferentes unidades semióticas que compõem os atos de linguagem (Charaudeau, 2009) em *Mad Men*, ou, nas palavras de Kerbrat-Orecchioni (1996), dos seus elementos não verbais, verbais e paraverbais.

Para tanto, procedemos à triagem de *frames* das cenas, isto é, à seleção de imagens fixas capturadas do produto audiovisual, seguida dos diálogos estabelecidos em dada situação comunicativa, com base em eixos temáticos predefinidos. Lançamos mão da grade de análise verbo-icônica proposta por Mendes (2013) e dos critérios de transcrição de falas sugeridos por Lima (2001), com a finalidade de levantar dados que, tomados sob uma perspectiva semiolinguístico-discursiva, nos conduziram à compreensão da configuração dos imaginários concernentes às personagens secretárias da série.

Fundamentação Teórica

Breve percurso sobre a história e as representações das mulheres no trabalho secretarial

Nosso intento nesta seção é de forma bastante resumida mostrar a configuração e as representações da profissão secretarial decorrentes da inserção das mulheres no desempenho da função. Em nosso entender, essa compreensão se faz necessária na medida em que os imaginários têm um caráter histórico: eles se sedimentam por meio de discursos e práticas que se perpetuam ao longo do tempo em dado espaço social.

Convém esclarecermos que, ao contrário do que comumente se pensa, o ofício de secretariar surgiu, historicamente, com os homens. Para Perrot (2007), evidencia-se o exercício da profissão de secretariado pela mulher a partir do século XIX no setor terciário, que é o setor da economia concernente à prestação de serviços. A atividade era uma das socialmente consideradas “boas para uma mulher” (Perrot, 2007, p. 124), ao lado das de vendedora, enfermeira e professora primária.

Até o século XIX, como eram os homens que atuavam como secretários, determinadas representações valorativas eram associadas à profissão. Contudo, com a admissão das mulheres para o cargo e consequente migração masculina para outros setores (buscando reestabelecer seus lugares em espaços exclusivos), diferentes aspectos passam a ser atrelados à atividade:

A feminização dos serviços de escritório pode ser considerada como um dos casos mais antigos de feminização profissional, a ponto de cristalizar nas atividades de escritório as imagens mais estereotipadas do trabalho feminino (Schvinger; Prado; Castro, 1985, p. 86).

É dessa forma que as representações corporativas em torno da profissão passam a ser permeadas pelas caracterizações concernentes ao feminino na esfera social: atributos como boa aparência, dedicação, solicitude e simpatia, por exemplo, considerados como característicos das mulheres, vêm a ser demandados para o trabalho.

A pesquisadora Fonseca⁵⁹ (2016, p. 41) discorre sobre a “‘feminização’ de várias áreas do mundo do trabalho e sua subsequente desvalorização social e salarial”, fato que evidenciamos particularmente no secretariado: as atividades realizadas, antes vistas como mais elaboradas, passaram a ser associadas a tarefas domésticas – por exemplo, servir o café –, representadas como pouco complexas e não muito produtivas – anotação de recados e atendimento telefônico – e correlacionadas a afazeres de pequeno impacto nas atividades-fim das empresas – agendamentos e datilografia (digitação) de documentos.

Nesse mesmo viés, na concepção de Schvinger, Prado e Castro (1985), a sociedade patriarcal apresenta à mulher opções profissionais que corroboram os papéis de mãe e esposa, replicando a subordinação na própria família. O desnível salarial em relação aos homens (as mulheres chegavam a receber 1/3 do que era pago a eles pelo mesmo trabalho) acarretara, entre outras consequências, uma depreciação da mão de obra feminina e consequente desprestígio profissional.

Assim sendo, segundo Cavalcante (2010, p. 29), faz-se necessário compreender os atravessamentos das representações femininas nas mais diversas construções sociodiscursivas em torno do secretariado. Para exemplificar tais representações, a autora cita as figuras da secretária como “esposa do escritório”, “amante do chefe” e “secretária sexy”. Especificamente sobre esta última, a pesquisadora esclarece que a temática gênero e sexualidade perpassa todas as relações de poder no contexto profissional.

Com base nesses apontamentos, é possível dizermos que as manifestações simbólicas (como a linguagem) e culturais (como uma série televisiva) materializam/instauram as representações dos fatos e fenômenos do mundo, a exemplo da percepção da profissão do secretariado.

Para finalizar a seção, é relevante pontuarmos que não podemos perder de vista que nos últimos tempos temos assistido a uma série de movimentos que vêm sendo feitos em forma de lutas por reconstruções de práticas sociodiscursivas em torno das mulheres e, também, das representações de suas profissões. Na tentativa de rompimento com os tradicionais papéis a elas atribuídos, tais movimentos buscam a referência a determinados atributos que remetem a uma (re)valorização no imaginário social.

Entretanto, a nosso ver, e em conformidade com as investigações que temos desenvolvido, aliadas a nossa experiência na área secretarial, algumas construções são tão arraigadas nas crenças coletivas que reiteradamente são concretizadas nos mais diversos discursos, motivo pelo qual constituem objeto de nosso interesse.

Aspectos semiolinguístico-discursivos

De acordo com Charaudeau (2009), em sua teoria, a Semiolinguística, toda troca linguageira é uma forma de encenação, da qual os interactantes, ou seja, os sujeitos, fazem parte. Tais sujeitos são tomados sob duas perspectivas: uma em relação ao circuito externo à fala configurada, o espaço do fazer, e uma em relação ao circuito interno da fala configurada, o espaço do dizer.

59 - Prestamos aqui nossa homenagem à pesquisadora, que foi nossa colega durante o período de Doutorado. Elaine Cristina Silva Fonseca faleceu logo após o depósito da tese, em 2021.

Dessa maneira, quatro seriam os sujeitos da linguagem para o autor: o Sujeito Comunicante, EUC, o locutor, ser psicossocial que inicia o ato linguageiro; o Sujeito Enunciador, EUE, ser de fala, situado no espaço do dizer, colocado em cena pelo EUC; o Sujeito Destinatário, TUD, o “destinatário ideal” criado pelo EUC; e o Sujeito Interpretante, o TUI, ser social que efetivamente recebe e interpreta o projeto de fala do EUC.

Os sujeitos o ato de linguagem são sobredeterminados pelo que Charaudeau (2009) define como contrato de comunicação: trata-se de um acordo sobre as regras sociolinguageiras, sobre as condições dadas para que se realize a troca comunicativa. O contrato, assim, constitui um espaço de restrições; espaço, contudo, que também abre possibilidade para a operação das estratégias que viabilizam ao locutor colocar em cena seus propósitos comunicativos. É no conjunto de restrições e de estratégias numa dada troca que o semiolinguista entende se dar a produção/caracterização do gênero discursivo.

Para Charaudeau (2004), a noção de gênero discursivo abarca, pois, as determinações situacionais do contrato de comunicação, articuladas à organização da matéria linguageira e às características das formas textuais, sejam tais formas verbais, icônicas ou verbo-icônicas. Tendo em vista essas ponderações, no caso de *Mad Men*, objeto de nossa investigação, caracterizamo-lo como o gênero discursivo série televisiva. Trata-se de um programa audiovisual narrativo produzido por um sujeito que compreende uma instância compósita (produtores, diretores), o qual, projetando um telespectador idealizado, coloca em cena personagens em interação. Assistida por um dado público (seu TUI), é veiculada pela televisão, podendo atualmente também ser acessada por computador e até mesmo pelo celular, em determinadas plataformas da *web*.

Na esteira de Mendes (2013), para a análise discursiva é necessário considerar o estatuto do gênero, assim como seus efeitos, uma vez que, segundo pondera a autora, tais informações direcionam os efeitos de sentido que a materialidade mobilizará. Assim sendo, na série objeto de nosso estudo, o estatuto do gênero é ficcional, o que aciona, por sua vez, um efeito de ficção, pois concerne à preponderância de uma construção do verossímil por parte dos telespectadores visados.

Ainda no que tange às séries, para Machado (2000), estas são produtos televisivos que proporcionam ao telespectador um ganho simbólico e caracterizam-se como um sintoma de uma ideologia contemporânea, em que o discurso visa a “causar a sensação de que o relato é uma janela que se abre para a realidade” (Jost, 2012, p. 43).

Organizada em forma de narrativa, a série traz uma sucessão de ações e eventos nos quais estão implicados os seres do mundo. Charaudeau (2009) explica que essa forma de organização, ou melhor, esse modo de organização do discurso não se trata apenas de uma descrição de fatos. Ao contrário, é um procedimento cujo intuito é contar algo seguindo uma dada maneira – narração, descrição – e com a finalidade de imprimir uma determinada representação do mundo. Dessa forma, mais que um narrar uma história, uma série, na perspectiva discursiva, constrói modos de ver e de pensar aspectos da sociedade ou, podemos dizer, opera uma construção significativa da realidade (Charaudeau, 2007).

Essa construção significativa da realidade é o que Charaudeau (2007) define como imaginários sociodiscursivos:

[...] um modo de apreensão do mundo que nasce na mecânica das representações sociais, que, como o dissemos, constrói a significação dos objetos do mundo, os fenômenos que aí se produzem, os seres humanos e seus comportamentos, transformando a realidade em real significante⁶⁰ (Charaudeau, 2007, p. 53, tradução nossa).

Os imaginários são, assim, formas de atribuir sentido à realidade social e, conforme Procópio (2012), relacionam-se a representações de caráter sociolinguageiro circulantes na sociedade, configurando as explicações, as conceituações, as informações, as opiniões e os valores de dada coletividade.

De acordo com Charaudeau (2007), os imaginários são alicerçados em dois tipos de saberes, concernentes à forma de se conceber a relação homem/mundo: os saberes de crença e os saberes de conhecimento. Os saberes de crença dizem respeito a modos de explicação dos fatos do mundo a partir de avaliações, apreciações e julgamentos. Isso quer dizer que as ponderações subjetivas engendram o que é tido como um saber para/por dado grupo social. Já os saberes de conhecimento caracterizam-se, segundo Morais (2014, p. 30), por uma “dessubjetivação dos atos linguageiros”, uma vez que estão relacionados ao estabelecimento de verdades sobre o mundo por meio de explicações tidas como objetivas no que tange aos fenômenos experienciados. Nesse caso, como preconiza Charaudeau (2007), é o mundo que se impõe ao homem.

Por meio, então, dos saberes de crença e de conhecimento é que os imaginários são constituídos, visando a estabelecer valores, fundamentar ações e testemunhar visões de mundo dos sujeitos ou dos grupos sociais. Eles se manifestam nos discursos socialmente veiculados, sejam estes verbais, icônicos ou verbo-icônicos: os imaginários podem ser percebidos tanto nas manifestações linguageiras como nos produtos imagéticos de uma coletividade (Mendes, 2010 *apud* Reis, 2012).

Percurso metodológico

A pesquisa por nós desenvolvida é caracterizada como de cunho qualitativo (Minayo, 2007) e descritivo-interpretativo, dado que busca responder a uma questão colocada sem quantificar recorrências, lançando mão, pois, de um aparato de análise que parte da descrição (Marconi; Lakatos, 2013) e avança para a interpretação, de modo a possibilitar a compreensão de dado aspecto da realidade social.

Conforme anteriormente explanamos, nosso *corpus* de pesquisa foi a série estadunidense *Mad Men*, um produto televisivo da AMC transmitido originalmente entre 2007 e 2015. A série, ambientada nos anos de 1960, tem sua origem no livro⁶¹ de

60 - No original: “un mode d’appréhension du monde qui naît dans la mécanique des représentations sociales, laquelle, on l’a dit, construit de la signification sur les objets du monde, les phénomènes qui s’y produisent, les êtres humains et leurs comportements, transformant la réalité en réel signifiant”.

61 - A obra é traduzida em Língua Portuguesa como *Mad Men*: Comunicados do front publicitário (Mad Men, 2024).

1970 no qual Jerry Della Femina retrata o cotidiano na famosa Madison Avenue durante a chamada “idade de ouro da propaganda”. De acordo com Jerry, o termo *mad men* – em Língua Portuguesa, “homens loucos” – faz referência a homens sagazes, bem-articulados e que buscavam o sonho americano.

No Brasil, *Mad Men* foi transmitida na televisão aberta pela TV Cultura e em canal fechado pela HBO. Hoje, de fácil e rápido acesso, pode ser assistida a qualquer momento, já que está disponível em provedor pago e em *boxes*. Cabe esclarecermos que nosso acesso à série se deu pela plataforma de *streaming* Netflix (entre os anos de 2016 e 2020, quando realizamos o estudo).

A narrativa se dá em torno de Donald Draper (Jon Hamm) – Don –, publicitário e diretor de criação, inicialmente, da agência fictícia Sterling Cooper. Tal agência contrata Peggy Olson (Elisabeth Moss) para trabalhar como secretária de Draper. Peggy é recebida e orientada pela gerente do escritório, Joan Holloway (Christina Hendricks), uma espécie de secretária sênior da empresa, e assim desenrolam-se os acontecimentos.

Cumpre-nos esclarecer que a série é bastante extensa, subdividida em 7 temporadas, em um total de 92 episódios, cada um com uma duração média de 48 minutos. Nesse sentido, foi necessário fazermos um recorte. Para este capítulo, concentramo-nos no Episódio 1 da primeira temporada (T1), pois, em nossa visão, essa seria a temporada mais representativa de toda a série. Desse episódio, selecionamos três cenas para análise: cenas 2, 3 e 4.

Chamamos de cena um recorte que abarca um *frame*, seguido da troca verbal ocorrida em dada interação entre personagens. O *frame* diz respeito à captura de uma imagem estática, isto é, de uma imagem congelada da série, de modo que uma determinada cena é composta, então, por vários *frames*.

Nosso intento foi trabalhar com as diferentes unidades semióticas que constituem os atos linguageiros em *Mad Men*, entendendo que a construção dos efeitos de sentido, no caso das séries, se dá não apenas a partir daquilo que é mostrado, ou seja, das imagens. Por isso, tomamos os conceitos de elementos não verbais, verbais e paraverbais, conforme define Kerbrat-Orecchioni (1996), como um dos aportes metodológicos para o levantamento dos dados e posterior análise.

Tais elementos são definidos pela autora como diferentes e imbricados artefatos que constituem a comunicação oral. Os elementos não verbais são aqueles referentes ao canal visual – a expressão corporal, o vestuário, entre outros –; já os elementos verbais são os relacionados às categorias da língua; e os elementos paraverbais, por sua vez, são aqueles transmitidos pelo canal auditivo – a voz.

Um aspecto interessante sobre os elementos não verbais que podemos destacar é o relacionado à vestimenta. As roupas, consideradas na perspectiva discursiva, materializam os imaginários de um dado grupo social. Brandini (2009, p. 96) enfatiza que a indumentária representa “o que prevalece no imaginário coletivo num dado momento

sócio-histórico”. Em razão, pois, de o vestuário ser carregado de significâncias e refletir as representações de determinada coletividade, será tomado, como veremos, como um componente importante na construção das representações das secretárias.

A grade de análise verbo-icônica de Mendes (2013)

Dado que é nosso intento proceder a uma análise que abarque não só os elementos verbais, como também os visuais, da série *Mad Men*, faz-se necessário lançarmos mão de alguns conceitos pertinentes para o trabalho com imagens.

Mendes (2013), que propõe o estudo do artefato icônico sob um viés de discursividade, considera que a pesquisa com imagens deve levar em conta (também) uma abordagem de seus elementos técnicos, que abrangem os elementos plásticos, os planos e ângulos, o ponto de vista, assim como a moldura da imagem.

A autora propõe um instrumental com categorias para a análise de imagens fixas. Tendo em vista que nossa pesquisa objetiva especificamente o trabalho com os *frames* das cenas (isto é, com as imagens estáticas) e com as falas dos personagens, consideramos essa metodologia adequada para o estudo.

A pesquisadora aponta como elementos plásticos a superfície (composição) da imagem, sua luminosidade e suas cores. Tais elementos dizem respeito à organização da imagem representada. Um dado que merece destaque para nossa investigação é a cor. Conforme temos evidenciado em nossas pesquisas, o significado das cores é cultural e situacional (Reis, 2012), o que quer dizer que elas podem evocar efeitos de sentido distintos dependendo do contexto cultural, da intenção/finalidade do discurso icônico e da situação de comunicação em que são utilizadas. Assim sendo, podemos dizer uma cor não apresenta apenas um significado, mas comporta potenciais efeitos de sentido, a depender das finalidades comunicativas de dada troca linguageira.

Os planos e ângulos da imagem referem-se à posição daquilo que se apresenta, orientando o olhar do telespectador. Relacionam-se à disposição dos elementos: formas de enquadrar figuras humanas, cenários e objetos instaurarão determinados efeitos de sentido, como, por exemplo, gerar uma proximidade entre o espectador e a imagem ou conferir destaque a determinado componente icônico.

Com relação ao ponto de vista, este indica “a orientação de um percurso do olhar” (Mendes, 2013, p. 142), designando uma ação real ou imaginária, uma especificação de um tema ou uma apreciação com relação a alguma questão.

Por fim, Mendes (2013) trata da moldura, que concerne ao delineamento, ao emolduramento da imagem. A moldura é, em síntese, o que separa aquilo que está na imagem do que está fora dela e, segundo explica a pesquisadora, uma importante função desse elemento é demarcar um recorte narrativo.

As categorias propostas por Mendes (2013) são organizadas em uma grade, apresentada na sequência:

Figura 1: Grade de análise de imagens

Tab. I	MACRODIMENSÃO SITUACIONAL DA IMAGEM E DO TEXTO				MACRODIMENSÃO RETÓRICO-DISCURSIVA DOS ELEMENTOS ICÔNICOS								DADOS DE APOIO PARA-IMAGÉTICOS
					ELEMENTOS TÉCNICOS DA IMAGEM FIXA				DIMENSÃO DISCURSIVA E DE EFEITOS				
	SUJEITOS DO DISCURSO [EUC, EUE, TUD, TUI]	GÊNERO & ESTATUTO FICTUAL/ FICCIONAL	EFETOS DE REAL, FICÇÃO E DE GÊNERO		ELEMENTOS PLÁSTICOS	PLANOS E ÂNGULOS	PONTOS DE VISTA	FUNÇÕES DA MOLDURA	MODO DE ORGANIZAÇÃO DESC. NAR. E ARG.	IMAGINÁRIOS SOCIO-DISCURSIVOS	ELEMENTOS ETÓTICOS (ETHOS)	EFETOS PATÉTICOS VESADOS (PATHOS)	
ESTRATO ICÔNICO													
GÊNERO													

Tab.II	MACRODIMENSÃO SITUACIONAL DA IMAGEM E DO TEXTO				MACRODIMENSÃO RETÓRICO-DISCURSIVA DOS ELEMENTOS VERBAIS								DADOS DE APOIO PARATEXTUAIS
					CATEGORIAS DE LINGUA (e organização enunciativa)				DIMENSÃO DISCURSIVA E DE EFEITOS				
	SUJEITOS DO DISCURSO [EUC, EUE, TUD, TUI]	GÊNERO & ESTATUTO FICTUAL/ FICCIONAL	EFETOS DE REAL, FICÇÃO E DE GÊNERO		ALOCUÇÃO DELOCUÇÃO E ELOCUÇÃO	MODALIZADORES E MARCADORES	OUTRAS CATEGORIAS QUE FOREM PERTINENTES PARA A ANÁLISE	MODO DE ORGANIZAÇÃO DESC. NAR. E ARG.	IMAGINÁRIOS SOCIO-DISCURSIVOS	ELEMENTOS ETÓTICOS (ETHOS)	EFETOS PATÉTICOS VESADOS (PATHOS)		
ESTRATO VERBAL													
GÊNERO													

Fonte: Mendes (2013, p. 152)

Como se pode observar, a grade de Mendes (2013) possibilita ao pesquisador inventariar os dados não verbais e verbais, além dos paraimagéticos e paratextuais. No que se refere aos verbais, para este capítulo, lançamos mão notadamente dos Modos de Organização do Discurso (MOD) narrativo e descritivo de Charaudeau (2009).

Considerando a abordagem de Kerbrat-Orecchioni (1996), é possível associarmos os dados paraimagéticos e paratextuais ao que essa autora denomina de elementos paraverbais. Para trabalhar com eles, adotamos os critérios de transcrição de enunciados sugeridos por Lima (2001), sobre o que discorreremos em seguida.

A tabela de transcrição de Lima (2001)

Para que fosse possível analisar os elementos paraverbais, optamos por lançar mão dos critérios de transcrição propostos por Lima (2001) em sua dissertação:

Tabela 1: Critérios de transcrição do corpus

SÍMBOLOS USADOS NA TRANSCRIÇÃO DO CORPUS:
Pausa curta: vírgula (,)
Pausa média: ponto final (.)
Pausa longa: ...
Trecho ininteligível: asterisco entre parênteses (*)
Fala enfatizada, volume mais forte: CAIXA ALTA
Fala normal: sem marca
Fala suavizada, fraca: grifo
Fala muito suavizada, quase sussurrando: <i>itálico</i>
Fala vagarosa, destacando bem as palavras, ritmo silábico: separação em sílabas convencional. Ex: jus-ti-ça
Prolongamento vocálico: ::
Dúvidas ou suposições: escreve-se nos parênteses o que se supõe ter ouvido
Sinais de pontuação convencionais, com as mesmas funções que são usados na escrita: interrogação (?), exclamação (!), dois pontos (:)
Comentários do analista: []

Fonte: Lima (2001, p. 17)

Convém explicarmos que, em nossa investigação, à medida que os enunciados eram proferidos pelos personagens, íamos procedendo à transcrição/tradução (a língua original da série é a Língua Inglesa). A utilização de tais critérios mostrou-se apropriada para nossa investigação por nos possibilitar um aparato metodológico para a observância dos elementos relacionados à voz, para além dos linguísticos.

Categorias elencadas para análise: os eixos temáticos

A seleção das cenas para análise levou em conta os eixos temáticos que julgamos pertinentes para a investigação proposta. A ideia de trabalharmos com tais eixos veio a partir dos estudos de Sabino (2014) e Schvinger, Prado e Castro (1985):

Quadro 1: Relação de eixos temáticos

Eixos temáticos para análise das cenas	
1.	Vestimenta/moda/aparência
3.	Relação com os chefes/colegas de trabalho
4.	Papéis sexuais
6.	Atribuições no escritório: o saber-fazer
7.	Representações da secretária Joan
8.	Representações da secretária Peggy

Fonte: Reis (2020) [Adaptado]

Ressaltamos que, para esta ocasião, procedemos a alguns ajustes no Quadro 1 originalmente apresentado em nossa tese, em função do escopo de análise.

Mapeamento e análise dos elementos verbais, paraverbais e não verbais das cenas 2, 3 e 4

Nesta seção, trazemos a análise de três cenas, 2, 3 e 4⁶². Conforme anteriormente explanamos, o que denominamos de cena é um recorte que abarca um *frame* e os enunciados proferidos em determinado espaço de tempo. Convém destacarmos que o percurso por nós seguido para a pesquisa com o *corpus* acompanhou a ordem cronológica dos episódios. Além disso, ressaltamos que, para o trabalho com as temáticas, foi necessário considerar se cada uma era ou não abordada em cena, de modo que em nem toda cena foi possível discorrermos sobre todos os eixos sugeridos.

Análise da cena 2

Na cena 2, Peggy, a nova secretária, é recebida e instruída pela gerente do escritório, Joan. Na imagem a seguir, trazemos esse momento, quando ambas andam pela empresa até chegarem à mesa em que ficará a novata:

Frame da cena 2: Joan recebe Peggy na Sterling Cooper



Fonte: *Mad Men*, 2015

Joan: “Este é o andar dos executivos. Não, ele não é organizado, porque há executivos de conta e de criação todos misturados. Não me pergunte a diferença.”

Peggy: “Ótimo.”

Joan: “Se você seguir meus conselhos, poderá evitar meus erros.”

[Nesse instante, dois dos funcionários que estavam no elevador passam por elas e um deles diz: “Olá, Joan!” Ao que ela profere: “Como esse.”]

Joan prossegue: “Quantos trens você toma?”

Peggy: “Um só, mas acordo muito cedo.”

Joan: “Em pouco tempo e com sorte você virá morar na cidade conosco. Mas se você tiver sorte mesmo você ficará no subúrbio, e não terá de trabalhar.”

62 - Em nossa tese analisamos um total de 31 cenas.

Vestimenta/moda/aparência

Nesse fragmento da série, é possível observarmos que Joan traja uma roupa mais justa que a de Peggy, um vestido na cor verde-escuro, o qual marca seus contornos corporais – há um cinto exatamente sobre sua cintura, como podemos melhor visualizar no *frame* a seguir (*frame* da cena 3). O colo aparece mais exposto, mais à mostra, e os brincos que usa, embora pequenos, são mais chamativos que os utilizados pela novata. É possível vermos ainda um broche na composição de seu vestuário. Todos esses elementos mencionados evocam um imaginário de realce, de destaque, no que diz respeito à figura da gerente. Além disso, concorrem para um determinado imaginário de feminilidade, relacionado, no caso, a uma (das) forma(s) socialmente (e historicamente) definida(s) de a mulher se vestir no sistema patriarcal ocidental.

Os cabelos estão presos em uma espécie de coque, estruturado e com volume, o que, conforme os imaginários da década, confere elegância, além de sofisticação, à mulher. Convém explicar que essa forma de prender os cabelos era comum nos anos de 1960, marcados pelo culto à beleza feminina. A atriz francesa Brigitte Bardot – mostrada na imagem a seguir –, por exemplo, tornou-se um ícone no uso de penteados como o de Joan, os quais sinalizavam o espírito revolucionário das mulheres da época e influenciaram adeptas, inicialmente, na França e na Inglaterra e, depois, em vários países, como o caso dos Estados Unidos.

Imagem 1: Atriz Brigitte Bardot



Fonte: Patrick (2015)

Ainda com relação a Joan, constata-se um leve destaque nos olhos e o batom utilizado combina com a cor dos cabelos, que são ruivos, o que corrobora para que sua imagem fique em evidência e, em conjunto com os demais fatores descritos, sinaliza a sensualidade, além de apontar para um padrão de beleza estimado naquele contexto socio-histórico.

Os elementos observados na composição da imagem de Joan nos possibilitam pensar também em uma referência às *pin-ups*, que assinalam um estilo estético de representação da mulher caracterizado pelo corpo sensual e pela aparência clássica.

De acordo com Saggese (2008), as *pin-ups* eram atrizes ou modelos que estampavam calendários, catálogos e páginas de revistas (como um trabalho temporário ou *freelance*). Esses materiais gráficos eram comumente pendurados pelos soldados estadunidenses da Segunda Guerra Mundial em seus quartos. Ainda para o autor, as *pin-ups* traziam um paradoxo de imagem provocativa e ingênua que alimentava as fantasias masculinas. A seguir, temos a imagem de Betty Grable, umas das mais conhecidas *pin-ups* da Segunda Guerra, para ilustrar o conceito que descrevemos:

Imagem 2: Pin-up Betty Grable



Fonte: Pôster de Betty Grable, 2022.

Podemos dizer que a associação da imagem de Joan à das *pin-ups* caracteriza o que se denomina de intericonicidade: para Mendes (2013), o conceito, proposto por Courtine, diz respeito a um diálogo, a uma polifonia das imagens. Haveria, nesse sentido, uma relação entre o que está sendo visto com o já visto, instaurando-se, assim, uma cultura visual, ancorada na memória visual dos sujeitos.

Podemos dizer que a composição da personagem Joan tem ancoragem nas práticas sociais da época com relação ao vestuário feminino. As roupas, um dos atributos que demarcam as propriedades associadas aos gêneros, evocavam certa feminilidade, isto é, determinadas características atreladas ao conjunto de predicados socialmente atribuídos

às mulheres, e demarcavam as distinções físicas em relação aos homens. Os terninhos, tão característicos do âmbito corporativo, por exemplo, só surgiram mais tarde, nos anos de 1980, tendo como uma de suas funções marcar uma androginia (Reis, 2012).

Como é possível repararmos no vestuário de Peggy, este é composto de uma blusa bege. Essa cor não tem destaque, inclusive, sobre a pele da secretária. Constatamos também o uso de brincos pequenos, pouco chamativos. Já seus cabelos estão presos em um rabo de cavalo, com uma franja. Evidencia-se, ainda, pouca maquiagem em seu rosto – aparentemente nota-se apenas o batom, em nuance clara.

É importante observar, porém, que, mais que caracterizar Peggy como uma mulher nos anos de 1960, o traje e os acessórios apontam algumas particularidades da personagem. Em conformidade com os imaginários circundantes na sociedade ocidental da época, a cor – sóbria – e o modelo da roupa da personagem – sem decote – indicam *a priori* tratar-se de uma pessoa discreta, atributo corroborado pelo tamanho/tipo dos brincos usados. A forma como se apresentam os cabelos, dado o uso da franja, remete a um ar juvenil – podemos dizer, até mesmo, ingênuo –, o que contrasta com a imagem, por exemplo, de uma executiva: segundo nossas representações socioculturais, esta é caracterizada como mais madura, perspicaz, sagaz, astuta.

No que se refere, logo, a Peggy, evidenciamos o aspecto comedido de sua aparência. É curioso observar que, assim como Joan, a novata tem pele branca e, conforme poderemos melhor averiguar nas cenas seguintes, não é gorda nem magra. Isso remete ao imaginário concernente às mulheres a quem eram dadas as oportunidades de trabalho profissional, notadamente, secretarial, pelas empresas da época.

Relação com chefes/colegas de trabalho

Examinando os elementos verbais nessa cena, é possível constatar um envolvimento pessoal de Joan com um de seus colegas. Quando diz para a novata que, se esta seguir seus conselhos, poderá evitar seus erros, a gerente exemplifica um dos erros com o enunciado “Como esse”, referindo-se a um dos homens que passavam por elas no corredor. Pode-se depreender, então, que não era incomum um relacionamento entre pessoas de uma mesma empresa naquele contexto, até porque Joan acabara de receber a nova secretária no escritório e já a aconselhava sobre esse aspecto, em meio a (outras) instruções de trabalho.

O que nos instigou, contudo, é que, conforme também podemos ver em demais cenas da série, as relações estabelecidas pelos homens com as mulheres com quem trabalhavam, notadamente com as secretárias, eram apenas casuais. Ou se tratava de relacionamentos passageiros, ou de ter nas colegas suas “amantes” – mantendo com elas, então, relações tidas como carnis e insignificantes. Dificilmente havia um namoro, um casamento ou uma ligação mais estável, a qual, de certo modo, era esperada por elas: embora tivessem galgado seus espaços no mercado de trabalho formal, as mulheres ainda procuravam um relacionamento firme (com um homem) como sinônimo de *status*

social. É possível pensarmos, nesse ponto, no imaginário da reputação feminina atrelada ao seu estado civil: a condição de solteira, viúva ou casada – característica instituída com base em sua relação com um homem – sugeria uma determinada posição social. Compreendemos que nesse recorte é mobilizada a representação da secretária como “amante”, representação esta, conforme explana Cavalcante (2010), comumente atrelada à profissão secretarial até os dias de hoje.

Em nosso entendimento, há nesse fragmento a alusão ao imaginário sociodiscursivo que relaciona o trabalho primordialmente ao sustento, este último vislumbrado como uma incumbência sobretudo masculina, já que evoca os sentidos de poder, autonomia, força. O salário do homem, nesse aspecto, seria/deveria ser o que garantiria a subsistência da família; já o da mulher – visto, então, como o que demandaria menos poder, menos autonomia e menos força –, caso trabalhasse, figuraria como um complemento à renda – um dos mais antigos argumentos para se justificar os proventos mais baixos das mulheres em relação aos dos homens no mercado corporativo, inclusive.

Representações da secretária Joan

Assim como definimos anteriormente, teríamos os seguintes sujeitos em interação em uma “macro situação” de comunicação: o EUC, a instância compósita que compreende toda a equipe responsável pela produção da série; o EUE – na cena –, a personagem Joan, que faz parte do circuito interno ou “circuito da fala configurada” (Charaudeau, 2009, p. 53); o TUD, o telespectador idealizado para *Mad Men*; e, finalmente, o TUI, o telespectador que de fato assistiu ao referido programa televisivo.

No que diz respeito a tais telespectadores, que compõem a instância de recepção da série, faz-se relevante não perdermos de vista suas especificidades, de modo que, então, TUD e TUI não podem ser tomados como homogêneos. Dito de outra forma, eles também são compósitos, ou seja, multifacetados: assistem a *Mad Men* mulheres jovens, mulheres maduras, homens jovens, homens maduros etc. Dessa forma, tendo em vista a intenção comunicativa do EUC, este vai direcionar-se visando a determinado TUD, o qual, então, vai se alterar em diferentes atos languageiros da série. Assim sendo, por exemplo, quando se tratar da representação da mulher no mercado corporativo, o EUC irá elencar um TUD diferente do elencado quando aborda a representação masculina no mesmo espaço.

Nesse sentido, considerando os sujeitos da troca languageira estabelecida nessa cena e tendo em vista seus elementos não verbais, podemos dizer que as representações de Joan construídas são de detentora de certa posição profissional, de figura de destaque na empresa, de feminilidade, de elegância, de sofisticação, de modernidade (conforme as representações da época) e de sensualidade.

Os elementos verbais, por sua vez, levam-nos a pensar em uma materialização de certo conservadorismo dessa personagem, haja vista sua concepção sobre a triade mulher/homem/trabalho. A nosso ver, o ponto de vista de Joan ancora-se no imaginário tradicionalista dos papéis de gênero, que, entre outros aspectos, atrela o estatuto

de provedor – portanto, daquele que trabalha para o sustento da casa – ao gênero masculino. Ao feminino caberia, nessa ótica, apoiar-se no marido e se ater aos assuntos do lar – considerados um “não trabalho” por não configurarem uma atuação fora do ambiente doméstico. Curiosamente, essa imagem contrasta com a imagem *avant garde* da personagem estabelecida pelo vestuário.

Vale pontuar que, considerando o quadro proposto por Charaudeau (2009) em sua Teoria Semiolinguística, é preciso tomar a série não só em uma perspectiva de uma “macro situação” de comunicação, mas também de uma “micro situação”, esta concernente às interações ocorridas na narrativa em cena. Na “micro situação” de comunicação referente à cena 2, é possível assim definirmos como sujeitos em interação: o EUC, a instância compósita que produz a série, a qual coloca em cena o EUE, qual seja, a personagem que enuncia – Joan –; o TUD, destinatário idealizado da mensagem, Peggy; e o TUI, o público – heterogêneo, destaca-se – que assiste a *Mad Men*. Cumpre-nos esclarecer que, quando é Peggy quem toma a palavra na interação, ela passa a constituir o EUE e Joan, por conseguinte, passa a ser seu TUD.

Para Peggy, então, Joan se constrói como com certa superioridade naquele contexto de trabalho, tendo em vista um *saber-fazer* e um *fazer-saber*. Dito de outra maneira, essa imagem é acionada pela gerente em função da legitimidade de quem conhece a instrução que passa (o *saber-fazer*), conferida pelo estatuto de (já) ser empregada da Sterling Cooper e, portanto, ter autoridade para ensinar a recém-contratada (o *fazer-saber*). Um aspecto importante de se pontuar é que o saber de Joan é fundado na sua experiência – por isso mesmo ela se coloca em uma posição de autoridade para dar conselhos – e não em um conhecimento oficial, formal, acadêmico, haja vista que ela assume sua ignorância em não dominar a diferença entre os executivos de conta e os executivos de criação (“Não me pergunte a diferença.”). Há que se ressaltar que, diferentemente de Joan, Peggy tem formação em escola de secretariado, informação dada no início da série, algo visto de certo modo como progressista, vanguardista à época.

Convém nos atentarmos ao posicionamento de Joan e Peggy em cena, o qual parece corroborar a superioridade da primeira: ela está posicionada à frente da segunda, disposição que confere destaque para sua figura. Nessa posição, chamada de primeiro plano, temos que ela é a primeira a ser observada aos olhos do telespectador. Além disso, o ângulo do enquadramento da imagem é inferior, isto é, as personagens são tomadas de baixo para cima, o que reforça um enaltecimento da imagem da gerente.

Outro dado relevante é que Joan é mais alta que Peggy, característica que, nas representações socioculturais ocidentais, é associada a pessoas que exercem poder, liderança sobre as mais baixas⁶³. Peggy, inclusive, fica com a incumbência de carregar algumas coisas – tarefa, nos nossos imaginários sociocorporativos, delegada àqueles de alguma forma considerados subordinados no organograma organizacional.

63 - Segundo pesquisa realizada pelas Universidades de Amsterdã e Oxford, divulgada pela BBC Future em 2015, historicamente homens e mulheres de maior estatura têm mais oportunidades de serem selecionados para as melhores posições nas empresas, pois o atributo é associado a dominância, inteligência e saúde. Por conseguinte, as pessoas mais altas tendem a ganhar melhor que as mais baixas (Robson, 2015).

Representações da secretária Peggy

Tomando os elementos da indumentária e por meio da observância da conduta adotada por Peggy nessa cena analisada, é possível depreendermos a representação de uma secretária que tem como características a seriedade, a discrição, a jovialidade e uma certa ingenuidade.

Há que se enfatizar que tais imagens são construídas, pelo telespectador, com base em seu saber de conhecimento, armazenado em sua memória enciclopédica: o telespectador tem um saber compartilhado sobre as representações socioculturais da década em que a série é ambientada, o qual ancora suas inferências.

Sobre esse aspecto, não podemos perder de vista, e entendemos ser crucial considerarmos esse apontamento em toda a nossa análise, que o público que assiste à série situa-se nos anos de 2007 (e seguintes), quando ela é produzida, portanto, ele precisa levar em conta os imaginários circundantes dos anos de 1960 para interpretar os eventos apresentados.

Além do mais, faz-se necessário termos em mente a interface de olhares na produção/concepção da série, tendo em vista que *Mad Men* constitui uma **representação** dos anos de 1960 sob um olhar, isto é, sob uma perspectiva dos anos de 2007. Há que se ponderar sobre o caráter socio-histórico na construção dos saberes, o que faz com que uma série produzida, por exemplo, nos anos de 1960, sobre a década de 1960, evoque efeitos de sentido diferentes de uma produzida quase 50 anos depois sobre a mesma década.

Com relação a tais saberes, podemos citar, a título de exemplificação, determinados entendimentos em torno de questões femininas/feministas que foram explorados já no fim e depois dos anos de 1960, como a compreensão de que as mulheres com formação, como o caso de Peggy, representavam um avanço na sociedade e a de que as conquistas feministas visaram a atender, num primeiro momento, aos interesses das mulheres brancas, heterossexuais e de classe média. Tal compreensão, obviamente, irá ancorar toda a visão/reflexão/ representação/explanação dos anos seguintes sobre a mulher daquele tempo, de modo que uma produção da própria época possivelmente não levantaria determinadas questões com a mesma abordagem que as subsequentes.

Análise da cena 3

Nesta cena, Joan continua repassando as instruções de trabalho para Peggy. À novata é indicada a mesa em que trabalhará:

Frame da cena 3 – Joan mostra a Peggy a mesa de trabalho da novata



Fonte: Peggy Olson, 2024

Joan: “Eis sua mesa. Ficaremos com Sr. Draper, por enquanto.

Não sei quais são suas metas, mas não exagere no perfume.

Mantenha bebida em sua mesa. Sr. Draper bebe uísque.

Também invista em aspirinas, curativos, agulha e linha.”

Peggy: “Esse uísque é canadense?”

Joan: “É bom você descobrir.” *[Nesse instante, Joan acende um cigarro, enquanto Peggy pega um bloco e faz anotações].*

Joan: “Parece que ele quer uma secretária, mas quase sempre ele quer algo entre mãe e garçoneite.

E o resto do tempo... *[Joan se aproxima de Peggy].*

Vá para casa, pegue um saco de papel e fure olhos nele.

Coloque-o na cabeça, dispa-se e olhe-se no espelho.

Avalie onde estão seus pontos fracos e fortes, e seja sincera.”

Peggy: “Sempre tento ser sincera.”

Joan: “Ótimo para você.”

Papéis sexuais

Ao passar as orientações de trabalho para Peggy, Joan menciona alguns itens necessários para o desempenho das atividades secretariais naquela empresa: aspirinas, curativos, agulha e linha.

É possível pensarmos, assim, em uma alusão ao imaginário de que a mulher precisava dominar habilidades concernentes ao seu papel na família para o exercício da profissão de secretária. Conforme expresso pela própria Joan, Peggy deveria ser como uma “mãe”: o eixo semântico de que fazem parte as nomeações “aspirinas”, “curativos”, “agulha” e “linha” aciona em nossos imaginários a figura maternal que cuida do filho doente e costura suas roupas. Esse imaginário que aproxima o papel da secretária ao da mulher da casa – mãe, esposa (pois, quando o homem casava, passava-se para a

esposa os cuidados antes incumbidos àquela) – era bastante característico, inclusive, dos anos de 1950 (Reis, 2012). Era esperado nessa década que a mulher, à semelhança do acontecia no âmbito doméstico, tivesse uma postura subserviente (como, por exemplo, ter de servir bebida para o chefe).

É possível ponderarmos, sobre esse aspecto, que, mesmo com as conquistas advindas do movimento feminista dos anos de 1960, o mercado corporativo ainda via as mulheres – mesmo aquelas que tinham alguma formação – nos moldes conservadores patriarcais. As atribuições delegadas à figura feminina muitas vezes estavam associadas ao fato de serem mulheres e não à competência técnica para realizar determinada tarefa. Nossa indagação, nesse ponto, é que, se fosse um homem a ocupar o cargo de secretário, essas mesmas “instruções” lhe seriam passadas?

Evidencia-se, pois, nesse contexto, práticas sociodiscursivas que concorrem para a desvalorização do ofício secretarial. Se, no passado, o imaginário social atrelava ao profissional de secretariado – do gênero masculino – o domínio de determinados conhecimentos e competências para o exercício da função, depois, com a entrada das mulheres nessa carreira, prevalecia o imaginário de secretária maternal – como nos anos de 1950 – e/ou de secretária bela e sensual – como nos idos de 1960 (Reis, 2012).

Além disso, nesses enunciados proferidos por Joan, nota-se uma construção sociodiscursiva ancorada no imaginário de que a secretária também tem/teria/terá como um dos objetivos seduzir o executivo que assessora: “Não sei quais são suas metas, mas não exagere no perfume” e:

E o resto do tempo...

Vá para casa, pegue um saco de papel e fure olhos nele.

Coloque-o na cabeça, dispa-se e olhe-se no espelho.

Avalie onde estão seus pontos fracos e fortes, e seja sincera.

Cabe pontuarmos que, após dizer “E o resto do tempo”, Joan faz uma pausa, lança um olhar sobre o corpo de Peggy e estabelece um silêncio naquela interação, a fim de deixar no plano do subentendido o que iria externar. O efeito de sentido desse silêncio – discursivo – é sinalizar que Don (o chefe) procurava alguém que, além de cumprir os papéis de mãe e garçoneiro, o atendesse em assuntos de cunho sexual.

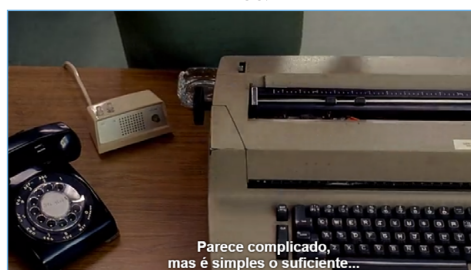
Outro ponto que convém destacarmos nesse trecho é o que diz respeito à orientação de Joan para que Peggy se avaliasse diante do espelho: a gerente recomenda à novata esconder o rosto (com um saco de papel) e examinar o corpo refletido. Podemos depreender, assim, uma supervalorização do corpo em detrimento do rosto, de modo a sinalizar: 1) que o rosto de Peggy não era muito atraente (no ponto de vista de Joan) aos olhos masculinos; e/ou 2) que o corpo deveria apresentar (aparentar) características estimadas pelo público masculino. Dito de outra forma, o corpo seria uma espécie de “objeto anônimo”, submisso aos interesses masculinos (também) no ambiente laboral.

As instruções de trabalho, assim, remetem a imaginários sociodiscursivos depreciativos em torno do papel da mulher no ambiente corporativo, notadamente em funções de subordinação a outrem – um homem.

Análise da cena 4

Nesta cena, Joan apresenta a Peggy aqueles que serão seus instrumentos de trabalho:

Frame da cena 4: Joan mostra a Peggy seus instrumentos de trabalho



Fonte: *Mad Men*, 2015

Joan: “Não se deixe intimidar por toda a tecnologia.” *[Joan tira uma capa que cobria uma máquina de escrever.]*

Parece complicado, mas é simples o suficiente, para uma mulher usar.”

Peggy: “Assim espero.”

Joan: “No almoço, pegue uma caixa de chocolates, doze cravos e sais de banho. Depois eu explicarei.”

Peggy: “Obrigada, Srta. Holloway. É maravilhoso a senhorita cuidar de mim.” *[Peggy senta-se na cadeira nesse instante].*

Joan: “O nome é Joan. E ouça. Não me interprete mal... mas uma garota como você, com belos tornozelos... deve saber se valorizar. E homens amam lenços.”

Atribuições no escritório: o saber-fazer

Conforme se evidencia, na cena 4 há uma mudança na característica da imagem. Até então, filmavam-se as personagens em interação; agora, o destaque é conferido aos equipamentos utilizados no desenvolvimento dos trabalhos secretariais naquele contexto, quais sejam: um telefone, um aparelho para realizar transferências de ligações e uma máquina de escrever.

Como explicamos anteriormente, a entrada da mulher no secretariado representou uma reconfiguração em termos de atividades realizadas e de imaginários veiculados acerca da profissão. Valendo-nos do que preconiza Bakhtin (2006), uma mudança no meio social reflete-se (e refrata) nos discursos e estes alimentam as práticas sociais. Assim, é o que se averigua, por exemplo, quando se passa a atrelar o exercício profissional secretarial feminino à exclusiva realização de serviços tecnicistas de escritório, como atendimento telefônico, datilografia, anotação de recados e agendamento de

compromissos. É como se a secretária tivesse uma “aptidão” relacionada a um *saber-fazer* tarefas apenas de execução, que demandavam poucas habilidades em termos de criação/administração – e de formação.

É interessante observar nessa cena a questão do enquadramento da imagem: os objetos ocupam quase todo o cenário, sem deixar espaços no entorno. É conferida evidência, precisamente, à máquina de escrever. No que diz respeito à datilografia, veiculava-se a ideia de uma destreza “natural” das mulheres para a tarefa, à qual se associava a delicadeza das mãos para se tocar piano.

Nesse aspecto, é curioso observar que, quando Joan diz “Não se deixe intimidar por toda a tecnologia”, “Parece complicado, mas é simples o suficiente... para uma mulher usar”, referindo-se à máquina de escrever, há uma alusão ao imaginário de que determinadas habilidades no desenvolvimento de trabalhos em uma empresa são representadas como concernentes aos profissionais do gênero masculino – as ligadas à tecnologia, mais complexas, em sua visão. Dito de outra forma, naqueles imaginários sociais (e como comumente por vezes se evidencia hoje em dia), operar certas máquinas e tecnologias é “tarefa masculina ou de perfil masculino”, mas, segundo acredita Joan, no caso do aparelho de datilografia, não haveria dificuldade de operacionalização por pessoas do gênero feminino. Daí empregar o adjetivo qualificador “simples”, o que, no contexto, indica certa depreciação pela capacidade feminina – inclusive, pela mulher diplomada.

Desse modo, em sua visão, a profissional secretarial teria competência apenas para a realização de trabalhos triviais, tecnicistas e deveria apresentar uma aparência agradável aos olhos masculinos, esta, pois, relacionada à sensualidade e à elegância no vestuário. Todos esses atributos, há que ressaltar, são associados ao gênero feminino nos imaginários socioprofissionais naquele contexto.

Vestimenta/moda/aparência

Ao finalizar as instruções dadas a Peggy, Joan enuncia: “E ouça. Não me interprete mal... mas uma garota como você, com belos tornozelos... deve saber se valorizar. E homens amam lenços”. É possível entendermos, assim, que a gerente sugere à novata uma sensualização no vestuário pela mostra dos tornozelos – que, até então, estavam escondidos pela roupa. O “se valorizar”, na verdade, concerne a “valorizar seus atributos físicos”, para tornar-se mais atrativa aos olhos masculinos.

Joan, ainda, faz uma menção ao apreço de homens por lenços, em uma fala suavizada (elemento paraverbal), como se estivesse revelando um segredo para o êxito profissional. O uso de tal acessório, nas representações socioculturais ocidentais, denotava/denota certa elegância. Joan pretende, assim, *fazer-fazer*, ou seja, levar Peggy a usar lenços, pois, a seu ver, a novata deveria aprimorar o visual – para despertar o interesse masculino.

Considerações finais

No intento de analisar os imaginários sociodiscursivos em torno da profissão secretarial na série televisiva *Mad Men*, partimos da suposição de que as representações mobilizadas de Joan e de Peggy seriam evidenciadas não só nos elementos verbais, como também nos elementos não verbais e paraverbais da série, hipótese que foi comprovada.

Dessa maneira, no caso de Joan, suas indumentárias engendram, por exemplo, os atributos de feminilidade e sensualidade. Já com relação a Peggy, o traje marca uma discrição e uma seriedade à personagem associadas. Entendemos, assim, que não haveria uma homogeneidade na construção dos imaginários relacionados às profissionais secretárias, os quais estariam marcados, em um primeiro momento, em uma diferenciação acentuada em torno das representações da secretária Joan e da secretária Peggy.

Entretanto, a investigação nos conduziu à compreensão de que não se poderia classificar uma como “secretária convencional” e outra como “secretária à frente de seu tempo”, pois ambas apresentam características que, ora remetem a trazem traços do tradicionalismo, ora do vanguardismo. Nessa perspectiva, em nosso ponto de vista, a série se configuraria não como uma **reprodução** dos anos de 1960, mas como uma **reconstrução** daquela época, logo, daquelas representações, sob uma nova roupagem, haja vista o olhar crítico, contemporâneo dos anos de 2007 – ano de sua produção.

Tal reconstrução estaria atrelada aos imaginários sociodiscursivos que perpassam *Mad Men*, marcados por um imbricamento, por um entrecruzamento entre: os imaginários relacionados ao contexto que a série retrata, o dos anos de 1960; os imaginários decorrentes das conquistas dos movimentos sociais, como do movimento feminista, da década de 1960 e das décadas posteriores; os imaginários contemporâneos dos produtores da série; e os imaginários contemporâneos do TUi da série, que nos abarca como interlocutores.

O entrecruzamento dos imaginários sinaliza, em nosso entendimento, um caráter plural, complexo, das representações, o que constituiria um questionamento às concepções tidas como naturalizadas na sociedade ocidental acerca dos papéis atribuídos à secretária/à mulher no trabalho, apontando para uma reflexão dos telespectadores (visados) em direção a valores que se buscam fazer prevalecer.

Referências

BAKHTIN, M.; VOLOCHÍNOV, V. N. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Tradução: Michel Lahud, Yara Frateschi Vieira. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BRANDINI, V. Moda, cultura de consumo e modernidade no século XIX. *Revista Signos do Consumo*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 74-101, jan./jul. 2009. ISSN 1984-5057. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/signosdoconsumo/article/view/42766/46420>. Acesso em: 16 ago. 2024.

- CAVALCANTE, F. L. A. *(Re)Construção da Identidade Profissional de Secretária: Um Estudo de Estórias de Vida*. 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=16474@1&msg=28#. Acesso em: 8 nov. 2018.
- CHARAUDEAU, P. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. de (org.) *Gêneros: Reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004. p. 13-41.
- CHARAUDEAU, P. Les stéréotypes, c'est bien, les imaginaires, c'est mieux. In: BOYER, H. *Stéréotypage, stéréotypes: fonctionnements ordinaires et mises en scène: langue(s), discours*. Paris: Harmattan, 2007. v. 4, p. 49-63.
- CHARAUDEAU, P. *Linguagem e Discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2009.
- FONSECA, E. C. S. *Backlash na mídia brasileira? O discurso da (in)felicidade e a construção do ethos da mulher contemporânea pela mídia impressa e digital*. 2016. 125 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- JOST, F. *Do que as séries americanas são sintoma?* Tradução: Elizabeth B. Duarte, Vanessa Curvello. Porto Alegre: Sulina, 2012.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *La conversation*. Paris: Seuil, 1996.
- LIMA, H. M. R. de. *Estratégias argumentativas em uma sessão de julgamento de Tribunal do Júri*. 2001. 186 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001. p. 17.
- MACHADO, A. *A Televisão levada a sério*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.
- MAD MEN. *Criação: Matthew Weiner*. Intérpretes: Jon Hamm, Elisabeth Moss, Vincent Kartheiser et al. [S. l.]: Lionsgate Television, 2015. Temporada 1, 14 episódios. Disponível em: https://www.netflix.com/h/70143379?trackId=13752289&tctx=0%2C0%2C449e5ddd_c085305168a42cdcaaf8f443e3630849%3A96a2fa44390b5769fba2c45e502a8670f6f73e32%2C%2C. Acesso em: 21 mar. 2018.
- MAD MEN. *Grupo Editorial Record*, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://www.record.com.br/produto/mad-men/>. Acesso em: 23 jun. 2024.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- MENDES, E. Análise do discurso e iconicidade: uma proposta teórico-metodológica. In: MACHADO, I.; LIMA, H.; LYSARDO-DIAS, D. (org.) *Imagem e discurso*. Belo Horizonte: NETII/FALE/UFMG, 2013. p. 125-155.
- MORAIS, A. R. A. de. Os imaginários sociodiscursivos acerca do nordeste brasileiro. *EID&A: Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n.

7, p. 22-38, dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/481/471>. Acesso em: 9 ago. 2024.

MINAYO, M. C. de S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. de S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*, 2007. v. 30, p. 9-29.

PATRICK, N. Vintage Celebrity Iconic Hairstyles That Is Still On Style. *The Vintage News*, [s. l.], 9 jul. 2015. Disponível em: <https://www.thevintagenews.com/2015/07/09/vintage-celebrity-iconic-hairstyles-that-is-still-on-style/>. Acesso em: 7 set. 2024.

PEGGY OLSON. *Mad Men Wiki*, [s. l.], 2024. Disponível em: http://madmen.wikia.com/wiki/File:Joan_inducting_Peggy_smoke_gets_into_your_eyes.jpg. Acesso em: 22 ago. 2024.

PERROT, M. As novas profissões do setor terciário: vendedoras, secretárias, enfermeiras, professoras primárias. In: PERROT, M. *Minha história das mulheres*. Tradução: Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007. p. 123-126.

PROCÓPIO, M. R. *A configuração discursiva de biografias a partir de algumas balizas de História e Jornalismo*. 2012. 290 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

REIS, A. C. G. *Imagens e Imaginários da profissão de secretariado na revista Excelência*. 2012. 162 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

REIS, A. C. G. *Imagens e imaginários das secretárias em Mad Men: uma análise retórico-discursiva das personagens Peggy Olson e Joan Holloway*. 2020. 284 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

ROBSON, D. É melhor ser alto ou ser baixinho? *BBC News Brasil*, [s. l.], 30 set. 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150930_vert_fut_altos_baixinhos_ml. Acesso em: 21 jan. 2019.

SABINO, R. F. Manuais para a educação de um ofício feminino nas décadas de 1960 e 1970. *Acta Scientiarum: Education*, Maringá, v. 36, n. 1, p. 51-61, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/21559>. Acesso em: 25 out. 2018.

SAGGESE, A. J. *Imaginando a mulher: pin-up, da chérette à playmate*. 2008. 425 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-29012009-150456/pt-br.php>. Acesso em: 16 de fev. 2019.

SCHVINGER, A.; PRADO, D.; CASTRO, J. Secretária: uma ambigüidade em feitiço de profissão. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 54, p. 85-97, ago. 1985.

Pôster de Betty Grable. *Wikipédia*, [s. l.], jul. 2022. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/P%C3%B4ster_de_Betty_Grable. Acesso em: 7 set. 2024.

Retórica digital: uma análise das estratégias argumentativas no discurso do pastor Silas Malafaia

Max Silva da ROCHA⁶⁴

João Benvindo de MOURA⁶⁵

Deywid Wagner de MELO⁶⁶

Considerações iniciais

Estudar as estratégias argumentativas manifestadas em discursos de oradores sacros é uma das principais tarefas necessárias aos campos da retórica e da argumentação. Com Ferreira (2015), defendemos que o discurso religioso é repleto de persuasão e busca conquistar mentes e corações. A retórica é uma disciplina que fornece um instrumental teórico e analítico sólido para o estudo de textos e discursos que pretendem persuadir. Partindo desse entendimento, este trabalho tem como principal objetivo analisar, na íntegra, o pronunciamento do pastor evangélico Silas Malafaia durante sua participação na marcha para Jesus, que aconteceu em várias cidades, entre elas a do Rio de Janeiro. Entenderemos quais foram as estratégias argumentativas apregoadas por esse chefe religioso para interpelar o seu público cristão.

Existem outras pesquisas que se debruçaram sobre discursos do pastor Silas Malafaia. Por exemplo, Melo (2021), servindo-se do modo argumentativo da teoria semiolinguística de análise do discurso, analisou de que maneira se deu um aconselhamento do referido pastor sobre a candidatura de Fernando Haddad à presidência do Brasil em 2018. Os resultados mostraram que o orador, utilizando princípios semânticos, discursivos e outros, procede a um discurso totalitário, orientando, por meio das redes sociais, os seus seguidores a não votarem no candidato do Partido dos Trabalhadores (PT). Trata-se de um estudo de grande importância, mas a partir do olhar semiolinguístico, e não do retórico, como estamos propondo aqui.

Em Rocha, Roberta e Moura (2023), encontramos uma análise instigante sobre a argumentação polêmica em pronunciamentos do pastor Silas Malafaia. Os autores, utilizando a teoria da argumentação no discurso, de Ruth Amossy, com as categorias do proponente, oponente e terceiro, analisam como acontecem a polarização social, a

64 - Universidade Federal do Piauí (UFPI-PPGEL).

65 - Universidade Federal do Piauí (UFPI-PPGEL).

66 - Universidade Federal de Alagoas (UFAL-PPGEL).

desqualificação do adversário e o choque de teses antagônicas em dois pronunciamentos do citado pastor. Os resultados alcançados mostram que Silas Malafaia ataca ministros e ministras do Supremo Tribunal Federal (STF) para defender o então deputado federal Daniel Silveira, que perdeu o mandato e foi preso após ameaçar, em suas redes sociais, a integridade física dos magistrados da Suprema Corte. Este capítulo também não se centra em uma análise retórica propriamente dita, pois privilegia muito mais as características da modalidade argumentativa polêmica e seus desdobramentos.

Como podemos perceber, mesmo havendo trabalhos relevantes que versam sobre os discursos do pastor Silas Malafaia, cada um deles apresenta as suas singularidades. Como esse chefe religioso está sempre ativo nas redes sociais, produzindo discursos, temos, desse modo, um celeiro de informações que podem ser analisadas a partir de distintas perspectivas. De nossa parte, lançamos um olhar retórico, buscando percorrer os recônditos da persuasão em um pronunciamento proferido por esse líder da Assembleia de Deus Vitória Em Cristo por ocasião da marcha para Jesus, que, todos os anos, reúne milhares de pessoas em diferentes lugares.

Em um primeiro momento, apresentamos uma discussão sobre algumas questões de retórica, cotejando informações históricas e contemporâneas. Em seguida, descrevemos os pilares de uma retórica digital, preconizada nos estudos de Mateus (2018). Após, explicamos os princípios de uma metodologia de análise retórica, conforme os direcionamentos desse mesmo autor. Mais à frente, procedemos ao nosso modelo de análise, procurando identificar, interpretar e descrever as estratégias argumentativas que o orador utilizou em seu pronunciamento. Finalmente, apresentamos as nossas considerações finais, fazendo um balanço geral sobre os resultados alcançados a partir desta investigação.

Questões de retórica: ontem e hoje

A retórica é uma disciplina que existe há, pelo menos, 2.500 anos e tem, ao longo desse período, passado por muitas transformações. Uma disciplina que surgiu na Grécia antiga com os mestres sofistas, considerados grandes professores de retórica, ganhou corpo e, atualmente, é, sem sombra de dúvidas, umas das principais áreas dos estudos discursivos. O valor da retórica é imensurável, haja vista as múltiplas categorias que essa teoria nos oferece para o exercício analítico de diferentes discursos que circulam e interpelam a nossa sociedade.

Não poucas vezes, ouvimos ataques infundados de pessoas que vociferam contra a retórica, classificando-a como engano, manipulação, engodo ou algo desse tipo. Além disso, esses mesmos sujeitos ditos intelectuais atacam também os sofistas, considerando-os mercenários. Neste trabalho, por exemplo, assumimos uma posição um tanto quanto moderada. A nosso ver, os mestres sofistas merecem todo crédito possível, tendo em vista as grandes contribuições que promoveram nos primórdios do desenvolvimento da retórica no período antigo, já que os “sofistas é que impulsionam a nova disciplina” (Fiorin, 2017, p. 23).

Na verdade, foram os mestres sofistas que criaram a retórica; pelo menos é a informação que chegou até nós que estudamos essa faculdade do discurso persuasivo. “Em Atenas, a Retórica se consolida definitivamente por obra dos sofistas, que abrem as primeiras escolas de Retórica, onde ensinam, entre outras coisas, mas principalmente, a fazer belos discursos, sobre qualquer assunto, não importa a moral” (Tringali, 1988, p. 38). Os sofistas acenderam a chama da retórica que vigora até os nossos dias com um instrumental teórico-analítico consolidado.

Defendemos essa ideia com base em alguns autores, entre eles Galinari (2016), pois esse teórico sai em defesa dos valores filosófico e educativo idealizados por esses mestres gregos que eram viajantes e, em diferentes localidades, vendiam seus ensinamentos para os interessados em obtê-los. Esse autor, em um feliz capítulo de livro, perscruta os âmbitos da retórica, demonstrando que essa disciplina é, na verdade, a mãe das ciências humanas.

Com base nessas ideias preliminares, compreendemos que estudar retórica é mergulhar em águas que sempre estão em movimento e, às vezes, em efervescência, uma vez que só existe retórica onde há diferenças, contradições, conflito. Isso, a bem dizer, é o fio condutor dessa arte milenar. Se todas as pessoas pensassem e agissem da mesma forma, a retórica desapareceria, pois não existiria o contraditório, tão necessário para que se busque adesão, ou seja, não haveria a necessidade de convencer, persuadir e influenciar as crenças do outro.

Isto posto, é importante, quanto às questões de retórica, trazer à baila algumas definições sobre essa disciplina que consegue arrebatrar mentes e corações. Aristóteles (2011, p. 44) a define como “a faculdade de observar, em cada caso, o que este encerra de propósito para criar a persuasão. Nenhuma outra arte possui tal função”. Para esse autor magistral, a retórica desvela de que modo um discurso comporta elementos persuasivos. Assim sendo, a retórica focaliza uma técnica que busca descortinar as artimanhas que oradores utilizam no discurso.

O filósofo belga Michel Meyer, que foi um dos continuadores dos estudos retóricos de base estritamente aristotélica, apresentou uma outra definição para a retórica. Segundo ele, “a retórica é a negociação da diferença entre os indivíduos sobre uma questão dada” (Meyer, 2007, p. 25). Como já mencionamos anteriormente, a retórica se constitui a partir das diferenças entre os sujeitos sobre os fenômenos do mundo. A ideia de negociação que é apregoada pelo citado autor diz respeito ao ato de buscar uma aproximação, um acordo argumentativo que pode ou não ser firmado por ambas as instâncias enunciativas formadas por orador e auditório.

Um outro nome de grande expoente dos estudos em retórica é o do filósofo francês Olivier Reboul. Esse teórico produziu um verdadeiro tratado sobre retórica, mostrando um contexto histórico sobre as principais categorias analíticas e exercícios de análise. Nessa obra de introdução, Reboul (2004, p. 24) preleciona que a retórica, “[...] no essencial, é a arte de achar os meios de persuasão que cada caso comporta”. Ou seja, essa

definição está em plena sintonia com os direcionamentos encontrados na conceituação do filósofo e mestre de Estagira.

Autores como Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) fizeram um resgate da retórica aristotélica. Foram esses pioneiros que, em 1958, publicaram uma nova retórica, com foco na tipologia dos argumentos. O tratado da argumentação idealizado por esses autores deixou um pouco de lado as questões que perpassam o orador, bem como as paixões que emanam dos discursos, e centrou todas as suas forças no exame exaustivo das técnicas argumentativas. De todo modo, a definição da nova retórica é esta: “Com efeito, o objeto dessa teoria é o estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento” (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 4).

Essas conceituações comprovam que as teorizações aristotélicas estão expressivamente vivas, atuais e na moda, contribuindo com distintos modos de analisar os discursos que encontramos em nossa vida diária. Entretanto, vivemos, na atualidade, em um contexto digital. Como de costume, a retórica se renovou e contempla esse lugar de produção e circulação de discursos e textos entre os internautas. Neste capítulo, conforme as contribuições de Mateus (2018), trilhamos uma retórica digital, capaz de propiciar o desvelamento de técnicas argumentativas presentes em discursos que foram produzidos digitalmente. Para tanto, selecionamos um pronunciamento de um pastor evangélico de grande influência no Brasil. Neste estudo, o pronunciamento é definido do seguinte modo: “Enquanto gêneros discursivos, os pronunciamentos ocupam lugares específicos, pois estão agrupados na tipologia do argumentar, dadas as especificidades discursivas onde ocorrem” (Morais, 2019, p. 75).

O advento de uma retórica digital

Na esteira de Mateus (2018), percebemos que a retórica digital é diferente de uma retórica encontrada na antiguidade clássica, uma vez que os meios pelos quais o orador busca persuadir o auditório são distintos. O fenômeno da persuasão é o mesmo desde os postulados sofisticos e aristotélicos, mas a forma como acontece foi alterada. Embora ainda tenhamos discursos orais em que um orador ao vivo e face a face se dirige ao seu auditório, também temos, na atualidade, a influência dos meios digitais que interferem em nossas vidas.

Nesse sentido, entendemos que não se pode abdicar de uma retórica com foco no ambiente digital, por meio da qual os meios de comunicação introduzem mudanças nos processos persuasivos dos discursos. Conforme preleciona Mateus (2018), a midiaticização da retórica é um fato incontornável em nossos dias, seja pela intensificação da persuasão por intermédio dos meios de comunicação, seja pelas modificações que tais meios instauram no fenômeno da persuasão. Dessa maneira, a persuasão precisa ser vista a partir de uma ampliação provocada pelos diversos meios de comunicação disponíveis em cada sociedade, a exemplo da brasileira.

A retórica não se encontra mais condicionada à presença física do orador diante do auditório. Hoje, por exemplo, o orador pode escrever, gravar e, dessa forma, apresentar o seu discurso argumentativo para um auditório virtual. O papel dos meios digitais contribui decisivamente para alargar o alcance dos discursos persuasivos. Nos dias atuais, o discurso retórico é criado, produzido e transmitido por um suporte tecnológico. Evocando Paveau (2021), podemos pensar aqui na ideia de tecnodiscursos, ou seja, os discursos que são criados, produzidos e disseminados em diferentes plataformas virtuais.

Retomando Mateus (2018), esse autor apresenta uma distinção entre auditório e audiência. O primeiro aspecto surge a partir das teorizações mais históricas da retórica, entendido como o conjunto de pessoas que se encontra no mesmo espaço que o orador. Trata-se de um auditório que ouve e presta atenção ao discurso que é proferido. Embora ainda exista, de acordo com o citado teórico, esse auditório está cada vez mais reduzido, em virtude da efervescência das tecnologias digitais. O segundo elemento, com essa emergência dos meios digitais, rompe com a questão do espaço e do tempo, pois orador e audiência podem estar distantes, tornando possível rever discursos via redes sociais, televisão ou quaisquer outros meios de tecnologia disponíveis.

Como se trata de uma retórica digital, Mateus (2018) opta por utilizar o termo audiência em lugar de auditório. “Contrariamente aos auditórios que se encontram previamente constituídos, as audiências são criadas pelo meio de comunicação a partir do interesse que elas possuam no discurso retórico do orador” (Mateus, 2018, p. 166). Em nosso estudo, assumimos que o material investigado trata de uma audiência, já que o orador se dirige, em uma plataforma digital, para milhares de pessoas com diferentes variáveis. Além disso, quem quiser pode assistir ao vídeo, compartilhá-lo, tornar a vê-lo quando e onde desejar, pois o material fica gravado. Porém, também temos o auditório, uma vez que existe uma multidão diante do orador.

Outro aspecto imprescindível nessa proposta de uma retórica digital é o resgate que Mateus (2018) faz dos gêneros retóricos. É pertinente destacar aqui que não se considera o sentido habitual do termo, ou seja, de gêneros textuais e discursivos orais ou escritos encontrados na vida diária, mas sim de gêneros como domínios discursivos de práticas linguageiras. Na verdade, se pudéssemos comparar, seria possível equiparar os gêneros retóricos com a ideia de domínios discursivos apresentada por Marcuschi (2008). Logo, no cerne de cada gênero retórico, teríamos uma lista com diferentes gêneros orais e escritos.

Convocamos o mestre grego Aristóteles para que possamos conceituar os três gêneros retóricos, nomeados por ele de judiciário (forense), deliberativo (político) e epidítico (cerimonial). O primeiro “[...] comporta a acusação ou a defesa de alguém; uma ou outra tem sempre que ser sustentada pelas partes em um caso” (Aristóteles, 2011, p. 53). O segundo aconselha ou desaconselha “[...] a fazer ou a não fazer algo. [...] é sempre adotado por conselheiros sobre questões de interesse particular, bem como por indivíduos que se dirigem a assembleias públicas a respeito de questões de interesse

público” (Aristóteles, 2011, p. 53). O terceiro “[...] ocupa-se do louvor ou da censura de alguém” (Aristóteles, 2011, p. 53). Esses três gêneros podem aparecer de forma individual ou até mesmo imbricada em um mesmo discurso argumentativo.

Com base nessa classificação e conceituação, Mateus (2018) advoga que, nos meios digitais, é possível analisar o discurso argumentativo a fim de identificar e interpretar de que maneira esses gêneros conseguem interpelar persuasivamente a audiência. Por exemplo, um discurso pode trilhar, com maior ênfase, uma acusação (gênero judiciário); outro poderá lançar propostas de melhoria para uma comunidade em vésperas de eleições (gênero deliberativo); e outro poderá emocionar a audiência por meio de um discurso de vitimização (epidítico). Com efeito, a retórica digital apresenta um lugar de importância ao estudo pormenorizado das influências dos gêneros retóricos nos discursos digitais aos quais comumente temos acesso.

Ao ser o principal elemento da teoria retórica, a tríade *ethos*, *logos* e *pathos* encontra guarida na perspectiva da retórica digital. De forma coerente e segura, Mateus (2018) salienta que esses meios persuasivos precisam ser incorporados ao meio digital como forma de sedimentar o discurso retórico. Todavia, constatamos que esse autor dedica mais atenção ao *ethos*, afirmando, inclusive, que essa categoria retórica é a mais importante da tríade no discurso digital, visto que necessita desencadear e manter na audiência a credibilidade do orador. Assim sendo, a imagem pública do orador é fator principal nessa intensa mediação discursiva.

Sobre esse entendimento, discordamos parcialmente de Mateus (2018). A nosso ver, nasce do discurso retórico a categoria que estará mais aflorada. Uns discursos serão mais focalizados no orador, a exemplo de um pronunciamento de um político que apresenta as suas ações como homem público. Outros centralizarão suas forças no emprego de argumentos racionais, como o fazem muitos pesquisadores quando participam de entrevistas sobre determinadas áreas do conhecimento. Finalmente, alguns recorrerão às paixões, a fim de comover os ânimos da audiência, como podemos observar em programas de televisão quando mostram tragédias ou algo semelhante e clamam por ajuda humanitária para as vítimas.

Ademais, afirmar que os “dispositivos tecnológicos de mediação simbólica introduzem na equação retórica, não tanto o *Logos*, quanto o *Pathos*, mas sobretudo o *Ethos*” (Mateus, 2018, p. 171) parece transparecer um terreno movediço, haja vista que os fenômenos linguageiros são vivos e dinâmicos e emergem de distintas formas. Apenas quando analisamos e exaurimos um discurso específico é que podemos constatar qual foi o elemento mais utilizado para interpelar a audiência. Antes disso, defendemos que é problemático fixar que o *ethos* é a principal categoria retórica presente em dispositivos tecnológicos. Trata-se, a nosso ver, de uma generalização que precisa ser comprovada. Para ter essa certeza, seria necessário analisar todos os gêneros possíveis que encontramos nos meios digitais. Como isso não é viável, é preferível permanecer na ideia da possibilidade e não da certeza absoluta.

Dedicaremos as nossas análises a investigar de que modo a tríade retórica é constituída discursivamente por meio da argumentação do pastor Silas Malafaia. Certamente, após o nosso gesto analítico, teremos sólidos resultados para afirmar quais são as estratégias argumentativas lançadas por esse orador sacro diante de seu auditório presente e de sua audiência virtual. A construção da imagem de si, a utilização de certos tipos de argumento racionais e o despertar de paixões são elementos que estão presentes nos discursos desse pastor. Entretanto, quais são essas imagens? Quais são esses argumentos? Quais são essas paixões? Para responder a essas perguntas, é necessário analisar o discurso propriamente dito, desnudando seus meandros a partir de categorias escolhidas. Compreendemos que somente dessa maneira é que iremos descobrir quais são as artimanhas persuasivas apregoadas por esse pastor evangélico.

O mestre Aristóteles (2011) definiu a tríade retórica como os principais meios de prova que o orador utiliza para conquistar a adesão do seu auditório. “Há três tipos de meios de persuasão supridos pela palavra falada. O primeiro depende do caráter pessoal do orador; o segundo, de levar o auditório a uma certa disposição de espíritos; e o terceiro, do próprio discurso no que diz respeito ao que demonstra ou parece demonstrar” (Aristóteles, 2011, p. 45). Cada elemento desse tripé retórico cumpre uma função bem delimitada. O primeiro aspecto precisa projetar credibilidade. O segundo carece comover os ânimos do auditório. E o terceiro necessita comprovar o discurso por meio de argumentos plausíveis. Essa tríade se apresenta de maneira conjunta, inter-relacionada, indissociável, embora saibamos que seja possível realizar estudos utilizando apenas uma dessas categorias como critério de análise retórica, por meio de uma escolha teórico-metodológica ou mesmo pela recorrência e destaque de um desses meios.

Mateus (2018) é signatário dessas ideias aristotélicas sobre a tríade. Para o autor português, o *ethos* corresponde ao caráter do orador, ao modo apropriado de se dirigir ao auditório. Ao falar sobre o *pathos*, esse mesmo teórico postula que o orador explora as conexões existentes entre o discernimento e as emoções. No que respeita ao *logos*, diz respeito às provas discursivas, argumentativas e racionais oriundas de um raciocínio que se apresenta como coerente. “Cada uma destas provas faz da Retórica uma arte específica dotada das suas próprias técnicas argumentativas” (Mateus, 2018, p. 106). Observamos que o pensamento de Mateus (2018) está em plena consonância com os arrazoados aristotélicos, já que problematiza a tríade retórica com base nos princípios do mestre grego.

É nessa perspectiva que trabalharemos as nossas interpretações e análises sobre o discurso religioso lançado pelo pastor Silas Malafaia em seu canal oficial na plataforma do YouTube. Antes mesmo, é preciso descrever os aspectos metodológicos deste estudo.

Os princípios metodológicos de análise retórica

Em Mateus (2018), também encontramos uma discussão acerca da análise retórica. Para ele, esse tipo de análise interroga os discursos argumentativos, buscando compreender os princípios gerais da persuasão. Esse modo de análise não consiste em uma simples interpretação dos discursos, ao contrário, almeja desvelar as estruturas

argumentativas que suportam todo o processo de convencimento e de persuasão. O autor preleciona que a “Análise Retórica examina persuasivamente um discurso. Considera o texto retórico enquanto unidade, e visa decompô-lo nas suas partes revelando a maneira como essas partes concorrem para, no seu conjunto, operacionalizar as estratégias de persuasão” (Mateus, 2018, p. 190).

É justamente isso que propõe Aristóteles (2011) ao dizer que a retórica é uma disciplina ou faculdade que busca descobrir em cada caso o que é adequado para persuadir. Essa ideia de perscrutar os elementos e mostrar seus mecanismos argumentativos é imprescindível no empreendimento de uma análise retórica. O real interesse é mesmo mostrar os dispositivos argumentativos que constituem os discursos. Conforme Mateus (2018, p. 191), a finalidade da análise retórica “[...] não é aclarar aquilo que o discurso afirma ou reclama; é, sobretudo, articular os modos como o orador procura persuadir o seu público através da escrita, composição visual ou oratória”, desvelando as técnicas argumentativas engendradas por meio do discurso.

Se esse tipo de análise se detivesse apenas na interpretação textual ou discursiva não haveria, desse modo, um estudo retórico como comumente encontramos na literatura retórica. É preciso investigar o desenvolvimento e a articulação das estratégias argumentativas que são postas pelo orador. Por isso, na análise retórica, o “seu objecto principal não é, pois, o texto discursivo, em si, mas a forma como a persuasão se realiza. Apenas se concentra no texto na medida em que ele revela a organização argumentativa da persuasão” (Mateus, 2018, p. 191). Com efeito, a retórica se interessa pelos elementos persuasivos presentes nos textos e nos discursos, centrando todas as suas forças para encontrar a arquitetura da argumentação.

Nesse sentido, a análise retórica, preconizada por Mateus (2018), defende o estudo de como um texto ou um discurso convence e persuade a sua audiência acerca de um determinado ponto de vista apresentado à discussão. A preocupação fulcral recai sobre a necessidade de investigar como o orador argumenta e como utiliza técnicas argumentativas para conquistar a adesão do outro, estabelecendo e justificando teses para o assentimento proposto. Desse modo, “numa palavra, a Análise Retórica é o exame das diversas estratégias (textuais, discursivas, performativas, não-verbais e para-linguísticas) que o orador usa para comunicar persuasivamente” (Mateus, 2018, p. 191) e mover a sua audiência.

Para fundamentar sua proposta, Mateus (2018) formula um acrônimo nomeado de MELCA. Os elementos que constituem esse acrônimo são os seguintes: a) Motivação da argumentação; b) Exposição; c) Leitor; d) Constrangimentos; e e) Autor. Para fins de um entendimento mais consistente, é importante discorrer sobre cada um desses componentes.

A *motivação* da argumentação diz respeito ao pretexto que despertou a necessidade de argumentar sobre uma determinada tese posta ao assentimento. A *exposição* é constituída pelo uso de argumentos como forma de comprovar a defesa

de uma tese. A exposição ou o discurso retórico é justamente o objeto a ser investigado na análise retórica. É por meio desse aspecto que se busca desvelar as estratégias argumentativas empregadas no discurso. O *leitor* refere-se respeito à audiência do orador e este precisa conhecer para quem lançará o seu discurso, a fim de proceder a um certo tipo de adaptação às necessidades daqueles que o ouvem.

Os *constrangimentos* são as limitações na concepção argumentativa do discurso. Dizem respeito às influências de crenças, valores, costumes que moldam o comportamento do orador. Existe um campo de restrição que limita aquilo que o orador poderá dizer à sua audiência. Já o *autor* corresponde ao orador, aquele que constrói, dispõe e profere o discurso argumentativo. Conhecer bem o orador é imprescindível a fim de descobrir se o que ele enuncia tem ou não aderência na realidade ou se é fundamentado na manipulação, no engano. Como sabemos, o orador pode assumir uma imagem fingida de si mesmo com o objetivo de persuadir.

A seguir, apresentamos as nossas análises sobre o pronunciamento do pastor Silas Malafaia para investigar os elementos persuasivos que foram mobilizados por esse orador.

Análise das técnicas argumentativas no discurso

Os fragmentos aqui selecionados foram retirados do pronunciamento do pastor Silas Malafaia durante a 17ª edição da marcha para Jesus, cuja realização se deu em diferentes dias e locais no mês de maio de 2024. Especificamente no Rio de Janeiro, a marcha aconteceu no dia 25 do referido mês. O referido chefe religioso postou em seu canal no YouTube a íntegra de sua fala, que rendeu muitas interações entre os internautas. É importante ressaltar que a Marcha para Jesus é um evento religioso evangélico que foi trazido para o Brasil por volta de 1993, por meio da Igreja Renascer em Cristo, fundada, liderada e administrada pelo casal de bispos Estevam Hernandes e Sônia Hernandes. Esse evento de grande proporção reúne diferentes segmentos cristãos do Brasil, projetando um tipo de ecumenismo dessas religiões.

Conta, também, com a presença expressiva de muitos políticos, artistas da música gospel e outras pessoas que simpatizam com essa marcha. Entre todos esses convidados, destacamos a presença do pastor Silas Malafaia que, como de costume, fez um pronunciamento inflamado e autoritário, vociferando contra políticos, ministro do Supremo Tribunal Federal, partido político e instituições. Diante de uma multidão ao vivo e de outra que acompanhava pelos meios digitais, esse orador argumentou sobre um tema polêmico – o aborto. O pronunciamento em tela durou 9 minutos e 11 segundos e foi suficiente para gerar polêmica.

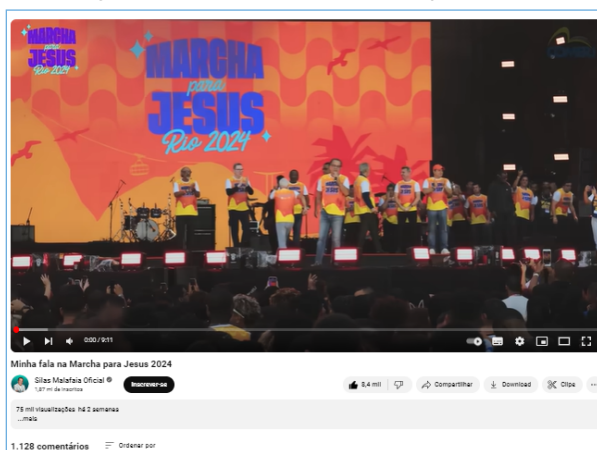
Nesse pronunciamento, Silas Malafaia se utiliza de distintas técnicas argumentativas para manter a adesão dos evangélicos já persuadidos por meio de argumentações anteriores, mas também almeja obter novas adesões, sobretudo daqueles que ainda não concordam com o modo de agir desse pastor evangélico. Esse chefe religioso é um

arguto observador e seguidor de artimanhas persuasivas que conseguem convencer, persuadir, modificar opiniões, orientar pensamentos e ações das pessoas. Estamos diante, por assim dizer, de um exímio orador, mesmo que o discurso proferido esteja carregado de questões polêmicas que geram conflitos. Não é à toa que a Igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo, fundada, liderada e administrada por Silas Malafaia, é uma das principais instituições religiosas evangélicas do Brasil.

O pastor Silas Malafaia possui milhões de seguidores em suas redes sociais. Ele se apresenta como sendo um dos principais líderes evangélicos do Brasil e, nos últimos anos, vem, de forma ferrenha, discutindo questões políticas. Signatário do bolsonarismo extremista, esse pastor evangélico é, sem sombra de dúvidas, o chefe religioso que mais tem acesso ao líder máximo da extrema direita no Brasil. Não poucas vezes, assistimos, na grande mídia, a momentos em que Malafaia organiza manifestações políticas a favor do ex-presidente Bolsonaro. Às vezes, parece até mesmo difícil saber se Malafaia é um pastor ou um político, haja vista o seu alto nível de envolvimento na política brasileira ao lado do bolsonarismo.

Abaixo, apresentamos uma captura de tela do material que estamos estudando neste trabalho. Observamos em letras azuis e com grande destaque o título do evento “Marcha para Jesus Rio 2024”. No palco, há muitas pessoas uniformizadas com camisas personalizadas com a logomarca do evento. No centro, está o pastor Silas Malafaia, diante de uma grande multidão presente face a face e de outra, de modo virtual. Interessa-nos, aqui, analisar, na íntegra, o pronunciamento desse orador, uma vez que é nele em que encontramos os argumentos que mobilizados por esse argumentador. Isso posto, passemos ao nosso gesto de análise sobre a argumentação lançada ao auditório e à audiência da marcha para Jesus.

Figura 1: Silas Malafaia na marcha para Jesus



Fonte: Captura de tela do vídeo do pronunciamento do pastor Silas Malafaia durante a marcha para Jesus (Minha fala [...], 2024).

Análise do momento retórico 1

Neste primeiro momento de análise retórica, o orador religioso apresenta a grande questão do seu pronunciamento, desenvolvendo seus argumentos a partir da construção de um discurso que se apresenta com maior ênfase no despertar de paixões.

Olá, povo abençoado! Eu queria chamar a sua atenção para uma coisa atualíssima e vergonhosa eu queria que você prestasse atenção coisa que a sociedade está despercebida presta atenção o PSOL partido das Trevas entrou no Supremo Tribunal Federal questionando uma decisão do Conselho Federal de Medicina que impede que uma mulher por estupro aborte depois de 22 semanas presta atenção para você entender o que o Conselho Federal de Medicina fez é que um pequeno bebê no útero de uma mãe entre 6 a 9 meses. A lei concede que a mulher aborte em caso de estupro, mas a vergonha é permitir o aborto em qualquer tempo e o pior permitir esse aborto por um sistema que é um dos sistemas mais terríveis que causa dor no pequeno bebê para você ter uma ideia o sistema que eles reivindicaram e que o senhor ditador da toga Alexandre de Moraes concedeu ele concedeu em caráter liminar essa vergonha consiste em atingir o coração do pequeno bebê até achar os vasos e matar esse pequeno bebê agora preste atenção esse modelo é proibido para pena de morte de adulto, eutanásia e morte de animais agora escute isso em nenhum lugar do planeta Terra as nações que concordam com o aborto nenhuma nação libera o aborto aberto para vocês terem uma ideia a França colocou na constituição que até a 12ª semana pode se fazer o aborto agora pasmem, pasmem pra cachorrada, pra safadeza para essa gente cretina inescrupulosa (Minha fala [...], 2024).

Inicialmente, precisamos compreender que o orador se dirige a dois tipos de público: ao auditório que está presente face a face, mas também à audiência que está acompanhando por meio dos recursos digitais. Assim sendo, trabalharemos com a ideia de um público mesclado entre presencial e virtual. Ambos participam efetivamente desse acordo argumentativo, uma vez que se encontram disponíveis para acompanhar o pronunciamento do pastor.

O orador sacro, logo no exórdio de sua argumentação, apresenta um discurso que localiza o seu público, pois lança: “Olá, povo abençoado!”. Quem acompanha as redes sociais do pastor Silas Malafaia sabe que ele sempre inicia as suas falas com esse bordão. É algo que o identifica entre as pessoas desse segmento evangélico. Nomear o público de “povo abençoado” traz à baila o *ethos* de chefe religioso, de alguém que tem o poder, a legitimidade de abençoar as pessoas. Esse lugar de prestígio chancela a autorização para essa fala.

Em seguida, o orador apresenta a questão conflituosa que é o centro de sua argumentação – a tentativa de legalizar o aborto após 22 semanas de gestação. O pastor proclama: “Eu queria chamar a sua atenção para uma coisa atualíssima e vergonhosa”. Aqui compreendemos que o orador projeta um *ethos* de denunciante, já que apresenta um discurso contrário ao que propõe um partido político com o aval de uma decisão

monocrática de um ministro do STF. Comumente, Silas Malafaia formula um *ethos* de denunciante por meio de suas postagens nas redes sociais. Muitas vezes, ele se autointitula a voz do povo evangélico no Brasil.

Ao continuar a sua asserção, o orador argumenta que “o PSOL partido das trevas entrou no Supremo Tribunal Federal questionando uma decisão do Conselho Federal de Medicina que impede que uma mulher por estupro aborte depois de 22 semanas”. A coisa atualíssima e vergonhosa, segundo o orador religioso, é justamente o pedido realizado pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) à Suprema Corte do Brasil. Por meio do argumento da definição descritiva, o pastor classifica o PSOL como “partido das trevas”, apregoando uma demonização desse partido de esquerda. Valendo-se do argumento de autoridade, o orador mostra que o “Conselho Federal de Medicina” já havia decidido sobre esse tipo de caso e, portanto, não haveria a necessidade de alterar uma normatização que impede qualquer mulher de realizar o aborto após 22 semanas em caso de estupro. Para o pastor, isso é um caso decidido.

Uma argumentação apresentada desse modo, satanizando o PSOL e, a reboque, todos os seus filiados, pode despertar no auditório e na audiência distintas paixões retóricas (*pathos*), entre elas a indignação e o ódio. Pessoas conservadoras que seguem os ideários defendidos pelo referido pastor poderão ser impactadas com tais efeitos passionais, ficando por demais indignadas e coléricas com uma atitude dessa natureza. Assim, políticos desse partido poderão ser perseguidos, agredidos e até mesmo mortos a depender da situação. As paixões, quando afloradas, percorrem a máquina humana e incitam ações. Estas, por sua vez, são imprevisíveis. O discurso em tela parece mesmo querer despertar as paixões da indignação e do ódio.

Adiante, o pastor evangélico explica a sua discordância em relação à proposta peticionada pelo PSOL. Ele argumenta: “A lei concede que a mulher aborte em caso de estupro, mas a vergonha é permitir o aborto em qualquer tempo e o pior permitir esse aborto por um sistema que é um dos sistemas mais terríveis que causa dor no pequeno bebê”. Verificamos que o orador formula um *ethos* de especialista, uma vez que recorre ao argumento de autoridade “a lei” para mostrar que ele segue o que prescreve essa mesma lei. Em seguida, evoca, novamente, o *ethos* de denunciante, ao mencionar que querem “permitir o aborto em qualquer tempo”. O argumento de definição se manifesta novamente, já que o orador classifica os métodos desse tipo de aborto como “um dos mais terríveis”. E, ao enunciar que esse ato “causa dor no pequeno bebê”, podemos pensar na evocação das paixões da indignação, do ódio, da dor, da tristeza.

De forma estratégica e persuasiva, o orador vai elaborando o seu pronunciamento seguindo uma direção explícita: denunciar uma possível liberação desse tipo de aborto. A fim de comover os ânimos do auditório e da audiência, o pastor ataca o ministro Alexandre de Moraes, atribuindo a esse magistrado a liberação inicial desse pedido do PSOL. O orador encadeia a seguinte sequência argumentativa: “o senhor ditador da toga Alexandre de Moraes concedeu, ele concedeu em caráter liminar essa vergonha

consiste em atingir o coração do pequeno bebê até achar os vasos e matar esse pequeno bebê”. Outra vez, o orador recorre ao argumento de definição descritiva, visto que nomeia o referido ministro de “ditador da toga”, criando, desse modo, uma imagem expressivamente negativa do magistrado do STF.

Malafaia, nesse momento, projeta um *ethos* de corajoso, pois ataca um ministro da Suprema Corte, deixando transparecer que não tem medo de ser preso, processado ou algo desse tipo. Nesse mesmo recorte, ainda constatamos que a liminar concedida é classificada como “vergonha”, razão por que se aplica novamente o argumento de definição descritiva. No trecho “consiste em atingir o coração do pequeno bebê até achar os vasos e matar esse pequeno bebê”, compreendemos que existe, em grande escala, a tentativa de mover as paixões do auditório e da audiência para que ambos sintam dor, fiquem tristes, mas também indignados, irados, coléricos com essa decisão monocrática tomada pelo ministro do STF Alexandre de Moraes.

O orador segue criticando de forma contundente esse modelo de aborto que o PSOL e outros segmentos defendem. O pastor engatilha o seguinte argumento: “agora preste atenção esse modelo é proibido para pena de morte de adulto, eutanásia e morte de animais”. Por meio de um *ethos* de especialista, ou seja, de alguém que se mostra profundo conhecedor da causa, o raciocínio posto é fundamentado pelo argumento de regra de justiça. Se é proibido para outros tipos de mortes, inclusive de animais, também deve ser proibido para matar os fetos que estão no ventre das mães que sofreram estupro. Então, nesse olhar, é preciso aplicar tratamentos igualitários a duas situações análogas, conforme o discurso apresentado. Como podemos perceber nesse fragmento em destaque, em nenhum momento o orador fala da vítima com intuito de provocar indignação pelo abuso que sofreu; foca apenas no feto, concebendo-o, único e exclusivamente, como uma vida, ainda que seja fruto de um ato de violência praticado por um criminoso, abusador, contra uma menina menor de idade ou uma mulher.

Mais adiante, o orador evangélico enfatiza que o aborto ainda é algo complexo e que nenhuma nação do mundo tem o aborto autorizado abertamente. Ele revela: “para vocês terem uma ideia a França colocou na constituição que até a 12ª semana pode se fazer o aborto agora pasmem, pasmem pra cachorrada, pra safadeza para essa gente cretina inescrupulosa”. Por meio do argumento pelo exemplo, o pastor preleciona que a França, mesmo aprovando o aborto, colocou em sua constituição a liberação até a 12ª semana e não até a 22ª semana como deseja o PSOL ao peticionar ao STF. O orador recorre, também, ao argumento de definição descritiva, ao classificar a decisão de Alexandre de Moraes como “cachorrada”, “safadeza” e as pessoas envolvidas nesse processo, incluindo o citado ministro, como “gente cretina e inescrupulosa”. Mais uma vez, reforça-se o *ethos* de corajoso, uma vez que o orador demonstra para o seu público que não tem medo de ser processado ou preso.

Em termos passionais, notamos que existe nessa argumentação uma tentativa explícita de suscitar no auditório e na audiência algumas paixões, a exemplo da indignação, da dor, da tristeza e do ódio. As escolhas lexicais do orador endossam mais

ainda essa ideia, já que utiliza palavras como “cachorrada, safadeza, gente cretina”, que são capazes de impactar os ânimos daqueles que têm, de alguma forma, contato com esse pronunciamento do chefe religioso.

Análise do momento retórico 2

Neste segundo momento de análise retórica, o orador se apresenta como um especialista em conhecimento do corpo humano. Ao mesmo tempo, endossa ainda mais a sua imagem como denunciante. Apresenta-se como alguém que luta pela vida de bebês inocentes e recorre a diferentes tipos de argumento para mostrar o seu posicionamento contrário ao aborto.

Escute isso aqui uma mulher que sofre um estupro, estupro é crime, se é crime tem que ter boletim de ocorrência policial. Se é crime tem que ir atrás do canalha que estuprou, mas pasmem os senhores pra ver a safadeza de se aprovar o aborto de maneira cretina, qualquer mulher só dizer que sofreu estupro e que tá certo como é que pode isso? Quer dizer que não precisa de um registro policial, não precisa de um exame médico, então qualquer mulher a qualquer tempo, se quiser abortar o pequeno bebê de 9 meses que tá pronto pra vida gente. Você sabe o que é uma criança de 9 meses no útero de uma mulher? Que tá pronto para vir a vida e viver, a mulher pode dizer é fruto de estupro então tira, mata, não tem nem o mínimo de humanidade de dizer bem o bebê tem 6, 7, 8, 9 meses vamos fazer uma cesárea tirar essa criança com vida e doar pra gente que quer, então, o Brasil tem uma lei que não tem em lugar nenhum do mundo, que uma mulher chega e diz sofri um estupro pode fazer aborto. É uma maneira repito bandida, canalha, cretina, de se aprovar a morte de inocentes. Agora preste atenção o que vou dizer pra você porque você estuda tem uma garotada aqui grande preste atenção que eu vou te falar, nenhum ser humano é mais humano que outro. Ser e humanidade são intrínsecos, nenhum corpo vivo pode se tornar pessoa a não ser que já seja em essência sabe qual é a diferença do óvulo fecundado para você que tem 20, 30, 40 50 eu 65 sabe qual é a diferença? O tempo e a nutrição. O pequeno bebê sei lá 1 mês 2 meses no útero da mãe ele se alimenta em simbiose e você come arroz e feijão. Minha gente aborto é o massacre dos poderosos contra os indefesos. É assassinato e eu vou declarar aqui assassinos, assassinos, assassinos (Minha fala [...], 2024).

Nessa segunda etapa do pronunciamento, já na narração e confirmação, o pastor explica para o seu auditório e audiência o modo como movimentos de esquerda pretendem aprovar a legalização do aborto. A fim de que o seu público preste atenção no que é anunciado, o orador conclama: “Escute isso aqui”. Essa forma imperativa estabelece uma ordem para que as pessoas se concentrem e ouçam o que é apresentado no discurso. Em seguida, após certamente conquistar a atenção da multidão, o pastor, por meio do argumento de definição descritiva, classifica o estupro como crime e, por esse motivo, ressalta que é necessária uma ocorrência policial para lavrar um boletim. O orador projeta diante de seu auditório e de sua audiência um *ethos* de especialista, pois advoga ter um conhecimento técnico acerca de questões que envolvem as nuances do discurso jurídico.

Após isso, o argumentador lança uma pergunta retórica com o objetivo de fazer com que as pessoas que acompanham o pronunciamento adiram a essa tese. Ele salienta: “Se é crime tem que ir atrás do canalha que estuprou, mas pasmem os senhores pra ver a safadeza de se aprovar o aborto de maneira cretina, qualquer mulher só dizer que sofreu estupro e que tá certo como é que pode isso?”. Novamente, o líder religioso utiliza expressões lexicais pejorativas, ao dizer “safadeza”, “maneira cretina”, visto que, implicitamente, está se referindo ao ministro Alexandre de Moraes, pois foi ele quem concedeu a liminar solicitada pelo PSOL. Outra vez, compreendemos que o orador suscita aqui um *ethos* de denunciante, já que almeja mostrar para o auditório e audiência as inconsistências da concessão ao aborto em virtude de estupro.

Nesse mesmo momento retórico, constatamos que o orador sacro encaixa o argumento *ad hominem*, haja vista a tentativa de destruir o argumento do oponente, qual seja: se a mulher disser que aconteceu um estupro, poderá realizar o aborto livremente. Em termos passionais, visualizam-se os efeitos possíveis das paixões da indignação, do ódio, da dor, uma vez que o auditório e a audiência poderão ser impactados com esse discurso, que, como vemos, parece mesmo querer atingir as afetividades do público. O discurso em tela trilha um caminho que visa à refutação por completo dessa tentativa de liberar o aborto após as 22 semanas de gravidez.

Um pouco mais adiante, o orador segue explicando, de forma pormenorizada, a sua argumentação contrária ao aborto. Encontramos o seguinte trecho: “Quer dizer que não precisa de um registro policial, não precisa de um exame médico, então qualquer mulher a qualquer tempo, se quiser abortar o pequeno bebê de 9 meses que tá pronto pra vida gente. Você sabe o que é uma criança de 9 meses no útero de uma mulher?”. O argumentador evangélico endossa ainda mais o seu *ethos* de denunciante ao criticar a falta de registro policial e de consulta médica quando se tem uma vítima de estupro. Ao mesmo tempo, o orador recorre ao lugar retórico de pessoa, visto que enfatiza que se trata de uma vida que está em jogo, mais precisamente de um “pequeno bebê de 9 meses”. O lugar retórico da quantidade também é evocado ao serem enumerados os 9 meses de vida de um bebê no ventre de sua mãe. Como a vida é algo único e raro, o lugar retórico de qualidade também é constituído nesse raciocínio.

A pergunta retórica que é lançada é a seguinte: “Você sabe o que é uma criança de 9 meses no útero de uma mulher?”. Essa pergunta, por ser retórica, não exige a resposta do auditório nem da audiência, pois se trata de uma forma de o orador estabelecer um engajamento efetivo com o seu público. Certamente, a dramatização está concretizada, tendo em vista que o orador almeja suscitar nas pessoas que lhe ouvem e assistem algumas paixões. Provavelmente, poderão sentir piedade, indignação, dor, tristeza, ódio, entre outras paixões. Quando se argumenta sobre a vida de uma criança indefesa, certamente os ânimos são alterados.

O pastor Silas Malafaia consubstancia o seu *ethos* de denunciante ao acusar, de forma ferrenha, essa tentativa de liberar o aborto em caso de estupro. Ao falar sobre o bebê que se encontra no ventre da mãe, o orador enuncia: “Que tá pronto para vir à vida e viver, a mulher pode dizer é fruto de estupro então tira, mata, não tem nem o mínimo de humanidade de dizer bem o bebê tem 6, 7, 8, 9 meses”. Novamente, orador recorre ao argumento pelo lugar retórico de pessoa e de qualidade, já que aborda a questão de morte e de vida. O lugar retórico de quantidade é também evocado ao serem mencionados os números da idade do bebê como forma de robustecer o argumento encadeado, pois já se trata de um ser humano formado, constituído; portanto, segundo o pastor, não se pode interromper a vida de um inocente.

Ao continuar sua argumentação, o orador sugere o que deveria ser feito pela mãe que foi vítima de estupro, mas não quer a criança. Ele preleciona: “vamos fazer uma cesárea tirar essa criança com vida e doar pra gente que quer”. Aqui constatamos que o pastor engendra um *ethos* de conselheiro, já que sugere como a mulher deve agir nesse caso tão complexo que é gravidez decorrente de um crime de estupro. O *ethos* de conselheiro sai de cena e volta o *ethos* de denunciante por ocasião da enunciação: “então, o Brasil tem uma lei que não tem em lugar nenhum do mundo, que uma mulher chega e diz sofreu um estupro pode fazer aborto. É uma maneira repito bandida, canalha, cretina, de se aprovar a morte de inocentes”.

Nesse fragmento, observamos que o orador lança um argumento pragmático que, segundo o pastor, gera consequências danosas. O fato de existir essa lei no Brasil é o que garante a possibilidade de acontecer esse tipo de abertura para o aborto. Assim, a causa e a consequência são frutos da existência da lei mencionada pelo pastor. Notamos, também, a utilização de expressões lexicais que denotam um alto nível de impolidez, a exemplo de “bandida, canalha, cretina”. Entendemos que, de forma implícita, o orador está se dirigindo à decisão tomada pelo ministro Alexandre de Moraes ao atender, de forma liminar, ao pedido realizado pelo PSOL.

As paixões são excitadas nesses excertos que vimos analisando. O pastor fala em mortes de inocentes, ou seja, fetos que se encontram no ventre das mães. Assumimos aqui que paixões como a indignação, a dor, a tristeza e o ódio poderão ser emoções sentidas pelo auditório. Indignação porque o público poderá sentir um pesar em virtude da prática de aborto. Dor porque muitas pessoas poderão pensar que existe um mal que pode se propagar na sociedade brasileira. Tristeza porque se trata da morte de um indefeso, um feto ainda em gestação. Ódio porque existem pessoas que permitem essa prática que, no entendimento do pastor, gera consequências destrutivas para a sociedade, provocando o assassinato de bebês desprotegidos.

Ao continuar sua argumentação, o líder evangélico ordena que seu auditório e sua audiência prestem atenção no que é enunciado. O pastor encadeia a seguinte sequência: “Agora preste atenção o que vou dizer pra você porque você estuda tem uma garotada aqui grande preste atenção que eu vou te falar, nenhum ser humano é mais humano que

outro. Ser e humanidade são intrínsecos, nenhum corpo vivo pode se tornar pessoa a não ser que já seja em essência sabe qual é a diferença do óvulo fecundado para você que tem 20, 30, 40, 50 eu 65 sabe qual é a diferença? O tempo e a nutrição”. Nesse momento, compreendemos que o pastor projeta um *ethos* de especialista, já que demonstra dominar um assunto específico sobre a natureza do corpo humano. Certamente, esse discurso contribui para que a credibilidade do orador seja ratificada diante de seu público presente e virtual. As pessoas poderão enxergar, também, um *ethos* de inteligente, visto que, além dos conhecimentos da teologia, esse pastor se apresenta como um profundo conhecedor de questões biológicas.

O argumento utilizado pelo pastor é fundamentado no lugar retórico de quantidade (menciona as idades), haja vista que o orador pontua que a diferença entre um óvulo fecundado e uma pessoa adulta é justamente o tempo e a nutrição. Dessa forma, tanto o óvulo quanto um adulto são pessoas, mesmo que uma esteja ainda sendo gerada no ventre de uma mãe e a outra já tenha nascido. Nesse sentido, implicitamente, temos a aplicação do argumento de regra de justiça, a fim de que o mesmo tratamento que é dado a uma causa em julgamento também seja dado a outra nas mesmas proporções. Portanto, o aborto não pode ser liberado porque se caracterizaria como um assassinato, conforme esse raciocínio do orador. Logo, a pessoa existe, embora ainda esteja para nascer. Em termos passionais, a paixão da confiança é excitada pelo pastor, a fim de que o público acredite que não se pode, em nenhuma hipótese, liberar o aborto, mesmo em caso de estupro após as 22 semanas.

No último momento retórico desse fragmento, o pastor atinge um dos mais altos níveis de impolidez quando argumenta: “O pequeno bebê sei lá 1 mês, 2 meses no útero da mãe ele se alimenta em simbiose e você come arroz e feijão. Minha gente aborto é o massacre dos poderosos contra os indefesos. É assassinato e eu vou declarar aqui assassinos, assassinos, assassinos”. Nessa sequência argumentativa, o orador evangélico segue formulando o seu *ethos* de especialista, uma vez que visa a demonstrar um conhecimento técnico nessa área do corpo humano, sobretudo, de uma mulher em gestação. No mesmo excerto, o *ethos* de denunciante surge de uma maneira vociferada, com tons de agressividade. O orador, por meio do argumento de definição descritiva, conceitua aborto como “massacre dos poderosos contra os indefesos”.

Quem seriam esses poderosos? Os parlamentares do PSOL? O ministro Alexandre de Moraes? Todos aqueles que apoiam o aborto? O orador não menciona explicitamente quem seriam esses detentores do poder, mas podemos inferir a possibilidade de o pastor estar se dirigindo indiretamente ao citado ministro, bem como ao PSOL e seus representantes. O orador, aos gritos, os acusa de “assassinos” e se utiliza da repetição para enfatizar seu ponto de vista. Aqui, encontramos o mais alto nível da tentativa de despertar no auditório e na audiência a indignação e o ódio. Entendemos que a paixão do ódio é a principal, pois categorizar um adversário de assassino, no caso, de bebês inocentes, tem a possibilidade de desencadear nas pessoas uma sensação de querer causar algum dano físico, psicológico ou de outra natureza em desfavor daqueles que são uma ameaça aos “indefesos”.

Em muitas ocasiões, acompanhamos na mídia brasileira pessoas que tentaram agredir, por exemplo, o ministro Alexandre de Moraes e o ministro Luís Roberto Barroso. Em julho de 2023, Alexandre de Moraes foi hostilizado e agredido em um aeroporto da cidade de Roma na Itália. E aqui no Brasil, em maio de 2024, a Polícia Federal fez uma operação e prendeu pessoas que estavam ameaçando matar Moraes e membros de sua família. Os discursos inflamados de ódio têm o poder de impactar as pessoas e causam sensações que geram dor, tristeza, pesar, angústia. Todavia, o problema é que tais discursos conduzem as pessoas a tomarem decisões e a agirem de acordo com a paixão que é sentida. Se for o ódio a paixão suscitada, certamente algo danoso acontecerá e as proporções não serão benéficas.

Análise do momento retórico 3

Neste terceiro momento de análise retórica, o orador convoca o seu auditório e a sua audiência para que se mobilizem e não fiquem apenas na igreja orando para que Deus resolva tudo aquilo de que necessitam. O pastor ordena que o povo evangélico envie mensagens para políticos e ministros do STF a fim de tentar impedir a legalização do aborto.

E eu quero fazer um apelo aqui o senhor Artur Lira presidente da Câmara tem um projeto lá para travar essa pouca vergonha e essa safadeza. Envie e-mails pra o presidente da Câmara alô senhor Artur Lira o senhor é a favor da vida ou da morte? Pressione deputados federais, pressione senadores, irmãos orar é o que temos que fazer, mas oração sem ação é cristianismo falido e covarde. Nós somos cidadãos desse país e não podemos aceitar o assassinato de indefesos onde a mulher diz que sofreu estupro não prova que sofreu estupro e até 9 meses pode abortar. Vamos orar e os senhores também envie e-mails para os ministros do STF porque Alexandre de Moraes deu em caráter liminar isso significa que vai pro plenário vamos pressionar entra lá no site do STF, gente vamos fazer a nossa parte de cidadania irmão porque ficar dentro da igreja só orando e não agir como cidadão não vai resolver. Eu termino dizendo Deus tenha misericórdia da nossa nação, depois não querem juízos de Deus sobre essa terra, depois não querem a mão de Deus contra a nossa nação, Deus tenha misericórdia, Deus proteja esses seres indefesos, Deus ilumine deputados, senadores e ministros do STF, Deus levante a sua igreja com poder, autoridade, para fazer a diferença, Deus abençoe você Deus abençoe sua família. Você pode repetir só uma coisa comigo depois da minha fala? O Brasil é do Senhor Jesus! Mais uma vez, o Brasil é do Senhor Jesus! Só mais uma com força pela última, o Brasil é do Senhor Jesus! Deus nos abençoe (Minha fala [...], 2024).

Esse momento retórico faz parte da peroração do pronunciamento que vimos analisando neste estudo. Inicia com o pastor Silas Malafaia interpellando o presidente da Câmara dos Deputados acerca da possibilidade de travar a liminar concedida pelo ministro Alexandre de Moraes sobre o aborto em caso de estupro. O orador evangélico cita nominalmente o deputado Artur Lira como forma de pressioná-lo diante do

auditório presente e, sobretudo, diante da grande audiência virtual. Por meio de expressões lexicais pejorativas, o orador apregoa o argumento de definição descritiva para classificar a liminar concedida como “vergonha e safadeza”, razão por que chancela outra vez o seu *ethos* de denunciante.

Ainda podemos observar que o pastor conclama o seu povo para que envie mensagens por *e-mail* a fim de pressionar Artur Lira. Em seguida, lança uma pergunta retórica: “alô senhor Artur Lira o senhor é a favor da vida ou da morte?”. Ao proceder dessa forma, o orador coloca o presidente da Câmara dos Deputados em um vale da decisão, mas, como esse político não está presente para contra-argumentar, o discurso permanece apenas como forma de polemizar. A argumentação em tela apresenta apenas dois caminhos: vida ou morte. Se Lira não fizer nada, será a favor da morte e não da vida. Com isso, entendemos que o orador almeja despertar paixões no público, a exemplo da indignação, para que o povo possa pressionar Artur Lira.

Além de pedir para que as pessoas pressionem o presidente da Câmara, o orador convoca o seu povo a recorrer também a todos os deputados federais e senadores. Aqui observamos a utilização do argumento da inclusão das partes no todo. As partes são constituídas pelos deputados e senadores e o todo representa o Congresso Nacional brasileiro. O orador pretende mover as pessoas para que cobrem dos parlamentares alguma atitude que possa impedir a decisão tomada pelo ministro Alexandre de Moraes. A modalidade imperativa (pressione) exhibe o tom do discurso, ou seja, de ordenança, revelando que Silas Malafaia se mostra, realmente, inserido em um lugar de prestígio, de credibilidade perante uma grande parcela do povo evangélico do Brasil, especialmente de linha pentecostal e neopentecostal.

Em seguida, o orador encadeia a seguinte sequência argumentativa: “irmãos orar é o que temos que fazer, mas oração sem ação é cristianismo falido e covarde. Nós somos cidadãos desse país e não podemos aceitar o assassinato de indefesos onde a mulher diz que sofreu estupro não prova que sofreu estupro e até 9 meses pode abortar”. Na primeira parte desse raciocínio, o orador nomeia seu auditório e sua audiência de “irmãos”, ratificando essa aproximação e diminuindo possíveis diferenças. Ao mesmo tempo, lança o argumento da definição descritiva, pois afirma que oração sem ação é “cristianismo falido e covarde”. Com essa argumentação, o público poderá ser comovido a sentir confiança, acreditando que realmente necessita agir e não apenas fazer orações para que Deus resolva tudo. Também poderá sentir vergonha, caso não esteja realizando nenhuma ação em prol dessa causa polêmica.

O orador formula um *ethos* de conselheiro, mostrando como o seu auditório e a sua audiência devem agir para que as coisas possam realmente acontecer. Por meio de uma modalidade inclusiva (nós), o orador se junta ao seu público como pertencentes a um país (Brasil) e afirma que não se pode aceitar a morte de indefesos. Para tanto, utiliza os lugares retóricos de pessoa e qualidade ao defender bebês que poderão ser mortos. Ainda notamos o uso do argumento da incompatibilidade, uma vez que, segundo o

discurso do orador, “a mulher diz que sofreu estupro não prova que sofreu”, razão por que não poderia pleitear esse direito de abortar dada a falta de comprovação do abuso sofrido, consoante apresenta a argumentação em tela. Os nove meses mencionados servem como argumento pelo lugar retórico da quantidade, visto que, com esse tempo de gestação, como sabemos, uma mulher está prestes a dar à luz. Não obstante, esse tempo de nove meses não é o que a legislação contempla ou mesmo o que o STF referencia. Essa informação é criada pelo orador para enfatizar seu propósito.

Um pouco mais à frente, o orador sacro conclama o seu público para que ore, mas também para que mande mensagens, cobrando posicionamentos dos ministros do STF sobre o caso em pauta. Visualizamos isso no seguinte trecho: “Vamos orar e os senhores também envie e-mails para os ministros do STF porque Alexandre de Moraes deu em caráter liminar isso significa que vai pro plenário vamos pressionar entra lá no site do STF, gente vamos fazer a nossa parte de cidadania irmão porque ficar dentro da igreja só orando e não agir como cidadão não vai resolver”. O *ethos* de conselheiro é formulado mais uma vez, tendo em vista que o pastor Silas Malafaia interpela o seu público para seguir exatamente o que ele está aconselhando que se faça. O pastor indica o erro que está sendo cometido (apenas orar na igreja) e mostra o que deve ser realizado (pressionar os ministros para que votem de modo contrário à liberação do aborto).

Esse orador, por meio do argumento pragmático, alega que se o povo ficar apenas orando não conseguirá resolver o problema. Ou seja, o raciocínio apresentado enfatiza que a oração sem ação não serve de nada. Compreendemos que esse argumento lançado pelo orador mostra que a oração é necessária, mas acompanhada da ação, e esta poderá surtir um efeito favorável ao ponto de vista defendido pelo orador. Nesse sentido, as pessoas poderão confiar nesse discurso que lhes é apresentado e enviar mensagens cobrando parlamentares e ministros sobre o caso posto em julgamento. O orador não deseja apenas convencer as pessoas (no plano das ideias), mas, sobretudo, persuadi-las (no plano das paixões), a fim de que creiam e realizem ações de acordo com os desígnios apresentados pelo orador.

Nos encaminhamentos finais de sua argumentação, o pastor Silas Malafaia traz à baila o argumento de autoridade (Deus), ancorado no nome da Divindade cristã, a fim de clamar por misericórdia. Aqui o *ethos* de profeta de Deus entra em cena, já que o pastor fala que “depois não querem juízos de Deus sobre essa terra” e “depois não querem a mão de Deus contra a nossa nação”, como se já antecipasse possíveis catástrofes que poderão assolar o Brasil caso não seja possível reverter a decisão do ministro Alexandre de Moraes. O pastor fala como se já soubesse ou, pelo menos, como já tivesse uma visão do futuro, como um profeta.

Ainda notamos o uso excessivo da repetição do nome “Deus”. O orador ordena que Deus “proteja”, “ilumine”, “levantar”, “abençoe”. Todos os verbos no modo imperativo robustecem a ideia de que o pastor Silas Malafaia ocupa um lugar de prestígio, credibilidade, ou seja, ele se mostra como uma voz autorizada para enunciar em nome

de Deus. E por meio do argumento da inclusão das partes (deputados, senadores e ministros do STF) no todo (poderes do Estado brasileiro), endossa a necessidade de combater a liberação do aborto no caso de mulheres estupradas que se encontram na 22ª semana de gestação. O orador categoriza os bebês como “seres indefesos” e isso poderá despertar no público dor e tristeza, caso pensem na possibilidade de esses bebês não terem opção de sobrevivência.

A fim de mobilizar o povo evangélico, o citado pastor pede que “Deus levante a sua igreja com poder, autoridade, para fazer a diferença”. Percebemos aqui que o orador ordena uma ação da igreja evangélica de um modo geral. Coloca o nome de Deus para corroborar a sua ideia como líder espiritual e fazer com que as pessoas aceitem essa proposta. O pastor pede que Deus abençoe as pessoas que acompanham o seu pronunciamento, bem como cada família ali representada, razão por que chancela o seu *ethos* de chefe religioso dessa vertente.

Já no momento final de sua fala, o orador dirige uma pergunta retórica ao seu público: “Você pode repetir só uma coisa comigo depois da minha fala?”. Como forma de dar ênfase a tudo aquilo que foi anunciado em seu pronunciamento, o orador pede que todas as pessoas presentes no auditório repitam a seguinte enunciação: “O Brasil é do Senhor Jesus! Mais uma vez, o Brasil é do Senhor Jesus! Só mais uma com força pela última, o Brasil é do Senhor Jesus! Deus nos abençoe”. Como podemos notar, a repetição está presente como forma de inculcar na mente e no coração do auditório e da audiência que o Brasil é um país predominantemente cristão e, por isso, “é do Senhor Jesus”. O *ethos* de chefe religioso é projetado mais uma vez como forma de mostrar que o pastor Silas Malafaia tem a anuência de um grande quantitativo de pessoas que lhe enxergam como um notável homem de Deus, que defende valores cristãos.

Talvez, a paixão da confiança foi despertada por meio desse discurso, uma vez que as pessoas parecem mesmo concordar com as ideias que foram apresentadas durante todo o pronunciamento desse orador. Comover o auditório por meio de um discurso fundamentado em crenças religiosas é um dos caminhos que muitos chefes religiosos perscrutam. O pastor Silas Malafaia também segue essa trajetória, haja vista as estratégias passionais mobilizadas discursivamente, cumprindo o que disse Marco Túlio Cícero: “É que os homens julgam muito mais por ódio, amor, desejo, cólera, dor, alegria, esperança, temor, perplexidade ou alguma outra excitação da mente do que pela verdade, uma prescrição, alguma norma legal, fórmula processual ou por leis” (Cícero, 2009, p. 221). Pensamos como esse autor romano.

Considerações finais

Após esse percurso teórico e analítico, encontramos as estratégias argumentativas que o pastor Silas Malafaia utilizou em seu pronunciamento durante a marcha para Jesus. Antes mesmo de apresentá-las, retomamos aqui o acrônimo MELCA. Quanto à *motivação*, descobrimos que o discurso do orador teve como principal objetivo denunciar a legalização do aborto após as 22 semanas de gestação em caso de estupro.

No que respeita à *exposição*, observamos o encadeamento de diferentes argumentos como forma de comprovar a enunciação lançada ao auditório e à audiência, a exemplo de definição descritiva, autoridade, lugares retóricos de pessoa, qualidade e quantidade, entre outros.

Já no tocante ao *leitor*, constatamos que se trata de dois públicos: o primeiro constituído pelo auditório presente ao vivo, face a face. O segundo composto pela audiência, que se encontra de maneira virtual. Ambos os públicos são, em sua grande maioria, evangélicos. Assim, o orador, sabendo disso, elabora um discurso que encontre guarida justamente nos valores, nas crenças, nos costumes e na *doxa* desse tipo de público.

Quanto aos *constrangimentos*, ou às restrições por assim dizer, percebemos que o fio condutor do pronunciamento do pastor Silas Malafaia diz respeito à defesa de valores cristãos conservadores e, ao mesmo tempo, ao ataque aos adversários desses mesmos valores que estão em debate.

No que respeita ao *autor* do pronunciamento, verificamos as diferentes imagens de si que foram projetadas por Silas Malafaia no discurso. Trata-se de um dos mais renomados pastores brasileiros que, vez por outra, está inserido em polêmicas nos universos religioso e político. Apresenta-se, na atualidade, como um dos principais conselheiros do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. É defensor dos valores da extrema direita brasileira e, semanalmente, grava vídeos em suas redes sociais a fim de comentar diferentes acontecimentos que envolvem a política e a religião cristã do Brasil. A nosso ver, o pastor Silas Malafaia, no Brasil, apresenta-se como uma das principais vozes do povo evangélico de linha pentecostal e neopentecostal.

Quanto aos gêneros retóricos, identificamos que o pronunciamento em tela se insere, com maior destaque, no gênero judiciário (forense), visto que, como verificamos, o orador, desde o exórdio até a peroração do seu pronunciamento, acusa de forma vociferada o ministro Alexandre de Moraes e o PSOL por terem liberado o aborto fruto de estupro mesmo que a vítima apresente 22 semanas de gestação. Assim sendo, a acusação é o aspecto condutor desse discurso inflamado. Todavia, também reconhecemos a presença do gênero deliberativo, em virtude dos aconselhamentos que o pastor Silas Malafaia dirige ao seu público.

Durante o pronunciamento, o pastor constrói seu *ethos* a partir de diferentes imagens que foram projetadas, a exemplo de denunciante, especialista, chefe religioso, corajoso, conselheiro, inteligente e profeta. Todas essas imagens de si foram identificadas no discurso do orador. Entretanto, foi possível constatar que o *ethos* de denunciante

foi o mais recorrente, uma vez que o pastor evangélico Silas Malafaia busca, a todo instante, atacar o ministro Alexandre de Moraes e o PSOL acerca da liberação do aborto em caso de estupro. Engana-se quem pensava que o *ethos* de chefe religioso ou profeta pudessem prevalecer. Em outros pronunciamentos, temos percebido que esse orador também incorpora um *ethos* de denunciante, razão por que realizaremos outros estudos para comprovar essa impressão que temos.

No que se refere aos argumentos (*logos*) apreçados pelo orador, localizamos uma tipologia específica, a saber: definição descritiva, autoridade, regra de justiça, inclusão das partes no todo, pragmático, exemplo, *ad hominem*, incompatibilidade, lugares de pessoa, quantidade, qualidade. De todo esse arsenal argumentativo, destacamos o argumento da definição descritiva, haja vista que o orador, em vários momentos, conceituava, classificava e definia pessoas e coisas. Por exemplo, classificar o PSOL como partido das trevas foi umas das artimanhas persuasivas utilizadas pelo orador a fim de demonizar esse partido político. As técnicas argumentativas encenadas no discurso engatilham as tentativas de persuasão do auditório e da audiência, que acompanham atentamente o discurso do orador sacro.

Com relação ao *pathos*, que se configura como o conjunto de paixões ou emoções que tem o poder de despertar dor ou prazer no auditório e na audiência, encontramos as seguintes: indignação, ódio, dor, tristeza, piedade, vergonha e confiança. De todas elas, destacamos pelo menos duas – indignação e ódio. Compreendemos que ambas caminharam lado a lado e tentaram ser suscitadas pelo orador. O argumentador parece mesmo desejar que o seu público fique indignado com a decisão do ministro Alexandre de Moraes e com o pedido do PSOL. Além disso, também parece desejar que o público sinta ódio. Nomear o ministro de ditador da toga e, implicitamente, assassino, poderá resultar em sérios problemas. A paixão do ódio causa dor e tem o poder de despertar sensações que incentivam a destruição do adversário.

Como pode um pastor, revestido de um lugar de prestígio na religiosidade cristã, querer despertar uma paixão tão infame e tão contrária aos ensinamentos jesuânico? Como um evento intitulado marcha para Jesus aceita um discurso dessa natureza? É por isso que urge a necessidade de um estudo mais pormenorizado com outros pronunciamentos para que seja possível apresentar alguma resposta mais robusta. Por enquanto, os nossos achados comprovam, a partir do material analisado, que o discurso argumentativo de Silas Malafaia é agressivo, autoritário, inflamado e se distancia por demais daquilo que seria um protótipo do discurso cristão encontrado na Bíblia, o principal livro da cristandade de modo geral.

Por fim, gostaríamos de concluir as nossas discussões com uma importante citação de Marco Fábio Quintiliano. Esse célebre orador e professor de retórica disse: “Ora, o modo de falar geralmente revela o dos costumes e põe à mostra os segredos do espírito. Não sem motivo, os gregos ensinaram que cada um vive como fala” (Quintiliano, 2015, t. IV, p. 195).

Referências

- ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução: Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2011.
- CÍCERO. Do orador. Tradução: Adriano Scatolin. In: SCATOLIN, A. *A invenção no Do orador de Cícero: um estudo à luz de Ad Familiares I, 9, 23*. 2009. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. p. 147-308.
- FERREIRA, L. A. *Leitura e persuasão: princípios de análise retórica*. São Paulo: Contexto, 2015.
- FIORIN, J. L. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2017.
- GALINARI, M. M. A análise do discurso contra a retórica: demolindo mitos e deuses. In: PIRIS, E. L.; OLÍMPIO-FERREIRA, M. *Discurso e argumentação em múltiplos enfoques*. Coimbra, PT: Grácio Editor, 2016. p. 73-97.
- MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MINHA FALA na Marcha para Jesus 2024. [S. l.: s. n.], 2024. 1 vídeo (9 min). Publicado pelo canal Silas Malafaia Oficial. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cs93o4_L6gk&t=100s. Acesso em: 4 ago. 2024.
- PAVEAU, M.-A. *Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas*. Campinas: Pontes Editores, 2021.
- MATEUS, S. *Introdução à retórica no séc. XXI*. Covilhã: Editora LabCom.IFP, 2018. Disponível em: https://www.labcom.ubi.pt/ficheiros/201804271553-201807_introretorica_smateus.pdf. Acesso em: 10 maio 2024.
- MELO, M. S. A organização argumentativa no aconselhamento do pastor Silas Malafaia sobre o candidato à presidência Fernando Haddad. *Matraga: Revista Do Programa De Pós-Graduação Em Letras Da UERJ*, [s. l.], v. 28, n. 52, p. 66-81, 2021. DOI: 10.12957/matraga.2021.53236. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/matraga/article/view/53236>. Acesso em: 21 mar. 2024.
- MEYER, M. *A Retórica*. São Paulo: Ática, 2007.
- MORAIS, E. P. de. *O macroethos racional e o afetivo na argumentação do julgamento do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff*. Campinas: Pontes Editores, 2019.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Tradução: Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- QUINTILIANO, M. F. *Instituição Oratória*. Tradução, apresentação e notas: Bruno Fregni Bassetto. Campinas: Editora da Unicamp, 2015. t. IV.
- REBOUL, O. *Introdução à retórica*. Tradução: Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- ROCHA, M. S. da; ROBERTA, K. E.; MOURA, J. B. de. A argumentação polêmica em pronunciamentos do pastor Silas Malafaia. *Verbum*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 124-148, maio 2023. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verbum/article/view/60472>. Acesso em: 5 maio 2024.
- TRINGALI, D. *Introdução à retórica: a retórica como crítica literária*. São Paulo: Duas Cidades, 1988.

Entre palavras e sinais: o discurso de Michelle Bolsonaro na posse presidencial

Ana Francisca SOUSA⁶⁷

Lidiane Rodrigues BRITO⁶⁸

Maria Clara Maciel de Araújo RIBEIRO⁶⁹

Considerações iniciais

A primeira mulher a receber o título de primeira-dama no Brasil foi Mariana da Fonseca, esposa de Deodoro da Fonseca (1827-1892), eternizada na obra *Ato de assinatura do Projeto da 1ª Constituição* do artista espanhol Gustavo Hastoy. Guedes e Melo (2019) chamam a atenção para o fato de Mariana ter sido representada de costas, sendo impossível ver seu rosto. A cena, segundo os autores, expressa uma situação que se repete ao longo dos anos no Brasil, não em uma pintura, mas em suas histórias. As muitas primeiras-damas, “mulheres sem rostos”⁷⁰, coadjuvantes dos maridos, são apagadas ou pouco lembradas ao longo da história.

Desde Mariana da Fonseca, o papel da primeira-dama mudou e passou a produzir “[...]capital político a ser usado para lapidar a imagem do homem público e angariar votos em eleições [...]” (Guedes; Melo, 2019, p. 12). Nessa perspectiva, Michelle Bolsonaro, ex-primeira-dama, inicialmente teve uma postura discreta durante a campanha presidencial do marido, mas foi apresentada na reta final como uma “mulher forte e sensível, dedicada à causa das pessoas com deficiência e que estará junto com Jair Bolsonaro trabalhando pelo Brasil” (Em 9º Programa, 2018).

No programa eleitoral exibido em 25 de outubro de 2018, Michelle relatou que começou a estudar Língua Brasileira de Sinais (Libras) sozinha, motivada pelo tio surdo, e que a partir de então o amor pela língua foi aumentando. O programa destacou um encontro com representantes de Associações de Pessoas com Deficiência, em que o

67 - Docente no Curso de Psicologia do Centro Universitário FIPMoc de Montes Claros e Especialista de Educação Básica efetiva na rede estadual de ensino de Minas Gerais. Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Montes Claros (2023). E-mail: franciscaninha2019@gmail.com

68 - Pedagoga do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Campus Salinas. Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Montes Claros (2023). E-mail: lidiane.brito@ifnmg.edu.br

69 - Professora adjunta da Universidade Estadual de Montes Claros. Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (2012). E-mail: maria.ribeiro@unimontes.br

70 - Termo utilizado por Guedes e Melo (2019, 372 p.) para se referir às primeiras-damas na introdução do livro *Todas as mulheres dos presidentes: a história pouco conhecida das primeiras-damas do Brasil desde o início da república*.

presidente do comitê paraolímpico, Mizael Conrado, declarou estar “[...] extremamente honrado e feliz pela deferência. [...] A gente sabe que ter uma primeira-dama sensível à nossa causa é um grande passo” (Em 9º programa [...], 2018, 2 min 12 s).

Porém, o que de fato marcou a imagem pública de Michelle Bolsonaro foi sua atitude em 1º de janeiro de 2019, na cerimônia de posse, ao quebrar o protocolo e discursar em Libras, acompanhada de uma intérprete que verbalizava a sua voz, diante de uma multidão que aguardava o pronunciamento do presidente. Para Guedes e Melo (2019, p. 292), “[...] [n]aquele momento, a primeira-dama adentrava à História do país com uma inédita atitude inclusiva[...].”

Apesar dessa atitude, é necessário um olhar crítico para compreender o discurso da ex-primeira-dama e suas repercussões na imagem do Presidente Bolsonaro, assumidamente um político contrário aos direitos das minorias. A partir disso, este capítulo tem como objetivo analisar elementos que compõem o discurso de Michelle Bolsonaro e que contribuem para a constituição de seu *ethos* discursivo, discutindo como a imagem da primeira-dama pôde eventualmente influenciar (ou não) o *ethos* pré-discursivo do então Presidente Bolsonaro.

Para alcançar o referido objetivo, este trabalho baseia-se na Análise do Discurso de orientação francesa, em especial nas discussões apresentadas por Charaudeau e Maingueneau (2004), Charaudeau (2006, 2011) e Maingueneau (1997, 2008, 2015).

O capítulo está estruturado em duas seções, seguidas da conclusão. Na primeira parte, refletimos sobre discurso, análise discursiva e discurso político, além de apresentar os conceitos de *ethos*, *pathos* e *logos* e sua inter-relação na análise discursiva. Em seguida, expomos e analisamos o discurso da ex-primeira-dama. Nessa mesma seção, discutimos a representação desse discurso para a identidade cultural da comunidade surda e das pessoas com deficiência, trazendo informações sobre a identidade cultural da comunidade surda. Na conclusão, retomamos o objetivo e tecemos algumas considerações em relação à análise.

Apresentando conceitos

A Análise do Discurso (AD), segundo Maingueneau (2015), lida com algumas instabilidades e uma delas é a definição do próprio discurso. Para os linguistas, o discurso pode ser definido como uso da língua em contexto social. Para Maingueneau (2015), quando se trata de discurso, no campo da AD, a noção movimenta uma gama de aspectos e ideias que a caracterizam e definem como sendo: uma organização além da frase (mobiliza estruturas diferentes das da frase); uma forma de ação (toda enunciação constitui um ato que visa a modificar uma determinada situação); sempre interativa (envolve dois ou mais participantes, mesmo que não se tenha a presença do destinatário); sempre contextualizada (não se pode atribuir um sentido ao enunciado fora de um contexto); assumida por um sujeito (um eu que se coloca em um tempo e um espaço,

que se apresenta e diz a que veio); regida por normas (como todo comportamento social, por mais simples que seja); e assumida no bojo de um interdiscurso (o discurso só tem sentido no interior de outros discursos no qual ele se apoia). Assim, num mesmo movimento, o discurso constitui a prática social ao mesmo tempo em que é constituído por ela. Trata-se de um fenômeno complexo com muitas possibilidades de matizes: “[...] discurso constitui, assim, uma espécie de invólucro comum para posições às vezes fortemente divergentes” (Maingueneau, 2015, p. 29). Isso implica que o discurso tem a capacidade de criar um espaço comum onde ideias e opiniões podem coexistir e interagir, ainda que de uma maneira divergente.

Partindo dessa definição de discurso apresentada por Maingueneau (2015), depreendemos que o discurso político é um campo fértil para a manifestação dessas posições divergentes. Segundo Charaudeau (2011, p. 9), “[t]oda palavra pronunciada no campo político deve ser tomada ao mesmo tempo pelo que ela diz e não diz. Jamais deve ser tomada ao pé da letra, numa transparência ingênua, mas como resultado de uma estratégia cujo enunciador nem sempre é soberano”. Sendo o *corpus* da pesquisa um discurso político, faz-se necessária uma breve discussão sobre as palavras e estratégias discursivas nesse campo para subsidiar a análise do dito e do não dito no discurso.

Charaudeau (2006) afirma que em cada situação política⁷¹ que o sujeito está envolvido existem distintas “palavras” ou estratégias discursivas possíveis de serem sustentadas. A seguir, descrevemos esses diferentes tipos de palavras e algumas estratégias apresentadas pelo autor:

- 1) A palavra de promessa deve definir simultaneamente uma idealidade e uma realidade social; deve construir um *ethos* de credibilidade e buscar a aceitação do público, valendo-se ora da razão, ora da emoção;
- 2) A palavra de decisão é uma palavra de ação que identifica que há uma desordem, sendo necessária uma ação para resolvê-la;
- 3) A palavra de justificação reforça as argumentações que sustentam uma ação, justificando a sua necessidade;
- 4) A palavra de dissimulação instala um jogo entre palavra, pensamento e ação, antecipando os efeitos do dito para evitar possíveis críticas e repercussões negativas. Isso pode levar à mentira política e envolve estratégias discursivas, como: i) vácuo: quando a ação enunciada não é aplicada; ii) silêncio: quando as ações realizadas não são divulgadas; iii) denegação: quando há negação da participação em determinada ação; e iv) razão suprema: utilizada em nome de um interesse comum.

71 - Charaudeau (2006) apresenta dois tipos de situação política: uma em que o sujeito político se encontra numa situação de enunciação fora da governança e outra em que o sujeito político está dentro da governança, ou seja, para esta última o sujeito já ocupa uma pasta no governo, por exemplo. Neste capítulo, trabalhamos com a primeira situação política em que a enunciação está fora da governança e por isso consideramos o discurso de Michelle Bolsonaro com um discurso político.

Ainda para Charaudeau (2006), ao analisar o discurso político e sua capacidade persuasiva, é preciso atentar para as condições de simplicidade, credibilidade e dramatização. A condição de simplicidade refere-se à adaptação das ideias e do raciocínio à audiência, simplificando a apresentação e tornando-a mais compreensível. A condição de credibilidade visa a construir o *ethos* do sujeito político, instituindo uma imagem de si que esteja de acordo com os valores do auditório. Já a condição de dramatização envolve dar vida à cena política por meio de palavras e argumentos. Há, assim uma encenação, uma teatralização que por vezes mobiliza a emoção, apresenta argumentos de ameaça, apresenta um dilema, uma proposta de escolha e uma desqualificação do adversário.

O campo do discurso político oferece, portanto, um terreno fértil para o estudo da tríade aristotélica: *logos*, *ethos* e *pathos*. Enquanto o *ethos* refere-se à construção da credibilidade e do caráter do orador, o *pathos* alude à capacidade de evocar emoções no público e o *logos* à lógica e estrutura dos argumentos apresentados. Juntos, esses elementos constituem provas retóricas essenciais para compreender como o discurso busca persuadir e influenciar a audiência. Dado que o *ethos* é o foco central do nosso estudo, faremos uma breve contextualização das três dimensões e sua inter-relação, concentrando nossas discussões no *ethos*.

O *ethos*, o *pathos* e o *logos* na análise discursiva

A AD acessa elementos da retórica aristotélica para reformulá-los a partir das concepções desse quadro teórico. Assim, Maingueneau (2008), em especial na década de 1980, apresenta o *ethos* como um dos planos que sustentam a semântica global do discurso. Durante esse período, houve um interesse na exploração do *ethos* em termos pragmáticos e discursivos, influenciado pelos trabalhos de Osvald Ducrot, que incluiu o *ethos* numa estrutura enunciativa ainda não prefigurada na análise do discurso. Maingueneau prosseguiu com seu trabalho no período de 1984 a 1987 já adotando uma perspectiva de análise propriamente discursiva. Para ele, o interesse pela análise do *ethos* está associado ao crescente uso da palavra pública, bem como ao aprimoramento das propagandas, das publicidades e das mídias audiovisuais.

Em Charaudeau e Maingueneau (2004), *ethos* “[...]designa a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário[...]” (Charaudeau; Maingueneau, 2004, p. 220). Trata-se do interesse do locutor em causar uma boa impressão no alocutário/auditório por meio do discurso, forjando uma imagem positiva de si capaz de convencer o auditório e ganhar sua confiança. Assim, ao produzir o discurso, o locutor deve considerar as características desse auditório, seus valores e a maneira como os hierarquiza.

No que diz respeito ao conceito de *pathos*, Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 371) afirmam que a palavra “[...]é assumida atualmente no sentido de transbordamento emocional[...]”, nem sempre de forma sincera. Isso sugere que, muitas vezes, a emoção pode ser manipulada para estabelecer uma conexão com o público, despertando sentimentos para persuadi-lo a aceitar uma ideia ou um ponto de

vista. No discurso político, o *pathos* é utilizado para criar conexão emocional com o público. Exemplos incluem histórias pessoais comoventes, apelos à empatia por grupos vulneráveis, uso de imagens evocativas, retórica de esperança, apelo ao patriotismo e narrativas de sacrifício e coragem. Trata-se de técnicas que intensificam a resposta emocional e reforçam a persuasão.

No âmbito do conceito de *logos*, Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 168) associam o discurso à tradição clássica da argumentação baseada na razão. Definem que “[...] [s]eu valor era, então, bastante próximo ao do *logos grego* [...]”, enfatizando que o *logos* abarca argumentos, conhecimento, razão lógica e a própria estrutura do discurso como veículo para expressão racional e persuasiva. Assim, o uso do *logos* no discurso político busca fundamentar ideias via argumentos sólidos, como estatísticas econômicas, evidências científicas e exemplos históricos, visando a convencer o público de maneira coerente e informada.

Para abordar a inter-relação entre as provas retóricas, recorremos a Galinari (2014), que as percebe como um conjunto tridimensional dentro do mesmo discurso. Esses elementos, inter-relacionados, se apresentam como três recursos para uma análise discursiva integrada, embora mantenham suas particularidades conceituais específicas. O autor cogita, “[...] a hipótese de tanto o *ethos*, quanto o *pathos*, poderem ser compreendidos como desdobramentos semântico-discursivos do *logos* (em uso), o que converge para a metáfora teórica (‘quase lógica’) de que temos, pragmaticamente falando, ‘três lados’ da mesma moeda” (Galinari, 2014, p. 258). A metáfora teórica aqui citada por Galinari (2014) indica que o *logos* se manifesta através de outros elementos. Ao abordar o *ethos* (imagem de si) e o *pathos* (emoção), numa análise discursiva, inevitavelmente trabalha-se também com o *logos* (argumentos racionais), eliminando assim a dicotomia e/ou separação entre as provas retóricas, mostrando que trabalham de maneira integrada, cada uma reforçando e complementando o outro no interior do discurso.

É como se fossem três lados da mesma moeda, como expressa Galinari (2014), três faces de um mesmo fenômeno ou três ferramentas de que o orador faz uso para convencer/persuadir e/ou acessar o auditório por meio de seus enunciados. Isso porque o *ethos* e o *pathos* (as imagens de si e o que pode causar as emoções, suscitar paixões no auditório) só se concretizam a partir de enunciados materializados no discurso, a partir da fala do locutor. Sem a apreensão do *logos* e um contexto favorável, não se atinge o *ethos* e o *pathos* (Galinari, 2014).

Ainda segundo Galinari (2014, p. 262), “[...] o discurso, em sua constitutividade, não discrimina enunciados (supostamente) ‘falaciosos’ de ‘não falaciosos’, ‘lógicos’ de ‘não lógicos’, e ‘argumentativos’ de ‘retóricos’ [...]”. Esse ponto de vista sugere que, em uma análise discursiva no âmbito da retórica, não se atribui juízo de valor ao enunciado discursivo. O ponto central é a forma como ele é capaz de influenciar e de persuadir o auditório.

Uma análise discursiva de provas retóricas deve se preocupar, em suma, com as ferramentas utilizadas pelo orador para se alcançar a adesão do auditório. É necessário que as indagações feitas sejam: Que imagem de si (*ethos*) o orador quis construir para seu auditório a partir de seu discurso? De quais recursos ele se utiliza para provocar emoções (*pathos*) no interlocutor? Pode-se afirmar que todo locutor almeja transmitir uma imagem de si (*ethos*) capaz de influenciar o auditório e, assim, ganhar sua confiança e adesão? Não se vislumbram situações em que dado orador queira intencionalmente desacreditar-se perante o auditório. Quando situações como essa ocorrem, trata-se, a rigor, de fracasso na construção do *ethos*.

Quanto ao auditório, cabe dizer que poderá aderir ou não à ideia do locutor. Sua adesão a dado discurso dependerá de suas crenças, valores, *ethos* construído previamente sobre o orador e/ou, ainda, por sua ligação particular com a *doxa*. Existem inúmeros fatores que podem fazer com que o auditório seja mais facilmente influenciado. Para que haja convencimento por parte do interlocutor é necessário que este mobilize algumas propriedades/valores que já estão no público. O auditório só se deixará influenciar se identificar no orador valores que dialoguem com os seus. Maingueneau (2008) afirma que “[a] persuasão não se cria se o auditório não puder ver no orador um homem que tem o mesmo *ethos* que ele: persuadir consistirá em fazer passar pelo discurso um *ethos* característico do auditório, para lhe dar a impressão de que é um dos seus que ali está” (Maingueneau, 2008, p. 15).

A eficiência do *ethos*, então, tem a ver com aspectos relacionados à cenografia e à compatibilidade com o próprio auditório. Vê-se, nesse sentido, que o *ethos* é formulado no e pelo discurso. Não se trata de imagens prévias ao ato de fala, mas sim daquelas construídas na e pela enunciação. Ao falar, o locutor ativa em seus destinatários certa representação de si mesmo. Portanto, esse *ethos* está ligado ao próprio enunciado discursivo e não a outro saber sobre o locutor. Nesse contexto, Ribeiro (2014) reflete

[s]endo o *éthos* construído no e pelo discurso, isto é, apenas a partir da tomada da palavra pelo orador, o que fazer, então, com as imagens que compõem previamente o imaginário social do auditório a respeito do orador antes mesmo que ele tome a palavra? Pode-se prever que o auditório constrói representações do *éthos* do orador previamente à sua fala. Em outras palavras, lugares sociais específicos, aliados a saberes partilhados e à memória discursiva, podem levar o auditório a criar expectativas em relação ao *éthos* do orador (Ribeiro, 2014, p. 864).

Para Maingueneau (2008), essas representações de *ethos* construídas pelo auditório antes da fala do locutor são denominadas *ethos* pré-discursivo. Essas representações são frutos de um imaginário social, de uma memória discursiva que formula no auditório um conhecimento ou uma expectativa sobre o *ethos* do orador que poderá se confirmar ou não a partir do ato discursivo. Isso é possível diante de locutores previamente conhecidos ou que ativem certa expectativa derivada de estereótipos.

Ainda segundo Maingueneau (2008), existem situações em que não é possível a construção de representações prévias sobre o locutor pelo auditório. Isso acontece quando se trata de um locutor desconhecido, não permitindo, assim, que o auditório formule imagens prévias. Mas, para casos em que os locutores são personagens conhecidos para o auditório, é associado à pessoa do locutor um *ethos* pré-discursivo que será confirmado ou negado pela enunciação.

Nessa perspectiva, para conferir credibilidade ao *ethos*, o locutor precisa mostrar na enunciação aquilo que não está dito no enunciado. Maingueneau (2008) distingue *ethos* mostrado de *ethos* dito da seguinte maneira: no primeiro caso, não se trata de afirmações autoelogiosas sobre a pessoa do locutor, mas de certas características de seu caráter que podem ser depreendidas pela sua entonação de voz, pela escolha das palavras, dos argumentos, pelos movimentos e posturas corporais que, em consequência, delineiam certa imagem daquele que fala (Maingueneau, 2008).

Como se vê, *ethos* é um comportamento que, como tal, une ação verbal e não verbal, causando múltiplos efeitos no auditório e configurando-se a partir da interação de diversos *ethé*: *ethos* pré-discursivo, que traduz as representações prévias construídas pelo auditório sobre o locutor, e *ethos* discursivo, que traduz as representações que o auditório constrói sobre o locutor no e pelo ato enunciativo.

Recapitulando a triade aristotélica apresentada no início da seção, temos então que o *logos* compreende o próprio discurso, o *ethos* está voltado às imagens do locutor, ao passo que o *pathos* está voltado para os efeitos emocionais produzidos no auditório. Galinari (2007, p. 235) alerta que “[n]ão se deve confundir os estados emocionais ocasionados no auditório com a afetividade expressa ou sentida pelo orador. A princípio, as paixões demonstradas pelo enunciador não são da ordem do *pathos*, mas sim de um *ethos* emocionado[...]”. Nesse sentido, o interlocutor é confrontado a uma instância subjetiva incrementada por um *status* emotivo, advindo seja do *ethos* pré-discursivo e/ou do *discursivo*.

Isso significa dizer que o *ethos* age de forma a produzir uma aproximação no auditório, uma sintonia e identificação. Ainda conforme Galinari (2014), não se trata de pressupor o predomínio de um sobre o outro. *Ethos*, *pathos* e *logos* integram um mesmo discurso e constituem-se mutuamente: as escolhas de argumentos, o modo de dizer e as reações patêmicas estão articuladas de maneira indissociável.

Desvendando elementos discursivos no discurso da ex- primeira-dama

Nesta seção procedemos à análise do discurso da então primeira-dama Michelle Bolsonaro na ocasião da posse do Presidente da República, em 2019. Antes de iniciarmos a análise, apresentamos a tradução⁷² do discurso da primeira-dama publicada no site Poder360.

72 - Apesar de chamarmos de “tradução”, há indícios de que o texto original foi elaborado em português e traduzido para a Libras. Na ocasião da posse, Michelle lê em português e discursa em Libras. A intérprete faz a leitura do mesmo texto que Michelle lê, não dependendo da sinalização em Libras para apresentar a tradução do discurso.

Boa tarde a todos.

É uma grande honra e uma grande alegria estar aqui neste momento tão especial e importante para o nosso país.

Momento de agradecer a todos vocês, brasileiros e brasileiras, crianças, jovens, idosos por todo o apoio e pelo carinho desde o início da nossa campanha.

Agradeço muito também a todos aqueles que demonstraram sua solidariedade durante os momentos difíceis pelos quais o meu esposo passou recentemente.

Muita gratidão a Deus, à minha família e aos meus amigos, em especial quero agradecer ao meu enteado Carlos por toda a ajuda e parceria durante os 23 dias que passamos dentro do hospital em São Paulo.

Agradeço ainda à população brasileira pelas orações que nos deram tanta coragem para seguir adiante. Agradeço a Deus essa grande oportunidade de poder ajudar as pessoas que mais precisam.

Trabalho de ajuda ao próximo que sempre fez parte da minha vida e que a partir de agora, como primeira-dama, posso ampliar de maneira ainda mais significativa.

É uma grande satisfação, um privilégio, poder contribuir e trabalhar para toda a sociedade brasileira. As eleições deram voz a quem não era ouvido e a voz das urnas foi clara: o cidadão brasileiro quer segurança, paz e prosperidade. Um país em que sejamos todos respeitados.

Gostaria de modo muito especial de dirigir-me à comunidade surda, pessoas com deficiência e a todos aqueles que se sentem esquecidos. Vocês serão valorizados e terão seus direitos respeitados.

Tenho esse chamado no meu coração e desejo contribuir na promoção do ser humano. Agradeço aos intérpretes de Libras do Brasil, que têm feito um trabalho de inclusão tão importante. Em especial, agradeço ao meu amado esposo, o nosso presidente, para quem peço o apoio de todos vocês.

Estamos todos de um lado só, juntos alcançaremos o Brasil próspero com amor, ordem, progresso, paz, educação e liberdade para todos. Brasil acima de tudo e Deus acima de todos. Muito obrigada (Lara, 2019).

Alguns elementos paralinguísticos chamam a atenção logo no início do discurso: Michelle discursa em Libras antes do presidente (a expectativa era o contrário), posiciona-se à frente dele, tendo a intérprete ao seu lado direito e o vice-presidente e sua companheira juntos em seu lado esquerdo. A configuração da cena, o uso da Libras, a ordem da fala e a imagem cândida de Michelle em vestes claras são recursos que inegavelmente compõem o *ethos* da locutora, que de alguma forma será extensivo ao (ex-)presidente.

No campo da política, o *ethos* é entendido como característico de um grupo e de seus traços de caráter mais estáveis. Ainda assim, há certa margem de manobra para modulações adaptativas.

Para Maingueneau (1997), mesmo um texto escrito é sustentado por uma voz específica. A essa voz específica o autor dá o nome de “tom”, que, segundo ele, está associado a um caráter e a uma corporalidade, que, por sua vez, caracterizam o enunciador.

O caráter é atribuído em função do modo como as coisas são ditas e a corporalidade diz respeito à representação do corpo no espaço. Nesse sentido, recomendamos aos leitores deste capítulo que, mesmo tendo feito a leitura da tradução do discurso, assistam ao vídeo do discurso em Libras (Discurso [...], 2019), a fim de atentar-se ao que é dito/sinalizado, ao tom desse dizer e à corporalidade a ele associados.

Inicialmente consideramos que a primeira-dama dirige o seu discurso a um pretensão auditório universal. Um olhar mais atento, contudo, especifica esse auditório da seguinte maneira: o discurso da primeira-dama não é destinado somente ao público presente na Praça dos Três Poderes e aos eleitores de Bolsonaro. Volta-se também para uma parcela da população que não votou em Bolsonaro e que se encontrava insatisfeita com a situação política do país devido ao *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff e às políticas de austeridade de Michel Temer.

A escolha pelo discurso em Libras, tendo a intérprete verbalizado o texto e não o contrário⁷³, deixa subentendida a imagem que se deseja transmitir ao auditório: quem está a falar é uma pessoa que, embora apresente, por tabela, traços do *ethos* coletivo de seu grupo político, encontra pontos comuns com grupos mais voltados à valorização e defesa de direitos de minorias. A voz que fala, assim, é associada à imagem de mulher engajada em causas sociais, em especial nas lutas da comunidade surda e das pessoas com deficiência, numa estratégia que funciona ao mesmo tempo para ativar valores comuns entre adversários e dizer que a defesa de minorias não é monopólio da oposição.

O início do discurso é marcado pelo tom de alegria numa cenografia que verte gratidão à população brasileira (incluindo todas as faixas etárias), aos amigos e aos familiares, em especial ao enteado Carlos, que ficou 23 dias no hospital com o pai, trazendo à memória do público a tentativa de assassinato que muito contribuiu para a eleição de Bolsonaro. Na sequência, enaltece ainda mais a família e reverencia o poder da oração, fortalecendo a imagem de madrastra estimada e religiosa, que tem uma família permeada por valores cristãos.

Ao enunciar: “[t]rabalho de ajuda ao próximo que sempre fez parte da minha vida [...]”, causa uma condição de credibilidade alicerçada no “já-ai”. Na continuidade, diz ainda “[...] a partir de agora, como primeira-dama, posso ampliar de maneira ainda mais significativa”, veiculando uma palavra de promessa orientada à continuidade e expansão daquilo que ela sempre foi. Expressões como essas levam à construção de *ethé* de engajamento (relacionado às causas sociais que são anteriores à sua vida pública); de responsabilidade social (atravessada pela autoridade de primeira-dama que tem um papel na assistência social e que se responsabiliza por contribuir e trabalhar pela sociedade brasileira) e de virtude (mulher virtuosa que realiza trabalho voluntário como intérprete de Libras na igreja, sendo cidadã, esposa e madrastra exemplares).

Destaca-se um aspecto importante: a intérprete de Libras lê o mesmo papel que Michelle Bolsonaro. Ela não traduz diretamente a sinalização da primeira-dama, mas se atém exatamente à mesma leitura que a então primeira-dama faz. Se, por um lado, essa

73 - O contrário seria Michelle falar em português e ser traduzida para a Libras.

postura é esperada, dada à solenidade da ocasião, por outro, demonstra a teatralização da cena. Ao se dirigir de modo especial à comunidade surda, às pessoas com deficiência e aos que se sentem esquecidos, a ex-primeira-dama usa o que podemos entender como um recurso que mobiliza o *pathos* (elementos que causam emoção no auditório). No vídeo é possível perceber que a intérprete se emociona e embarga a voz, artifício que causa emoção em quem ouve. Em seguida, a ex-primeira-dama agradece a todos os intérpretes do Brasil pelo importante trabalho de inclusão que têm feito, ressaltando, assim, a imagem e o papel social desempenhado por ela mesma, Michelle Bolsonaro, como intérprete de Libras integrante da comunidade surda.

O tom emotivo continua quando Michelle Bolsonaro recorre mais uma vez à cenografia do agradecimento, agora se dirigindo ao “amado esposo”, para quem pede o apoio de todos. Busca ainda aproximar a população do presidente com a fala subsequente “[e]stamos todos de um lado só. Juntos alcançaremos o Brasil próspero, com amor, ordem, progresso, paz, educação e liberdade [...]”, reforçando a imagem de esposa zelosa e companheira, que resgata os lemas da chapa vencedora.

O agradecimento ao esposo é ovacionado pela população que assiste ao discurso na Praça dos Três Poderes aos gritos de “beija, beija, beija”, e, em um ato performativo, a ex-primeira-dama, entre sorrisos, beija o ex-presidente na boca. O *ethos* emocionado, tanto da ex-primeira-dama como do ex-presidente, nesse momento, pode ser mais uma vez encarado como um recurso do *pathos*, que causa comoção em quem assiste, reforçando, ao casal, atributos de humanidade, simplicidade e afetividade de gente comum, numa atitude já conhecida pelo público, dada as tantas vezes em que Jair Bolsonaro encenou ser gente comum fazendo coisas comuns.

Michelle Bolsonaro provoca um efeito emotivo e, assim, o discurso constrói (ou forja) uma *comunidade emocional* que cativa os parceiros da comunicação numa comunhão em torno das mesmas paixões (Galinari, 2007). O discurso envolve a intérprete de Libras, que, por sua vez, contagia o público ouvinte e o público surdo, o ex-presidente e a ex-primeira-dama. Dessa forma, atinge-se o *status* patêmico, por meio do *ethos* emocionado, do interesse pelas questões das minorias, da solidariedade e da generosidade e da gratidão manifesta em todo o discurso. Há um encadeamento persuasivo de simplicidade, credibilidade e dramatização, como nos diz Charaudeau (2006), que é facilmente percebido por analistas experientes. Para o público adepto ao grupo político, veem-se reforçados valores já conhecidos, incluindo aí um *ethos* prévio de “gente como a gente”.

Ao final do seu discurso, a ex-primeira-dama retoma o que predominou nos discursos do presidente e na sua campanha eleitoral, “a ordem e o progresso”. Novamente é retomada, também, a religiosidade expressa no *slogan* da campanha “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos”, fechando sua enunciação num círculo perfeito que retorna ao que lhe é original, atualizando elementos de patriotismo e religiosidade, mas dessa vez mesclando-os mais claramente à assistência social, que pode ser vista como derivada do elemento religiosidade, pelo menos nesse grupo político.

Segundo Galinari (2007, p. 221), “[...] é possível (e urgente) considerar as emoções como integrantes legítimas das relações sociais mediadas pela linguagem, sob pena de o analista do discurso negligenciar um aspecto decisivo do processo de adesão [...]”. Decerto, nem todos que tiveram contato com o discurso de Michelle Bolsonaro vislumbram a ex-primeira-dama da mesma forma, tampouco seu discurso provocou adesão generalizada. Ainda assim, o apelo à emoção é capaz de gerar uma conexão íntima com o público, preparando o terreno para futuros engajamentos. No discurso da posse, o uso de elementos emocionais, como a gratidão à família e a comunidade, a solidariedade com grupos vulneráveis e a evocação de valores religiosos, desempenha um importante papel na construção de um *ethos* que busca legitimar a imagem da primeira-dama como uma figura empática e engajada, contribuindo significativamente para a criação de um vínculo afetivo com a audiência.

De acordo com Galinari (2007), os saberes dóxicos (valores, representações e os conhecimentos partilhados)

[...] permitem ao auditório *avaliar* os objetos discursivos a ele apresentados, em função do seu horizonte próprio de expectativas, desejos e anseios psicossociais, e é em decorrência dessa mesma avaliação *moral* que as paixões podem ser experimentadas. [...] Neste sentido, as emoções viriam à tona juntamente com *juízos* *responsivos-morais*, ‘fermentados’ na subjetividade do auditório em função de suas vontades, aspirações e inclinações afetivas [...] (Galinari, 2007, p. 230).

Nessa perspectiva, enquanto alguns (que compartilham saberes dóxicos comuns ao grupo do ex-presidente) se sentiram representados e emocionados pelo discurso de Michelle, outros (adeptos a outros matizes políticos, com outro universo de saberes dóxicos) consideraram-no uma jogada de *marketing* com objetivos imagéticos extensivos à figura do presidente, que é conhecido como um homem intolerante, machista e misógino. Ao permitir que a ex-primeira-dama quebre o protocolo e se pronuncie antes dele, é como se dissesse que não é machista, que não desrespeita as mulheres e que tem Michelle, sua esposa, na mais alta conta.

O discurso foi produzido em condições de dramatização que pretendiam estender à imagem do presidente predicados atribuídos à Michelle Bolsonaro. Além disso, é preciso lembrar que o discurso em Libras, o posicionamento de Michelle no palanque e a sua fala antes da fala de Bolsonaro foram concessões feitas pelo chefe do executivo, que era o diplomado da sessão. Ora, “alguém que sede tanto espaço à sua companheira não parece ser alguém machista, mas um companheiro respeitoso que valoriza a figura da mulher”, podem pensar alguns. Imagens como essa parecem se contrapor ao *ethos* pré-discursivo do presidente. No entanto, a desconstrução de um *ethos* não se dá de modo imediato, tampouco se efetiva a partir de ações alheias. Para ser eficiente, essa desconstrução precisaria acontecer lentamente, ao longo do tempo, com atitudes e falas do próprio sujeito.

Quanto ao fato de as ações de Michelle soarem como artifício, em entrevista ao programa *Domingo Espetacular* (Exclusivo [...], 2019), na TV Record, a ex-primeira-dama explicou que a ideia de seu discurso não foi de um marqueteiro, mas dela própria, dez dias antes da posse. Alega, inclusive, ter informado ao cerimonial apenas um dia antes, sustentando que o presidente soube duas horas antes do evento, não apresentando qualquer objeção. Michelle enfatizou que tudo ocorreu de forma natural e espontânea, lamentando as críticas que sugeriram ser uma jogada de *marketing*. Ela reafirmou seu desejo de “[...] querer ajudar a colocar luz e foco em temas pouco falados que levam sofrimento a muitas famílias” (Exclusivo [...], 2019, 11 min 23 s).

Para Guedes e Melo (2019),

[s]e houve ou não golpe de marketing, o fato é que a iniciativa da primeira-dama contribuiu para a imagem do presidente mais do que mil tuitos do enteado Carlos, o ‘2’, responsável pela campanha do pai nas redes sociais. Afinal, Bolsonaro construiu sua trajetória política ancorada em posições polêmicas, como o apoio a torturadores, declarações racistas, machistas e homofóbicas. E foram inúmeras (Guedes; Melo, 2019, p. 292-293).

É inegável que a atitude de Michelle contribuiu também para dar visibilidade à comunidade surda e à língua de sinais. É provável que tenha chamado mais a atenção dos brasileiros e das brasileiras que o tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2017: *Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil*. De início, o pronunciamento fez parecer que haveria uma participação ativa da primeira-dama na condução das políticas públicas voltadas para pessoas surdas. Ao longo do governo, foi ficando claro que a perspectiva de Michelle era puramente assistencialista, jamais emancipatória, e que a tônica do governo seria no enquadramento dos surdos como pessoas com deficiência, posição definitivamente rejeitada por parcela importante da comunidade surda.

Em uma sociedade em que a cultura ouvinte é predominante, os surdos são vistos como “os outros”, os diferentes, forçados a habitar um território e a compartilhar a identidade dos ouvintes. A presença de uma primeira-dama discursando em Libras durante a cerimônia de posse do presidente revela as particularidades da língua e promove um processo de desterritorialização, retirando os surdos de seu território natural e colocando-os em destaque no território ouvinte. Simultaneamente, ocorre um processo de reterritorialização, pois é um momento de (re)construção do território surdo por meio do reconhecimento e atenção à sua identidade cultural. No entanto, a participação da ex-primeira-dama na educação de surdos não alcançou as expectativas, pois a visão do governo Bolsonaro manteve as pessoas surdas em um espaço de deficiência, como dito.

Strobel (2008, p. 85) relembra que “[a] cultura surda e a língua de sinais no decorrer da história de surdos sofreram verdadeiras perseguições, mas as representações sociais estão passando por uma nova mudança para o povo surdo que não teme esconder suas

identidades culturais [...]”. Se fizermos um breve passeio por essa história, veremos que uma das mudanças mais significativas – a proibição do uso da língua de sinais a partir do Congresso de Milão – esteve ligada justamente à utilização da língua de sinais e causou, por mais de 100 anos, a desterritorialização dos surdos. No Brasil, o reconhecimento da língua só ocorreu em 2002 por meio da Lei nº 10.436 (Brasil, 2002). Usar língua de sinais não significa, portanto, assumir uma rota promissora e progressista na defesa do povo surdo e de seus direitos como cidadãos.

Vale ressaltar ainda a polêmica envolvendo o Ministro da Educação, Milton Ribeiro, cujo mandato defendia as escolas especiais em detrimento das escolas inclusivas. Ao falar sobre as pessoas com deficiência, declarou, em entrevista ao programa *Sem Censura* da TV Brasil (Ministro [...], 2021), que a questão da pessoa com deficiência tem sido abordada no Brasil por vieses mais ideológicos do que técnicos e que o Decreto⁷⁴ proposto por sua equipe foi rejeitado “[...] por um grupo que fez um pouco mais de barulho e o assunto foi levado ao STF porque se julgou que a nossa lei era excludente, uma lei que não olhava com carinho para os deficientes e suas famílias” (Ministro [...], 2021, 20 min 20 s). Assume, na sequência, que o objetivo é evitar o “inclusivismo”. Ao explicar o inclusivismo, o ministro diz que as crianças com deficiência são colocadas em uma sala com outras crianças sem deficiências e elas não aprendem e ainda atrapalham os colegas. Em outro momento, ao tentar justificar a sua declaração, o ministro faz outra declaração hostil e preconceituosa ao dizer que, das crianças que estudam em escolas públicas, cerca de 12% têm um grau de deficiência que impossibilita a convivência.

Todas as polêmicas envolvendo a família Bolsonaro e seus ministros, associadas à falta de visibilidade e pertinência das ações da ex-primeira-dama, trouxeram desalento a parte importante da comunidade surda e às pessoas com deficiência, corroborando a ideia de que ter uma primeira-dama pretensamente engajada na defesa das pessoas surdas não garantiu acessibilidade linguística e educacional, tampouco o reconhecimento do povo surdo brasileiro.

Por fim, olhando em retrospectiva, parece claro que o discurso em Libras da então primeira-dama pode ter causado empatia e conexão emocional momentânea. O gesto de discursar em Libras, embora simbólico, não se traduziu em mudanças significativas nas políticas públicas voltadas para essas comunidades durante o governo Bolsonaro. Além disso, a teatralização observada no evento e as subsequentes declarações de membros do governo, como o Ministro da Educação, revelam uma abordagem imprópria e, em alguns casos, preconceituosa e excludente em relação às pessoas com deficiência e às pessoas surdas. Isso evidencia uma dissonância entre o discurso inicial de inclusão e as práticas governamentais efetivas, apontando para a necessidade de um compromisso mais profundo e genuíno com a causa da acessibilidade e dos direitos das minorias. Logo, em termos pragmáticos, seriam necessárias ações concretas e sustentáveis para a real transformação social, indo além de gestos simbólicos e discursos emocionais.

74 - O ministro se refere aqui ao Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a “Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizagem ao Longo da Vida”, conhecida como Lei da Inclusão de 2020.

Palavras finais

Este capítulo examinou o discurso da primeira-dama Michelle Bolsonaro durante a posse presidencial de 2019, delineando a construção de seu *ethos* e a tentativa de repercussão sobre o *ethos* do presidente. A análise revelou as estratégias de convencimento e persuasão usadas, que incluíram posicionamento religioso, cenografia de agradecimento e forte apelo emotivo na tentativa de construir uma imagem positiva de Jair Bolsonaro.

As palavras de agradecimento e promessa da primeira-dama estabeleceram um *ethos* de mulher empática, solidária, humana, engajada e religiosa, criando uma imagem de credibilidade, desejada em tempos de dificuldade. Ao quebrar o protocolo e discursar antes do presidente, ela tentou construir um *ethos* pré-discursivo para Jair Bolsonaro, caracterizando-o como um líder solidário e humano, capaz de solucionar os problemas do Brasil com o apoio de Deus e da população. O *pathos* desempenhou um papel importante na definição desse *ethos*, potencialmente gerando uma conexão emocional com o público. No entanto, a concretização dessas imagens dependeria das ações durante o mandato do presidente, o que não se concretizou.

Esperamos que este texto contribua para reflexões sobre a relevância da Análise do Discurso na compreensão das implicações do discurso no cotidiano das pessoas. A comunidade surda e as pessoas com deficiência, em especial, projetaram sua esperança e confiança na ex-primeira-dama. Cairam as “máscaras do jogo” ou o *ethos* de Michelle foi confirmado ao longo do governo?

Mais importante do que responder a essa questão é considerar que o discurso da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro na posse presidencial de Jair Bolsonaro não foi apenas um evento simbólico, mas um evento significativo que permite reflexões sobre discursos políticos e considerações mais profundas sobre o tema da inclusão na política brasileira.

Referências

- BRASIL. *Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 24 abr. 2002.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso Político*. Tradução: Fabiana Komesu, Dilson Ferreira da Cruz. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- CHARAUDEAU, P. O discurso político. In: EMEDIATO, W.; MACHADO, I. L.; MENEZES, W. (org.). *Análise do discurso: gêneros, comunicações e sociedade*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2006. p. 251-268.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. Coordenação da tradução: Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

DISCURSO em Libras de Michelle Bolsonaro. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (4 min). Publicado pelo canal Poder360. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ke0E-e9FJ4k>. Acesso em: 15 ago. 2024.

EXCLUSIVO: Michelle Bolsonaro revela os bastidores da posse presidencial. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (16 min). Publicado pelo canal Domingo Espetacular. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yWNhVXH7vg>. Acesso em: 15 ago. 2024.

EM 9º PROGRAMA, Bolsonaro apresenta sua mulher, Michelle, em defesa dos portadores de deficiência. [S. l.: s. n.], 2018. 1 vídeo (5 min). Publicado pelo canal Poder360. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MuzmxhkCXp0>. Acesso em: 15 ago. 2024.

GALINARI, M. M. As emoções no processo argumentativo. In: MACHADO, I. L.; MENDES, W.; MENDES, E. (org.). *As emoções no discurso*. São Paulo: Lucerna, 2007. v. 1, p.221 – 239.

GALINARI, M. M. Logos, ethos e pathos: “três lados” da mesma moeda. *Revista Alfa*, São Paulo, v. 58, n. 2, p. 257-285, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/alfa/v58n2/1981-5794-alfa-58-02-00257.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2024.

GUÉDES, C.; MELO, M. F. de. *Todas as mulheres dos presidentes: A história pouco conhecida das primeiras-damas do Brasil desde o início da República*. Rio de Janeiro: Máquina de Livros, 2019. E-book.

LARA, M. A. Michelle Bolsonaro quebra protocolo e faz discurso em libras: Primeira-dama falou em inclusão: Leia a íntegra do discurso. *Poder360*, [s. l.], 1 jan. 2019. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/michelle-bolsonaro-quebra-protocolo-e-faz-discurso-em-libras/>. Acesso em: 2 set. 2024.

MAINGUENEAU, D. A propósito do ethos. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (org.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 11-29. Disponível em: https://www.corais.org/sites/default/files/10b_maingueneau_-_a_proposito_do_ethos.pdf. Acesso em: 14 ago. 2024.

MAINGUENEAU, D. *Discurso e análise do discurso*. Tradução: Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Tradução: Solange Maria Ledda Gallo, Maria da Glória de Deus Vieira de Moraes. 3. ed. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MINISTRO da Educação, Milton Ribeiro, é o convidado do Sem Censura. [S. l.: s. n.], 2021. 1 vídeo (58 min). Publicado pelo canal TV Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6JyH4faRwpY>. Acesso em: 15 ago. 2024.

RIBEIRO, M. C. de A. A construção de imagens de si em epígrafes de teses de doutorado produzidas por surdos. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 14, n. 4, p. 861-880, 2014.

STROBEL, K. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

Fofoca em foco: uma análise discursiva da conversa afiada

Rony Petterson Gomes do VALE⁷⁵ |

A percepção da bobagem, a fascinação por esse fantasma que ronda todas as linguagens no que elas carregam de óbvio pontificado, é predominantemente uma característica das pessoas superiormente inteligentes.
Só um Flaubert ou um Barthes temem perderem-se na bobagem; os verdadeiros tolos nem desconfiam, são imbuídos de grandes certezas.
(Perrone-Moisés, 2012, p. xviii)

Diferentemente da *conversa fiada* (‘sem relevância, à toa; lero-lero, papo para boi dormir’), que, no imaginário social, quase exime o sujeito de intencionalidade discursiva, conferindo-lhe, no máximo, a alcunha de gabola, garganta, um conversador inveterado que gosta de contar vantagens sobre si (Houaiss, 2009), a *fofoca* parece colocar a “faca nos dentes” do sujeito, tornando a sua língua tão afiada que o discurso daí resultante beira a calúnia, a difamação, a injúria, entre outras ações, por vezes, tomadas como sinônimas de *fofoca*. Diante disso, cabe questionar: seria a *fofoca* mais uma *bobagem*, semelhante àquelas que Barthes, de acordo com Perrone-Moisés (2012), considerava em seus estudos, a saber: o egoísmo da autoimagem; as falas dos apaixonados; e as asserções e estereótipos na fala política? Se sim, a *fofoca* então se torna um objeto de estudo dos mais relevantes e interessantes!

Com isso em mente, propomos desenvolver uma análise discursiva da *fofoca* e trazer, assim, uma maior compreensão para os *discursos do cotidiano*, na esteira de Bakhtin (2010). Isso – é preciso salientar – apesar das dificuldades metodológicas para

75 - Pós-doutor e PhD em Linguística do Texto e do Discurso pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor Adjunto do Departamento de Letras da Universidade Federal de Viçosa (UFV), atuando na graduação nas áreas Linguística/Português. É professor credenciado do programa de pós-graduação em Letras da UFV, no qual desenvolve pesquisas sobre o Discurso Humorístico em suas relações interdiscursivas, com especial destaque para a presença das formas plenas e reduzidas do riso na produção dos discursos constituintes, como o científico e o religioso, por exemplo. E-mail: ronyvale@ufv.br

a Análise do Discurso que, como salienta Maingueneau (1997), em princípio⁷⁶, não se interessaria⁷⁷, por exemplo, pelas conversas de bar e coisas do tipo. Entretanto:

Fazer parte de um mesmo meio, conviver, manter relações sociais, tudo isso facilita a realização das condições prévias para o contato dos espíritos. As discussões frívolas e sem interesse aparente nem sempre são desprovidas de importância, por contribuírem para o bom funcionamento de um mecanismo social indispensável (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 19, grifos nossos).

Assim como as conversas frívolas, os boatos e os rumores, devemos assumir que a *fofoca* é um índice ou “o barulho daquilo que está funcionando bem” (Barthes, 2012, p. 94): não que a *fofoca* implique necessariamente em discussão; porém, o que se segue a uma boa (ou má) *fofoca* pode vir a se tornar uma boa discussão. Além disso, como veremos mais adiante, ela se constitui como um movimento de aproximação (e de afastamento) dos espíritos, a ponto de alguns pensarem que a *fofoca* é uma forma de comunhão fática que atenderia às necessidades psicológicas (ou psicopatologias) do fofoqueiro (Gaiarsa, 1978; Hallal, 2007; Karnal, 2016; Elias & Scotson, 2000). Onde nos arriscamos a dizer: viver em sociedade é suportar a palavra alheia sobre si. *Bobagem*?

É importante ressaltar que a *fofoca* não se abre à investigação linguístico-discursiva de modo simples: sua natureza languageira se nos apresenta quase sempre de forma opaca. Diante disso, perguntamo-nos: como o falante/ouvinte de uma dada língua compreende o fenômeno da *fofoca*? Um modo de perceber essa compreensão, por vezes baseada na intuição, é consultar dicionários. De fato, ao lermos alguns (Aurélio *on-line* (Fofoca, 2024a); Michaelis *on-line* (Fofoca, 2024b); Houaiss, 2009; Costa, 2014), podemos averiguar que, por “fofoca”, entende-se: a) dito maldoso ou cheio de maldade; b) conversa sem fundamento, fruto de especulação e/ou suposição; c) aquilo que é comentado em segredo de outrem; d) aquilo que é comentado com o intuito de gerar intriga; e) ato ou efeito de fofocar, bisbilhotar, divulgar boatos e/ou intrrometer na vida alheia; e f) imputação de um fato a alguém com base em suposições e/ou hipóteses. Como podemos perceber, as acepções de “fofoca” dos dicionários procuram definir quase sempre o termo com base em juízos de valor (filosóficos, éticos, pragmáticos etc.). Além disso, é possível extrair dessas acepções que o fofoqueiro pode *fazer* com o *seu dizer* uma ação prejudicial (“criar inimizade, animosidade por meio de intrigas”) ou investigativa (“intrrometer-se com curiosidade no que não lhe diz respeito”). Os dicionários, no entanto, nos explicam – com significados demasiadamente amplos – pouco ou muito pouco sobre a natureza languageira (e discursiva) da *fofoca*: uma conversa, um dito, um comentário.

76 - Maingueneau (1997, p. 13-14) discute, nesse passo, a propensão da Análise do Discurso Francesa (ADF) em se interessar por textos (e, portanto, na construção de *corpora*) produzidos “no quadro de instituições que restringem fortemente a enunciação”, “nos quais se cristalizam conflitos históricos, sociais etc.” e “que delimitam um espaço próprio no exterior de um interdiscurso limitado”. Em resumo, essa preocupação metodológica está ligada ainda às preocupações de uma ADF de primeira geração, focada na análise de objetos que correspondem às *formações discursivas*, conforme postuladas por Michel Foucault.

77 - Nessa mesma linha, a *retórica*, definida como a “arte ou a disciplina que trata do uso do discurso”, excluiria a *fofoca*, uma vez que esta última se enquadraria nos “modos informais do discurso”; muito “embora seja possível alcançar objetivos informativos, diretivos ou persuasivos na forma de diálogo” (Corbett; Connors, 2022, p. 13).

Diante disso, propomo-nos a ver a *fofoca* sobre o prisma da Análise do Discurso. Nessa tarefa, encontramos-nos diante de uma outra dificuldade, desta vez relativa à constituição de um *corpus*. Ora, como gravar ou obter registros de pessoas fazendo *fofoca*? Como veremos, apesar de a *fofoca* ser considerada onipresente, raramente alguém assume ser fofoqueiro (Hallal, 2007; Gaiarsa, 1978). Outro recurso seria trabalhar com *fofoca* na literatura, no rádio, na TV ou na internet; todavia, nesse caso, não estaríamos mais falando de *fofoca*, mas de um *gênero secundário* que absorveu traços de um *gênero primário* (Bakhtin, 2010) para atender a uma determinada esfera de atividade humana, no caso, as mídias de entretenimento. Com efeito, e pensando nessa problemática da *fofoca* como uma forma de discurso muito próxima do cotidiano, delinearemos nossas análises seguindo duas linhas de raciocínio, a saber:

- 1) considerar a *fofoca* um *gênero do discurso*, um “tipo de enunciado relativamente estável”, caracterizado pela presença de determinado conteúdo temático, estilo de linguagem e construção composicional (Bakhtin, 2010), mas com propriedades *conversacionais*, como, por exemplo, a não institucionalização, a grande diversidade temática e a instabilidade estrutural (Maingueneau, 2006);
- 2) considerar a *fofoca* um *ato de linguagem estratégico* que, semelhantemente ao humor (Charaudeau, 2006), é capaz de atravessar as mais diversas situações de comunicação, no entanto, sem caracterizar o todo do discurso. Nesse caso, para além da maldade e da agressão, cabe perguntar o que se buscaria com a *fofoca*, já que ela só acontece se houver *assentimento* entre os interlocutores (“Menina, nem te conto!”/ “Conta aí, ora!”) e obedece também a certas *restrições* (mesmo que sutis), como, por exemplo, a discrição ao falar.

Acreditamos que essas duas possibilidades de compreensão da *fofoca* não necessariamente são excludentes. A complexidade dessa prática social e discursiva – a nosso ver – é tanta que talvez seja melhor pensar nessas explicações como complementares. Daí considerarmos a análise da *fofoca* não somente *necessária* (em termos teóricos), mas também *imperativa* (em termos sociais), uma vez que as nossas formas de interação cotidianas – e, entre elas, a *fofoca* parece ser bem significativa *quantitativamente* – avançam, devido à mediação da internet, para além das portas das casas e dos condomínios, atingindo bairros e cidades por inteiro e provocando tragédias como suicídios e linchamentos.

Parte I: um panorama sobre a fofoca

Nesta primeira parte de nosso estudo, buscamos trazer elementos que, no tocante à gênese do fenômeno, possam jogar luz sobre a compreensão da *fofoca*. Não obstante, esses elementos devem abordar questões não somente históricas, mas também filosóficas (ou seja, éticas) e psicossociológicas (no que se refere à subjetividade do fofoqueiro), de modo a subsidiar nossa proposta de análise discursiva da *fofoca*. Em

vista disso, este breve panorama se apresenta em quatro partes, a saber: i) *da origem da fofoca*, na qual localizamos temporalmente uma possível gênese da *fofoca*; ii) *dos juízos de valor sobre a fofoca*, na qual traçamos um paralelo entre as leis religiosas e leis laicas e observamos o modo como elas incidem sobre o ato de fofocar; iii) *das definições de fofoca*, na qual exploramos alguns trabalhos de diferentes áreas do conhecimento em busca de uma maior compreensão a respeito do nosso objeto de análise; e iv) *dos atores sociais envolvidos no jogo da fofoca*, na qual esboçamos um perfil psicossocial do fofoqueiro e discutimos como este estabelece suas relações interpessoais.

Da origem da fofoca

Etimologicamente, a palavra “fofoca” tem origem provável na língua banta, marca atualmente um regionalismo brasileiro, angolano e moçambicano e se refere à prática do “dito maldoso” ou do “mexerico” (Houaiss, 2009). Analisando essa etimologia, podemos deduzir ainda algumas ideias importantes a respeito da palavra “fofoca”: i) sua suposta origem africana; ii) seu uso dialetal em países ex-colônias portuguesas; e, por fim, iii) sua formação e desenvolvimento no bojo de culturas relativamente recentes, comparadas com culturas bem mais antigas, como a portuguesa e a romana. É necessário ressaltar o último ponto (iii), pois, normalmente, grande parte da sinonímia relacionada à “fofoca” tem sua origem no latim, como, por exemplo: “boato” (*boatus, us*, ‘berro de boi, grito’), “calúnia” (*calumia, ae*, ‘cavilação, trama ardilosa’), “detração” (*detractio, onis*, ‘depreciar, difamar’), “difamação” (*diffamatio, onis*, ‘ação de desacreditar em público’), “injúria” (*injuria, ae*, ‘injustiça, agravo, dano’) e “maledicência” (*maledicentia, ae*, ‘uso de palavras injuriosas’) (Houaiss, 2009). Conforme vemos, a ideia que carrega a palavra “fofoca”, embora faça referência aos matizes semânticos regionalistas (afro-brasileiros), foi e é informada em palavras que carregaram outros matizes, quiçá universais⁷⁸, dessa mesma prática discursiva.

Seguindo essa última linha de raciocínio, podemos, com Harari (2017), traçar uma origem da *fofoca* (não mais a palavra, mas agora a prática discursiva em si) no âmbito da evolução do *homo sapiens*. De fato, para esse autor, o sucesso de nossa espécie está relacionado a dois fatores interconectados, desenvolvidos por volta de 70 mil a.C., a saber: i) a *revolução cognitiva* (mutações genéticas que propiciaram ao cérebro do *homo sapiens* aumentar consideravelmente sua capacidade de aprender, memorizar e comunicar ideias); e ii) a *fofoca*.

Segundo Harari (2017), a *revolução cognitiva* possibilitou o surgimento de uma forma de linguagem altamente plástica, em comparação com os sistemas de comunicação das outras espécies, o que nos tornou hábeis para processar mais rapidamente, qualitativamente e quantitativamente, um maior número de informações do meio, levando à geração de formas de cultura (primeiro, com a confecção de objetos concretos complexos, como, barcos e lâmpadas, e, depois, com a invenção de objetos abstratos, como o comércio e as religiões). Nessa trajetória, Harari destaca a importância

78 - Se levarmos em conta a grande diversidade de línguas derivadas do indo-europeu.

social da *fofoca* como uso dessa linguagem no que visava a capacitar o *homo sapiens* a “rastrear” informações relacionadas ao bando, para além das preocupações com alimentação e com predadores:

Nossa linguagem evoluiu como uma forma de *fofoca*. [...] o *homo sapiens* é antes de mais nada um animal social. A cooperação social é essencial para a sobrevivência e a reprodução. Não é suficiente que homens e mulheres conheçam o paradeiro de leões e bisões. É muito mais importante para eles saber *quem em seu bando odeia quem, quem está dormindo com quem, que é honesto e quem é trapaceiro* (Harari, 2017, p. 31, grifos nossos).

Do exposto, poderíamos nos perguntar se outras espécies não se interessaram pela *fofoca*, tirando, assim, a exclusividade dessa prática do *homo sapiens*. Harari (2017) responde positivamente: os símios, por exemplo, se interessam avidamente por *fofoca*; o problema, no entanto, é que o seu sistema de comunicação precário não propicia que eles fiquem trocando grandes quantidades de informação horas a fio e sobre um grande número de indivíduos.

Com base nessas ideias, pode-se dizer que, no caso do *homo sapiens*, além de as trocas serem quase ilimitadas, a *fofoca* assegura a avaliação do comportamento de muitos indivíduos, garantindo a determinado grupo certo *proteccionismo* (no sentido de favorecer as transações entre e, na maioria das vezes, somente os membros considerados internos e confiáveis ao grupo) e *isolacionismo* (no sentido de manter os outros, indivíduos externos e estranhos, fora do grupo, com medidas relativamente discriminatórias de diferentes graus). Consequentemente, fica delineado um caráter relativamente positivo, ou pelo menos dubio, quanto à *fofoca*, apesar do imaginário, predominantemente, negativo relacionado a essa prática.

Dos juízos sobre a *fofoca*

Certa vez um rapaz abordou o filósofo Sócrates para lhe contar uma coisa. Antes que pudesse abrir a boca, Sócrates o questionou sobre o conteúdo da narrativa: primeiro, se ele era verdadeiro (ou seja, um fato); segundo, se era benéfico (a outrem); e terceiro, se ele era necessário (se resolve alguma coisa na comunidade). Caso fosse, o rapaz poderia contá-la; caso contrário, “não conte”, teria dito Sócrates, pois “Será uma *fofoca* a menos para envenenar o ambiente e fomentar a discórdia entre irmãos, colegas de planeta” (Notícias, 2020). Conhecida como *As três peneiras*, essa história dificilmente pode ser atribuída a Sócrates (uma vez que este nunca escreveu nada⁷⁹); mas, de um ponto de vista filosófico e discursivo, a nós interessa-nos menos a sua veracidade e mais a ideia dos filtros (“peneiras”), que devem ser impostos às coisas que ouvimos e às quais somos tentados a reproduzir, porque, muitas vezes, a *fofoca* “é mais ou menos como o carvão. Se não queima, certamente suja” (Masucci, 1958, p. 50).

79 - Poderia ser atribuída a Platão; porém, não há registros sobre isso. Melhor tomarmos como uma anedota.

Disso, relembremos aqui que no senso comum a *fofoca* é tomada e compreendida por nomes como *calúnia*, *difamação*, *detração*, *injúria*, *rumor*, *boato* etc. que a relacionam a outras atitudes discursivas passíveis de diferentes tipos de sanção. Essas sanções, podemos dizer, são resultados da forma como a *fofoca* é recebida, interpretada e avaliada. Com certeza, essa interpretação e avaliação mudam conforme mudam os “quadros” ou “eixos” de julgamento em uma dada época e sociedade, por exemplo: a) *fofocar* é uma atitude eticamente correta? b) a *fofoca* é uma história verdadeira? e c) a *fofoca* é uma prática útil? De cada um desses eixos axiológicos pode-se retirar um fragmento da história da *fofoca*. Apesar de não ser nossa pretensão rastrear, no curso da história, todos esses juízos, apresentaremos, a seguir, como a Igreja e o Direito, consideradas instituições centrais na constituição dos imaginários sobre a *fofoca*, contribuíram para o entendimento desse fenômeno.

Da moralidade religiosa à questão jurídica

*Acautelai-vos, pois, de queixar-vos inutilmente,
evitai que vossa língua se entregue à crítica,
porque até mesmo uma palavra secreta não ficará sem castigo...*
(Sab 1, 11)

Como sistemas culturais complexos e abstratos, instituições humanas como a Igreja e o Direito tendem a elaborar discursos de modo a tentar controlar e, por vezes, impedir a *fofoca*, seja com sanções religiosas, morais ou legais. De fato, as grandes religiões têm sempre alguma normatização em relação à prática da *fofoca*, ainda que de forma indireta. O Judaísmo e o Cristianismo, por exemplo, apresentam algo de semelhante na sua busca pela salvação das almas, mesmo sob uma perspectiva voltada para o coletivo⁸⁰. No livro do Êxodo, Moisés anuncia o Decálogo ou os Mandamentos da Lei de Deus para o povo Israelita, donde chamamos a atenção para o nono mandamento: “Não levantarás falso testemunho contra teu próximo” (Ex 20, 16, p.). Com esse mandamento, fica vedada ao povo escolhido, pelo menos, uma parte que envolve a prática da *fofoca* (aquela na qual a informação é falsa e/ou inventada). Todavia, e apesar da Lei de Deus, os hebreus não se abstiveram e “as fofocas continuam durante os 40 anos no deserto” (Karnal, 2016, p. 57) e além⁸¹. E ainda há que se perguntar como se estabeleceu, em termos

80 - Diferentemente, o Budismo foca o indivíduo na sua busca pela iluminação – o que inclui sair do *samsara* (ciclo de renascimentos) como meio de cessão do sofrimento – determinada pela prática e pela disciplina no seguir o Caminho do Meio ou o Nobre Caminho (Kyokai, 2012). Esse caminho, ainda conforme Kyokay (2012, p. 52-53), pode ser caracterizado por oito ações: “percepção correta; pensamento correto; fala correta; comportamento correto; meio de vida correto; atenção correta; e concentração espiritual correta”. Chamamos a atenção para a *fala correta*. De acordo com o Dalai Lama (2006), nossa fala deve estar longe da insalubridade e não pode assumir as formas de fala ríspida, fala fútil, da mentira e da calúnia. Como vemos, não há menção direta à *fofoca*; porém, fica claro que não governar a fala acarreta sofrimento (do eu e do outro) imediato e/ou futuro, ou seja, usar a fala de modo incorreto contribui diretamente para aumentar o *carma* individual.

81 - A citar as intrigas nas coortes dos reis de Israel com damas como a rainha estrangeira Jezebel, acusada de seduzir Acab, e a virgem Abisag, difamada por ter cedido aos desejos de Davi (Karnal, 2016).

estratégicos⁸², o compartilhamento de informações necessárias para a manutenção da vida da comunidade ou mesmo da segurança em períodos conflituosos entre os hebreus do tempo de Moisés e outros povos do Oriente Médio, uma vez que, “na guerra, a *fofoca* – aí chamada de boato – alcança todos os limites. Todos estão dispostos a crer o que se queira dizer do inimigo. Qualquer infâmia pode ser perpetrada por aqueles monstros odiosos – *que foram criados pela declaração de Guerra*” (Gaiarsa, 1978, p. 139). Mas essa é outra história. E, embora não tenhamos resposta para essa pergunta, é interessante notar como o Cristianismo absorveu esse mandamento judaico e impôs a sua própria interpretação à Lei.

Conforme Voltaire (2008), a Inquisição ou Santo Ofício tem sua gênese em São Domingos, que, em declaração, afirma reconciliar, após açoitamentos, abstinências, jejuns etc., um tal Rogério, que deveria cumprir as penas ou ser considerado herege, perjuro e impenitente. Se Voltaire estiver certo, o perjúrio – crime de falso testemunho (ou teria sido uma *fofoca*?) – pode ter sido responsável não somente pelas penas impostas ao dito Rogério, mas também por colocar sob tortura e na fogueira tantas almas consideradas perjuras (fofoqueiras?!) pela Inquisição. Com efeito, do perjúrio para a *fofoca* parece um passo: recentemente, o Papa Francisco (É fofoqueiro? [...], 2018) foi categórico contra a *fofoca* nos meios eclesiais, comparando-a ao sarampo, pois ela “penetra nas pessoas, e não se pode viver sem rebaixar os outros”. E aos eclesiásticos que perpetuam a *fofoca*, o Papa foi mais rígido: “Há um remédio para não ser fofoqueiro: morder a língua. Vão inchar, mas assim vão se curar” (É fofoqueiro? [...], 2018). Obra do demônio, a *fofoca* é como uma bomba, transformando homens em terroristas, pois, ainda de acordo com o Papa (Reuters, 2018), enquanto aquela destrói tudo, aquele vai embora tranquilo. Disso, chega-se à conclusão de que, para além da condenação transcendental, o pecado da *fofoca* pode afetar também a carne e o espírito dos fiéis.

Do campo da Religião para o do Direito, podemos assumir que são as cortes e tribunais os responsáveis por fazer cumprir leis que impeçam a *fofoca*. No Brasil, por exemplo, essa legislação foca nos *termos*⁸³ que, por vezes, são tomados como sinônimos

82 - Sun Tzu (ca. 500 a.C.), no seu *Arte da Guerra*, mais precisamente no capítulo “Da arte de semear a discórdia” (Sun Tzu, 2009, p. 192 *et seq.*, grifos nossos), explica a situação em que, tendo que recrutar um exército para uma guerra prevista como longa e conduzi-lo para longe de seus próprios domínios, “é preciso contar que, dentro e fora [desse exército], haverá comoção e *rumor*” e o general, ciente disso, deve, além de “obter todas as informações sobre o inimigo”, por quaisquer meios (espíões, traidores etc.), trazer parte do exército inimigo para o seu lado. E Sun Tzu continua, afirmando que isso deve ser feito por meio de um artifício: a divisão. De acordo com o estrategista chinês, há cinco formas de semear a divisão: *nas cidades; nas aldeias; entre superiores e inferiores; de morte; e de vida*. Aqui destacamos a *divisão de morte*, por meio da “qual, após dar falsos avisos sobre o estado de nossas forças, espalhamos rumores tendenciosos, inclusive na coorte do soberano inimigo, o qual, acreditando na veracidade dos boatos, toma atitudes condizentes com as falsas informações recebidas”. Resultado previsto: “em breve verás que, entre os inimigos, a desconfiança tomou o lugar da confiança, as recompensas substituíram os castigos e vice-versa, e os mais leves indícios serão considerados provas convincentes, passíveis de levar à morte qualquer suspeito”. Assim vemos como a *fofoca* (e outros atos semelhantes) concorre para desconstruir a segurança interna de determinado grupo. Com isso, não queremos afirmar que o artifício apresentado por Sun Tzu seja universal (para todas as guerras em todos os tempos), mas é bem provável que esses raciocínios adquirem certo caráter lógico (e/ou intuitivo) para aqueles que praticavam a guerra nos tempos antigos.

83 - Os *termos*, diferentemente das palavras que usamos no discurso do cotidiano, assumem definições mais rígidas dentro de sistemas complexos, como o Direito, por exemplo. Isso implica que os *termos* são mais fechados semanticamente e menos suscetíveis a interpretações dúbias causadas por ambiguidade, sinonímia e polissemia.

de *fofoca*: a *calúnia*, a *difamação* e a *injúria*. No Código Penal da Constituição Federal de 1988, mais especificamente nos artigos 138, 139 e 140, estão regulamentadas as sanções legais para os ditos crimes contra honra. Tais sanções podem variar de um mês a três anos de detenção, numa gradação diante da gravidade do caso, a saber: i) Art. 138: “caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime” – pena de seis meses a dois anos de detenção e multa, incorrendo também nesse crime aqueles que divulgarem a calúnia, mesmo sabendo ser ela falsa (Brasil, 1940, art. 138); ii) Art. 139 “difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação” – pena de três meses a um ano de detenção e multa (Brasil, 1940, art. 139); e iii) Art. 140: “injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro” – pena de um a seis meses de detenção ou multa; todavia, se a injúria estiver relacionada a questões religiosas ou feita contra pessoas idosas e/ou deficientes, pena de um a três anos de detenção (Brasil, 1940, art. 140).

Como se pode perceber, a gradação das sanções vai da imputação de fatos tidos como crime (por exemplo: *Maria surrupiou uma bolsa na loja X*), passando pela imputação de fatos que não são crimes (apesar de poderem ser verídicos), mas que atentam contra a decência e as normas sociais (por exemplo: *João tem um caso com Joana*), até o simples xingamento, que não necessariamente precisa ser público (por exemplo: *Raul é um canalha!*). Para os nossos objetivos, é necessário aqui precisar o que, em termos discursivos, ocorre em cada caso. Para a *calúnia*, a atribuição do fato-crime ao sujeito da ação passa por uma avaliação no eixo da verdade (verdadeiro/falso) para somente depois se impor a sanção legal; antes disso, é *fofoca*. Para a *difamação*, a atribuição do fato ao sujeito da ação passa por uma avaliação (muitas vezes feita por pressuposição), mas dessa vez no eixo da ética (moral/imoral), para depois se impor a sanção legal; ou seja, antes ou depois da atribuição, é sempre *fofoca*, independentemente da verdade ou da falsidade do fato. Para a *injúria*, o ato de ofender a dignidade ou o decoro, embora se manifeste mais diretamente pelo xingamento, não deve ser reduzido a ele, podendo, dentro de dada língua, se materializar em diversos modos de enunciados, dos mais diretos aos mais velados. Dai as penas mais baixas, resultado provável das dificuldades de dizer se houve um ataque direto à honra da vítima ou uma narrativa mal interpretada por parte da acusação; ou seja, também nesse caso, é *fofoca*, em seu estado mais puro.

Das definições de fofoca

Bem antes de propor uma definição de *fofoca*, devemos discutir uma questão que continuamente “ronda” essa definição: a questão da sinonímia ligada à palavra “fofoca”, que faz passar várias “coisas” como *fofoca*. Como já vimos, *rumor*, *boato*, *injúria*, *detratação*, *calúnia*, *difamação*, *maledicência*, entre outros termos, não são o mesmo que fazer *fofoca*. Isso porque – há que se ressaltar novamente – sobre a *fofoca*, diferentemente dos seus sinônimos, não recaem sanções legais, mas somente sanções de ordem moral e/ou religiosa. Se isso é desse modo, por que a intuição e certos estudos⁸⁴ sobre a *fofoca* (ainda) levam em consideração essa sinonímia e, por vezes, insistem na (in) compreensão e na interpretação da *fofoca* como calúnia, difamação, injúria etc.?

84 - Como, por exemplo, Karnal (2016, p. 13), que considera que “fofoca, maledicência, maldizer, difamação, mexerico, boato, babado, intriga – tudo decorre de um cérebro ardiloso, um coração ressentido e uma língua ferina”.

Um modo de responder a essa questão seria levá-la ao absurdo, fazendo da *fofoca* uma classe mais ampla, mais geral, da qual os outros fenômenos (calúnia, difamação, injúria, maledicência, rumor, boato etc.) seriam espécies⁸⁵. Assim, a *fofoca* ganharia um *status* mais abstrato, entrando na definição desses termos, como, por exemplo: *calúnia* é uma *fofoca* que imputa falsamente um fato como crime a alguém. No entanto, ainda necessitaríamos responder a seguinte pergunta: o que vem a ser *fofoca*?

No que se segue, propomo-nos, então, apresentar e discutir algumas definições de *fofoca*. Ainda que sem a pretensão de ser exaustivo, este breve estudo busca oferecer uma visão dos modos de percepção da *fofoca* que levam em consideração, por um lado, o indivíduo e a sua subjetividade e, por outro, o coletivo e o convívio social. Para isso, dividimos esta seção em três partes: na primeira, a *fofoca* é descrita em sua relação com as emoções; na segunda, a *fofoca* é apresentada como instrumento da peste emocional; e, na terceira, a *fofoca* é tratada como forma de entretenimento e de integração/exclusão social.

A fofoca como expressão do ódio

Em seu ensaio *A Verdade sob Suspeita*, Hallal (2007) procura explicar a *fofoca* por meio do ponto de vista da psicanálise. Nesse caminho, o autor interpreta a *fofoca* relacionando-a ao sentimento do desamor, isto é, como resultado dos conflitos e mágoas gerados entre seres humanos que mantêm laços estreitos de proximidade. Com esse intuito, Hallal (2007, p. 14) define *fofoca* ora como “expressão” (ou “manifestação”) do ódio, ora como psicopatologia, ora como “forma de comunicação intrometida”, diferenciando-se por sua onipresença (a *fofoca* é capaz de se apresentar em qualquer lugar e situação) e por ostentar quase sempre uma “violência depreciativa” contra outrem⁸⁶.

Ainda sobre essas características, Hallal (2007) afirma que, para se realizar, a *fofoca* não exige uma grande infraestrutura, isto é, basta o diálogo, a conversação cotidiana. Ligado isso, Hallal (2007, p. 17; 23) acrescenta a questão econômica: gasta-se pouco para fazer a *fofoca*, enquanto o lucro é quase sempre imediato. Isso porque “a *fofoca* parece enquadrar um parecer sobre a vida e o comportamento de alguém, tentando criar padrões normativos. Quem determina o padrão, de certo modo, dá as cartas, define as regras”. Ou seja, quem faz *fofoca* consagra a si mesmo o direito de reger a vida dos outros, legislando e governando ao mesmo tempo. Isso, ainda de acordo com Hallal (2007, p. 22-23), é obtido sem sanções imediatas, já que “como promotora de injustiça, a *fofoca* é quase sempre acompanhada de uma tolerância omissa ou participativa. A impunidade sempre foi um estímulo às atividades ilícitas, pois seus executores, além de não sofrerem punição alguma, se sentem ainda mais onipotentes”.

85 - Uma proposta semelhante é feita por Gaiarsa (1978), ao destacar a proximidade entre a *fofoca* e o humor. De acordo com esse autor, a *fofoca*, quando destacada de seu contexto, vira anedota, donde se conclui que as “anedotas são *fofocas* estilizadas” (Gaiarsa, 1978, p. 72, grifos nossos).

86 - Esse tipo de perspectiva pode ser percebido em preocupações normativistas sobre a *fofoca*. Por exemplo, Chapman e Sharley (2014) consideram que a comunicação na vida profissional (entenda-se: empresarial) deve ser isenta de comentários negativos, pois, para os autores, “a *fofoca* é a troca de informações negativas entre duas ou mais pessoas sobre alguém que não está presente” (p. 12), e “a menos que seu comentário seja elogioso, é melhor evitar” (p. 24).

Como podemos ver, a *fofoca*, para Hallal (2007), se constitui uma forma de comunicação e expressão que exige: a) uma linguagem para gerar a manifestação do ódio ou a forma de comunicação violenta; b) um assunto que se relacione mais ou menos de perto com o sentimento do desamor e que desperte a curiosidade, tornando as pessoas cúmplices; e c) pelo menos três sujeitos: i) aquele que faz a *fofoca* e que exprime seu ódio; ii) aquele que recebe a *fofoca* e que tolera ou participa da violência contra outrem; e iii) aquele que é o alvo da *fofoca* e que, com algo a perder (dignidade, respeito, *status* etc.), “passa a ter vergonha de si mesmo, utilizando o isolamento como forma de autopunição”, submetendo-se à perversão do fofoqueiro (Hallal, 2007, p. 13).

Do que foi dito, é importante reter que, do modo como está definida, a *fofoca*, em Hallal (2007, p. 16-17), escapa às sanções legais do Estado, tendo outros destinos: ela pode “cair no esquecimento, ser repetida ou, ainda, ser aumentada pela interferência dos ouvintes-narradores que lhe darão sequência e manutenção”. Afinal, ouvintes de *fofocas* são fofoqueiros em potencial.

A fofoca como instrumento da Peste Emocional

Em seu *Tratado Geral sobre a Fofoca*, Gaiarsa (1978) propõe um estudo interdisciplinar que envolve o vivo, o indivíduo e o social, com ênfase numa pragmática da ação. Nesse sentido, Gaiarsa (1978, p. 8) define a *fofoca* como “principal instrumento da Peste Emocional”, ou seja, ela é o instrumento de “tudo aquilo que as pessoas inibidas, quadradas e retidas, fazem contra todos os que se mexem, vivem e fazem coisas”⁸⁷.

No decorrer de seu tratado, porém, Gaiarsa explora a generalidade dessa definição, apresentando outras nas quais ele procura circunscrever e restringir o modo de compreensão do que seja a *fofoca*. Logo, da leitura de seu tratado, podemos desvelar três modos de entender a *fofoca*, a saber: i) a *fofoca* é o *movimento (dispositivo ou expressão) de controle* que impede a mudança. Dessa forma, a *fofoca* contribui para gerar e manter a estabilidade da estrutura social (*status quo*), fixando os atores sociais em seus devidos lugares (classes e papéis sociais), isto é, ela é o movimento, o dispositivo ou a “expressão do controle social de todos sobre todos e de todos sobre cada um” (Gaiarsa, 1978, p. 189); ii) a *fofoca* é uma *rede pública secreta*. Nesse sentido, *fofoca* é informação, comentário, falar dos outros quando estes não estão presentes (o terceiro ausente). Ou seja, é um “trabalho secreto” que “todos fazem e que todos sabem que todos fazem”, numa espécie de “conspiração cósmica” (Gaiarsa, 1978, p. 162); e iii) a *fofoca* é *expressão da burrice social*. Nessa perspectiva, a *fofoca* é considerada subproduto de psicopatias, como o tédio, ou mesmo o “signo” da ignorância, do ódio e da violência humana.

Além disso, Gaiarsa (1978, p. 15; 83) apresenta as seguintes características principais da *fofoca*: a) *onipresença*: “acontece de tal modo que se esconde na medida em que aparece”; b) *ausência de origem enunciativa*: semelhantemente às piadas, a *fofoca*, por força dos hábitos de convivência social, não tem a sua fonte revelada, pois isso poderia,

87 - Afirmando, dessa maneira, sua filiação à Orgonomia, ciência da “energia vital”, proposta pelo discípulo de Sigmund Freud, Wilhelm Reich (1897-1957).

em alguns casos, gerar de brigas a ações legais; c) *impossibilidade de feedback*: uma vez que a própria *fofoca* é uma “resposta desmedida do outro ao nosso comportamento”, não é de bom tom questionar o outro sobre isso; e, por fim, d) *hipóteses baseadas em fatos mais que deficientes*, isto é: “vimos alguém passando; vimos alguém sorrindo; vimos alguém falando; e logo concluímos que João é corno, que Antônio é sacana, que Amélia traiu o marido” (Gaiarsa, 1978, p. 27). Como se vê, a dedução das conclusões vai muito além daquilo que os dados podem confirmar.

A fofoca como forma de integração/exclusão social e de entretenimento

Em seu estudo sociológico sobre uma comunidade cindida⁸⁸, Elias e Scotson (2000) dedicam todo um capítulo para a compreensão da natureza e das funções da *fofoca* (em inglês, *gossip*). Em sua proposta, os autores, primeiramente, advertem que a *fofoca* não pode ser compreendida como um fenômeno independente, ou seja, algo digno de *fofoca* o é somente na dependência do que a comunidade estabelece como normas e como crenças. Isso porque o interesse ou não em determinado alvo (indivíduo ou grupo) é relativo ao modo de transgressão das normas e à aceitação ou não daquilo que é estabelecido como “verdade”, o que faz da *fofoca* uma espécie de argumento para confirmar a imagem desviante que, por vezes, já se tem dos transgressores internos ou externos ao grupo. Com efeito, em comunidades unidas e coesas, sistemas mais eficientes de transmissão de *fofocas* tendem a se desenvolver, movidos, muitas vezes, pela proximidade parental, pelo conhecimento de longa data entre os seus membros e pela desconfiança de pessoas estranhas ao grupo.

Nessa linha, Elias e Scotson (2000, p. 121) consideram que a *fofoca* pode, estruturalmente, se apresentar de duas formas, a saber: i) *fofocas depreciativas* (*blame gossip*); e ii) *fofocas elogiosas* (*pride gossip*). Enquanto as primeiras tendem a ser mais utilizadas contra os indivíduos de fora do grupo, as segundas aplicam-se, sobretudo, aos indivíduos de dentro dos grupos, podendo trazer *fama* – no sentido positivo do termo – para aqueles que a produzem. Isso porque, de certo modo, pode haver uma exaltação do ego do narrador, do ouvinte ou de ambos, devido a essa iniciativa (solidária) de, ao movimentar a boataria com *fofocas elogiosas*, mobilizar a ajuda comunitária em prol de indivíduos do grupo que apresentam necessidades financeiras, por exemplo. E, como essas *fofocas elogiosas* são, na maioria das vezes, transmitidas no seio de comunidades muito coesas, elas assumem, assim, um caráter de entretenimento, pois a maneira como são elaboradoras (tom de voz, simplificação das personagens e dos motivos, avaliação segundo normas e crenças tradicionais) não é diferente de como as pessoas da comunidade falam a respeito de atores e atrizes de cinema ou dos membros da família real britânica. No entanto, ainda de acordo com os autores, cabem duas ressalvas: i) as *fofocas depreciativas* se apresentam amalgamadas às *fofocas elogiosas* e, por vezes,

88 - A comunidade em questão é a pequena cidade do interior da Inglaterra Winston Parva. Tal estudo se ateve à análise das relações de poder mantidas entre os “estabelecidos” (*insiders*), marcados por uma “superioridade” baseada na tradição e na antiguidade (moradores antigos da “aldeia”, que se conhecem de longa data), e “os de fora” (*outsiders*), moradores dos novos loteamentos da cidade, inferiorizados e estigmatizados por sua anomia, delinquência e violência.

elas assumem um maior valor de entretenimento, já que trazem maior satisfação/prazer por movimentar um “fluxo maior de intrigas” do que as *fofocas elogiosas*; e ii) não se deve desprezar, de um modo geral, a capacidade de rejeição da *fofoca*, pois, mesmo dentro do grupo, ela pode ser utilizada com instrumento muito eficaz de exclusão.

Do exposto, é preciso ressaltar e manter da proposta de Elias e Scotson (2000) o caráter dependente da *fofoca*, isto é, ela assume determinadas funções de acordo com o grupo no seio do qual ela se desenvolve: a) é *integradora*, movimentando os boatos em prol da ajuda a membros internos ao grupo em necessidade; b) é *instrumento de exclusão*, censurando e rejeitando atitudes contrárias às crenças, costumes e hábitos do grupo, o que pode atingir membros internos e elementos externos; e c) é *forma de entretenimento*, mobilizando histórias que são, na maioria das vezes, de interesse coletivo.

Dos atores sociais no jogo da fofoca

Até aqui viemos falando sobre “aquele que faz fofoca” (“fofoqueiro” em Houaiss, 2009), sem, no entanto, apresentarmos as principais características que o diferenciam de outros parladores em nossa sociedade. Também não nos perguntamos se é possível estabelecer uma tipologia de fofoqueiros – não devemos ser ingênuos ao ponto de acreditar que todos eles sejam iguais. Nessa mesma linha, não discutimos também a respeito dos parceiros do fofoqueiro no jogo da *fofoca* nem das relações que eles mantêm entre si. Assim, no que se segue, primeiramente esboçamos o perfil do fofoqueiro, enumerando algumas de suas características psicossociais, ao mesmo tempo em que discutimos as principais relações interpessoais mantidas entre o fofoqueiro e outrem.

O fofoqueiro em foco

As elucubrações a respeito do *fofoqueiro*, embora nos apresentem uma miríade de caracterizações possíveis para esse ser, nos colocam também diante de certas dificuldades. Por exemplo, há aqueles que se apoiam na ideia de que “somos todos fofoqueiros”, insistindo numa universalidade da *fofoca* (Gaiarsa, 1978), mesmo que abertamente e publicamente ninguém assuma esse papel, uma vez que o fofoqueiro quase sempre “se sente um triunfante, negador da sua própria condição e acredita na própria mentira quando pensa que está prestando um favor ao comunicar e divulgar uma maledicência” (Hallal, 2007, p. 15). Por outro lado, há aqueles que admitem que “fofoqueiro é o outro”: o eu (fofoqueiro) fala indiretamente de si para exorcizar seus fantasmas no outro (Karnal, 2016), numa espécie de jogo de espelhos que faz transferir os transtornos psicopatológicos (relacionados a certas emoções dos viciados em *fofoca*, como, por exemplo: a inveja, a raiva, o ódio) para o alvo, tornando fofoqueiro e ouvinte cúmplices de um crime aparentemente sem vítimas (Chapman; Sharkey, 2014).

Com efeito, a análise de algumas tentativas de definição e caracterização do *fofoqueiro* se nos apresentam ora amplas demais, ora subjetivas demais, baseadas em juízos de valor que acompanham o empreendimento da *fofoca*:

Quadro 1: definições de fofoqueiro

Fofoqueiro(s) é/são...	“aquele que se ocupará de ofender os que ama, cultivando o desamor” (p. 9). “caçadores de ouvintes atraídos pelas desgraças dos outros” (p. 16). “profissional da distorção da informação” (p. 26). “um mentiroso, um inventivo, um ficcionista de baixa categoria que faz malabarismo com o comportamento alheio” (p. 34-35).	Hallal (2007)
	“alguém infeliz e invejoso” (p. 81).	Karnal (2016)
	“policial do status quo” (p. 31). “arauto de muitos, ou melhor, de uma maioria que o sustenta” (p. 68).	Gaiarsa (1978)

Fonte: Elaborado pelo autor

Essas “definições” (e, de certo modo, as caracterizações), por vezes, não suportam o teste da inversão. De fato, poderíamos até aceitar que (todo) o fofoqueiro seja alguém infeliz e invejoso, mas nem toda pessoa infeliz e invejosa é um fofoqueiro; podemos estar diante de uma pessoa depressiva ou coisas do tipo, mas não necessariamente de um fofoqueiro. O mesmo se aplica à compreensão de fofoqueiro como “profissional da distorção da informação” ou “ficcionista de baixa categoria”: quantos jornalistas e romancistas não se enquadrariam nessas definições?

Nessa mesma linha, as tipologias do *fofoqueiro* também se apresentam com um grau de subjetividade que dificulta a sua aplicação. Por exemplo, citemos Gaiarsa (1978), que classifica os fofoqueiros em *orgulhosos* e *invejosos*. Os *orgulhosos*, além de desprezarem a pessoa criticada, relatam o ato da vítima (o assunto da *fofoca*) como se “fosse sempre uma vergonha, uma humilhação”. Os *invejosos*, por sua vez, além do espanto e da perplexidade diante do ato, “olham sua vítima quase de baixo para cima, e sua crítica tem um tom indisfarçável de admiração”. Ambos, no entanto, emitem o mesmo julgamento sobre o alvo: “Como é que este sujeito tem coragem de fazer isso!” (Gaiarsa, 1978, p. 53).

Diante do quadro exposto, acreditamos ser conveniente neste momento propormos uma definição, mesmo que provisória, que abarque a problemática relacionada ao *fofoqueiro*, de modo a nortear minimamente a nossa discussão na segunda parte deste trabalho. Com efeito, consideremos o *fofoqueiro* como um agente social que repassa informações (negativas ou positivas) sobre uma ou várias pessoas que rompem as expectativas quanto às normas aceitas em dada época e sociedade. Agora cabe descrever e analisar *como* ele faz isso, em termos discursivos.

Parte II: para uma análise discursiva da fofoca

Nesta segunda parte, nosso objetivo é observar mais de perto e a fundo a natureza discursiva da *fofoca*. Para isso, seguiremos dois caminhos não totalmente divergentes, mas que se diferenciam quanto à forma de descrição e classificação final do fenômeno, a saber: i) na linha de Bakhtin (2010), compreender a *fofoca* como *gênero do discurso*; e ii) nos moldes propostos por Charaudeau (2006), apreender a *fofoca* como *ato de comunicação estratégico*. Devido às propriedades e particularidades gerais da *fofoca*, como vimos na parte I, essas propostas de compreensão não se deixam apresentar sem problemas, os quais serão apontados à medida que desenvolvemos a análise, delineando, assim, o alcance e as fragilidades de cada uma delas.

Fofoca: um gênero do discurso

Aprendemos, com Todorov (1980), que os gêneros (discursivos/textuais) têm sua origem em outros gêneros, não tanto no caráter histórico (cronológico; o que precedeu um gênero), mas sim no caráter sistêmico (ou seja: aquilo que preside a todo instante o surgimento de um gênero). Além disso, Todorov (1980, p. 48) nos diz que eles, os gêneros, revelavam as características da sociedade em que surgem e se desenvolvem, pois é nessa sociedade que “institucionaliza-se a recorrência de certas propriedades discursivas, e os textos individuais são produzidos e percebidos em relação à norma que esta codificação instituiu”. Com base nisso, surgem duas perguntas importantes: o que teria presidido o surgimento da *fofoca*? E quais características sociais isso relevaria? Para a primeira questão, uma resposta possível seria dizer que a *fofoca* deriva da *conversação diária* ou das *narrativas do cotidiano*; logo, a *fofoca* seria um subtipo ou subespécie da conversa ou da narrativa. Todavia, há que se perguntar: em que medida *conversa* e *narrativa* são gêneros?⁸⁹

Para a segunda questão, seria tentador encontrar uma sociedade na qual não houve ou não há registro(s) de *fofoca*; daí, segue-se que teríamos um exemplo de uma sociedade livre de *fofocas* e, assim, com características tão ímpares que poderíamos contrastar com as sociedades conhecidas. Como não temos registros dessa sociedade e como todas até hoje conhecidas registraram a ocorrência *fofoca*, podemos hipostasiar que a *fofoca* é inerente à constituição da linguagem tanto quanto é uma marca da sociedade humana e não de uma sociedade em particular, como vimos anteriormente com Harari (2017). De fato, se assumirmos, com base no dialogismo de Bakhtin (2010), que tudo o que dizemos é uma resposta (atividade responsiva ativa) a enunciados anteriores e que tudo o que dizemos não é somente respostas à primeira palavra dita⁹⁰ (o mito

89 - No caso da *fofoca*, seguiremos a mesma cautela de Todorov (1980, p. 46) quando este se pergunta quais são exatamente as “formas que, embora prenunciem os gêneros, ainda não o são? E se houver, como se daria a passagem de uns aos outros?”. Nessa mesma linha, veremos, a seguir, que considerar a *fofoca* um gênero não é tão simples como parece, exatamente devido às suas características conversacionais.

90 - Devemos sempre manter certo cuidado com as especulações que envolvem as origens da linguagem, pois, como observa Bodmer (2021, p. 109): “Nada conhecemos acerca da fala humana do período em que um antropoide ereto pela primeira vez fez uso dos sons, para cooperar no trabalho ou na defesa, até a época em que se começou a escrever. É, pois, imprudente, tirar conclusões sobre o nascimento da linguagem, partindo do curto período em que se nos mostram os fatos”.

adâmico), mas também transmissões ou retransmissões de informações anteriores, reformuladas das mais diferentes formas, então, tudo ou grande parte de tudo do que dizemos ou podemos vir a dizer carrega o gérmen da *fofoca* (num sentido lato, é claro!) ou é *fofoca* (não necessariamente carregando o aspecto negativo aferido a ela), sendo que praticamente todas as sociedades, primitivas ou modernas, apresentam-na. Assim, resulta do que precede a questão: é então a *fofoca* um gênero discursivo?

Na perspectiva de Bakhtin (2010, p. 261 *et seq.*), os gêneros são considerados “tipos de enunciados relativamente estáveis”, presentes em todas as esferas de atividades humanas, e caracterizados pelo *conteúdo temático*, pelo *estilo* (seleção de elementos linguísticos) e *construção composicional* (organização dos elementos semióticos). Além disso, os gêneros são classificados de acordo com a sua natureza comunicacional como: a) *primários* (enunciados próprios do dia a dia, do convívio familiar e particular); e b) *secundários* (gêneros complexos, normalmente escritos, e que reformulam em seu interior enunciados dos gêneros primários). Com base em tudo que vimos na parte I, podemos admitir que a *fofoca* se constituiu e ainda se constitui, na maioria das ocorrências, como enunciados relativamente identificáveis e estáveis, pois: “Até mesmo no bate-papo mais descontraído e livre nós moldamos o nosso discurso por determinadas formas de gênero, às vezes padronizadas, às vezes mais flexíveis, plásticas e criativas (a comunicação cotidiana também dispõe de gêneros criativos)” (Bakhtin, 2010, p. 282). É o que se dá no caso da *fofoca*, apesar da diversidade de temas de que trata (quase tudo pode virar assunto de *fofoca*), dos estilos com os quais pode se materializar (a depender da língua, quase todos os elementos estão disponíveis para a elaboração dos enunciados fofoqueiros) e da instabilidade composicional (apesar da predominância da linguagem verbal e oral). No entanto, é preciso ainda acrescentar que certas *restrições* (apesar de amplas) estão necessariamente ligadas ao conteúdo temático, ao estilo de linguagem e à construção composicional da *fofoca*.

Como vimos na parte I, a *fofoca* se volta para assuntos do dia a dia e restringe os seus temas somente naquilo que se relaciona ao outro, isto é, faz-se *fofoca* tendo como base qualquer assunto, desde que o tema esteja ligado, de algum modo, a um sujeito alvo da *fofoca*: *negócios* (“O vizinho trocou o carro e, você sabe, o vizinho...”), *política* (“O candidato do seu irmão é de uma boçalidade...”), *religião* (“Na igreja do João existem alguns rituais meio estranhos...”) etc. Nesses exemplos, podemos inferir que o foco da *fofoca* não é tanto sobre o assunto (negócios, política, religião) ou o tema (o carro, o candidato, a igreja), mas sim sobre quem está ligado ao tema, ou seja, sobre os indivíduos que atuam na sociedade, que mantêm laços de amizade ou parentesco, que pertencem a certas associações etc.

Quanto ao estilo, a restrição imposta à seleção dos elementos linguísticos está ligada à maior ou menor *intimidade* entre os parceiros da *fofoca*. Desse modo, a *fofoca* pode se apresentar num tom *sério* (mais ou menos objetivo, próximo da linguagem jornalística: “Sabe a Joana, filha da vizinha? Ela foi vista entrando na casa do senhor X!”),

jocosos (por exemplo, irônico: “Sabe a Joana, filha da vizinha? Ela foi levar a *merenda* para o senhor X!”), em que “merenda” significa, nesse contexto, “ôrgão sexual feminino”) ou mesmo *chulo* (“Sabe a Joana, filha da vizinha? Ela está *dando igual a chuchu na rama!*”, com “dar igual chuchu na rama” significando, no registro vulgar, o mesmo que “manter relações sexuais com qualquer um”).

Nessa mesma linha, a restrição quanto à construção composicional da *fofoca* impõe que os parceiros percebam como se dá o início, o desenvolvimento e o encerramento dos enunciados fofoqueiros. Esquemáticamente (veja parte I), a *fofoca* pode, de início, romper o silêncio ou irromper em meio a outros assuntos da conversa. A partir daí, o locutor chama o destinatário (por exemplo: “Menina, nem te conto! Você viu a Joana?”; “Sabe o José? Então...”; “Ontem, vi a Maria no carro de João...”) a evidenciar a narrativa sobre o herói (Joana, José, Maria, João) que contém, em si, uma avaliação normativa (ética, estética, pragmática etc.), enquanto aguarda uma atitude responsiva do destinatário, que pode ser ativa (emitindo um novo juízo ou um simples “de acordo”) ou passiva (o silêncio). Esse esquema, embora se volte para o modelo da conversação oral *in praesentia*, pode se materializar em outras modalidades e combinações sógnicas, como, por exemplo: mensagens de áudio, mensagens escritas, mensagens em libras, textos escritos etc.

Temos que admitir, porém, que a *fofoca* se nos apresenta, predominante e em primeiro lugar, como um *gênero primário*, pois tais características são próprias de “um discurso oral do dia a dia orientando-se diretamente em enunciados deliberadamente primitivos” (Bakhtin, 2010, p. 263). Apesar disso, é tentador (e aparentemente mais fácil) focar a *fofoca* como um conjunto de enunciados relativamente estáveis, muito próximo da realidade do cotidiano, familiar, do diálogo e da conversa, mas que passou pelo filtro de um dado autor e que foi absorvido por alguma esfera de atividade humana mais ampla (a literatura, a política, a religião ou a filosofia), desempenhando, assim, um importante papel argumentativo (semelhante aos *exempla*, da retórica). Desse modo, a *fofoca*, muitas vezes, passa a ser percebida *somente* com essa particularidade, e há que se perguntar o quanto do *gênero primário* permaneceu no *secundário* e o que se pode tirar disso. A resposta a essa questão não é simples, necessitando de uma pesquisa que levasse em consideração essa “engenharia reversa”. Apesar das dificuldades, acreditamos que uma “análise reversa” teria o potencial de entrever quais das características da *fofoca* (*gênero primário*) subsistem no *gênero secundário* (e, por conseguinte, no imaginário sociodiscursivo de determinada época e sociedade⁹¹) e que, sim, tais características poderiam ser, no mínimo, elencadas. De fato, essas marcas podem se constituir o

91 - Ao encontro dessa ideia, podemos trazer a proposta de Maingueneau (2010, p. 131) de conferir a certos gêneros o caráter de hipergêneros que “não sofrem restrições sócio-históricas: eles apenas ‘enquadram’ uma larga faixa de textos e podem ser usados durante longos períodos em muitos países. As restrições que eles impõem são muito pobres: para categorizar um diálogo, por exemplo, é necessário apenas escalar pelo menos dois interlocutores”. Como já vimos, uma das possíveis origens da *fofoca* seria a própria conversação ou o diálogo ou as narrativas primevas. Seguindo essa linha, poderíamos considerar a *fofoca* também como um hipergênero, pois ela estaria presente em praticamente todas as sociedades e, quiçá, desde os primórdios da humana, somente se adaptando minimamente às necessidades temáticas, estilísticas e formais das épocas: uma *fofoca* na corte de Calígula tem, aparentemente, quase a mesma estrutura, tema e estilo de uma *fofoca* na corte de Luís XV.

“garantidor” da intuição linguageira do sujeito falante/ouvinte quando estes reconhecem certos enunciados como *fofoca*, já que no plano prático temos mais facilidade de tratar (identificar e utilizar) dos gêneros do que no plano teórico (Bakhtin, 2010).

Fofoca: um ato de comunicação estratégico

A *fofoca*, de modo semelhante a outros atos de comunicação, não está ligada diretamente a um tipo de discurso único (por exemplo, aos discursos midiático ou literário), o que deriva de sua natureza primeiramente *conversacional*. Além disso, se pensarmos em termos estratégicos, a *fofoca*, assim como o humor, pode *atravessar* qualquer tipo de discurso como um modo de estabelecer uma certa cumplicidade e/ou convivência com o interlocutor, não constituindo, por conseguinte, a totalidade de uma situação de comunicação (Charaudeau, 2006). E, como vamos apresentar a seguir, a percepção dessa analogia entre *fofoca* e humor, que aventamos aqui, não deixou de ser sentida por aqueles que estudaram o fenômeno de perto.

Em sua tese monumental sobre a *fofoca*, Wieser (2009) explora essa relação de semelhança em termos conversacionais e, com base em Morreall (1994), elenca as seguintes características comuns entre a *fofoca* e o humor, a saber: i) o uso da surpresa e do inesperado; ii) a exploração hipotética dos temas; e iii) o cultivo da intimidade e da solidariedade. Expandindo sua explicação, Wieser (2009, p. 365) nos mostra que tanto a *fofoca* quanto o humor (a) exigem um narrador bom (ou seja, uma competência discursiva acima da média); (b) lidam com eventos reais e/ou ficcionais (e não necessariamente verdadeiros ou falsos); (c) voltam-se, em alguma medida, para o entretenimento; e, por fim, (d) buscam uma certa solidariedade, pois “apenas os membros competentes de uma comunidade compartilham a atitude e o conhecimento necessários para poder entender as alusões e sutilezas escondidas debaixo da superfície linguística”. Wieser (2009) ainda nos adverte que a *fofoca* e o humor se aplicam a uma *pessoa ausente* e que, sendo amiga ou não, esta não escapará de ser alvo da zombaria nem de ser “desnuda” pela *fofoca*. E, como consequência disso, a *fofoca* será tanto melhor, mais eficaz e menos “mesquinha” se atender às duas regras do humor (Morreall, 1994): i) ser engraçada; ou ii) ser contada de modo engraçado.

Apesar disso, a *fofoca*, tomada assim como uma “brincadeira sem importância”, que está alicerçada sobre a intimidade ou a solidariedade entre interlocutores, pode ser considerada como uma forma “criminosa” de cumplicidade. Gaiarsa (1978), por exemplo, vê na *fofoca* uma espécie de “policimento” do *status quo*, pois, “Sem cunho pessoal e íntimo, a *fofoca* não tem graça nem sentido. Quem a faz e quem a ouve são *cúmplices* num *crime comum*. São *conspiradores* que estão traçando uma rede na qual apanham alguém que fez ou disse coisas contrárias à moral ou aos bons costumes” (Gaiarsa, 1978, p. 31). Como podemos ver, há, nesse passo, uma inversão da proposta de Wieser (1997): não se faz *fofoca* para buscar a intimidade, mas já se deve possuir intimidade para poder fazer *fofoca*; no caso do humor, isso não se aplica necessariamente. Conclui-se daí que o risco para aquele que *faz fofoca* é muito grande, uma vez que incide sobre a indiscrição.

Isso, como nos explica Hallal (2007), gera nos ambientes sociais duas atitudes em relação ao fofoqueiro: de um lado, ele é tido como engraçado (já que as suas ações são tomadas como “brincadeira”) e, de outro, ele é, ao mesmo tempo, segregado (pois as suas ações são tidas como “ofensivas”). Mas o fofoqueiro sabe do poder do humor (e do riso) e, à vista disso, ele “cria uma forma de *desdizer* quando a *fofoca* não é bem recebida. Esconde-se atrás do riso ou de uma possível má interpretação para alcançar a *impunidade* de seus atos” (Hallal, 2007, p. 53, grifos nossos). Esse caráter agressivo, criminoso e sub-reptício faz com que a *fofoca*, para além do humor, se aproxime mais de uma forma de violência, pois a comunhão entre locutor e interlocutor contra o alvo, como afirma Karnal (2016, p. 18), deve chegar ao nível da abominação, isto é, “quem me escuta não pode sentir-se parte do mal. Não posso rir da gordura alheia, se meu interlocutor estiver acima do peso”. Contudo, essa interdição – como veremos a seguir – deve se aplicar somente à *fofoca*, uma vez que, no caso do humor, interlocutor e alvo podem se consubstanciar numa mesma instância, tornando-se *vítima*, por exemplo, do sarcasmo ou da ironia (Charaudeau, 2006).

Fofoca: da analogia com o humor à violência verbal

Apesar do que tudo o que foi dito em 2.2, consideramos que é ainda possível, a partir da analogia com o humor, aumentar nossa compreensão sobre a *fofoca*. Para isso, tomaremos as ideias propostas por Charaudeau (2006) no que diz respeito à *mise en scène triádica* (isto é, a distribuição das instâncias enunciativas) e ao jogo enunciativo (que, conforme Charaudeau (2006, p. 27, tradução nossa), “[...] consiste para o locutor em colocar o destinatário dentro de uma posição onde ele deve calcular a relação entre o que é dito explicitamente e a intenção escondida que recobre o explícito”⁹²) dos *atos de comunicação humorísticos* (doravante, ACHs).

Para Charaudeau (2006), essa *mise en scène triádica* se constitui de um *locutor* que, de um modo geral, chama um *destinatário* a se tornar cúmplice do seu ACH, visando a um determinado *alvo*. Sobre este último, Charaudeau afere a capacidade de ser cambiante, isto é, o *alvo* pode se consubstanciar com as outras instâncias (*locutor* e *interlocutor*), a depender da especificidade do jogo enunciativo utilizada. Assim, tomando, por exemplo, o caso da *ironia* (em que o locutor pensa X, mas diz Y, e espera que o destinatário entenda X), poder-se-ia estabelecer os seguintes cenários: i) o locutor visa ao alvo, todavia alvo e destinatário estão consubstanciados, o que faz do destinatário agora vítima do ACH; ii) o locutor visa ao alvo, todavia alvo e locutor estão consubstanciados, o que faz do locutor agora vítima de seu próprio ACH (o caso da autoironia). Além desse, mais um cenário poderia se estabelecer se consideramos, com Vale (2009), que um *tiers* (“terceiro”) possa estar ausente/presente na enunciação do ACH: o locutor visa ao alvo, mas alvo e *tiers* estão consubstanciados, o que faz do *tiers* vítima do ACH.

92 - No original: “[...] le jeu énonciatif consiste pour le locuteur à mettre le destinataire dans une position où il doit calculer le rapport entre ce qui est dit explicitement et l'intention cachée que recouvre cet explicite. Il s'ensuit une dissociation entre le sujet énonciateur (celui qui parle explicitement) et le sujet locuteur qui se trouve derrière dont l'intention doit être découvert”.

Diante dessa descrição da *mise en scène triádica* de humor, vemos certa semelhança com o funcionamento enunciativo da *fofoca*. Termos como locutor/narrador, destinatário, alvo, cúmplice, vítimas e terceiros também se fizeram presente nas elucubrações sobre a *fofoca* (ver parte I). Desse modo, vejamos como a sobreposição da *mise en scène triádica* do humor sobre a *fofoca* pode nos ajudar na descrição dos atos de comunicação *fofoqueiros* (doravante, ACFs). Para isso, primeiramente devemos ver como o modelo do humor se presta à análise de algumas situações hipotéticas de *fofoca*.

Quadro 2: situações hipotéticas de *fofoca*

instâncias		situações e atores sociais	restrições
01	Loc. = Dona X Dest. = Dona Y Alvo = Filha de Dona Z	- Todas são vizinhas no mesmo bairro. - A filha de Dona Z foi vista entrando num carro de um homem que não é o seu noivo.	Há laços amizade (ou o seu oposto) mais ou menos estreitos entre os sujeitos envolvidos.
02	Loc. = parente X Dest. = parente Y Alvo = parente Z	X = cunhado, pai, padrasto, avô, avó Y = genro, mãe, filho, madrinha, tia Z = filho, irmão, primo, nora, sobrinha	Há laços de parentesco entre os envolvidos.
03	Loc. = funcionário X Dest. = funcionário Y Alvo = funcionário Z	X = chefe, secretária, caixa, <i>office boy</i> Y = cozinheira, servente, copeira Z = estagiário, balconista, vendedor	Há laços de amizade (ou o seu oposto) e vínculo hierárquico estabelecidos, resultados da convivência diária.

Fonte: Elaborado pelo autor

Como podemos deduzir dos dados acima, a *fofoca* apresenta restrições (vide parte I) que impossibilitam a sua realização, a saber: a) o alvo da *fofoca* deve estar ausente à situação, ou seja, no máximo pode se configurar como *tiers*, mesmo assim corre-se o risco de se infringir tal lei; e b) os parceiros do ACF devem manter um certo tipo de laço ou vínculo – caso contrário, o ato pode ser considerado uma indiscrição. Com efeito, ao assumir o lugar de locutor, o fofoqueiro fica impedido de fazer *fofoca* sobre si mesmo, já que, nesse caso, não teríamos mais *fofoca*, mas sim autopromoção (situação 03); ou, numa situação extrema, porém possível, autodepreciação (situação 01, sendo a *fofoca* sobre a filha de X). Esse impedimento anula, de certo modo, a possibilidade de o locutor ser alvo de seu próprio ato de comunicação, indicando já um distanciamento entre a *fofoca* e o humor. Quanto ao destinatário, ele também não deve ser o alvo da *fofoca*, pois, além de estar presente à situação de comunicação, é ilógico (meu parceiro não pode fazer parte do mal que eu aponto) e perigoso fazer *fofoca* com aquele com quem se fala: pode-se incorrer no crime de ofensa, calúnia ou difamação. Logo, o destinatário é sempre chamado a ser cúmplice do ACF⁹³. Quanto ao *tiers*, ele não pode estar (ter o *status* de) presente/ausente. Somente na condição de estar ausente à situação é que alvo e *tiers* podem se consubstanciar no ACF; caso contrário, volta-se a cair no problema da ofensa, calúnia e difamação.

93 - Todavia, o sujeito interpretante (Tui) pode recusar esse *status*, negando-se a participar do ACF.

Disso, resulta que a *mise en scène* da *fofoca* se mostra menos flexível do que a do humor, bem como reduzida ao locutor/fofoqueiro, ao destinatário/cúmplice e ao alvo/*tiers* sempre ausente. Ou seja, as condições de produção e de recepção do ACF restringem o fofoqueiro bem mais do que as restrições do ACH. Dessa maneira estabilizada, essa organização das instâncias acentua o caráter bélico do ACF em relação ao alvo, que assume, assim, o significado de coisa a ser atingida, ferida e/ou destruída física ou psicologicamente (*vide* parte I), constituindo, portanto, um ato de *violência verbal*. E considerando que essa violência “vem de um ato de linguagem que se manifesta pelo emprego de certas palavras, estruturas ou expressões capazes de ferir psicologicamente uma pessoa, presente ou ausente, diretamente dirigida ou em posição de terceiros” (Charaudeau, 2019, p. 5), é-se tentado ver mais uma vez que tanto o humor quanto a *fofoca* se encaixam nessa forma de ação discursiva. Isso porque, na *violência verbal*, também se apresenta uma *mise en scène triádica* em que o locutor insulta, o destinatário testemunha e o alvo é insultado; porém, destinatário e alvo só podem se consubstanciar se, e somente se, o destinatário tiver consciência de que está sendo insultado, o que pode, muitas vezes, não ocorrer, ou seja, “na relação de forças expressas pela linguagem, o outro só é vítima quando se considerar vítima” (Charaudeau, 2019, p. 6).

À guisa de conclusão, diremos que esses três atos (*fofoca*, *humor* e *violência verbal*) estão inter-relacionados e sobre eles recaem questões de ordem moral, legal e religiosa que impõem restrições que podem ou flexibilizar ou engessar a organização da *mise en scène triádica*. No entanto, a *fofoca* tende a se aproximar mais da violência verbal do que do humor, pois este último pode fazer com que o uso de termos ofensivos tenha de ser reinterpretado (jogo enunciativo), neutralizando “o caráter violento da desqualificação” (Charaudeau, 2019, p. 22). Com efeito, o “interlocutor fica então na situação desconfortável de não poder levar o ataque a sério e de até mesmo rir (sorriso amarelo), ainda que seja atingido, entre o movimento de cumplicidade e indignação” (Charaudeau, 2019, p. 23). Por outro lado, a *fofoca*, ao impedir a consubstanciação de destinatário e alvo e ao exigir a ausência da vítima, faz com que a avaliação da violência ou parta da instância de produção, consciente ou inconscientemente, ou parta da instância de recepção que, das duas uma: i) aceita participar da violência, o que ocorre na maioria dos casos; ou ii) recusa-se a participar da *fofoca*, matando o mal pela raiz. Todavia, como as *fofocas* podem ser consideradas “boas” ou “ruins” (*vide* parte I), essa avaliação da violência verbal pode não ser feita (ou mal feita), o que não quer dizer que a *fofoca* deixou de ser uma violência simplesmente pelo fato de não ter sido avaliada. *Bobagem?*

Referências

- BAKHTIN, M. M. Gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. p. 261-335.
- BARTHES, R. *Rumores da língua*. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- BÍBLIA Sagrada. 62. ed. São Paulo: Editora Ave Maria, 1988.
- BODMER, F. *O homem e as línguas*: guia para o estudioso de idiomas. Campinas: Kirion, 2021.
- BRASIL. *Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940*. Código Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 22 ago. 2024.
- CHAPMAN, S.; SHARKEY, B. *A empresa livre de fofoca*: como manter o ambiente saudável e altamente produtivo. São Paulo: Faro Editorial, 2014.
- CHARAUDEAU, P. Des Catégories pour l'Humour? *Questions de communication*, [s. l.], v. 10, p. 19-41, 2006.
- CHARAUDEAU, P. Reflexões para a análise da violência verbal. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, [s. l.], v. 15, n. 3, p. 443-476, set./dez. 2019.
- CORBETT, E. P. J.; CONNORS, R. J. *Retórica clássica para o estudante moderno*. Campinas: Kirion, 2022.
- COSTA, S. R. *Dicionário de gêneros textuais*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. p. 19-31.
- DALAI LAMA. *A essência do sutra do coração*. São Paulo: Editora Gaia, 2006.
- É FOFOQUEIRO? Papa Francisco aconselha este “remédio”. *ACI Digital*, Vaticano, 29 out. 2018. Disponível em: <https://www.acidigital.com/noticia/39140/e-fofoqueiro?-papa-francisco-aconselha-este-%E2%80%9Cremedio%E2%80%9D>. Acesso em: 3 set. 2023.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. Observações sobre a fofoca. In: ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Estabelecidos e outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 121-133.
- FOFOCA. In: DICIONÁRIO Online de Português. [S. l.]: 7Graus, 2024a. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/fofoca-2/>. Acesso em: 31 ago. 2024.
- FOFOCA. In: MICHAELIS: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. [S. l.]: Editora Melhoramentos, 2024b. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/fofoca/>. Acesso em: 22 ago. 2024.
- GAJARSA, J. A. *Tratado geral sobre a fofoca*: uma análise da desconfiança humana. 12. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1978.
- HALLAL, R. C. *A verdade sob suspeita*: um ensaio sobre a fofoca. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.
- HARARI, Y. N. *Sapiens*: uma breve história da humanidade. 29. ed. Porto Alegre: L&PM, 2017.

- HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Objetiva, 2009.
- KARNAL, L. *A detração: breve ensaio sobre o maldizer*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2016.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. Face. In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Campinas, 2004. p. 235-238.
- KYOKAI, B. D. *A doutrina de Buda*. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012.
- MAINGUENEAU, D. *Discurso literário*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MAINGUENEAU, D. *Doze conceitos em análise do discurso*. São Paulo: Parábola Editora, 2010.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em Análise do Discurso*. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 1997.
- MASUCCI, F. *Dicionário humorístico*. 2. ed. São Paulo: Editora Leya, 1958.
- MORREALL, J. Gossip and Humor. In: GOODMAN, R. F.; BEN-ZE'EV, A. (ed.). *Good Gossip*. Lawrence: University Press of Kansas, 1994. p. 56-64.
- NEVEU, F. *Dicionário de ciências da linguagem*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- NOTÍCIAS. *Palas Athena*, São Paulo, 26 mar. 2020. Disponível em: <https://www.palasathena.org.br/2020/03/26/as-tres-peneiras-socrates/>. Acesso em: 22 ago. 2024.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PERRONE-MOISÉS, L. Prefácio. In: BARTHES, R. *Rumores da língua*. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. p. ix-xx.
- REUTERS. Papa diz que freiras fofoqueiras são piores que 'terroristas' do Sendero Luminoso. *G1*, [s. l.], 21 jan. 2018. Mundo. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/papa-diz-que-freiras-fofoqueiras-sao-piores-que-terroristas-do-sendero-luminoso.ghtml>. Acesso em: 26 jun. 2023.
- SUN TZU. *A arte da guerra*. Porto Alegre: L&PM, 2009.
- TODOROV, T. A origem dos gêneros. In: TODOROV, T. *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Martins Fontes, 1980. p. 43-58.
- VALE, R. P. G. do. *A mulher nas piadas de almanaque: estratégias discursivas e representações sociais*. 2009. 135 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/LETR-8T2NVY>. Acesso em: 30 jul. 2023.
- VOLTAIRE. *Dicionário filosófico*. São Paulo: Editora Escala, 2008.
- WIESER, H. P. *A produção discursiva da moral no gênero fofoca: elementos para uma descrição micro e macrosocial da conversa do cotidiano*. 2009. 851 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

Sobre os autores

Amanda Reis Castro: É graduada em Letras – Língua Portuguesa e Inglesa e suas respectivas literaturas – pela Universidade Federal de São João del-Rei, e mestre em Letras, com ênfase em Discurso e Representação Social, também pela Universidade Federal de São João del-Rei. Pesquisa a relação entre discurso político e feminismos, especialmente na América Latina, e atua como professora de inglês.

Ana Carolina Gonçalves Reis: Doutora (2020) e Mestre (2012) pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (linha de pesquisa: Análise do Discurso). Graduada em Secretariado Executivo Trilíngue pela Universidade Federal de Viçosa (2004), é Professora Associado 1 dessa instituição, atuando nas áreas de Análise do Discurso, Teoria Semiolinguística do Discurso, Retórica, Argumentação, Redação Empresarial, Redação Oficial, Secretariado Executivo, dentre outras. Atualmente também atua como docente do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras/UFV.

Ana Francisca Sousa: É graduada em Psicologia pela Faculdade de Saúde Ibituruna-FASI (2012) e em Pedagogia pela Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES (1997). Especialização em Metodologias Ativas de Aprendizagem pelo Centro Universitário UNIFIPMoc de Montes Claros, 2018 a 2021. Especialização em Educação Especial pela UNIMONTES 1999/2000. Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Montes Claros- UNIMONTES (2023). Atualmente é docente no Curso de Psicologia do Centro Universitário da UNIFIPMoc de Montes Claros, desde 2004. Especialista de Educação Básica efetiva na rede estadual de ensino. Atuou com docente nos cursos de Pedagogia e Normal superior na Universidade Professor Antônio Carlos UNIPAC, 2004 a 2010, como pedagoga na rede municipal de ensino no ano de 1998 a 2007, como docente nos Cursos de Normal superior e Projeto Veredas pela UNIMONTES e como docente e pedagoga na Escola Especial Centro Pedagógico Capelo Gaivota no ano de 1994 a 2007. Tem experiência como docente no curso de magistério de nível médio no Colégio Opção ano de 1998 a 2002. Participou da criação e foi conselheira no Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Montes Claros-CPDMOC. Participou do Projeto Universidade Solidária em 1997. Concluiu a disciplina Docência no Ensino Superior como disciplina isolada no Mestrado em Desenvolvimento Social pela UNIMONTES, 2006.

Antônio Augusto Braighi: Professor vinculado ao Departamento de Linguagem e Tecnologia (DELTEC) do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Doutor em Linguística do Texto e do Discurso (Estudos Linguísticos) pela Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais - (FALE/UFMG - 2016), Mestre em Estudos de Linguagens pelo CEFET-MG (2012), Especialista em Imagens e Culturas Midiáticas pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da UFMG (2009), graduado em Comunicação Social pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (Uni-BH - 2005) e tem licenciatura em Português - Programa Especial de Formação de Docentes - pela Universidade Católica de Brasília (UCB - 2017). Faz parte de grupos de pesquisa que têm a Análise do Discurso como principal frente, desenvolvendo estudos e trabalhos voltados para o exame do discurso de informação midiática, principalmente em e junto a veículos de mídia independente. Atualmente, tem se dedicado ao estudo do uso das TICs para o combate à corrupção, empreendendo análise da relação destas tecnologias com o ativismo.

Argus Romero Abreu de Moraes: Doutor em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais, com estágio doutoral na Universidade Paris-Est Créteil. Atualmente, atua como Professor e Pesquisador Visitante na Faculdade de Artes, Letras e Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, financiado pela Fundect-MS (Processo N° 23104.024886/2023-19), e realiza estágio pós-doutoral na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires. Em 2022, realizou estágio pós-doutoral sênior no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Linguística Aplicada da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desde 2008, pesquisa temas relacionados à interface entre discurso político, inclusão/exclusão social, preconceito, intolerância e violência.

Caroline Lourenço Monteiro: Doutoranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense, desenvolvendo pesquisa na área de análise semiolinguística do discurso. Mestre em Estudos da Linguagem (2015) pela Universidade Federal Fluminense e licenciada em Letras Português-Literaturas (2006) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ampla experiência como docente das disciplinas Língua Portuguesa, Literatura e Produção Textual, sobretudo, com as séries do Ensino Médio. Ao longo de 12 anos de trabalho em sala de aula, desenvolveu e aprimorou práticas docentes, adequando-as ao público e ao surgimento das novas tecnologias ligadas à área da educação como o ensino híbrido e o trabalho com metodologias ativas.

Cristiane Cataldi dos Santos Paes: Professora Titular do Departamento de Letras da Universidade Federal de Viçosa. Doutora em Linguística pela Universitat Pompeu Fabra (Barcelona/Espanha). Realizou Pós-doutorado em Divulgação das Ciências na Universidade do Porto (Porto/Portugal). Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras do Departamento de Letras da UFV. Membro do Núcleo de Estudos Discursivos (NED), vinculado à linha de pesquisa Estudos Discursivos do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGLET) da UFV. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa e Linguística, atuando principalmente nas áreas de pesquisa: Análise do Discurso da Divulgação Científica; Gênero Discursivo, Mídia e Identidade.

Deywid Wagner de Melo: Doutor e Mestre em Linguística pela UFAL. Professor da graduação e pós-graduação em Letras da UFAL. Procurador Educacional Institucional (PEI) e membro titular da Comissão Própria de Autoavaliação (CPA) da UFAL. Leciona as disciplinas Processos de Leitura e Produção de Textos de Língua Portuguesa, Linguística do Texto e do Discurso, Pesquisa em Estudos da Linguagem, Semântica e Pragmática de Língua Portuguesa e Análise da Conversação. Atua como pesquisador na área de Linguística, mais precisamente em Linguística Textual, com ênfase nas teorias e análise de gêneros orais e escritos, nos Estudos Conversacionais e nos Estudos Retóricos do Texto e do Discurso. É membro dos Grupos de Pesquisa: DALT/UFAL/CNPq (Descrição, Análise Linguística, Literatura e Texto). GETEL/UFAL/CNPq Grupo de Estudos do Texto e da Leitura - Perspectivas Interdisciplinares; e Linguagem e Retórica (UNEAL/CNPq).

João Benvindo de Moura: Possui doutorado e pós-doutorado em Linguística pela UFMG. Professor da graduação e pós-graduação em Letras da UFPI. Vice-diretor do Centro de Ciências Humanas e Letras da UFPI. Coordenador do curso de Letras-Português do Parfor/UFPI. Fundador e líder do NEPAD/UFPI/CNPq – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso. Membro da ABRALIN, do GELNE, da ALED, da SBR e do GT sobre Argumentação da ANPOLL. Membro do Conselho Editorial da Editora Pathos. Está entre os organizadores das seguintes obras: Discursos, imagens e imaginários (2021); Semiologia e Retórica: interfaces (2021); Fluxos discursivos na sociedade em rede (2021); Linguagem, discurso e produção de sentidos (2018); Sentidos em disputa: discursos em funcionamento (2017); Discurso, memória e inclusão social (2015).

Lidiane Rodrigues Brito: É graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Montes Claros (1999) e em Letras/Libras pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (2021), Especialização em Supervisão Educacional e Psicopedagogia pelo Instituto Superior de Educação Santo Agostinho - Faculdades Santo Agostinho (2007), Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Montes Claros (2023). Atuou como pedagoga na rede estadual, municipal e particular. Desde 2009 é pedagoga do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Especial Inclusiva, Língua Brasileira de Sinais e Ensino Profissionalizante.

Marco Túlio Pena Câmara: Professor do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM) da Universidade Federal do Tocantins. Doutor em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Mestre em Estudos de Linguagens pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), Graduado em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal de Viçosa (2013) e Licenciado em Letras-Português pelo Claretiano (2021). Coordenador adjunto dos projetos de extensão Cinedebate do Jornalismo (UFT) e Escola sem Fake News (UFU/IFTM/UFT). Presidente do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Jornalismo da UFT. Orientador da Sagaz - Empresa Jr. de Jornalismo da UFT. Integrante dos grupos de pesquisa: “Mídia, Discurso, Tecnologia e Sociedade” (MiDiTeS/UNICAMP); Grupo de Estudos sobre Discurso, Interseccionalidade e Subjetividade (GEDIS/UFU); Grupo de Pesquisa Aplicada em Jornalismo (PAJor/UFT); e Coletivo de Estudos das Diversidades Audiovisuais (OutroCampo/UFT).

Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro: Graduada em Letras pela Universidade Estadual de Montes Claros (2006), Mestre (2008) e Doutora (2012) em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora do Departamento de Letras, do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Mestrado Profissional em Letras da Universidade Estadual de Montes Claros. Diretora e Editora da Editora Unimontes. Editora Adjunta da Revista Educação, Escola Sociedade. Implementou e coordenou o Laboratório Experimental de Ensino de Línguas para Surdos na Unimontes. Certificada pelo Sétimo Exame Nacional de Proficiência no Ensino de Libras (Prolibras). Vencedora do Prêmio de Teses da UFMG em 2013, na categoria Estudos Linguísticos. Atua principalmente nas seguintes áreas: Ensino de leitura e de escrita na Educação Básica e no Ensino Superior, Análise do Discurso, Língua Brasileira de Sinais, Edição acadêmica. Desde 2009 é professora da Universidade Estadual de Montes Claros.

Mariana Ramalho Procópio: É professora do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Atua como docente colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutora em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (POSLIN) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com estágio doutoral realizado na Université Paris-Est Créteil, na França. Mestre também em Estudos Linguísticos pelo POSLIN/UFMG e graduada em Comunicação Social-Jornalismo pela UFV. Realizou Pós-Doutorado em Mídia e Estudos de Gênero na Lancaster University, na Inglaterra. É líder do DIZ - Grupo de Pesquisa em Discursos e Estéticas da Diferença e desenvolve pesquisa nos seguintes temas: narrativa de vida, análise do discurso, narrativas midiáticas, estudos de gênero.

Max Silva da Rocha: É doutorando em Linguística pela UFPI. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso - NEPAD/UFPI/CNPq. Foi professor voluntário do curso de Letras da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL - campus III Palmeira dos Índios) entre fevereiro de 2020 e março de 2022. Possui mestrado em Linguística pela UFAL; especialização em Linguística Aplicada na Educação pela Universidade Candido Mendes (UCAM) e licenciatura em Letras/Português pela UNEAL/campus III Palmeira dos Índios. Atua nas áreas da Argumentação, da Linguística Textual, da Retórica e da Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso, pesquisando nos seguintes temas: discursos religioso, teológico, político e midiático. É sócio efetivo da ABRALIN, do GELNE e da ALED. Membro do conselho editorial da Editora Pathos.

Mônica Santos de Souza Melo: Possui Licenciatura Em Letras pela Universidade Federal de Viçosa (1987), Mestrado (1991) e Doutorado (2003) em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais e Pós-Doutorado em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (2011). É Professora Titular aposentada da Universidade Federal de Viçosa. Tem experiência na área de Linguística e desenvolve pesquisas em Análise do Discurso, principalmente relacionadas aos seguintes temas: discurso (religioso, político e midiático), argumentação, semiolinguística e mídia. Atuou, de 2013 a 2015, como Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa. Foi Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq no período de 2011 a 2024.

Patrícia Ferreira Neves Ribeiro: Possui graduação em Letras (1995) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, graduação em Comunicação Social/Jornalismo (2000) pela Universidade Federal Fluminense, mestrado (2000) e doutorado (2007) em Letras (Letras Vernáculas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com pós-doutorado supervisionado por Patrick Charaudeau, professor emérito da Université Paris 13, na área da Análise Semi linguística do Discurso. É professora associada IV de Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense (UFF), tendo já atuado na UniLaSalle (2003-2013) e em escolas do Ensino Fundamental e Médio (1996-2013). É membro do Círculo Interdisciplinar de Análise do Discurso (CIAD-RIO) e vice-líder do Grupo de Pesquisa em Semi linguística: Leitura, Fruição e Ensino (GPS-LeiFEn/UFF/CNPq). Atuou, entre 2014 e 2018, como uma das coordenadoras de Língua Portuguesa do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID-UFF) e integrou a diretoria da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN) entre 2016 e 2017. É membro do Grupo de Trabalho de Linguística de Texto e Análise da Conversação da Anpoll (GTLTAC). Desenvolve pesquisas em Linguística do Texto e em Análise do Discurso de orientação Semi linguística, voltadas tanto para reflexões sobre expressão e produção de sentido na interface linguagem/mídia e linguagem/literatura infantil, quanto para temas relacionados a texto/discurso, escrita, leitura e análise linguística no âmbito do ensino de língua portuguesa.

Rony Petterson Gomes do Vale: Rony Petterson Gomes do Vale é Phd em Linguística do Texto e do Discurso pela Universidade Federal de Minas Gerais e professor adjunto de Linguística e Português da Universidade Federal de Viçosa. Tem pós-doutorado pela Universidade Federal de Minas Gerais. É líder do Núcleo de Estudos Discursivos da UFV (NED), no CNPQ, e coordenada o Programa Padawan (Programa de Formação de Jovens Pesquisadores em Análise do Discurso) no Departamento de Letras da UFV. É membro permanente do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa, onde desenvolve pesquisas em Análise do Discurso, com ênfase na problemática das relações interdiscursivas agonísticas.

...não nos surpreende o fato de que uma disciplina da Linguística como a Análise do Discurso se apresente, ao mesmo tempo, assim como Janus, com uma das suas faces voltada para trás (para o seu passado recente) e outra para frente (para os seus desdobramentos futuros). Diferentemente do antigo deus, a Análise do Discurso mantém seus olhos, ouvidos e, porque não, boca(s) atentos ao que acontece aqui e agora (ou à ilusão que se possa ter dessa questão). Com isso, não queremos dizer que a Análise do Discurso é pancrônica, mas sim que ela está atenta às tramas dos discursos do passado e do presente, de modo a fazer com que o olhar-leigo (“olhar-leitor”, em Pêcheux) se torne apto a desvelar certos efeitos de sentido, oriundos desses discursos, no futuro. Com isso em mente, surgiu nossa proposta de escritura deste livro que parte de um objetivo geral vislumbrado já há algum tempo de organizar uma publicação que nos possibilitasse reunir pesquisadores que adotam diferentes perspectivas e temáticas em Análise do Discurso. Com isso, pretendemos criar oportunidades de diálogos que propiciem não só identificar uma coesão, no conjunto de abordagens teóricas e metodológicas diversas, mas também refletir sobre o papel da Análise do Discurso frente aos múltiplos desafios que os tempos passados e atuais nos impuseram/impõem...

